

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA “CULTURA E SOCIEDADE”

GEORGE SOUZA BRITO

**História de Salvador em tempo presente: o princípio da
sustentabilidade e dois projetos de modernidade em disputa
(2004-2016)**

Salvador
2018

GEORGE SOUZA BRITO

História de Salvador em tempo presente: o princípio da sustentabilidade e dois projetos de modernidade em disputa (2004-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa “Cultura e Sociedade”, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História Social, sob orientação da prof. Dra. Laura de Oliveira.

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRITO, GEORGE SOUZA

História de Salvador em tempo presente: o princípio da sustentabilidade e dois projetos de modernidade em disputa (2004-2016) / GEORGE SOUZA BRITO. -- Salvador, 2018.
230 f.

Orientador: Dra. Laura de Oliveira. Salvador.
Dissertação (Mestrado - História) -- Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2018.

1. espaço urbano.. 2. Avenida Paralela. 3. modernidade. 4. sustentabilidade. 5. democracia urbana.. I. Salvador, Dra. Laura de Oliveira.. II. Título.



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
George Souza Brito		217121445	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
História de Salvador em tempo presente: o princípio da sustentabilidade e dos projetos de modernidade em disputa (2004-2016)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Laura de Oliveira - orientadora	<i>[Handwritten Signature]</i>	01175584130	
Ana Fernandes (PPGAU/UFBA)	<i>[Handwritten Signature]</i>	012561258-30	
Carlos Zacarias Figueroa de Sena Junior (UFBA)	<i>[Handwritten Signature]</i>	457687065-34	

ATA

Aos vinte de três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por George Souza Brito, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Laura de Oliveira, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela *aprovaf* do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca julgadora por unanimidade o candidato, ressaltando a qualidade da pesquisa, do texto e das análises sobre o tema das dinâmicas na produção do espaço da cidade no século XXI. Recomenda-se, também por unanimidade, a publicação.

SSA, 23/05/2019: Assinatura do aluno:

George Souza Brito

SSA, 23/05/2019: Assinatura da orientadora:

Laura de Oliveira

Dedico esta dissertação a meu filho Saulo e a minha esposa Verena, luzes e felicidade da minha vida, de quem sacrifiquei o tempo da afetividade familiar, procurando com uma empalidecida razão um sentido temporal para a nossa cidade-natal, como lugar referência de nossa existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família estendida: filho Saulo, esposa Verena, pai Fernando, mãe Lúcia, irmãos Flávio e Fernanda, sogra Lígia, sogro Antônio, cunhada Priscila, avós (Iracema, José, Palmira e Osmundo – os três últimos *in memoriam*), incluída a avó de empréstimo, Dona Dalva. De algum modo e em diferentes graus, todos eles contribuíram, solidarizando-se às dificuldades e apoiando naquilo que era possível.

Entre eles, agradeço especialmente à minha esposa Verena, por ter sido, como mãe cuidadosa, carinhosa e zelosa, a grande e principal referência prática e afetiva de nosso filho Saulo, nos primeiros quase quatro anos de sua vida, quando as exigências de uma pesquisa acadêmica me distanciaram de seu desenvolvimento, muito mais do que o desejável. Distância essa, é verdade, também resultante de uma sucumbência ao corpo socioafetivo sexista que todo homem na nossa sociedade machista muitas vezes naturaliza, ao não admitir, criticar e refletir, profundamente, sobre o próprio comportamento enquanto figura masculina e paterna. Agradecimentos incomensuráveis a vocês, meus grandes amores, por compreenderem e superarem essa fraqueza, por vezes escamoteada na defesa de um projeto intelectual de longa data.

Agradeço, com grande carinho e apreço, à professora Dra. Laura de Oliveira, orientadora de primeira linha, que me resgatou de desvios, caminhos tortuosos e de armadilhas decorrentes das dúvidas e certezas de um pesquisador inexperiente, um jornalista ousando a realizar o valioso ofício de historiador diante de um objeto supercomplexo. Com respeito, zelo e rigor, Laura me mostrou as potencialidades de outras perspectivas analíticas para interpretar as vivências concretas das ações amalgamadas em uma temporalidade muito familiar, porque muito próxima ao ser experimentada como História do Tempo Presente.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História, em particular aos professores Fátima Pires, Gabriela dos Reis Sampaio e Rodrigo Perez Oliveira, pelos ensinamentos e referências passados sobre metodologia e teoria da História, de grande valia para pensar sobre o objeto de pesquisa deste trabalho e sobre o sentido histórico de nossa sociedade. Agradecimentos também a todos os discentes e docentes da Ufba, de quem tive a

oportunidade de ser colega e aluno durante a graduação, ainda incompleta, em História.

Agradeço aos amigos e colegas de trabalho do Ministério Público estadual, em nome de Aline D'Eça, coordenadora do meu setor, pela compreensão e apoio quanto às faltas ao expediente tão necessárias para assistir às importantes aulas da pós-graduação.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente aqueles que se dispuseram a conceder entrevistas, fornecer documentos e indicar fontes fundamentais para o trabalho. Especialmente, aos integrantes da banca examinadora, os professores doutores Ana Fernandes e Carlos Zacarias, pelas críticas, ponderações e avaliações de extrema importância e valia para o aprimoramento da pesquisa e da escrita.

Por último, agradeço a todos os oprimidos que resistem a essa configuração urbana perversa e injusta que dá face à cidade de Salvador. Faço esses agradecimentos em nome de Regina Teles dos Santos, empregada doméstica que tomou e toma conta de meu filho Saulo, enquanto os pais cumpriam e cumprem a obrigação quase inescapável do trabalho remunerado, e também durante os últimos meses em que, de licença, pude terminar de escrever esta dissertação. Se não foi gente como ela que ganhou visibilidade narrativa nesta pesquisa, foi porque gente como ela teve pouco poder para definir os rumos daquela configuração, ainda que alguém falasse ou tentasse falar em seu nome.

Ontem como hoje, o presente de um indivíduo ou de um grupo define-se como uma modalidade particular de agenciamento entre um ‘espaço de experiência’ e um ‘horizonte de expectativa’, entre um passado e um futuro que eles atualizam sob as formas da reconfiguração e do projeto.

Lepetit

RESUMO

Entre 2004 e 2016, dois projetos de modernidade urbana disputaram o futuro da cidade de Salvador, por meio de um embate pela elaboração das regras urbanísticas que definiriam a forma de ocupação do espaço urbano soteroopolitano, principalmente o da região da Avenida Luiz Viana Filho (Paralela). Essa se tornou a grande referência espacial da disputa. Sem escapar de ações e discursos complexos, ambíguos e até contraditórios, esses projetos partiram de compreensões conflitantes sobre a cidade nas diferentes apropriações de sentido sobre a noção de desenvolvimento sustentável. As distintas significações atualizaram cada uma à sua maneira dúvidas, típicas da modernidade contemporânea, sobre as consequências do progresso técnico, científico e econômico e a relação dele com a natureza. Nessa tensão, ambos os projetos partiram de uma mesma matriz política e epistemológica, denominada de “princípio da sustentabilidade”, apropriando-se de saberes jurídicos e científicos do Direito e do Urbanismo, que foram utilizados como recursos político-discursivos na esfera pública para construção de significados sociais sobre como deveria ser o desenvolvimento urbano da capital baiana. De um lado, ambientalistas, cientistas do urbano e promotores de Justiça, colocando-se como tutores da democracia urbana e ambiental, acionaram, como elemento interno do desenvolvimento sustentável, a ideia de direito à cidade, reatualizando o horizonte de expectativa da fase de redemocratização do Brasil institucionalizado no pacto constitucional de 1988. Na defesa desse projeto, eles formaram o que é chamado aqui de “aliança verde”. Do outro lado, agentes do Poder Público municipal, governo e parlamento, e empresários do setor imobiliário formaram a “aliança imobiliária”. Essa acionou um sentido de sustentabilidade no qual a privatização do espaço foi apresentada como garantia de preservação do meio ambiente. Por meio do poder econômico e político, a “aliança imobiliária” enfraqueceu a recepção prática da agenda do direito à cidade na sociabilidade urbana, que se relacionou no período a demandas cotidianas e às respostas dadas a elas na reprodução do capital. Nessa disputa que pautou o debate público local, o último projeto predominou nas transformações urbanísticas ocorridas na cidade, sobretudo na região da avenida. Embora tenha atenuado o alcance da privatização do espaço urbano por meio da ênfase à proteção do meio ambiente, a “aliança verde” viu a noção político-epistemológica de direito à cidade perder força como se apartada fosse do desenvolvimento sustentável. Como resultado, a ideia de democracia urbana foi derrotada, expondo os limites do horizonte da Nova República.

Palavras-chave: espaço urbano. Avenida Paralela. modernidade. sustentabilidade. democracia urbana.

ABSTRACT

Between 2004 and 2016, two projects of urban modernity disputed the future of the city of Salvador, by means of a conflict for the elaboration of the urban rules that would define the form of occupation of the metropolitan urban space, mainly the one of the region Luiz Viana Filho Avenue (Paralela). This became the great spatial reference of the dispute. Without escaping from complex, ambiguous, and even contradictory actions and discourses, these projects started from generally conflicting understandings about the city in the different appropriations of meaning made on the notion of sustainable development. The different meanings each updated in their own way doubts, typical of contemporary modernity, about the consequences of technical, scientific and economic progress and the relationship between it and nature. In this tension, both projects started from the same political and epistemological matrix, denominated "sustainability principle", appropriating legal and scientific knowledge of Environmental Law and Urbanism, which were used as political-discursive resources in the public sphere for construction of social meanings on what should be the urban development of the capital of Bahia. On the one hand, environmentalists, urban scientists and prosecutors, acting as tutors of urban and environmental democracy, triggered, as an internal element of sustainable development, the idea of the right to the city, re-updating the horizon of expectation of the re-democratization phase of Brazil institutionalized in the 1988 constitutional pact. In defense of this project, they formed what is called here the "green alliance". On the other side, political actors and real estate businessmen formed the "real estate alliance." This triggered a sense of sustainability in which the privatization of space was presented as a guarantee of preservation of the environment. Thus, through the economic and political power, the practical reception of the agenda of the right to the city in urban sociability was weakened, which was related in the period to daily demands and the answers given to them in the reproduction of capital. In this dispute that guided the local public debate, the last project predominated in the urban transformations occurred in the city, especially in the region of the avenue. Although the "green alliance" has attenuated the scope of the privatization of urban space by emphasizing the protection of the environment, it has seen the political-epistemological notion of the right to the city lose strength as if apart from sustainable development. As a result, the idea of urban democracy was defeated, exposing the boundaries of the New Republic's horizon.

Keywords: urban space. Paralela Avenue. modernity. sustainability. urban democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Baiana de Imprensa
ADEMI-BA	Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
APP	Área de Preservação Permanente
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAU-BA	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia
CEAMA	Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente e Urbanismo
CEAT	Central de Apoio Técnico
CEPRAM	Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CF	Constituição Federal
CONAM	Confederação Nacional da Associação de Moradores
CRA	Centro de Recursos Ambientais da Bahia
CREA-BA	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia da Bahia
CRECI-BA	Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Bahia
CYRELA	Cyrela Brasil Realty S.A. Empreendimentos e Participações
DEM	Partido Democratas
EUST	Estudo de Uso do Solo e Transportes da Região Metropolitana de Salvador
FABS	Federação de Associação de Bairros de Salvador
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FÓRUM	Fórum Permanente de Entidades em Defesa dos Interesses Coletivos de Salvador e Região Metropolitana – Movimento A Cidade Também É Nossa
GAFISA	Gafisa S/A
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
HTP	História do Tempo Presente
HU	História Urbana
IAB	Instituto dos Arquitetos da Bahia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JH	João Henrique Barradas Carneiro
LOUOS	Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público estadual
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
OAB-BA	Ordem dos Advogados do Estado da Bahia
OAS	Construtora OAS
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDG	PDG Construtora Ltda.
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGJ	Procurador-geral de Justiça
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Projeto de Lei / Partido Liberal
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade do Salvador
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Socialdemocracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil

PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SBU	Sociedade Brasileira de Urbanismo
SEPLAM	Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
SECOVI	Sindicato da Habitação (patronal)
SINDUSCON	Sindicato da Indústria de Construção do Estado da Bahia
SINDARQ	Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia
SINJORBA	Sindicato dos Jornalistas da Bahia
SUCOM	Secretaria Municipal de Urbanismo
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJBA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figuras

Figura 1 – Primeira pista da avenida em construção, sentido aeroporto (1970)	154
Figura 2 – Via marginal da Paralela em obras, sentido aeroporto (1990)	154
Figura 3 – Engarrafamento na pista do sentido Iguatemi.....	155
Figura 4 – Canteiro central da Paralela sem o metrô e com posto de gasolina.....	156
Figura 5 – Estrutura metroviária no canteiro central da Paralela.....	157
Figura 6 – Divisão territorial dos bairros ao longo da Av. Paralela.....	158
Figura 7 – Divisão territorial dos bairros ao longo da Av. Paralela.....	158
Figura 8 – Localização dos empreendimentos imobiliários na Av. Paralela (2004-2016)	164
Figura 9 – Mancha urbana dos empreendimentos no bairro de Patamares.....	168
Figura 10 – Canteiro central da Paralela, baseado nos princípios de Burle Max.....	189

- Tabelas

Tabela 1 – Variação da renda média salarial nos bairros de Salvador (2000-2010)	165
Tabela 2 – Áreas verdes na região da Paralela: índice de cobertura vegetal (m ²) por habitante (2001-2009)	173
Tabela 3 – Variação de gastos de campanha nas eleições para prefeito em Salvador (2004-2012)	175
Tabela 4 – Gastos de campanha dos principais candidatos a prefeito de Salvador (2004-2012)	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - O princípio da sustentabilidade e as regras urbanas de Salvador no século XXI	46
1.1. A judicialização da disputa pela cidade.....	46
1.2. As regras de Salvador: um breve panorama.....	53
1.3. A cidade sustentável e as apropriações do urbanismo ambiental.....	65
1.4. A consolidação da sustentabilidade na cidade-norma.....	77
CAPÍTULO II - O conflito urbano e a ação político-institucional: Estado, imprensa e sociedade civil organizada	85
2.1. Mobilização política e os “amigos da corte” na luta institucional.....	91
2.2. Jornal A Tarde: o papel da imprensa na disputa pela cidade.....	116
2.3. Estado capitalista, direito à cidade e política urbana.....	138
CAPÍTULO III – A metamorfose urbana da Paralela: a “cidade imobiliária” e a segregação do tecido urbano	153
3.1. Patamares: a “cidade sustentável” branca, verde e rica.....	163
3.2. O pragmatismo político-eleitoral e o projeto mercadológico de cidade.....	173
3.3. Salvador em tempo presente: o tecido urbano e a modernidade metroviária.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	207
ANEXO A – Empreendimentos lançados na região da Paralela	229

INTRODUÇÃO

Entre a embrionária cidade do século XVI e aquela sobre a qual a narrativa historiográfica desta dissertação, concomitantemente, debruça-se e ganha vida, são gritantes as diferenças impostas pelo passar do tempo ao longo de mais de quatro séculos. Nesse vasto lapso temporal, Salvador modernizou-se e se urbanizou, em um processo iniciado nas primeiras décadas do século XX que se desdobra no século XXI com outras facetas, outros sentidos, outras roupagens de um novo que teima não largar o velho. Há permanências históricas que a urbanização não deixou para trás. Pelo contrário, marcou com relações e conflitos sociais, políticos e econômicos, de extensa temporalidade, a constituição socioespacial moderna da outrora cidade da Bahia.

Se, no século XIX, os pretos e mestiços representavam 67% da população, com 30% dela constituída por escravos¹, no XXI eles continuam como maioria, sendo mais de 80% dos habitantes. Não são mais escravizados, mas seguem explorados, precarizados em ocupações com as mais baixas remunerações e muitas vezes desprovidos de direitos. Ou seja, têm a cidadania tolhida como se ainda escravos fossem. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, a renda média de pessoas pretas ocupadas em Salvador era, à época, de R\$ 927,87, enquanto a de brancos era de R\$ 2.870,21. Os não-brancos seguiram formando a maioria da massa de trabalhadores na cidade (pouco mais de 920 mil em um universo de 1,13 milhão de trabalhadores), inclusive daquela alheia aos direitos trabalhistas constituídos nas décadas de 1930 e 1940, durante a modernização autoritária do Estado brasileiro. Há oito anos eram 183.394 pretos e pardos sem carteira de trabalho assinada.

No solo urbano, as estatísticas socioeconômicas recaem na paisagem, ou então será essa que se encosta nelas, até explicando-as. A Salvador do terceiro milênio é uma cidade em que 882.204 pessoas ainda vivem em favelas (chamadas tecnicamente pelo IBGE de aglomerados subnormais), mais de 33% da população. Deles, mais de 770 mil são pretos

¹ Katia Mattoso (1978) estima que, em meados do século XIX, a população de Salvador era de 86.984 habitantes, com base em dados do censo de 1855.

ou mestiços e pouco mais de 96 mil são brancos. E não apenas números denunciam a cruel realidade. Do alto, a bordo de um avião, qualquer curioso atento é capaz de perceber o mar alaranjado de casebres com tijolos sem reboco, envolvendo as ilhas de fachadas brancas e transparentes nas vidraçarias dos arranha-céus. O contraste da paisagem urbana não é apenas estético, é sociopolítico. Como na cidade oitocentista, onde os trabalhadores habitavam inicialmente os sótãos dos sobrados de péssimas condições e, progressivamente, à medida que a mancha urbana crescia, foram empurrados para a periferia, o espaço urbano soteropolitano neste século é altamente segregado, constituído por divisões sociorraciais que demarcam fortemente o território (COSTA, 1988). O tempo trouxe a herança da escravidão para a geografia urbana soteropolitana.

Salvador foi mudando de cara, mas mantendo e agravando históricas desigualdades. Na transmutação da sociedade brasileira ocorrida na chamada República Velha (1889-1930) para a primeira Era Vargas (1930-1945), a cidade perseguiu os ventos modernos que sopravam com toda força uma racionalidade planificadora. A modernização reformulou o Estado brasileiro e transformou o cenário urbano nacional. No plano político, as oligarquias regionais perderam sua força difusa em prol de um poder central constituído na burocracia estatal. Já no espaço urbano, a cidade-máquina, inspirada pelo urbanismo norte-americano (Escola de Chicago) e francês (*Le Corbusier* e sua ojeriza a curvas), anunciava como modernidade urbana a conjugação do modelo médico-sanitarista com a sanha tecnológica e sua funcionalidade economicista: ruas largas e arejadas, propícias à rápida circulação de automóveis por zonas especificamente delineadas de acordo com suas funções socioeconômicas de lazer, de trabalho e de moradia. Entre os anos 1920 e 1940, o carro e o zoneamento tornaram-se a face da modernidade que alteraria o espaço e a cultura urbana soteropolitana, com os pobres e seus costumes vistos como o mal-estar a ser revertido e solucionado (UZEDA, 2006).

A partir dos anos 1940, o projeto de modernização se institucionalizou na capital baiana com base no zoneamento, no saneamento e na sistematização viária. Essa institucionalização aconteceu a partir da criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs). Coordenado pelo engenheiro Mário Leal Ferreira e depois assumido pelo arquiteto Diógenes Rebouças, o órgão formulou o primeiro Plano Diretor da capital baiana, cuja ideia urbanística central, à luz de um planejamento moderno, era estabelecer um “sistema integrado de redes de avenidas: uma implantada nas cumeadas

(com viadutos interligando os espigões) para um tráfego lento de acesso aos bairros, e outra no fundo dos vales onde deveriam ser construídas vias expressas na forma de *parkways*” (LIMA, 2007, p. 46). As diretrizes do projeto Epucs, calcadas nas famosas avenidas de vale², resultaram na expansão da malha viária e puxaram o crescimento da mancha urbana soteropolitana, principalmente a partir do governo municipal de Antônio Carlos Magalhães (1967-1970). O então prefeito adotou uma política de reurbanização da cidade, via uma implantação parcial do projeto, o que acelerou o crescimento urbano de Salvador iniciado nos anos 1940. Se, no começo daquela década, havia 290.443 habitantes na cidade, em 1950 a população já era 417.235 e em 1970 mais de 1 milhão de pessoas. Enquanto isso, a malha urbana passou de 3 mil hectares em 1940 para 16 mil em 1980 (GORDILHO-SOUZA, 2000).

Os limites da primeira capital do país foram se expandindo em direção ao litoral norte, distanciando-se do antigo centro da cidade-fortaleza projetada pelos portugueses. Um movimento urbano histórico que foi potencializado pela construção da grande via da cidade, Avenida Luís Viana Filho, a popular Paralela. Ocorrida entre 1969 e 1974, a construção da via representou em âmbito local o movimento mais amplo de modernização urbana do Brasil. Naquele período, havia uma aposta política de transformar Salvador em uma cidade capitalista, a partir da valorização dos grandes espaços não ocupados existentes em seu território (DANTAS NETO, 2006)³. Foi dessa época a aprovação da chamada Lei da Reforma Urbana (nº 2.181/1968), pela qual a Prefeitura Municipal de Salvador extinguiu o regime de enfiteuses⁴ e vendeu as terras públicas municipais (BRITO, 2005). Outra aposta era torná-la moderna. Urbanistas e arquitetos vislumbravam o desenvolvimento do espaço urbano de forma planejada e ordenada, com uma perspectiva embrionária de harmonia entre a urbanização e a preservação do meio ambiente.

O país vivenciava o regime da ditadura militar (1964-1985), com sua política

² As primeiras foram as até hoje importantes avenidas Centenário (1949) e Vasco da Gama (1955-1959).

³ Com a aprovação da Lei Municipal nº 2.181, de 23 de dezembro de 1968, uma quantidade significativa de terrenos públicos foi vendida a agentes do mercado imobiliário em áreas elegidas como vetores de crescimento urbano. A partir daquele contexto, a Paralela passou a ser, ao longo dos anos, um eixo central para a paulatina expansão urbana da cidade rumo ao norte e à fusão do tecido urbano com a região metropolitana.

⁴ Tipo de arrendamento de terra em que o proprietário recebe pagamento de terceiro pelo domínio e uso prático do terreno, muito utilizado pelo Estado para a ampliação do território, como durante o Brasil Império. O arrendatário passa a ter direito de posse, inclusive para alienação e herança, desde que pague a pensão devida. O instituto, no entanto, foi extinto, com a aprovação do Novo Código Civil em 2002.

autoritária de desenvolvimento nacional via modernização conservadora, implantada na Bahia e em Salvador pela crescente força política que viria a ser o carlismo (DANTAS NETO, 2006). Como se pode concluir das análises de Rafael Henrique de Jesus (2015), a construção da avenida deu-se em um contexto político, pós-golpe de 1964, em que a reforma urbana da capital baiana apontava para a preponderância do projeto econômico e político, ou civilizatório, da modernização brasileira capitaneada pelo regime, em contraposição a um país arcaico e sob o presumido risco do comunismo. Naquele contexto, a Paralela foi utilizada como emblema do projeto de modernidade política e administrativa dos governantes, sobretudo por dar acesso ao Centro Administrativo da Bahia (CAB) e ser via de ligação entre o novo centro da capital que se constituía, na região do Iguatemi, e as cidades da região metropolitana. “A nova avenida, somada às avenidas ACM e à Avenida Mário Leal Ferreira representavam a extrapolação dos antigos limites da cidade no sentido litoral norte, o que reforçava perante a opinião pública a ideia de que Salvador era uma nova cidade” (JESUS, 2015, p. 74). Enquanto isso, no cenário mundial, começavam a ganhar corpo e repercussão as discussões e pautas ambientalistas decorrentes de preocupações com o futuro da humanidade, diante da tragicidade atribuída ao desenvolvimento científico e tecnológico⁵.

Ao longo de 40 anos, a materialização urbana da via ocorreu sem cumprir fielmente as previsões urbanísticas propostas (LIMA, 2007, p. 46-47), sobretudo aquelas relacionadas à preservação ambiental. Apesar da criação do Parque Metropolitano de Pituaçu, a ocupação urbana da região não atendeu às premissas de Mario Leal e equipe. “O projeto executado foi fruto de uma imposição política e projectual, a qual não buscou minimizar os impactos no meio ambiente e na qualidade ambiental urbana, como preconizava o Epucs” (Ibidem, p. 48). A avenida fez com que os limites territoriais da capital esbarrassem nas fronteiras dos municípios vizinhos da região metropolitana.

Quando iniciou o século XXI, a Paralela era uma das poucas áreas urbanas que ainda concentravam espaços não ocupados consideráveis na cidade, com significativos remanescentes de Mata Atlântica e corpos hídricos. Por isso, foi um espaço sobre o qual se contrapuseram não apenas diferentes interesses materiais, econômicos e sociais, mas também concepções de mundo, de sociedade e, fundamentalmente, de cidade. Na

⁵ Em 1972, isso era amplamente debatido durante a realização da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo, na Suécia.

imprensa local, o crescimento urbano era dado como inevitável, ao mesmo tempo em que alguns setores da sociedade soteropolitana tornavam públicas as prerrogativas urbano-ambientalistas de nosso tempo. Em 2005, o mais antigo e importante periódico da cidade, o jornal A Tarde, marcava a dualidade entre crescimento e preservação em um caderno especial sobre o aniversário da capital, portanto uma data simbólica. “O futuro será menos verde” e “Verticalizar para diminuir distâncias”, assim foram tituladas duas notícias do caderno (A Tarde, 29/03/2005, p. 6, 12 e 13). A região Paralela e o futuro da cidade de Salvador misturavam diferentes projetos de sociedade, com demandas sociopolíticas contraditórias. De algum modo e em certo grau, a crise da chamada Nova República, que explodiu com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016⁶, já se anunciava com o impasse da democracia urbana vivido em Salvador e outras grandes cidades brasileiras. A disputa pelo espaço urbano da Avenida Luís Viana Filho levou ao máximo os limites do horizonte de expectativa da democracia com a experiência de seu aborto no solo da cidade. Nesse sentido, ela é representativa não apenas da história urbana do tempo presente de Salvador, mas do Brasil e seu recente projeto de democratização, na tentativa de materializar um Estado de Bem-Estar Social.

A constituição e transfiguração urbanas da Avenida Paralela e região⁷ são a linha-condutora que permite problematizar o objeto desta dissertação: a recente história urbana de Salvador, entre 2004 e 2016. Nesse período de doze anos, a cidade experimentou um processo de intensa disputa em relação ao desenvolvimento de seu espaço urbano e a Paralela tornou-se, junto com a orla atlântica norte, a principal referência dos projetos que concorriam pelo futuro da capital. Foi uma disputa que envolveu atores de movimentos sociais, do Estado, da imprensa, da academia, do empresariado, de instituições da sociedade civil organizada e da população em geral, essa última muito marginalizada.

Estavam em jogo os rumos da cidade e dos diversos grupos sociais que viviam nela.

⁶ São muitos os cientistas sociais e historiadores que, ainda não de forma cientificamente sistematizada, consideram como golpe parlamentar o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Sobre a interpretação histórica do *impeachment*, escreve, por exemplo, Carlos Zacarias de Sena Júnior: “Somos contemporâneos não da ditadura, mas da democracia consolidada na transição e consubstanciada na Carta Constitucional de 1988. Não por acaso, frente à nossa última catástrofe, exatamente o golpe que rompeu o pacto firmado em 1988, que muitos estudiosos costumam citar como encerramento da Nova República, é que pesam as maiores incertezas sobre a possibilidade de se estabelecer uma precária e, no entanto, desafiadora, incipiente historiografia” (2018, p. 14).

⁷ Nesta dissertação, região da Avenida Paralela designa a área territorial urbana compreendida entre o chamado “Miolo” de Salvador (entre a Paralela e a BR-324) e a orla atlântica norte (entre a Paralela e o oceano Atlântico) na exata medida dos 13 km de extensão da via.

O embate ocorreu substancialmente nas principais esferas públicas institucionalizadas das democracias liberais: midiática, parlamentar, científica e jurídica. Os cidadãos comuns não tiveram ausentes, mas a participação popular teve um papel secundário em razão de mecanismos de exclusão dessas esferas, deliberada ou inconscientemente acionados. Nesse contexto, a partir de 2004, Salvador viveu o que pode ser entendido como um processo único de judicialização das regras urbanísticas, cujo último movimento, no período, foi a aprovação em 2016 das atuais normas urbanas sem intervenções da Justiça.

A história urbana de Salvador em tempo presente é indissociável dessa disputa e somente compreensível a partir dela. No debate sobre as novas regras urbanas da capital, atualizaram-se continuidades de um processo histórico em que projetos de modernização⁸ e democratização urbanas cruzaram-se com agendas de proteção do meio ambiente. Nesse cruzamento, típico da contemporaneidade mais recente, dois grandes projetos distintos de modernidade disputaram a configuração urbana da capital, a partir de significações específicas sobre a noção de sustentabilidade e as diferentes apropriações do conceito de desenvolvimento sustentável. Ambos dialogavam com uma expectativa, nem sempre explícita, de efetivar uma modernidade urbana possível. No período, predominou a tônica de tentar estabelecer uma verdade sobre a cidade, a partir dos veredictos do saber jurídico e urbanístico e seu pressuposto domínio sobre o futuro urbano, quando, sob o axioma do planejamento racional, estava o imprevisível do próprio exercício político e seus interesses sociais, legítimos ou não, republicanos ou não, em jogo. Isso, independentemente de que apropriação de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade guardasse consigo a verdade histórica em potência – ou seja, qual delas efetivaria a modernidade urbana possível, como justa evolução do pacto constitucional que marca o nosso tempo.

⁸ Modernização é entendida como o movimento de transformação sociopolítica gerado pela aceleração instrumental dos processos técnicos e tecnológicos e sua relação com a economia. A modernização urbana é a concretização, a partir da industrialização, desses processos no espaço das cidades, a exemplo da malha viária automotiva e metroviária e o crescimento, horizontal e vertical, da mancha imobiliária. Dessa forma, a modernização pode ser vista como uma faceta material intrínseca à modernidade – indissociável da sua outra face, espiritual, o modernismo. Por sua vez, a modernidade é compreendida como uma dimensão histórica instituinte, consolidada a partir do século XVIII e presente até hoje, cuja marca principal é a expressão dialética da simultânea existência da construção e da destruição, guiado por um anseio de racionalização do mundo, em que o novo uma vez erigido está dado à ruína em nome do progresso. Assim, os projetos que disputavam o futuro urbano de Salvador bebiam desta ambígua relação entre as possibilidades de progresso e seus limites. As compreensões de modernidade e modernização são aqui realizadas à luz da análise de Marshall Berman (1986, p. 87-125).

Nesse jogo de dizeres e fazeres entre ciência e política, a “cidade sustentável” poderia ser mais um “híbrido” de Latour (1994)⁹, como projeto da ilusão de nossa pretensa modernidade. Se o autor está correto, de que talvez nunca tenhamos sido de fato modernos, porque a apropriação do mundo dada pela separação entre o saber e o poder foi uma espécie de autoengano civilizacional (só há algum tempo corrigido, o que teria desnudado nossa falsa modernidade), a disputa pela cidade, pelo seu espaço urbano, com as máximas do Direito e do Urbanismo a contornando, talvez tenha sido um resultado dessa indissociabilidade entre a política e a ciência, na corrida pela própria modernidade. Talvez, por isso, nenhuma proposta escapasse, em tese, a ditames imperiosos do crescimento econômico e do desenvolvimento urbano, relacionadas a premissas, efetivas ou não, de proteção ambiental e de democracia. Haveria ainda alguma chance de ser moderno, sem tais elementos no horizonte? Por um lado, predominava a noção de modernização articulada aos interesses de grandes construtoras e incorporadoras imobiliárias; do outro, sobressaía a pauta ambientalista ancorada em ressignificações da noção de direito à cidade. O embate deu-se por meio de apropriações discursiva e prática de saberes e poderes¹⁰ científicos, políticos e econômicos com os quais os conflitos eram instituídos nas práticas e discursos dos sujeitos. Discursos contraditórios de apelo a princípios democráticos combinaram-se a conhecimentos técnicos especializados do direito ambiental e do urbanismo que se inscreveram na institucionalidade normativa do Estado. Sob esse contexto, a pergunta que norteia esta narrativa historiográfica é: que cidade resultou da disputa entre os dois grandes projetos de desenvolvimento urbano para Salvador e como tal resultado foi possível naquele período?

⁹ Para Latour, o mundo moderno é “um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social (1994, p. 33).

¹⁰ Saber e poder são entendidos a partir de uma perspectiva foucaultiana. Como o autor argumenta em “A Verdade e as Formas Jurídicas” (2005), o conhecimento é constituído por relações de poder dadas num jogo de forças no qual a verdade se constrói, normatizando comportamentos na própria prática, ao invés de estar dada a priori, à espera de revelação por um sujeito do conhecimento predeterminado e determinando ações. Na obra, Foucault, dando ênfase ao Direito Penal, aponta como as práticas jurídicas são, no mundo ocidental, grandes protagonistas nesse jogo. Embora este trabalho assuma com o autor o papel de posituação de normas e comportamentos sociais da natureza difusa e capilar do poder, compartilha-se também da análise de Lebrun (2003) e sua perspectiva central-normatizadora hobbesiana defendida na obra “O que é poder”. A partir de um misto de elogio e crítica feito pelo autor a Foucault, entende-se que as diversas relações de poder-saber ou de saber-poder estão condicionadas a um poder central, o qual vai repousar em última instância no Estado, já que não haveria sociedade possível sem a mediação estatal moderna entre os princípios da disciplina e da liberdade. Ou ainda, seguindo o entendimento de Monclar Valverde, “Foucault igualmente não ‘esquece’ ou dilui a problemática do Estado na fragmentação microfísica da malha disciplinar. Sua *démarche*, ao afirmar a dimensão *relacional do poder*, procura simplesmente opor, à velha postura naturalista que busca compreender a “evolução do Estado” ao longo do tempo, a pesquisa das práticas efetivas de dominação que assumem formas hegemônicas através de políticas de Estado, na forma das organizações e no funcionamento das instituições sociais” (1986, p. 185).

Informada por uma bibliografia especializada sobre espaço urbano, oriunda da Geografia e do Urbanismo¹¹, esta pesquisa sustenta que o projeto capitaneado pela perspectiva imobiliária da iniciativa privada hegemonizou-se¹² em detrimento do projeto que defendia o direito à cidade, que pautou e limitou relativamente essa hegemonia. A cidade se tornou ainda mais social e espacialmente segregada, com um tecido urbano disperso e fragmentado, que distancia os diversos lugares (pobres ou ricos, centrais ou periféricos) por meio da menor ou maior capacidade de acessar o bem-estar ou mesmo a sustentabilidade, cada vez mais privatizados e desfigurados. A comunicação dos lugares passou apenas a subsistir na interligação fugidia e necessária do rápido deslocamento. Da modernidade possível, adveio a velocidade do adensamento e da mobilidade do metrô. No entanto, mais importante que ratificar essa constatação via uma historicização do processo que lhe deu causa, o objetivo é tentar compreender e explicar que horizontes e condições de possibilidade estavam em cena e em jogo, quando o resultado ainda não estava dado e nem era previsível.

Na disputa em torno do espaço urbano de Salvador, atores do Estado, do mercado imobiliário e da sociedade civil organizada entraram em conflito para definir as regras urbanas da cidade, por meios específicos de operar e acionar os instrumentos dos projetos em jogo. Basicamente, dois grupos ou alianças protagonizaram o embate. De um lado, o grupo que será chamado de “aliança verde” alinhou-se em torno de uma agenda urbano-ambientalista. Do outro, o grupo da “aliança imobiliária” organizou-se a partir de uma pauta econômico-imobiliária. Com essa identificação aparentemente dualista, não se quer enquadrar os sujeitos sociais, suas atitudes e percepções, em herméticos blocos classificatórios quanto à natureza política de suas atitudes. Os atores praticaram ações e discursos contraditórios e sofreram constrangimentos do campo social em que estavam inseridos. É razoável considerar, porém, que os sujeitos, em diferentes fases do período

¹¹ Glória Figueiredo (2015) mostra, por exemplo, como as empresas imobiliárias tiveram, recentemente, prevalência sobre a constituição do espaço urbano da capital, a partir da análise de licenças concedidas pela Prefeitura Municipal na década de 2000. Já em “A Cidade como Negócio”, Ana Alessandri Carlos, Danilo Volochko e Isabel Alvarez argumentam que a “noção de urbano como negócio procura evidenciar uma mudança de sentido, ou melhor, pretende esclarecer o sentido contemporâneo hegemônico assumido pela cidade e pelo urbano: reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação do capital *no* espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção *do* espaço urbano” (2015, p. 8).

¹² Utiliza-se esta expressão à luz do conceito de hegemonia definido em termos gramscianos, a partir da compreensão de Jorge Almeida (2010). Sem qualquer contradição ao entendimento de poder à luz de uma intersecção entre Lebrun (2003) e Foucault (2005), concebe-se hegemonia como uma combinação entre direção e dominação, numa dialética entre consenso e coerção. A hegemonização citada seria, no caso concreto, a viabilização pelo Estado, referendado pela sociedade, do projeto imobiliário mercadológico nas previsões e materializações urbanísticas da Avenida Paralela e região.

histórico analisado, organizaram-se em torno de uma unidade de compreensão, posicionamento e expectativa sobre a configuração urbana da avenida e da cidade. Em um projeto, propunha-se a mercantilização do espaço urbano, em prol dos interesses do setor imobiliário privado sob a tônica das demandas individuais do mercado. Noutra, apontava-se para a intervenção do Estado como ponto de equilíbrio entre a lógica mercadológica, as políticas de inclusão social e a proteção ambiental. Nos dois casos, tentava-se viabilizar projetos de modernidade urbana, em que os significados de modernidade não eram os mesmos e acionavam sentidos distintos quanto ao que seria uma cidade moderna e sustentável.

Na “aliança verde”, filaram-se promotores de Justiça do Ministério Público estadual e Federal, ambientalistas da ONG Gambá, cientistas do urbano dos movimentos Fórum A Cidade Também É Nossa e Participa Salvador, representantes da Federação de Associação de Bairros de Salvador (Fabs) e de entidades de classe (de engenheiros, jornalistas e advogados), alguns jornalistas do A Tarde e políticos da oposição. Da “aliança imobiliária” fizeram parte atores do governo municipal, representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), de grandes empreiteiras como a OAS e a PDG, de outras não tão grandes como a Patrimonial Saraíba, a Construtora NM e Sena Construções Ltda., além de políticos da situação e alguns integrantes do A Tarde (diretores, principalmente). Embora não tão alinhados ao segundo grupo, há uma atuação importante de grandes empresas do sul e sudeste do país que entraram com força no mercado baiano naquele período, como a Gafisa e a Cyrela. O projeto do último grupo formulou um conceito privatista de sustentabilidade, respondendo a demandas práticas de determinados grupos sociais via soluções imediatas e individualistas. Já o primeiro construiu uma acepção democrática de sustentabilidade fundamentada em um arcabouço reformista, com ênfase nos direitos sociais e na construção de um Estado promotor de bem-estar social¹³, como legado subsidiário da Constituição Federal de 1988.

¹³ É importante apontar para a complexidade do debate sobre constituição histórica do Estado de Bem-Estar Social. A discussão sobre causas, origens e definições do chamado *welfare state* é vasta no campo das ciências sociais. Ver Esping-Andersen (1990). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 26 abr. 2018. Célia Kerstenetzky (2012) apresenta uma pesquisa aprofundada sobre as origens do *welfare* (ligadas à era de ouro do capitalismo na sua fase keynesiana), suas dificuldades e desenvolvimento em tempos mais recentes, com ênfase no Brasil.

Tratou-se de um momento histórico decisivo para a tentativa, fracassada, de consolidação do processo de democratização do espaço urbano de Salvador. O embate entre os diferentes projetos de desenvolvimento urbano tensionou as fronteiras entre o público e o privado, as instituições do Estado, e chegou a situações-limite: a disputa por territórios na Avenida Paralela deu-se em torno de mortes, intensos conflitos judiciais, acusações de corrupção, questionamentos ao Poder Judiciário e vulnerabilidade de uma tradicional organização jornalística, o jornal A Tarde. No chão urbano concreto, o pensamento urbano privatista encontrou adesão na sociabilidade urbana, enquanto predominou na atuação pragmática do jogo político empenhado por determinados atores do Estado. A Avenida Paralela foi consolidada como grande via expressa para a construção de uma cidade capitalista: nela, promoveu-se o crescimento, por meio de significativo adensamento urbano que perpetuou a segregação socioespacial, com a chegada de vultosos empreendimentos imobiliários e viários, entre eles a implementação do metrô no canteiro central da avenida.

Esta dissertação busca nos aportes da História Urbana (HU) e da História do Tempo Presente (HTP) a base metodológica e epistemológica para se debruçar sobre um objeto ainda não abordado pela historiografia: a disputa pelo território urbano de Salvador no século XXI. A produção historiográfica que se ocupa da história urbana e, de algum modo, da questão urbana de Salvador remonta a outros recortes temporais, distante das proposições epistemológicas da HTP, apesar da vasta produção científica de historiadores no campo da história urbana no Brasil.

Há muitos trabalhos que se preocupam em problematizar as reformas urbanas das grandes cidades, sobretudo aquelas implementadas nas primeiras décadas do século XX. Sob a tônica ideológica da modernização, as pesquisas abordaram os problemas da higienização, da reificação dos espaços, do ordenamento público, do controle social, entre outros. No que se refere à cidade de Salvador, Rinaldo Leite (1996) tratou especificamente dos projetos de reforma urbana no período da Primeira República, caracterizados por ideais modernizantes, progressistas e civilizatórios baseados nos modelos europeus de cidade, que propunham intervenções higienistas e de condicionamento do comportamento social. Jorge Almeida Uzêda (2006), por sua vez, trabalhou com as mudanças urbanas modernizadoras ocorridas na capital baiana na Era Vargas (1935-45) e como a população reagiu e negociou com uma cultura urbana que ali

aflorava com a modernidade. Há ainda a análise das transformações urbanísticas realizadas em Salvador a partir do Movimento Baixa do Marotinho, entre 1974 e 1976 (LIMA, 2009), numa discussão que envolve os problemas da luta pela moradia, do direito à cidade e da expansão urbana. E também existem reflexões sobre a organização do espaço urbano de Salvador nos anos de 1834 a 1855 (SANTOS, 2011), quando a ideia de civilização estava associada a uma perspectiva de ordenamento da cidade, por meio da medicalização de lugares e costumes da população. Nesse contexto, a autora pensa a relação entre os indivíduos e o destino dado ao lixo produzido na cidade.

Com ênfase na modelação arquitetônica do espaço urbano, há produções científicas preocupadas com as repercussões ideológicas do urbanismo modernista desenvolvido na Europa e importado para as grandes capitais do Brasil, como os trabalhos de Pinheiro (2001) e de Paiva (2001). Assim como esta pesquisa, esse último se utiliza bastante dos jornais como fontes precípuas. Diferente do que usualmente se vê na historiografia, a riqueza dos relatos jornalísticos como fontes históricas é tratada nesta dissertação com o cuidado metodológico indicado e apresentado por Tânia Regina De Luca (2005), sem cair nos esquemas reducionistas que aprisionam as complexidades dos conteúdos jornalísticos a um comportamento empresarial predeterminado por interesses capitalistas de seus acionistas ou proprietários. Se esses são condicionantes fundamentais, não menos importante é a relação ambígua e complexa entre conteúdo e jornalistas, jornalistas e comunidade leitora, anunciantes e veículo, cujos indícios são perceptíveis ou tangíveis pela análise dos elementos de edição e editoração, mas também levando em consideração os traços extralinguísticos – o que demanda a compreensão da historicidade do próprio jornalismo e do jornal em estudo.

A história urbana também aparece em áreas de concentração sobre cidade, política, memória e história oral; em abordagens específicas sobre as reconfigurações do espaço preocupadas com a dimensão das políticas públicas e as apropriações a partir de um imaginário coletivo (OLIVEIRA, 2012); com a historicidade das praças urbanas (CALDEIRA, 2007); e com as transformações do espaço público e a sociabilidade nele e através dele construída (PALMA, 2010). Em “História Urbana – Memória, cultura e sociedade”, vários autores também se preocupam com os “olhares sobre o urbano e a tessitura das relações com a *urbes*, levando em consideração as transformações ocorridas” (2013, p. 12). No entanto, eles centram as reflexões nos períodos colonial e da transição

entre o trabalho escravo e a liberdade na cidade do Rio de Janeiro. Análises sobre as transformações urbanas na capital carioca também ganham destaque em “Cidade: história e desafios”, obra que reúne um olhar interdisciplinar sobre o espaço urbano. Com perspectivas da antropologia, geografia, sociologia, arquitetura, urbanismo e da historiografia, o livro apresenta distintas chaves de entrada para a compreensão das cidades, com ênfase para a constituição do campo do urbanismo e dos diferentes saberes que o constituíram, da memória urbana e do discurso do patrimônio. Como bem registra a historiadora Lúcia Lippi, a organizadora do livro, a cidade do século XXI suscita questões variadas, o que pedia e ainda pede “um mapa de navegação da história e dos desafios do tempo presente” (2002, p. 12). Há também pesquisas que trazem uma abordagem do espaço urbano com uma análise de suas transformações no tempo e as repercussões das representações culturais sobre ele, inclusive tomando os jornais como fonte e analisando o discurso jornalístico. Goodwin (2007) analisou a representação das cidades mineiras de Diamantina e Juiz de Fora no discurso divulgado pela imprensa no período de 1894 a 1914. A narrativa e o discurso jornalísticos são consideradas como elementos importantes para a construção da cidade, da vida urbana ou do espaço urbano em Cruz (2000), Lira (2005), Monteiro (2006), Musse (2007) e Vilella (2015). Há ainda trabalhos que tratam da relação entre jornais e espaço urbano sob a perspectiva da disputa de poder, sobretudo no âmbito discursivo (OLIVEIRA, 2014; SANDER, 2013).

Quanto ao espaço urbano da Avenida Paralela, que ganha ênfase neste trabalho, as pesquisas preocupadas com a urbanização da região estão circunscritas às áreas da Geografia e da Arquitetura e Urbanismo, além de especialidades afins, como Desenvolvimento Regional e Urbano e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social¹⁴. Nesses estudos, a proposta epistemológica repousa muito mais em problematizações sobre os resultados vistos nos espaços, do que em reflexões relacionadas aos processos históricos que inscreveram neles uma dinâmica de continuidades e rupturas. Nesta dissertação, a proposta é inversa. O espaço aqui não é pensado apenas a partir do que já é ou do que já foi, mas do que se projetava ser ou do que poderia ter sido diante da indeterminação do entrelaçamento de fatos em meio a diferentes circunstâncias. O espaço aqui é tempo, é lugar, à luz do pensamento de Michel De Certeau (1990). Para o autor, o “lugar” é o chão por onde os sujeitos históricos se

¹⁴ São exemplos os trabalhos de Raphael Fontes Cloux (2007), Marcelo Amorim Correia (2007), Cristina Filgueira de Araújo (2014) e Adriana Rocha Perazzo Oliveira (2015).

movimentam e constroem espaços, a partir de narrativas fenomenológicas. “Os relatos efetuam, portanto, um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm com os outros” (CERTEAU, 1990, p. 203). Nesse sentido, a configuração espacial da Avenida Paralela e o futuro da cidade de Salvador nunca estiveram predeterminados, mas foram sendo construídos no movimento entre o saber e a ação, por meio de mediações entre sujeitos concretos. Portanto, esse lugar não é apenas um discurso, solto, sobre o território. A materialidade urbana que condiciona os atores históricos é perpassada pela historicidade do capitalismo e suas formas de reprodução do espaço, na era do meio técnico-científico-informacional, onde “se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais” (SANTOS, 2007, p. 41).

Com essa noção de lugar, a história urbana é tomada como lócus privilegiado para uma História do Tempo Presente (HTP). Entende-se história urbana à luz de Maria Stella Bresciani (2018), que produziu uma historiografia a partir de problematizações sobre a “questão urbana” no seu nascedouro, no século XIX. Nessa perspectiva, a cidade é associada à ideia de modernidade, interligada às imbricações que o surgimento do conhecimento articulado e sistematizado sobre as cidades, o Urbanismo, trouxe para a arena política e, principalmente, para a produção dos espaços urbanos. Expressão material dessa modernidade urbana, a cidade é, então, concebida “como um espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas” (BRESCIANI, 2018, p. 46). O tecido urbano concreto, em suas ruas, edifícios, casas, esquinas, praças e avenidas, materializou ao longo do tempo a relação de um saber urbanístico (nas suas associações com o conhecimento científico da arquitetura, engenharia e medicina, principalmente) e as contingências sociopolíticas de cada momento, normatizando ações e discursos na vida cidadina moderna e capitalista. O tecido urbano tem, assim, o seu corpo político. No período e espaço históricos em estudo, essa “questão urbana” abriga a consolidação de um saber novo, um híbrido do Direito e da Ecologia (o Direito Ambiental), o que reconfigurou a relação dos saberes-poderes e a normatização contingente que decorre deles. Normatização essa muito arraigada a uma institucionalidade jurídica e científica, sem que o corpo social e político fosse por ela normalizado por meio de uma pedagogia política que retirasse das noções de

sustentabilidade e desenvolvimento sustentável a ambiguidade possível de ser “sequestrada” pela lógica, também normatizante, da economia capitalista e sua forma de reproduzir o espaço urbano. A norma jurídica, a lei, preta daqueles saberes, novos e antigos, foi então a referência-limite de como, na carne da história urbana de Salvador, horizontes de expectativa, operando diferentes apropriações do princípio da sustentabilidade, articularam projetos de cidade, de sociedade e pacto político brasileiros. O que reitera a possibilidade de perceber, como aponta Bernard Lepetit (2016), que a história de uma cidade traz na sua morfologia urbanística diferentes temporalidades. Sua historicidade é “um processo temporal complexo, no sentido de que o sistema vê seus elementos surgirem de uma pluralidade de tempos descompassados cujas modalidades de combinação geram uma mudança a cada instante” (LEPETIT, 2016, p. 174). Ou seja, a história urbana é um campo que não “apenas tematiza processos econômicos, sociais e culturais que ocorrem na cidade, mas como a organização da sociedade no espaço urbano e sua formação ao longo do tempo histórico colocam barreiras ou facilitam esses processos” (MONTEIRO, 2012, p. 109)¹⁵.

Inserida em um contexto histórico mais amplo, a história urbana de Salvador no início do século XXI foi construída por discursos e ações de sujeitos históricos com diferentes horizontes de expectativa. Eles retomaram experiências e desdobramentos da redemocratização do Brasil, depararam-se com relações conjunturais do país na nova ordem capitalista mundial e responderam a demandas práticas da vida cotidiana. Por isso, a práxis dos diversos atores não foi unidimensional. Há significados contraditórios sobre progresso, modernidade e desenvolvimento sustentável que acionaram diferentes temporalidades. Os sentidos mudaram a depender de cada projeto e a cada momento.

No contexto dessas temporalidades, a disputa pela cidade não surgiu como um passe de mágica ali nas duas primeiras décadas do século XXI. Não é somente ou principalmente porque dada num recorte temporal tão próximo, que essa disputa pode ser interpretada a partir dos aportes teórico-metodológicos da HTP. Campo de conhecimento

¹⁵ Para Monteiro, “falta ainda uma definição clara do que seria a História Urbana entre o empirismo das biografias urbanas produzidas pelos biógrafos, o formalismo da história do urbanismo feita pelos urbanistas e a história das cidades escrita pelos historiadores” (2012, p. 105). Não obstante, o autor aponta para as potencialidades de uma historiografia pautada nas concepções da Nova História Cultural. No caso desta dissertação, não se trata de uma história da cidade, pois o objetivo não é construir uma biografia urbana, atenta aos grandes acontecimentos de uma macropolítica, tampouco uma história do urbanismo, preocupada com formalidades estético-arquitetônicas e sua evolução no tempo.

ainda em afirmação, a HTP trouxe para a dimensão espaço-temporal novos significados filosóficos e historiográficos. “A característica da História do Tempo Presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e o que ele estuda” (LAGROU, 2007, p. 36). Como aponta Henry Rousso (2016), a HTP tem a especificidade de enredar, umbilicalmente, passado e presente, pela própria ação do historiador, como observador participante de uma presença que, para se apresentar como narrativa historiográfica, é posta em análise como uma paisagem congelada, apta, no entanto, a desvendar a transição entre as diferentes temporalidades que atravessam o tempo presente. O autor francês, corroborando o entendimento de Hartog (2014), considera que a HTP é marcada pela historicidade presentista e sua descrença no porvir. Assim, para ele, sempre há na HTP uma tensão entre memória e história, experiência e conhecimento, distância e proximidade, subjetividade e objetividade, pesquisador e testemunha. Isso porque a HTP “se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é uma 'ainda-aí'” (p.18). Assim, a disputa pelo desenvolvimento urbano da capital, no século XXI, insere-se na história urbana de Salvador em tempo presente, pois a narrativa historiográfica, costurada por um observador também participante dos fatos estudados, suscita temporalidades e horizontes de expectativa que não surgem ali naquele período, mas que se apresentam no presente como formas de ação e percepção dos sujeitos, acionando consciente ou inconscientemente uma memória e um imaginário coletivo, no caso, do princípio da sustentabilidade (rebento da segunda metade do século XX) e sua relação com a redemocratização (no Brasil, rebento dos anos 1980).

Nesse sentido, a HTP possibilita uma ressignificação de perspectiva, dando espessura e duração ao presente (ROUSSO, 2016), que implica consequências metodológicas. Junto à riqueza de documentos públicos (oficiais ou oficiosos) e privados, a HTP pode lançar mão de fontes orais, sem necessariamente construir uma História Oral. Apesar das entrevistas com atores históricos ainda vivos, e de a questão urbana da Paralela e região não ser um cadáver que a história deixou para trás, a memória não ganha nesta pesquisa uma dimensão primeira. Isso não impediu que cuidados teórico-metodológicos fossem observados. As falas ou relatos feitos pelos entrevistados não foram tomados, exclusivamente, como acesso a uma “memória pura” bergsoniana ou a uma “memória-trabalho” socialmente condicionada de Halbwachs, mas como uma conciliação entre as

duas, acatando assim a sugestão de Stern citada por Ecléa Bosi (1994; p.68). Nem conservação absoluta, nem livre construção, a memória torna-se o próprio ato de narrar, em que no presente mesmo o passado se apresenta e sobrevive. Mas os entrevistados não foram tratados como testemunhas de um passado, acolhendo o conselho metodológico de que “não se deve designar toda pessoa entrevistada como uma testemunha que dá um depoimento, sendo esta palavra tomada num sentido relativamente estrito” (VOLDMAN, 2006, p. 246). Por outro lado, não se trata de uma narrativa historiográfica pautada pela História Oral. Lagrou (2007) adverte que a História Oral teve, basicamente, dois usos historiográficos: o da escrita militante “dos de baixo”, em substituição a narrativas tradicionais, e aquela “elitista”, relacionada aos “grandes testemunhos, grandes entrevistas e grandes colóquios” (Ibidem, p. 33). Nesta dissertação, o uso de recursos metodológicos da História Oral está longe de querer sustentar uma historiografia calcada numa topografia social, que adotaria, de saída, narrativas de oprimidos em detrimento daquelas de opressores, ou vice-versa. Sua adoção importou pela possibilidade de entrevistar e dar voz a pessoas que vivenciaram os acontecimentos em análise, cujas narrativas não admitiriam a rubrica de histórias de sobreviventes, porque não foi sobre uma experiência traumática, necessariamente, que suas vivências e sentidos de devir foram assentadas, embora não se tenha perdido de vista as entregas e cicatrizes emocionais em jogo. É nesse sentido que a oralidade ganhou determinado valor narratológico, do qual e no qual as tensões, distensões, consensos e dissensos narrativos e discursivos dotaram a análise de algum sentido histórico.

Foi importante que a memória tenha sido considerada como elemento constituinte das percepções e interpretações dos sujeitos sobre os fatos, mas o primordial para a análise foram as possibilidades de atuação que estavam dadas no jogo entre materialidade urbana e cultura, no qual são identificáveis as rupturas e continuidades em relação ao passado (Ibidem, p. 45). A análise histórica da disputa pela cidade não se reporta propriamente à materialidade do espaço urbano em si mesmo, embora ela seja imprescindível. O mais importante é como ela dialogou com os lances de um jogo entre saberes-poderes, que informaram e se informaram de pensamentos, conhecimentos, ações e comportamentos. Assim, a força metodológica da HTP está assentada nesta dissertação num viés intersubjetivo da construção da pesquisa e da narrativa histórica, pois está preocupada com a historicidade de saberes e poderes que, junto às suas imbricações econômicas e políticas, emergiram na contingência histórica e deram vida a fatos que modularam o

espaço urbano.

Para construir e demonstrar o argumento central da pesquisa, a dissertação está organizada em três capítulos. No **capítulo I**, *O princípio da sustentabilidade¹⁶ e as regras urbanas de Salvador no século XXI*, são analisadas, principalmente, as normas urbanísticas da capital baiana que foram aprovadas pelos Poderes Legislativo e Executivo. São elas os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2004, 2008 e 2016, e as Leis de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos) de 2012 e 2016. De forma complementar, também são analisadas matérias jornalísticas que abordaram (e participaram das) as discussões em torno da elaboração, aprovação ou judicialização das normas; documentos judiciais produzidos pelo Ministério Público estadual (MPE); produções científicas da promotora de Justiça Cristina Seixas Graça e do urbanista Fernando Teixeira; e textos públicos, disponíveis na internet, de cientistas do urbano que se associaram para interferir na elaboração das regras da cidade.

O capítulo pretende descrever e explicar que pensamento sobre a cidade ditou os termos e as previsões das regras urbanísticas da capital durante o período. Defende-se que houve uma disputa entre dois projetos de modernidade que acionaram pensamentos conflituosos sobre a noção de sustentabilidade, tensão que desembocou na judicialização das normas urbanas. Essa judicialização configurou um único processo histórico ocorrido entre 2004 e 2016, cujo gatilho foi disparado com a instauração de uma sociabilidade urbana representada pela chegada de grandes condomínios residenciais fechados na região da Avenida Paralela na virada do milênio. Por princípio da sustentabilidade, entende-se a consolidação da noção de “desenvolvimento sustentável” no vocabulário político e no arcabouço epistemológico dos atores sociais em cena, sobretudo nas esferas política, econômica e jurídica. Procura-se mostrar como apropriações desse conceito permearam toda a construção das normas urbanas da capital e dos discursos que disputavam na esfera pública a definição e elaboração dos dispositivos legais. O argumento é que uma imprecisão e ambiguidade originárias do conceito de

¹⁶ O “princípio da sustentabilidade” não deixa de fazer uma relação assimétrica com a obra de Hans Jonas “O Princípio da Responsabilidade: Ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica” (1979), na qual o autor propõe uma nova ética para a humanidade fundada no paradigma epistemológico da “ecologia profunda”, pelo qual o homem deixaria para trás sua vocação autoproclamada de senhor da natureza para transformar-se em um ser eticamente integrado a ela. No caso, a sustentabilidade não se constitui propriamente por esse paradigma, mas também não deixa de sofrer influência de uma circunstância histórica em que foi possível a ele aparecer e ser pensado.

“desenvolvimento sustentável” (VIEIRA, 2004) foram reeditadas nas apropriações políticas e semânticas dos distintos projetos de modernidade urbana que disputavam o futuro de Salvador no início do século. A reedição não foi fortuita nem casual, mas surgiu em meio ao legado do horizonte da democracia urbana instituído na Constituição Federal de 1988 e reforçado no Estatuto da Cidade, de 2001, norma que regulamenta as políticas urbanas previstas nos artigos 182 e 183 da Carta Constitucional. Nesse sentido, a utilização do conceito apresentava-se quase como um imperativo histórico. O projeto privatista da “aliança imobiliária” disputou o sentido de “desenvolvimento sustentável” com o projeto da “aliança verde”. Ainda que nem sempre de forma explícita, os sentidos do conceito difundidos nas discussões públicas passaram invariavelmente pela definição ampla e vazia do “socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado”¹⁷. Isso não significa que não haja conteúdos menos ou mais adequados a essa aberta definição. O problema é que não existiu uma justaposição entre o conceito e a realidade que pudesse identificar, sem nuances, o que concomitantemente era injusto, desequilibrado e inviável. Os condomínios-fechados de alto luxo, da Paralela, poderiam ser a justa expressão de uma injustiça insustentável? Ou seria, então, as próprias regras urbanísticas? No transcurso do processo, não houve consenso irrestrito e claro, na sociedade, sobre essas questões, independentemente do julgamento retrospectivo que se possa fazer.

As noções de desenvolvimento sustentável eram moldadas conforme os projetos em pauta, pelos quais ele passou a ser um objetivo anunciado tanto da perspectiva imobiliária, por um lado, quanto da visão urbano-ambientalista, por outro. Até porque ambos os prismas, ao matizarem o princípio da sustentabilidade, repousaram numa premissa mais geral e difusa da contemporaneidade ocidental: a resignificação da noção de progresso, seja ele material ou moral. Igualmente, os dois projetos valeram-se da legitimação do saber científico do direito ambiental e do urbanismo, que remonta à atual historicidade da sociedade ocidental e ao status da ciência a ela correspondente.

Segundo François-Hartog (2014), predomina hoje no Ocidente o regime presentista de historicidade, que se caracteriza por um afastamento quase insolúvel entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa, a ponto do futuro quase sumir. Essa ruptura

¹⁷Assim é definido o desenvolvimento sustentável nos textos dos PDDUs de 2008 e 2016, respectivamente as Leis nº 7.400/2008 e 9.069/2016.

iminente seria dada pela indeterminação e imprevisibilidade de um futuro que se teria fechado com as vivências traumáticas do século XX e por um presente que teria se expandido junto à obsessão pela monumentalização do passado. As apropriações sobre “desenvolvimento sustentável” depositaram nesse conceito a possibilidade de abrir um futuro para a cidade, fundamentadas em uma percepção comum de que o progresso econômico já não poderia ser realizado a qualquer custo. Contudo, os benefícios não seriam endereçados aos mesmos destinatários, nem a conta seria paga por todos. De alguma forma, o princípio da sustentabilidade carregou em ambos os lados um projeto de modernidade urbana, no qual se planejava o futuro a partir de facetas presentistas nos discursos pautados pelos reclames ambientais de nosso tempo.

Isso não significa que o princípio da sustentabilidade se revestiu, predominantemente, de uma “ecologia profunda”, aos moldes de Hans Jonas (1979), que ergueu uma compreensão avessa ao humanismo, tal como aponta Luc Ferry (2009). O projeto da “aliança verde”, que poderia ser compreendido, à primeira vista, pelos termos de uma ética da responsabilidade, não se aferrou pura e simplesmente a uma pauta ambiental anti-humanista. Nos termos de Ferry, ele foi guinado por uma “ecologia ambientalista” (p. 31) na qual “a exigência de um meio ambiente sadio, onde o *bem-estar* dos vivos em seu conjunto esteja assegurado, se parece com a do Estado-providência cuja eclosão, ninguém o contestará, continua sendo uma especificidade da cultura ocidental” (FERRY, 2009, p. 34). Naquele projeto de cidade, pesou o legado do processo de redemocratização firmado na Constituição de 1988, que abriu uma parcial possibilidade de construção de um Estado de bem-estar social no país. A proteção da propriedade privada e de garantia às liberdades individuais (máxima liberal de não intervenção do Estado na esfera particular) passou a ser balanceada com a ideia de função social da propriedade e toda gama de dispositivos para promoção dos direitos sociais, em prol dos quais o Estado deve intervir. Não era com uma visão romântica de defesa de uma natureza selvagem intocável que os atores da “aliança verde” se preocupavam diante da expansão dos empreendimentos imobiliários por sobre os remanescentes da mata atlântica da Avenida Paralela. Informados historicamente pelo legado político da redemocratização, esses sujeitos acionaram e atualizaram diretrizes e ideais do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), nos anos 1980. Desse legado, permaneceu marcante a defesa da racionalização do planejamento urbano, condicionada a reclames ambientalistas, mas não mais tão convicta de seus propósitos de progresso. Por outro lado, o projeto da

“aliança imobiliária” não desqualificou a pauta ambiental, mas mudou seu sentido quando a privatizou por meio de uma lógica em que predominou o individualismo em detrimento de demandas coletivas. Seu objetivo não se alinhava diretamente aos direitos sociais e a façanha do desenvolvimento urbano era exercida pela iniciativa privada, com o Estado atuando no papel secundário, mas indispensável, de garantidor da exequibilidade do projeto por meio da elaboração e definição das regras urbanas¹⁸. Em suma, o que diferenciou os dois projetos foram os modos e a intensidade de acionar os significados possíveis para a relação entre a proteção do meio ambiente e o crescimento urbano.

Nesse cenário, a utilização do saber científico do direito ambiental e do urbanismo referendou a disputa de interesses, como também a de poderes. O conhecimento técnico-científico altamente especializado apresentou-se como eficaz instrumento de convencimento e de alienação. Ele foi largamente acionado para substituir, retoricamente, posições ideológicas universais – o que não é uma peculiaridade da conjuntura estudada, mas, segundo François Lyotard (2009), uma marca do mundo contemporâneo, em que há uma descrença nas grandes narrativas de explicação de mundo da filosofia e ciência modernas, como o idealismo hegeliano e o marxismo, por exemplo. As técnicas urbanísticas e jurídicas foram armas poderosas nas mãos da “aliança imobiliária” para hegemonizar suas concepções de cidade. Um bom exemplo é o argumento, usado por agentes do Poder Executivo e por empresários do setor imobiliário, de que a construção de condomínios residenciais fechados na região da Paralela seria mais eficiente para proteger o meio ambiente do que a criação de unidades de conservação pelo Estado, frente ao crescimento de moradias irregulares nas áreas remanescentes da mata atlântica. Por outro lado, a “aliança verde” também evocava o conhecimento técnico-científico para apresentar um projeto de cidade alternativo ao que se considerava totalmente irracional. O legado do modelo de racionalização e de planejamento urbano forjado na cidade na década de 1940 era convocado e atualizado na defesa da produção científica local como elemento imprescindível para projetar o futuro da cidade. Entre os dois projetos, a diferença fundamental foi que a proposta ambientalista, ao contrário da imobiliária, não era tão afeita ao imediatismo presentista, porque reivindicava o horizonte da democracia urbana como *telos* de um projeto político de longa data, ainda grávido de pautas

¹⁸ Essa situação decorre daquilo que Carlos B. Vainer (2013) e outros autores chamam de “planejamento empresarial”, no qual a cidade se torna objeto da concepção liberal como pensamento único, forjado em um consensualismo em que o debate é exercido dentro do simulacro da democracia representativa.

progressistas da modernidade. Portanto, a sua pretensão de desenvolvimento urbano guardava um futuro urbano idealmente determinado, ainda que não abrisse mão, na sua pauta ambiental, de uma dimensão conservadora. Enquanto isso, na perspectiva mercadológica, predominou o pragmatismo econômico ligado às soluções econômicas, conservadoras, de curto prazo, pois se atinha às demandas prioritariamente individuais, em detrimento daquelas coletivas. Em um, o desenvolvimento urbano estaria necessariamente vinculado a uma transformação do tecido social e urbano; noutra, estaria conectado à sua manutenção e ampliação, para fins da reprodução capitalista.

No **capítulo II**, “*O conflito urbano e a ação político-institucional: Estado, imprensa e sociedade civil organizada*”, a proposta é compreender quem são os atores em cena, com ênfase naqueles da “aliança verde”, e explicar as relações entre a disputa pelo espaço urbano de Salvador e o papel e atuação do Estado, da imprensa e da sociedade civil organizada. A “aliança verde” realizou uma agência¹⁹ significativa na disputa pelo espaço urbano de Salvador, principalmente durante o processo de judicialização das regras urbanas da capital, e articulou uma mobilização institucional que ganhou capital político e social. O destaque nesses últimos sujeitos históricos não significa que se desconhece ou se desvaloriza a ação de populares, pontual ou sistematicamente realizada. Não se ignora, por exemplo, a mobilização estratégica do Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS), bastante intensa nos anos 2000 e presente ainda hoje na ocupação de imóveis abandonados pela cidade²⁰. Do mesmo modo, não se desconhecem as inúmeras e pontuais manifestações populares por melhorias urbanas nos bairros periféricos da capital. Tampouco, não são descartadas as mobilizações contrárias à aprovação dos PDDUs na Câmara Municipal de Vereadores, as passeatas “Desocupa, João”, contra o prefeito João Henrique em 2012, e as chamadas “Jornadas de Junho”, que também se apresentaram em Salvador em 2013. A prioridade dada na narrativa a determinados atores em detrimento de outros se justifica pelo fato da luta política sobre o futuro de Salvador, no período, ter acontecido com mais relevância na dimensão institucional, principalmente na Justiça, parlamento e imprensa.

O argumento central é que o movimento de disputa tensionou as fronteiras entre essas instituições, expondo os limites institucionais do Estado. Como resultado, houve

¹⁹ Entendida como ação política estratégica.

²⁰ A atuação e história do MSTS de Salvador, fundado em 2003, são abordados por Sílvia Bochicchio (2008) e Raphael Fontes Cloux (2008).

um rearranjo político-institucional que aprisionou o horizonte de expectativa de sustentabilidade da “aliança verde” nas margens da normatividade herdada da fase de redemocratização. Esse horizonte associou à ideia de sustentabilidade a construção de bem-estar social no chão urbano, via articulação das noções político-epistemológicas de direito à cidade e democracia urbana. As limitações institucionais se depararam com práticas que abusaram do poder econômico e político e promoveram violência simbólica e física. Houve censura a jornalistas, cerceamento e retaliação à população na Câmara Municipal de Vereadores, quebra de regras, afronta a decisões judiciais, hostilidade a membros do MP e assassinatos. Entre 2008 e 2013, a disputa se tornou bastante acirrada, com desdobramentos graves, até ser costurado um ensaio de conciliação, no Tribunal de Justiça do Estado Bahia, sobre as normas urbanísticas, para restaurar marcos institucionais e pacificar em algum grau o conflito. Em um realinhamento de forças e composições de poder, a concertação se concretizou com a aprovação do PDDU e Louos de 2016, ainda hoje em vigor, fechando temporariamente o horizonte da democratização urbana, apesar das tensões não terem se dissipado de todo.

As fontes analisadas são ações civis públicas e penais ajuizadas pelo Ministério Público estadual; processos judiciais movidos por empreiteiros contra profissionais da imprensa; matérias do A Tarde; sítios eletrônicos dos movimentos Fórum A Cidade Também É Nossa – e afiliados a ele, como Vozes de Salvador, Rede de Profissionais Solidários – e Participa Salvador; atas das sessões e audiências públicas realizadas sobre os projetos de lei dos PDDUs e Louos de 2008, 2012 e 2016; a sessão de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) do PDDU e Louos de 2012; estudos especializados do Ministério Público do Estado da Bahia, como o “projeto Mata Atlântica Salvador”, com as manchas dos remanescentes do bioma na Avenida Paralela; depoimentos orais e pareceres produzidos por membros do Ministério Público, jornalistas, cientistas do urbano, ambientalistas e políticos. Os entrevistados são especificamente as promotoras de Justiça Cristina Seixas Graça e Hortênsia Pinho; o presidente do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Renato Cunha; o ex-prefeito João Henrique; os jornalistas Edson Rodrigues, Maiza de Andrade, Marjorie Moura, Patrícia França, Regina Bochicchio, Ricardo Mendes e Valmar Hupsel; e os membros dos movimentos Fórum A Cidade Também É Nossa e Participa Salvador, os urbanistas Carl Von Hauenschild, Paulo Ormino e o antropólogo Ordep Serra e o ex-presidente da Federação de Associação de Bairros de Salvador (Fabs), João Pereira.

A análise tem como fio condutor quatro acontecimentos considerados emblemáticos na disputa pelo espaço urbano de Salvador. O primeiro deles é a aprovação do PDDU de 2008 pela Câmara Municipal em dezembro de 2007, pois ele se tornou uma referência, acionada muitas vezes pelos atores nos anos posteriores dentro dos conflitos pelo futuro da cidade a partir da elaboração de suas normas. A questão do grau (in) adequado de participação popular nos debates sobre as regras urbanísticas a partir de então virou objeto central de disputa, colocando em confronto percepções sobre o alcance dos mecanismos democráticos e evidenciando contraste entre a natureza formal e prática dos mesmos. A compreensão da ação dos sujeitos é realizada levando-se em conta que, no período estudado, o horizonte da redemocratização já havia se concretizado como valor cultural e político, deixando para trás certo ceticismo e sua dúvida abismal²¹, dando lugar à convicção política de que a democracia, no caso a urbana, parecia factível pela força da institucionalidade conquistada. Nesse sentido, a ideia de ativação da sociedade civil, tão presente nos movimentos sociais na década de 1980, apareceu no período como um legado constituinte da visão mesma de política e ação estatal, muitas vezes acionado na defesa do chamado Estado Democrático de Direito. Como efeito, os atores sociais, principalmente os da “aliança verde”, depositaram uma crença, quase uma fé inabalável, na potencialidade democrática do pacto político de 1988, principalmente nos seus minoritários mecanismos de democracia participativa ou direta, enquanto a força da “aliança imobiliária” se fortaleceu no jogo político formatado pela democracia representativa, utilizando-se dos seus dispositivos, ainda que muitas vezes os distorcendo e sabotando os escassos mecanismos de acesso à participação popular.

O segundo é o litígio que envolveu a posse do terreno da antiga Fazenda Itapuã, situada às margens da via, ao lado do Parque de Exposições e próximo ao popular Bairro da Paz. O conflito resultou no assassinato do empresário André Cintra, que disputou na Justiça a propriedade do terreno com a empreiteira FB&A Construções, que tem como um dos sócios Humberto Riella Sobrinho. O empreiteiro foi denunciado em 2012 pelo MPE sob a acusação de mandar matar André Cintra²². O outro acontecimento é a greve realizada em 2011 por jornalistas do A Tarde, a primeira da história do tradicional jornal.

²¹ Preocupado com a historiografia da fase da redemocratização, Francisco Gouvea de Souza (2017) pontua como havia nos anos 1980, em paralelo, uma grande dúvida e grande aposta sobre o sucesso da democracia enquanto valor e regime político, capaz de construir um bom futuro. O autor utiliza o termo “experiência abismal” para denotar a “aparente perda de horizonte de inteligibilidade” que ele localiza naquele momento histórico.

²² O processo ainda corre em juízo, em segredo de Justiça.

A paralisação foi motivada pela demissão do jovem repórter Aguirre Peixoto Talento²³, autor de matérias contra empreiteiras responsáveis por obras na região da Paralela, entre elas a FB&A Construções. À época, havia na redação do periódico um entendimento²⁴ de que o jornalista havia sido demitido por pressões do mercado imobiliário, incomodado com a publicação pelo veículo de irregularidades ambientais cometidas na construção de obras na região da avenida²⁵. O quarto é o julgamento da Adin já mencionada acima, no Tribunal de Justiça da Bahia, que suscitou grande expectativa e contou com grande envolvimento dos atores das duas alianças, além de ser lido por eles como um momento de mudança do futuro da cidade. O julgamento também expôs a relação entre as diferentes expectativas de desenvolvimento urbano a nível local e a lógica de expansão do capitalismo mundial, pela qual o espaço urbano é visto como esfera de reprodução do capital. Nesse contexto, as cidades passam a disputar os investimentos privados. A proximidade da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, que viriam a ser realizadas no Brasil, em 2013 e 2014, inclusive em Salvador, era defendida como uma oportunidade de desenvolver a cidade, com a construção de equipamentos urbanos de grande porte, como estádios, estrutura de transporte e rede hoteleira. No entanto, havia um embate sobre o que deveria ser esse desenvolvimento e a quem ele beneficiaria.

Há uma conexão entre os atores envolvidos nos quatro acontecimentos que vai além do entrecruzamento fático de suas ações. Essa intersecção aponta para associações mais complexas entre a prática jornalística realizada pelo A Tarde, na cobertura sobre a disputa do espaço urbano da Paralela, e a própria história urbana de Salvador no tempo presente. Com um esforço para não cair na armadilha mecanicista de apontar nos fatos relações necessárias de causa e efeito, pretende-se compreender como se deram as relações de poder entre jornalistas, gestores do jornal, agentes estatais e atores do setor imobiliário.

²³ Disponível em:

http://www.portalmimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/65440/sindicato+protesta+contra+condenacao. Acesso em: 25 abr. 2018.

²⁴ O autor desta dissertação era um dos repórteres do jornal A Tarde quando da demissão de Aguirre Peixoto. Participou da paralisação, de assembleias sobre a crise financeira da empresa e de reuniões com recomendações para a quase total interdição de pautas sobre a especulação imobiliária. Fez reportagens sobre os problemas do crescimento, da mobilidade e do adensamento urbanos na via, inclusive sobre a disputa pelo terreno onde foi assassinado André Cintra. Ao lado de colegas, cobriu extensivamente as circunstâncias de seu homicídio. Meses antes, esteve com ele no gabinete da promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público estadual, Hortênsia Pinho, que atuou no conflito político-ideológico e técnico sobre o PDDU e a Louos.

²⁵ Em 02 de dezembro de 2010, o jornal publicou na editoria de Política matéria assinada por Aguirre Peixoto, na qual era noticiado o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal contra a empresa Patrimonial Saraíba por supostos crimes ambientais cometidos durante a construção do Parque Tecnológico da Bahia, na Paralela. Riella Sobrinho também era acionista daquela empresa.

Argumenta-se que o saldo dessas relações contribuiu para o fracasso do projeto ambientalista de desenvolvimento urbano. Num cenário de dificuldades financeira e comercial, vividas principalmente a partir de 2011²⁶, é possível afirmar que o jornal não investiu numa cobertura extensa e aprofundada em torno da disputa do PDDU e da Louos de 2016, quando em comparação à cobertura realizada quanto às regras de 2008. Nesse mesmo contexto, será mostrado que as estratégias de *marketing* e publicidade²⁷ passaram a ter maior peso no conteúdo produzido pelo jornal, com a cobertura das discussões sobre o desenvolvimento urbano da cidade perdendo espaço nas editorias “Local” e “Política” e ganhando terreno em cadernos especiais publicitários sob a rubrica “Imobiliários”. Diante de uma vulnerabilidade econômico-empresarial, o jornal estava preocupado em acionar estratégias mais imediatas de elevação de receita, entre elas garantir anúncios publicitários de anunciantes de peso, como os empresários do setor da construção civil e do mercado imobiliário. Paralelamente a isso, jornalistas que fizeram matérias contrárias aos interesses de empreiteiras eram processados na Justiça, sem que o jornal fosse incluído nas ações judiciais. Nesse sentido, o projeto da “aliança verde” perdeu um espaço de peso na disputa pela constituição ou transformação da sociabilidade urbana via convencimento pelo debate público²⁸.

Isso não significa dizer que, antes de 2011, o A Tarde teria assumido, sem nuances, uma postura panfletária contra os investimentos imobiliários na Avenida Paralela. Havia,

²⁶ Naquele ano, o A Tarde perdeu a histórica liderança de distribuição e venda no estado, nunca mais retomada. De lá para cá, pelo menos 125 jornalistas foram demitidos da redação e a propriedade da empresa hoje é exercida sob força de decisão judicial, depois de uma venda acionária problemática. Segundo a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o A Tarde perdeu a liderança em 2011 para o jornal Correio*, com uma média de circulação, considerando mídia impressa e digital, de 45.377 contra 61.227 exemplares. Respectivamente, os dois periódicos cresceram em relação ao ano anterior 2% e 17%. A análise desta mudança de liderança deve considerar que o Correio, antes Correio da Bahia, passou por uma reformulação gráfica com seu valor unitário caindo de R\$ 2,50 para até R\$ 0,50, no início de sua reconfiguração.

²⁷ Neste caso, parece notório que se repetiu um fenômeno do jornalismo nacional contemporâneo, no qual a autonomia editorial da redação em relação ao negócio da empresa jornalística é contaminada pelas intervenções dos setores de venda. Essa relação de autonomia é conhecida como o modelo “Estado/Igreja”, incorporado inicialmente pela revista inglesa Time, no século XIX, e adotado no Brasil no XX. Esta separação do conteúdo jornalístico (“Igreja”) do marketing e da publicidade (“Estado”) foi instituída a partir da visão do que seria um modelo saudável da prática jornalística como atividade capitalista. Ver Bucci (2000) ou artigo do mesmo autor disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/igreja-estado-e-certascircunstancias/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

²⁸ Para este entendimento, é fundamental a consideração sobre o papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Como compreende Gomes (2004), a partir do conceito de “campo social” de Pierre Bourdieu, o campo jornalístico exerce “uma forma imanente de controle e distribuição de poder material e simbólico”, que, “ao mesmo tempo, caracteriza-se como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição do capital simbólico do campo”. Na obra, o autor analisa como os meios de comunicação de massa são disputados por atores de outros campos sociais com a intenção de emplacar narrativas e ideias, mas também como a *media* entra em conflito com eles ou sofre deles constrangimentos.

no entanto, uma cobertura que explorava no conteúdo jornalístico, em matérias e reportagens, a amplitude e riqueza do debate na esfera pública²⁹ e os diversos interesses em jogo. Com o tempo, os atores da “aliança verde” deixaram de ser fontes tão recorrentes e protagonistas das notícias quanto outrora, apesar que tenham continuado a expor suas ideias no jornal em artigos na seção de opinião. Enquanto isso, o discurso da “aliança imobiliária” pautava o jornal por meio de parcerias de *marketing* via publicação de cadernos especiais ou pela promoção de eventos de debate com ampla cobertura do tradicional diário.

Nesse contexto espaço-temporal mais particular, em que foram ocorrendo as transformações urbanas na região da Avenida Paralela, correram no pano de fundo, num tempo mais alargado, continuidades e rupturas nas relações entre jornalismo, capitalismo e democracia. A compreensão da disputa entre os projetos para o futuro do desenvolvimento urbano de Salvador somente é possível se tivermos em conta a historicidade do jornalismo brasileiro, do Estado Democrático de Direito balizado pela Constituição Federal de 1988 e do papel atribuído ao Ministério Público na Nova República. Alzira de Abreu (2005; 2017) mostra como, a partir da redemocratização, houve um movimento de aproximação, não sem conflitos e tensões, entre membros do MP e profissionais da imprensa. Com as atribuições dadas ao MP pela carta constitucional de 1988, promotores de Justiça e procuradores da República passaram a ser fontes valorosas para jornalistas, uma vez que o Ministério Público se tornou a instituição legítima para fiscalizar e controlar as ações e comportamentos dos agentes dos Poderes Executivo e Legislativo. Em que pesem as tensões, de um modo geral houve, a partir da redemocratização, um alinhamento entre os discursos autorreferentes do MP e da imprensa como espécies de instituições emblemáticas da democracia brasileira e seu ideal de cidadania. Nesse sentido, elas conquistaram o *status* de defensoras da sociedade em geral e do interesse público, guardando para si o papel de desvelamento da natureza supostamente corrupta e patrimonialista do sistema político e suas promíscuas relações com a iniciativa privada. “A mídia disputa com a Justiça o poder de revelar a verdade, de apontar os culpados de um crime. A investigação do jornalista é, na sua quase totalidade,

²⁹ Esfera pública é entendida aqui tal qual Habermas (1984) a compreendeu, mas sob as ponderações de Gomes (2005): uma dimensão normativa, portanto ética, de espaços e práticas de discussão pública baseada na racionalização de argumentos, que ganham a cena pública, por debatedores, a princípio, iguais na possibilidade de expor e defender ideias. Assim, é contemplado na análise como os discursos sobre a questão urbana da Avenida Paralela articularam-se na esfera pública e como, sobretudo, apresentaram-se na “esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2005).

o resultado de suas relações com a polícia, juízes, promotores ou advogados” (ABREU, 2005, p. 4). Essa disputa não excluiu a colaboração entre as duas instituições, pelo contrário, permitiu também a prática de abusos por ambas as partes. A relação ambígua de parceria entre MP e jornalismo deu mais transparência à esfera de atuação de um dos três pilares do Estado, a Justiça, mas também a contaminou, em graus não desprezíveis, com marcas populistas e autoritárias³⁰. Nem sempre houve um equilíbrio democraticamente saudável no uso da mídia pelo MP para repercutir positivamente suas ações judiciais perante a opinião pública, por um lado, e a utilização pela imprensa do MP como manancial de fácil acesso a conteúdo de apelo social, por outro.

Na disputa pelo espaço urbano da Avenida Paralela, a relação entre jornalismo e MP funcionou, por meio da atuação de promotores de Justiça ambientais e jornalistas de A Tarde, sob a tônica de valores institucionais próprios como a impessoalidade, a imparcialidade e a objetividade da lei e da notícia, considerados e utilizados como instrumentos destinados à democracia. Ambos queriam legitimar sua independência, que foi no Brasil uma construção cara tanto ao MP, quanto ao jornalismo. Somente em 1988, o primeiro afastou-se razoavelmente de amarras políticas contundentes, pois até então os governadores dos estados selecionavam arbitrariamente os procuradores-gerais de Justiça e o concurso público não era regra de acesso à carreira ministerial. O segundo trouxe dos tempos da censura militar o ideal de liberdade de imprensa como bem maior. Passou também a sofrer nos anos 1990 processos de retomada de mudanças aliados a circunstâncias de transformações incontornáveis, relacionadas ao surgimento das novas tecnologias de comunicação e às dificuldades econômicas da imprensa escrita³¹ diante de novos hábitos sociais de consumo de notícias. Após a ditadura militar, o engajamento político perdeu fôlego face à crescente profissionalização³² do exercício do jornalismo,

³⁰ Luís Flávio Gomes e Débora Almeida (2013) analisam os efeitos perversos do “populismo penal midiático” na aplicação do direito penal, a partir do caso do mensalão e da relação entre a mídia e os operadores do direito durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal da famosa ação penal 470.

³¹ Há uma interpretação recorrente, justificada pela queda em geral da circulação de jornais impressos, que o jornalismo contemporâneo está em crise. Analisando o cenário global e brasileiro, afirmam, por exemplo Cláudio Camargo (2008, p.284): “De qualquer maneira, a questão que se coloca para o jornalismo do início do século XXI é saber como – ou se – ele sobreviverá dentro das sociedades globalizadas. A crise em que a grande imprensa se viu mergulhada nos últimos anos, particularmente no Brasil, depois de ter atingido o ápice da glória com o episódio do impeachment [de Collor], parece sugerir que não”.

³² Como mostra Alzira de Abreu (2012), a partir dos anos 1950, teve início no Brasil uma mudança substancial do perfil dos jornalistas que se intensificou à medida que o jornalismo se profissionalizou no País. “A profissionalização da categoria ocorreu em grande parte devido à massificação da cultura e à ampliação da indústria cultural. A exigência do diploma universitário em jornalismo ou comunicação (1969), a dedicação em tempo integral à atividade jornalística e a regulamentação da profissão são indicadores de uma profissionalização que deixaria para trás diletantismos românticos” (2012, p.97).

pela qual a linguagem jornalística vislumbrou uma suposta objetividade. A politização explícita passou então a ceder lugar à pretensão positivista de narrar a verdade dos fatos, muitas vezes como forma de escamotear interesses exclusivamente corporativos e empresariais. Tanto o jornalismo quanto o MP buscaram na ideia e na crença no Estado Democrático de Direito, cuja expressão jurídica seria a Carta Magna de 1988, a base de sua atuação. Foi um pacto político que consagrou o capitalismo como forma de organização da sociedade, desde que, em tese, combinado a políticas sociais, cujo resultado deveria ser uma atenuação da primazia da propriedade privada face o interesse público. Era essa percepção normativa e institucional que circunscrevia os parâmetros ético-políticos da disputa pela cidade.

Nesse enquadramento histórico, que tem na CF de 1988 sua referência normativa, os atores que disputavam o futuro não escaparam aos condicionamentos históricos de uma sociedade de capitalismo tardio³³. Durante o período, o mercado imobiliário viveu uma significativa expansão nos âmbitos local e nacional³⁴, enquanto cresciam as políticas federais voltadas a reduzir os déficits habitacionais das grandes cidades, mediante incentivos fiscais à indústria da construção civil – a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida. Grandes empreiteiras nacionais puxavam o crescimento econômico e faziam grandes apostas no desenvolvimento urbano. Agentes com grande poder econômico, como a empreiteira OAS, nascida em 1976, investiam na realização de obras em terrenos da região da Paralela e da orla atlântica. Para garantir vantagem comercial, tais agentes tentavam fixar nas leis urbanísticas as melhores condições de execução de seus empreendimentos. Por outro lado, a “aliança verde” contrapunha interesses diversos e também apresentava propostas. Ambos se infiltraram no Estado em diferentes modos e graus e influenciaram ou tentaram diretamente construir políticas urbanas. O Poder Executivo, sobretudo na era João Henrique (2005-2008/2009-2012) passou por um momento de grande instabilidade político-administrativa, com mudanças e extinções de secretarias municipais, como consequência do jogo político-eleitoral (DANTAS, 2012) e

³³ Compreendido com a perspectiva habermasiana em que o Estado assegura a legitimidade social de que o capital precisa para se reproduzir, sem absorver ele, mas sim o próprio Estado, as inconsistências ou prejuízos do sistema de produção (HABERMAS, 1999). Para o autor, o Estado do capitalismo tardio, além de garantir as bases jurídicas e premissas de permanência do modo de produção para satisfazer as necessidades do processo de acumulação do capital autorregulado pelo mercado, cumpre essa tarefa de forma mais ampla e com técnicas mais eficientes, de modo que substitui o mercado na autorregulação onde este falhou e o compensa naquilo que ele não pode atender as demandas políticas.

³⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.

das repercussões do cenário nacional em âmbito local. Já o parlamento municipal, repetindo a lógica da governabilidade por coalisão, alinhava-se majoritariamente aos interesses do governo, diante de uma oposição numericamente inexpressiva.

No **capítulo III**, *A metamorfose urbana da Paralela: a “cidade imobiliária” e a segregação do tecido urbano*, a proposta foi compreender a transformação urbana ocorrida na região da Avenida Paralela nos dozes anos que se passaram entre 2004 e 2016. Defende-se que a mudança no cenário urbano, nítida no adensamento viário e imobiliário da paisagem local, decorreu da efetivação social, política e econômica do projeto de modernidade urbana da “aliança imobiliária”, sobretudo entre 2007 e 2014. Isso significa que uma combinação de aspectos e fatores, em relação com as contingências sociopolíticas do período, permitiu que o espaço urbano da região fosse configurado conforme a articulação do princípio da sustentabilidade realizada por aquela aliança.

A transformação do cenário urbano agravou a desigualdade sociorracial que marca a cidade de Salvador, em uma longa temporalidade. A hegemonização do projeto supracitado materializou o que foi considerado aqui como o maior fenômeno urbanístico ocorrido na capital baiana no século XXI: a constituição da “cidade imobiliária”. Trata-se da construção de um grande aglomerado de edifícios, erguidos na maioria entre 2007 e 2014 no bairro de Patamares, onde passou a habitar em maior número uma população esmagadoramente branca e de alta renda. Além do impacto material no solo urbano em razão da quantidade de empreendimentos, esse aglomerado consolidou uma nova sociabilidade urbana na cidade, nos termos do que Dunker (2014) chamou de lógica de condomínio. Houve então uma certa correspondência entre as transformações em curso e os usos da cidade – para usar uma expressão característica da história urbana de Lepetit (2016). A sociabilidade urbana (entendida como uma relação dialética entre a concretude do espaço urbano e as experiências vividas nele) na região não suscitou um contraste classista entre a lógica dos condomínios residenciais privados, voltados para a classe média e alta, e a do movimento de fixação territorial de bairros das classes baixas. Se os condomínios na Paralela se apresentaram como um projeto de felicidade na sua promessa de melhor qualidade de vida, segurança e proteção oferecida pelos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) diante da violência urbana das grandes cidades brasileiras, não foram os pobres que se levantaram contra a chegada deles, embora tenham reivindicado o direito ao seu quinhão de terra.

As mudanças significaram a derrota do projeto de modernidade urbana da “aliança verde”. Isso foi possível em razão da importância da força econômica do setor imobiliário no pragmatismo do jogo eleitoral dentro de um sistema político relativamente fechado. No entanto, essa força esteve combinada ao capital social e ideológico do projeto da “aliança imobiliária” na imprensa e no judiciário e às respostas que ele apresentou às demandas práticas de diferentes grupos sociais, como emprego, segurança, lazer, comodidade e distinção social. Essa combinação fortaleceu aquele projeto, dentro de uma conjuntura em que o princípio da sustentabilidade articulado pela “aliança verde” não se aglutinou como força popular de reivindicação com objetivo determinado e específico, no qual as regras urbanísticas fossem o objeto maior de emancipação urbana e política. A preocupação com a proteção do meio ambiente foi uma bandeira empunhada com muito mais contundência por grupos sociais de maior poder aquisitivo, como moradores de Patamares – embora representantes de bairros pobres tenham também se manifestado, pontualmente, no mesmo sentido. Outrossim, as reivindicações por melhoria do bem-estar social no espaço urbano, que se sintetizavam na rubrica político-epistemológica do direito à cidade, não se articularam como uma forte mobilização popular contrária às novas regras urbanas e seu favorecimento à privatização da cidade, ainda que elas tenham se manifestado nas ruas de Salvador nas conhecidas “Jornadas de Junho”. Os reclames por melhor educação, saúde, moradia e transporte apareceram nos protestos sem qualquer associação com a distorção privatista que as regras urbanas vinham sofrendo ao longo dos últimos anos, como denunciava a “aliança verde”. Muito mais uma indignação contra o governo federal e o sistema político em geral, tais manifestações não guardaram qualquer relação com a mobilização, feita em 2012, contra o PDDU da Copa e contra o então prefeito João Henrique. Um ano depois, quando do julgamento sobre a constitucionalidade do Plano Diretor, em 2013, o chamado Movimento Desocupa já havia quase totalmente refluído das ruas.

Nesse contexto, a expansão urbana da região da Avenida Paralela suscitou, em meio à disputa pelo espaço urbano da cidade, a construção de um consenso, no qual os diferentes projetos de modernidade urbana se interseccionaram. O problema da mobilidade urbana passou a ter um diagnóstico comum: a explosão de automóveis particulares em vias engarrafadas, como já era o caso da Paralela, demandava o investimento em um sistema público de transporte de massa. O consenso se formou no clamor pela modernidade metroviária. O metrô era dado como a grande solução. No

entanto, as controvérsias retornaram dentro das distintas apropriações do princípio da sustentabilidade, quando se fortaleceu e se concretizou a proposta de instalação do metrô no canteiro central da avenida. De um lado, primou-se pela repercussão mercadológica do equipamento de transporte aos empreendimentos imobiliários da região; por outro, lamentou-se a separação da cidade entre ricos e pobres, divididos pelo metrô ao centro.

A modernidade metroviária consolidou a Avenida Paralela como conexão entre uma antiga e nova centralidade e como principal eixo de ligação metropolitana. Uma nova cidade, finalmente, ganhava contornos mais definidos. Cidade contemporânea, de tecido urbano esgarçado, avessa a pequenas escalas e clemente por grandes e velozes deslocamentos. A chegada do metrô, em 2015 (início das obras), tornou a metropolização de Salvador um processo aparentemente irreversível. Paradoxalmente, o metrô foi, de alguma forma, também uma resposta à reivindicação pelo direito à cidade, naquela ressignificação pragmática e contingente de acesso amplo a serviços públicos dentro do espaço urbano. O verde, agora do canteiro central, não poderia ser um obstáculo. Depurações tecnicistas atentas a questões paisagísticas foram vencidas em favor de uma proposta que apenas solucionasse o problema da mobilidade urbana e simbolizasse e concretizasse a modernização, considerada muito atrasada, da metrópole soteropolitana.

A chegada dos trens metroviários ao canteiro central demarcou, definitivamente, o último grande movimento do processo de ocupação e expansão urbana da Avenida Paralela, cuja disputa selou o futuro da cidade. O metrô modificou o perfil daquele espaço, pois maximizou a velocidade de locomoção, filha dos tempos modernos, ao mesmo tempo que transferiu para a ideia de “deslocamento” o caráter do encontro na multidão, típico da modernidade urbana. Usufruir do canteiro central se tornou, principalmente, instrumentalizá-lo como via de transporte. A modernidade metroviária fragilizou, assim, a potência do direito à cidade, pois apenas ampliou o acesso a uma interligação de espaços socialmente segregados, isolados e fragmentados, que o projeto vencedor da “aliança imobiliária” legou para o tecido urbano da região.

As fontes analisadas nesse capítulo foram mapas da região da Avenida Paralela disponibilizados em *sites* institucionais da Prefeitura de Salvador e nos Planos Diretores; fotografias da localidade disponíveis no Arquivo Municipal da Fundação Gregório de Matos, em bancos abertos de fotografias na Internet e provenientes de arquivos pessoal de fotógrafos profissionais; matérias jornalísticas da imprensa local; dados demográficos

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do setor imobiliário privado (Ademi-BA), além das publicações produzidas por essa entidade; e conteúdo dos *sites* dos movimentos Fórum A Cidade Também É Nossa e Participa Salvador.

CAPÍTULO I

O princípio da sustentabilidade e as regras urbanas de Salvador no século XXI

O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou mais claramente, a própria verdade tem uma história.

Michel Foucault

1.1. A judicialização da disputa pela cidade

Com seu sugestivo nome, o condomínio residencial Alphaville³⁵ chegou à capital do estado da Bahia, no alvorecer do século XXI, como um empreendimento econômico bem-vindo. Em 20 de janeiro de 2000, o tradicional jornal baiano A Tarde anunciava, na página seis da editoria de Economia, o iminente lançamento do "primeiro condomínio da Alphaville Urbanismo S/A na Região Nordeste... devendo absorver investimentos da ordem de R\$ 40 milhões" e com capacidade de gerar "2,5 mil empregos".

Condomínios residenciais como o Alphaville – espaços fechados, constituídos por casas e/ou prédios, voltados para as classes sociais de maior poder aquisitivo³⁶ – já eram realidade em Salvador desde os anos 1990. Naquele tempo, intensificava-se a privatização dos espaços da cidade a partir do modelo condominial forjado no Brasil no final dos anos 1970. Com eles, a sociabilidade urbana transformava-se sob os signos do medo da violência e da distinção social, aliados à busca por melhor qualidade de vida (ARANTES, 2011). Construído às margens da Avenida Luís Viana Filho, a popular Paralela, o Alphaville não inaugurou na cidade esse padrão de sociabilidade, mas o redimensionou. Ele introduziu em Salvador o que pode ser chamado de condomínios-

³⁵ No prefácio do livro de Christian Dunker, "Mal-estar, Sofrimento e Sintoma", o filósofo Vladimir Safatle lembra que *Alphaville* (1965) é um dos principais filmes de Jean-Luc Godard, que "conta a história de uma sociedade de arquitetura modernista, a anos-luz da Terra, na qual tudo é organizado por um computador central, o Alpha 60". Safatle considera que o empreendimento Alphaville foi "inaugurado como um lugar seguro e controlado, no qual nossa humanidade meridional poderia voltar a aflorar sem precisar se confrontar com o medo do caos social" (2014, p. 9). O Alphaville empreendimento surge pela primeira vez no Brasil na década de 70, na cidade de Barueri (SP), inspirado em modelos suburbanos dos Estados Unidos dos anos 1950 e 1960.

³⁶ Esse tipo de habitação caracterizou o crescimento urbano das grandes cidades brasileiras, como São Paulo, sendo identificado por Tereza Caldeira (2000) como "enclaves fortificados".

cidade: espaços residenciais privados que concentram serviços de moradia, lazer e negócios típicos de uma cidade e oferecidos de modo que seus moradores tenham ali quase todas suas demandas e desejos atendidos. Seus moradores teriam “acesso a uma completa infraestrutura de lazer, que inclui um *office park* e um clube de aproximadamente 30 mil m², com sede social, quadra de tênis, campo de futebol e piscinas” (A TARDE, 20/01/2000).

Apesar de anunciado como uma boa novidade, a implementação efetiva do Alphaville, em 2005, com toda sua promessa de bem-estar social privado, não se deu sem contratempos. Ao lado das demandas por uma sociabilidade da distinção e da segurança, fortaleciam-se, naquele momento, reivindicações sociais mais abrangentes. Sua chegada prenunciou uma disputa pela cidade, por seus espaços, por seu futuro. Isso não seria uma novidade histórica, senão por dois motivos principais: a região da Avenida Paralela tornou-se o espaço urbano a ser disputado, sobretudo pelos vazios que a configuravam como oportunidade de desenvolvimento econômico e de formulação de uma nova sociabilidade urbana; e, relacionada a isso, a existência de uma forte expectativa pela atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, cuja última versão era de 1985, com validade até 1992. Esperava-se que o novo Plano preparasse a cidade para o “próximo século”, como defendeu o jornal A Tarde em editorial sobre os 451 anos da capital:

Mais antiga capital brasileira, Salvador, que ontem completou 451 anos, continua a ser um presente da natureza, mas, paralelamente, também retrata uma série de problemas que se agravaram justamente porque o homem não soube administrá-los. O exemplo mais concreto é o fato de apenas durante o governo Landulpho Alves, no final da década de 30, haver sido elaborado um Plano Diretor para a cidade, de autoria do engenheiro Mário Leal Ferreira, que preconizava a abertura de avenidas ao longo de vales como alternativa para a expansão urbana... Sem um programa consistente de planejamento urbano, o crescimento populacional levaria fatalmente ao surgimento de invasões que se dividiram entre áreas consideradas populares e nobres, não poupando as tidas como de preservação ambiental, entre estas a de Abaeté, que foi desfigurada graças a uma colaboração espúria entre um grileiro e um magistrado. Na Avenida Paralela, ergueu-se da noite para o dia uma invasão que, consolidada, talvez seja atualmente uma das maiores do país, em frente ao Conjunto Habitacional de Mussurunga e nas proximidades do aeroporto. Estes são apenas dois exemplos da improvisação de políticas de expansão urbana, pelas quais a cidade e a população pagam um alto preço... A cidade de 451 anos, bela, com atrações que a tornam permanentemente visitada por turistas de todo o mundo, pelo que tem a mostrar de história, cultura, arte e culinária, requer um novo Plano Diretor que a prepare para o próximo século” (A TARDE, 30/03/2000, grifos nossos).

O diário mostrava-se preocupado com o planejamento da cidade e o considerava algo

necessário e suficiente para que o espaço urbano de Salvador crescesse livre de distorções sociais. Essa preocupação voltou a aparecer na matéria “Plano Diretor obsoleto gera caos em Salvador” (A TARDE, 29/04/2001). Publicada em uma página inteira da edição de domingo, dia de maior tiragem do jornal, a notícia mostra o elevado grau de importância que o periódico atribuía à questão e indica também a relevância social que a atualização do Plano tinha para setores específicos da sociedade³⁷. Pode-se dizer o mesmo da matéria dominical “Salvador está há 10 anos sem plano de desenvolvimento” (Ibidem, 14/07/2002), que destacou as tentativas fracassadas de atualização do Plano desde 1997 ao custo total de R\$ 23 milhões. Ou seja, o grande problema de Salvador não era que sua configuração resultasse de uma concepção urbana correta ou equivocada. Antes, a questão era o vazio de metas, a ausência de rumo, a carência de plano. A aposta em um novo PDDU era imensa. O Plano estava posto como um imperativo inescapável, inserido em um movimento histórico mais amplo.

Forjado na modernidade como instrumento técnico-jurídico para organizar e ordenar o espaço urbano³⁸, o Plano Diretor se tornou no Brasil um dos horizontes políticos e sociais da fase de redemocratização da sociedade brasileira. Transformou-se em ponto simultâneo de chegada e de saída das ações de movimentos sociais formados por associações de bairro, entidades de classe, comunidade acadêmica, entre outros atores, com o objetivo de definir termos, princípios e diretrizes gerais das normas urbanísticas e de materializá-las no espaço urbano a partir de uma perspectiva de democratização da cidade. O Plano constituiu-se assim num horizonte político que, de algum modo, distinguia-se daquele dos interesses econômicos exclusivamente privados de uma sociedade capitalista, cuja lógica atribui valor de mercado ao solo urbano por meio de empreendimentos imobiliários³⁹. Segundo bibliografia⁴⁰ sobre o tema, a sociedade civil conseguiu se organizar em meados dos anos 1980 com o Movimento Nacional pela

³⁷ Vale lembrar que o A Tarde era e é voltado para as classes média e alta.

³⁸ O surgimento de um saber especializado, o urbanismo, voltado para o controle e gerenciamento das cidades, é um fenômeno moderno, do século XIX, típico da sociedade capitalista. Ver Harouel (1985, p. 7-11).

³⁹ Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2015), há um fenômeno contemporâneo comum às grandes metrópoles brasileiras em que o ramo imobiliário passa a ser a ponta de lança da reprodução do capital. Já David Harvey (2012) mostra que, desde a França do Barão de Haussman, o aumento da escala urbana das cidades serve para escoar a acumulação do capital e fazê-lo girar.

⁴⁰ Ver, por exemplo, Ricardo Siloto da Silva e Éder Roberto da Silva (2006); Éder Roberto da Silva (2003); Raquel Rolnik e Néson Júnior (2001); Carla Silva Almeida (2002); Carolina Gabriel Carty e Luiz Augusto Maia Costa (2014). Em 1963, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) realizaram o seminário “Reforma Urbana”, no qual a principal preocupação foi o direito à moradia.

Reforma Urbana (MNRU), depois das discussões iniciadas ainda no governo João Goulart, na década de 1960, e após atravessar os 21 anos de regime militar. Como resultado histórico, o MNRU logrou pautar, parcialmente⁴¹, a formulação de uma política urbana nacional com a redação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e com a elaboração do Estatuto das Cidades, a Lei 10.257 de 2001. No entanto, a efetivação das normas no espaço urbano passou, desde então, por fortes tensões. Segundo Rolnik (2012)⁴², três grandes eixos nortearam e tensionaram a disputa pelo espaço urbano das grandes cidades no Brasil da Nova República: a regulação do solo urbano, a participação popular na formulação das políticas públicas e a regularização fundiária de ocupações. Nesses eixos, estiveram em jogo as duas principais premissas do MNRU, da CF e do Estatuto, quais sejam, o direito à cidade⁴³ e a função social da propriedade. São preceitos cuja ambição é limitar um capitalismo tido como sem regulação e controle que, atuando por sobre o tecido urbano, é considerado como responsável por promover uma "lógica da desordem" (KOVARICK, 1980). A compreensão é de que a falta de planejamento fez com que as metrópoles brasileiras experimentassem, a partir da década de 1940, um adensamento populacional exponencial em paralelo à precarização da moradia, tornando-se espaços excludentes (GORDILHO-SOUZA, 2000). É dentro desse enredo que a preparação para o "próximo século" é preconizada pelo A Tarde como uma tarefa histórica inadiável. O diário conclamava por um novo regramento para o crescimento urbano da cidade. Àquela altura, o arcabouço jurídico que ditava as regras da capital baiana era a Lei 3.325 de 1985, cuja atualização não poderia prescindir da participação popular, conforme a Lei 3.345 de 1983.

Diante dessa conjuntura inserida num cenário nacional urbano de tensões sociais, a chegada do Alphaville à Avenida Paralela foi acompanhada de uma crescente politização do conhecimento e do discurso sobre a cidade e o sobre o meio ambiente. Em 5 de maio

⁴¹ Reivindicações "da gestão democrática da cidade", formuladas em proposta popular de Emenda sobre Reforma Urbana, apresentada à Assembleia Constituinte, ficaram de fora da Carta Constitucional com a previsão de serem atendidas "conforme diretrizes gerais fixadas em lei", que viria apenas em 2001.

⁴² Trata-se de uma análise após dez anos de aprovação do Estatuto da Cidade, em que a arquiteta e urbanista conclui que a norma tem sido usada para respaldar projetos antagônicos de cidade, sejam eles com ideais de democratização urbana, sejam de mera produtividade econômica.

⁴³ Expressão cunhada pelo filósofo marxista Henry Lefebvre, após protestos urbanos em Paris, na década de 1960. O autor a desenvolveu como conceito nas obras "O Direito à Cidade" (1968) e a "Revolução Urbana" (1970). Embora não apareça expressamente na Emenda Popular e na CF, o termo é a base conceitual da agenda da reforma urbana e serve como pedra fundamental dos discursos democráticos. No Estatuto da Cidade (2001), o conceito aparece, no inciso I, do artigo 2º, na "garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".

de 2000, o A Tarde noticiava em uma matéria de pé de página o “desmatamento de Mata Atlântica para construção de um condomínio de luxo, o Alphaville”. Segundo a notícia, o início da obra ainda não havia sido aprovado pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam), órgão criado em 1973 e de cuja composição, atualizada na década de 1980, deveriam participar representantes do Poder Público, do setor empresarial e da sociedade civil. A matéria indica que havia em setores da sociedade, com os quais o jornal parecia se alinhar, a defesa da legitimação da harmonia entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental. Não apareceu no texto jornalístico uma oposição à instalação do empreendimento em si, mas ao seu modo de realização. Talvez por isso, e por motivos comerciais, não tenha sido publicado no título da matéria ou na legenda da fotografia o nome do condomínio, tampouco o da empreiteira corresponsável pela obra e proprietária do terreno, a OAS.

A relação entre desenvolvimento urbano e meio ambiente também veio à tona em 18 de março de 2002. Naquele dia, o A Tarde noticiou a realização de um protesto que paralisou o trânsito em uma das vias da Avenida Paralela, no qual ambientalistas e estudantes universitários pressionavam para impedir a construção do condomínio Alphaville sob o argumento de que sua instalação destruiria “remanescentes da mata atlântica, ameaçando inúmeras espécies animais e vegetais que ainda compõem a biodiversidade da Região Metropolitana de Salvador”. Novamente, o nome do empreendimento e o da empreiteira não são destacados no título da notícia ou na legenda da fotografia. Na matéria, é significativo como a empresa Alphaville Urbanismo S/A respondeu ao jornal sobre a manifestação, concordando “com os grupos ambientalistas locais acerca da ocupação desordenada da Paralela”, mas que não seria “o caso do Alphaville, que, conforme assegurou, ‘será o inverso disso’ ... Os estudos foram feitos para que o impacto ambiental seja o mínimo possível.” (grifos nossos). Naquele momento, o empreendimento já havia sido aprovado pelo Cepam.

As matérias jornalísticas supracitadas indicam que a questão do direito à cidade, ideal caro ao MNRU, estava presente no horizonte de grupos específicos da sociedade soteropolitana. Embora não se apresentasse de forma explícita, essa questão subsidiava distintas apropriações políticas sobre o espaço urbano. Dentro de um discurso ambientalista, o argumento do direito à cidade relacionava-se a problemas de sociabilidade, preocupado com os modos de usar o espaço urbano, se mais públicos ou mais privados. Para os manifestantes que ocuparam a avenida, sobretudo representados

pelo Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), o fundamental era a importância da “preservação dos remanescentes da Paralela para a qualidade de vida da população de Salvador” (A Tarde, 18/03/2002). Mas o A Tarde, certos agentes do Estado e empresários do setor imobiliário também defendiam, discursivamente, a mesma causa. A questão é que, para os primeiros, a chegada de empreendimentos (condomínios residenciais, faculdades e shoppings) na região da avenida era quase inconciliável com a manutenção saudável do meio ambiente; enquanto, para os segundos, os investimentos imobiliários eram a garantia de um crescimento ordenado com vantagens econômicas, no qual o verde seria harmonizado com o tecido urbano e evitaria as ocupações ilegais, as “invasões”, que tanto comprometiam uma cidade adequada a padrões modernos de saneamento. Sob essas diferentes perspectivas, veremos que se estabeleceram distintas construções de sentido para a expressão “desenvolvimento sustentável”, dentro de uma ordem histórica mais geral com reverberações locais específicas.

As nuances e oscilações entre interesses diversos sobre o “verde” da região da Avenida Paralela passaram a moldar, significativamente, as discussões sobre o PDDU de Salvador a partir de 2003. Mas outras questões relevantes apareceram. Embora não de modo exclusivo, as disputas em torno do espaço urbano da via relacionavam-se com o contexto político no qual ainda eram fortes as prerrogativas políticas e econômicas do neoliberalismo⁴⁴, empenhadas a nível nacional pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a nível municipal pelo governo Antônio Imbassahy (1997-2005), ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entre as questões, surgiu com maior relevância o grau de participação popular na elaboração do Plano. Essa foi a principal crítica realizada pela e na imprensa, como fundamentou também as diversas ações judiciais ajuizadas contra as novas normas urbanísticas municipais. A oposição política ao governo municipal do PSDB, exercida principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), reclamava por um resultado transparente do processo de revisão do PDDU que Antônio Imbassahy anunciara como uma prioridade do seu governo. Um ano antes, em 14 de julho de 2002, a imprensa noticiava que os investimentos feitos pela prefeitura em consultorias para elaboração do PDDU haviam acarretado subdivisões (planos estratégico, tecnológico, urbanístico e ambiental, etc.) de planos até aquele

⁴⁴ Entendido, à luz do Consenso de Washington, como um projeto político e econômico que promove a preponderância da iniciativa privada capitalista por sobre o Estado, que, por meio de políticas de austeridade fiscal e orçamentária, deve ser reduzido até o limite que garanta as condições favoráveis ao aumento do lucro das empresas particulares e da rentabilidade dos investidores financeiros.

momento nunca apresentados à sociedade. É significativa uma fala atribuída ao vereador petista Emiliano José:

O plano diretor é um segredo guardado a sete chaves, e um segredo muito caro, oneroso aos cofres públicos...’ ‘A cidade deve ser surpreendida, quando aparecerem os resultados, por uma proposta tecnocrática, sem qualquer consulta à população, às entidades, à Câmara, sem que se saiba quando tal proposta virá à tona’ ... A quem interessa essa demora? ‘A alguns grandes especuladores urbanos’, diz Emiliano. Na sua opinião, ‘a cidade está se expandindo, fixando tendências ao sabor dos interesses imobiliários’” (A TARDE, 14/07/2002, grifos nossos).

A cobrança não vinha apenas da esfera política. Segundo o jornal, estudantes da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) reclamaram de serem impedidos pela Prefeitura de acessarem o PDDU: “... nós queríamos organizar um seminário dirigido a alunos e convidados para que todos pudessem participar da vida do município de uma forma democrática. A intenção era promover um amplo debate e divulgar o conteúdo do plano’ ..., informa Cristina Chaves, outra estudante” (A Tarde, 14/05/2002).

A reivindicação por participar da elaboração da norma que definiria os rumos da cidade crescia, embora esse sentimento estivesse muito distante da maioria da sociedade soteropolitana, restringindo-se a organizações e grupos setorializados. O legado da redemocratização do País era exercido principalmente por meio do Estatuto da Cidade, que em uma de suas principais exigências⁴⁵ prevê a “participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil” no “controle social” dos “instrumentos da política urbana”. Na disputa pelo espaço urbano de Salvador, o Estatuto tornou-se uma grande referência de discursos jurídicos, tanto na esfera judicial, propriamente dita, quanto nos meios jornalísticos. Considerado por muitos como uma vitória histórica do MNRU, esse dispositivo legal possibilitou que a disputa pelo desenvolvimento urbano de Salvador fosse norteada por um saber e poder técnico-jurídico, do qual atores sociais expressivos da sociedade esperavam que, por meio do Sistema de Justiça⁴⁶, as difíceis conquistas da reforma urbana não se tornassem letra morta. As ações judiciais começaram a aparecer em 2003, por meio de entidades da sociedade civil e do Ministério Público do Estado da Bahia. Nos anos seguintes, a partir de 2004, elas se intensificaram, utilizando-

⁴⁵ Ver artigo 4º do Estatuto da Cidade.

⁴⁶ O termo é utilizado para designar o conjunto de instituições envolvido no dizer o direito, como Polícia Judiciária, Ministério Público e Poder Judiciário (magistrados).

se dos mesmos argumentos da falta de discussão pública e de elaboração e disponibilização de estudos técnicos.

A história urbana de Salvador do século XXI, principalmente entre 2004 e 2016, adentrou assim por uma intensa e extensa judicialização das regras urbanas da capital. Nesses doze anos, o futuro da cidade de Salvador, do ordenamento, da organização e do desenvolvimento de seu espaço urbano, foi pautado, em termos e sentidos próprios, por uma “judicialização da política” e por uma “politização da Justiça”⁴⁷. A capital baiana contou no período com quatro Planos Diretores e três Leis de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos)⁴⁸, todos eles objetos de ações judiciais, com exceção do PDDU e Louos que atualmente vigoram. Como pretende mostrar este capítulo, a judicialização teve como eixo central a disputa pela ocupação urbana da Avenida Paralela e arredores, a partir da legitimação da noção de sustentabilidade, forjada pelo entrelaçamento social e político dos saberes científicos do direito, principalmente o ambiental, e do urbanismo. Em grande parte do período, os atores que acionaram esses saberes pautaram, significativamente, o debate público da sociedade soteropolitana e as disputas judiciais travadas sobre o futuro da cidade. A judicialização deu forma a uma crescente desconfiança – de políticos opositoristas, ambientalistas, estudantes, representantes de associações de bairro e outros representantes da sociedade civil – de que fosse prejudicada uma discussão ampla sobre as normas urbanas em favor de interesses do setor imobiliário. As regras da cidade saíram do debate propriamente político e adentraram o terreno da Justiça.

1.2. As regras de Salvador: um breve panorama

Desde quando extrapolou os limites da cidade-fortaleza projetada pelo Império Português, Salvador deixou para trás o “traçado aproximadamente ortogonal, adaptado ao terreno” (VASCONCELOS, 2016, p. 47), desenvolvido pelo urbanismo lusitano.

⁴⁷ As expressões referem-se a um fenômeno social e histórico contemporâneo, discutido pela Ciência Política e pela Ciência Jurídica, na qual o Poder Judiciário ganha protagonismo para definir sobre pautas e temas que antes eram de decisão exclusiva e inquestionável dos Poderes Executivo e Legislativo. No Brasil, tal fenômeno passou a ter maior visibilidade a partir da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), desde pelo menos o caso do Mensalão. Ver Vitor Costa Oliveira (2014) e Luís Flávio Gomes e Débora de Souza de Almeida (2013).

⁴⁸ Tratam-se de normativas legais previstas pela CF de 1988 pelas quais são definidas e estabelecidas as diretrizes urbanísticas, no caso do PDDU, e determinado o modo e local de sua aplicação, no caso da Louos.

“Implantada no topo de uma colina para facilitar sua defesa, como tantas outras cidades litorâneas europeias da costa mediterrânea e atlântica, esta cidade *del-rey* adotou os modelos urbanos, retóricos e políticos vigentes entre os séculos XVI e XVIII, representando, no espaço, a hierarquia do seu ‘corpo político’” (SOUZA; MARQUES; SILVA, 2016, p. 8). Com a chegada dos primeiros anúncios da modernidade, a cidade começou a mudar⁴⁹ e com a mudança o espaço urbano foi se constituindo, cada vez de forma mais geográfica, em *apartheid* socioespacial. Os tempos modernos no Brasil, como mostra significativa bibliografia⁵⁰, transformaram drasticamente as grandes cidades do país sob a tônica do espírito novidadeiro, em que o velho se desmanchou em prol das inovações de transporte (automóveis particulares), de comunicação (indústria cultural) e urbanístico-arquitetônicas (expansão e alargamento da malha viária e crescimento horizontal e vertical da mancha urbana), sem, contudo, eliminar a lógica segregacionista sob a qual foram constituídas.

Na década de 1930, defende Uzêda (2006), a “cultura urbana” chegou definitivamente ao Brasil a reboque da consolidação de um Estado Moderno, com a transição do modelo econômico agrário-exportador para o industrial de mercado interno. Essa “cultura urbana” trouxe com ela uma sociabilidade moderna, fundada em um saber e poder jurídicos (direito penal – monopólio estatal da violência), junto à ciência urbanística. Como apontaram os debates da I Semana de Urbanismo, realizada em Salvador em 1935 e analisada por Uzêda, essa ciência estava preocupada, predominantemente, com o zoneamento e a circulação de automóveis. Com ações e discursos sobre a cidade vindos da medicina, psicologia, sociologia, engenharia e arquitetura, o urbanismo teria conformado, a partir do capital industrial, um ordenamento sanitário e elitista do espaço urbano, cujo objetivo era a reprodução do capital e o disciplinamento das classes populares.

No século XX, a evolução urbana de Salvador deu-se com forte expansão demográfica, segregação socioespacial e altos índices de desemprego. Distanciando-se da

⁴⁹ Segundo Mário Augusto da Silva Santos (1998, p. 25), “no século XIX, constituía-se o conhecido uso de se dividirem os sobrados pertencentes a comerciantes entre o negócio no térreo, a habitação do proprietário no primeiro andar, a dos empregados no segundo ou demais se houvesse. A prática não era exclusiva de Salvador, mas também seguida em outros pontos como Rio e Recife. Em Salvador, ainda se usava essa compartimentação dos sobrados até os anos vinte deste século, principalmente entre os comerciantes portugueses, alguns dos quais já se haviam mudado residencialmente para bairros dos distritos periféricos. Mantinham-se nos sobrados, nestes casos, apenas os empregados”.

⁵⁰ Como Leite (1996), Paiva (2001), Pinheiro (2001) e Uzêda (2006).

tradição exclusivamente higienista das primeiras décadas, a modernidade inscreveu-se normativamente em 1943⁵¹, com a elaboração do primeiro plano urbanístico moderno da cidade, formulado pelo Escritório de Planejamento e Urbanismo de Salvador (Epucs), coordenado pelo engenheiro e urbanista Mário Leal Ferreira. A tônica foi tanto do zoneamento funcional – no qual o centro foi destinado a comércio, negócios e serviços em geral e a periferia a moradias voltadas ao operariado industrial – quanto da expansão urbana, com a projeção das avenidas de vale. Planejadas para a velocidade dos automóveis, essas vias formaram novos vetores de crescimento da cidade, concomitantemente ao estabelecimento de diferentes áreas residenciais para as classes médias e populares.

Essa nova legislação urbana, ao delimitar as diferentes zonas, diferenciando-as por tipologias habitacionais, segmentando e elitizando a formalização do espaço e as áreas urbanas, acaba por reafirmar, ela própria, o processo de segregação espacial por níveis de renda, consolidando a estratificação social na configuração do ambiente construído. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p. 109)

Como se pode concluir com Gordilho (2000) e Uzêda (2006), a visão moderna de planejamento urbano que ali se fortalece e se consolida em Salvador expressa uma convergência entre os projetos de desenvolvimentismo estatal e de ampliação dos negócios do capital (industrial e imobiliário). A projeção da ocupação urbana em zonas promove a valorização de terrenos à medida que a malha viária se expande para o norte do município, ampliando os limites do tecido urbano, sem cumprir a promessa de evitar a precarização da moradia para parcelas expressivas da população. Pelo contrário, o cenário urbano soteropolitano vai se constituindo em manchas enormes de favelas contrastantes a zonas residenciais planejadas, num cenário citadino dicotômico entre “cidade formal” e “cidade informal” (GORDILHO-SOUZA, 2000). Traduzida em zonas divididas de acordo às funções idealizadas para cada área da cidade, a racionalização do espaço urbano passa a partir dos anos 1940 a ser a coluna vertebral das projeções de organização do desenvolvimento urbano de Salvador, cuja ambição era modernizar a capital. As significações sociais e políticas a respeito da modernização, a cada período, vão variar conforme os distintos interesses dos sujeitos em jogo, mas na base remanesce

⁵¹ Diz Eduardo Galvão (2009, p. 1): “A busca pelo novo, pela cidade-moderna, baseada, num plano de urbanismo global, já é debatido na cidade de Salvador nos anos 30, como um dos temas da Semana de Urbanismo em 1935. Um modelo espacial moderno, porém, só começa a ser utilizado, em 1943, com as atividades do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs), quando passam a ser incorporados modelos espaciais, pelos quais a cidade é vista na sua totalidade, considerando, dentro outros, aspectos de: zoneamento, ocupação, saneamento, circulação, saúde, educação, habitação e bem-estar”.

um sentido primeiro de que, para modernizar, é preciso ordenar, gerir, administrar e planejar o espaço urbano, a partir de premissas basilares dadas pelo poder público.

Quase quarenta anos depois, na década de 1980, a cidade continuou idealizada a partir da divisão em zonas “residenciais, comerciais e de serviços, institucionais e outras previstas em lei” (Lei 3.325/1985). Nesse intervalo de tempo, porém, mudanças fundamentais ocorreram no pensamento sobre política urbana no País, relacionadas aos primeiros debates sobre a reforma urbana nos anos 1960, como também ao projeto desenvolvimentista autoritário do regime militar. Naquele momento, apareciam as noções de função social da propriedade, consubstanciadas nas preocupações sobre as desigualdades sociais e seus reflexos nas condições de moradia, como também sobre os efeitos sociais perversos da especulação imobiliária (SILVA, 2003). Também nesse período, as preocupações e perspectivas ambientalistas, discutidas em Estocolmo, Suécia, em 1972, repercutiram na legislação brasileira – em 1981, foi instituída a Lei 6.938, que constituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Foram quase quatorze anos de interdição das discussões em razão do golpe militar, até que o debate sobre a reforma urbana retornou em 1977, sob a liderança do Governo Federal, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano que iria propor o Projeto de Lei (PL) 775/1983. Muitas ambiguidades e vacilações marcaram a proposta, que não vingou, após ser criticada, de um lado, por atacar a propriedade privada e, de outro, por não inserir a participação popular definitivamente nas discussões das políticas urbanas (Ibidem, 2003).

As regras urbanas de Salvador da década de 1980 (Leis 3.325/1985 e 3.345/1983), que caducariam diante de vinte anos sem atualização, foram influenciadas por esse cenário nacional. Nele, as reivindicações de democratização e modernização urbanas acabaram amparadas na centralização federal dos recursos e das matrizes políticas e técnicas do planejamento urbano. Sancionadas pelo governo municipal de Manoel Castro, aliado de Antônio Carlos Magalhães (PFL/DEM) e último prefeito nomeado, as regras incorporaram elementos do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (Plandurb) e do Estudo de Uso do Solo e Transportes da Região Metropolitana de Salvador (EUST), cujos trabalhos tiveram início a partir da segunda metade da década de 1970, com recursos do órgão federal Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)⁵².

⁵² “Os trabalhos do Plandurb são dados por encerrados em 1979. Três anos depois, por iniciativa de um vereador, o anteprojeto de Lei do Processo de Planejamento e de Participação Comunitária, proposto pelo plano, é aprovado pela Câmara Municipal. Em 1984, quase dez anos após o início dos trabalhos do plano,

Naquela conjuntura específica, é sintomático de um pensamento contemporâneo sobre o urbano, quando observadas as normas em si, não apenas a continuidade da racionalização por meio do zoneamento funcional, mas também uma positivação legal das noções de participação popular, de mitigação das discrepâncias socioespaciais, de controle sobre a especulação imobiliária e de proteção ambiental⁵³. Ou seja, a concepção de direitos sociais aparecia como base de reformulação do cabedal de disposições urbanísticas para o desenvolvimento da cidade. Não cabe aqui analisar, com minúcias, se ou como esses preceitos foram colocados em prática, subutilizados, corrompidos ou negligenciados. O fato é que o crescimento urbano de Salvador deu-se de forma desigual, forjado a partir de três vetores de expansão: a região marítima norte, localizada entre a Avenida Paralela e a orla atlântica, em que se constituiu uma estrutura urbana mais robusta, com riqueza de equipamentos e serviços públicos; o “Miolo”, região entre a Avenida Paralela e a BR-324, onde se estabeleceram conjuntos habitacionais para classes médias baixas e ocupações irregulares, além de prédios públicos (Centro Administrativo da Bahia – CAB); e o subúrbio ferroviário, constituído de loteamentos populares e ocupações precárias. Os dois primeiros passaram a ser considerados a nova centralidade urbana da capital, para onde se viraram os olhos da construção civil e do segmento imobiliário, e, também, do Estado e da sociedade civil organizada⁵⁴.

Quando grupos específicos da sociedade soteropolitana começaram a reivindicar uma atualização inadiável do PDDU, foi com uma cidade mais populosa⁵⁵, expandida e com graves problemas sociais (de habitação e saneamento, por exemplo) que se depararam. Problemas que os levaram a encarar a realidade por meio de uma percepção de descompasso temporal, de atraso, de que o futuro – democrático e moderno –, como horizonte em construção desde os anos 1960, ainda não tinha se concretizado ali. Mais que isso, ele estava sob a ameaça de nunca se concretizar. As novas regras do “próximo século” deviam se conciliar com um passado no qual algumas promessas de uma cidade

é aprovada a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, decorrente do Plandurb, apesar de aprovada com modificações e após vários percalços” (PENTEADO FILHO, 1991, p. 9).

⁵³ Elas aparecem no artigo 1º da Lei 3.345/1983, que serve de referência para o PDDU de 1985.

⁵⁴ Pinheiro e Costa (2013), por exemplo, apontam que, em quatro décadas (1970-2010), o vetor de crescimento em direção ao norte, que inclui a Paralela, mudou o perfil urbano da capital baiana. Elas mostram como, em um curto período de dez anos (2000-2010), a ocupação urbana na região da avenida foi intensificada, com a instalação de estabelecimentos comerciais e residenciais, provocando um significativo adensamento populacional na localidade (2013, p.9), que se conformou como uma nova centralidade urbana de Salvador.

⁵⁵ Segundo dados do IBGE, do início da década de 1980 para o começo do primeiro decênio do século XXI, Salvador saiu de uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes para pouco mais de 2,4 milhões, um crescimento superior a 62,6% em 20 anos.

mais justa e moderna já estavam postas, inclusive enquanto discurso jurídico, mas adiadas na materialidade espacial da cidade. “A Salvador do presente ainda tem muitas contas a acertar com o seu passado para construir um bom futuro em relação a sua organização urbana” (A TARDE, 29/04/2001). Esse acerto era justamente a elaboração do novo PDDU, sem a qual os rumos da cidade eram vistos como inevitavelmente caóticos. Na mesma matéria, disse o jornal: “Desatualização do plano diretor gerou problemas devido à invasão do comércio em áreas residenciais, além da falta de participação da comunidade”. Embora sem utilizar a expressão e sem argumentar explicitamente, o jornal pedia por modernização, conclamando o princípio urbanístico do zoneamento funcional e o valor democrático burguês, esse explicitado, do debate público. Princípio e valor que também estavam na base discursiva do poder público por meio do saber técnico especializado naquele momento. Entrevistada pelo periódico, a arquiteta e urbanista Graça Torreão, então coordenadora do PDDU na Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Seplam), defendia a priorização da moradia e a “necessidade de atender melhor à população das chamadas invasões”, com ações e programas que “devem envolver a comunidade e definir questões básicas de comodidade” (A TARDE, 29/04/2001).

Dois anos depois, em 2003, as discussões sobre o projeto de lei (PL) do PDDU apresentado à sociedade foram judicializadas. Provocada pelo Ministério Público estadual, a Justiça suspendeu por duas vezes, em abril e setembro daquele ano, a realização das duas audiências públicas programadas pela prefeitura, acatando a alegação de que o número de audiências era insuficiente para a sociedade discutir documento tão complexo, principalmente porque não haviam sido apresentados os anexos com tabelas, planilhas e documentos que continham informações mais detalhadas e precisas dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para orientar intervenções na cidade. Em novembro, o MP novamente acionou a Justiça e solicitou a suspensão da tramitação do projeto de lei do PDDU na Câmara de Vereadores. O PL havia sido enviado ao Legislativo em outubro pela prefeitura, em caráter de urgência, mesmo após a decisão judicial que suspendeu a realização das audiências. A judicialização começou a se arrastar, não somente pelas ações opostas do MP e de entidades da sociedade civil, de um lado, e do governo municipal, de outro, mas pelas divergentes decisões judiciais, ora autorizando o andamento das discussões e a tramitação do PL, ora as suspendendo. Entre abril de 2003, quando o MP ingressou com a primeira de três ações judiciais, e agosto,

quando o PDDU foi sancionado pelo prefeito Antônio Imbassahy, por quatro vezes a Justiça determinou a interrupção da tramitação para depois voltar a liberá-la. No saldo final, o PDDU de 2004 foi aprovado sob acusações iniciais de afrontar princípios democráticos, já que se teria ignorado a participação popular no debate sobre o PL e se dado quase nenhuma transparência às justificativas técnicas do Plano.

No corpo da lei sancionada, a 6.586/2004, os artigos são sucintos e genéricos, obrigando quem a consulte a buscar um total de noventa e um anexos para realmente ter acesso ao seu conteúdo. A base do texto não deixa de registrar, discursivamente, no entanto, a preocupação com a democracia e com o meio ambiente, que ali ganhou forma como imperativo discursivo do mundo ocidental e do período de redemocratização do Brasil – frutos de um amadurecimento do pensamento ambientalista casado com o ideal de direito à cidade. A expressão “meio ambiente” é utilizada trinta vezes pelos legisladores municipais e, pela primeira vez, a norma de ordenamento urbanístico de Salvador prevê um capítulo destinado à “Política de Meio Ambiente”. A palavra “democracia” surge uma única vez, mas o termo “participação” forma na lei expressões que demarcam valores democráticos: “participação da comunidade” (cinco vezes), “participação da população” (duas), “participação da cidadania” (duas); “participação social” (uma) e “participação comunitária” (uma).

A mesma preocupação discursiva é vista com relação à harmonia entre crescimento econômico e equilíbrio socioambiental. Tal como sugere o próprio nome do PDDU, a palavra “desenvolvimento” enquanto conceito surge como termo muito significativo, quantitativa e qualitativamente. Aparece cinquenta e três vezes, sob a tônica discursiva do equilíbrio entre economia e meio ambiente. Essa orientação é vista claramente no artigo 75 da norma, nos “conteúdos gerais da Política de Desenvolvimento” de Salvador, quando a lei aporta quatro dimensões de desenvolvimento: o econômico, o social, o da organização espacial e o político-institucional. Quanto ao desenvolvimento econômico, a norma registra que ele se daria por meio de “estímulos aos segmentos dinâmicos do setor de serviços e ramos industriais que incorporem tecnologias modernas e de baixo impacto ambiental, de forma a consolidar a posição de excelência do Município nos segmentos com poder de liderança e inovação...”. Quando trata de desenvolvimento social, a norma prevê “integração das políticas voltadas ao crescimento econômico às políticas de cunho social...”. Quanto à organização espacial, a lei preconiza “programações compartilhadas entre a Administração e o segmento econômico do mercado imobiliário, em ações de

recuperação, aparelhamento e promoção urbanística”. Na dimensão político-institucional, a principal previsão é de “introdução na Administração do modelo gerencial de gestão, favorecendo a ação intersetorial, multidisciplinar e interinstitucional” (grifos nossos).

Grosso modo, a redação da lei foi construída sem descuidar dos conclames de um momento histórico local sobre o qual pesava, em termos próprios, a historicidade da noção de “desenvolvimento sustentável”⁵⁶ e sua promessa de conciliação entre o progresso econômico e a preservação do meio ambiente dentro de uma sociedade capitalista. No PDDU de 2004, o conceito é utilizado apenas duas vezes, mas quando aparece é para defender explicitamente a concepção de que o crescimento econômico pode ser social e ambientalmente responsável. Quando fala dos “Princípios da Política de Meio Ambiente”, no artigo 45, a lei registra que “o desenvolvimento social e econômico do Município deve ser promovido de forma harmônica com a manutenção do equilíbrio ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável, o qual assegura condições favoráveis de vida às gerações futuras” (grifos nossos). Já na seção de “Objetivos Gerais de Desenvolvimento do Município” (artigo 68), a rubrica aparece como “preceito orientador das ações públicas e particulares”. Portanto, a expressão não é usada no texto legal de maneira fortuita. Ela surge em lugares de orientação estratégica, cuja dimensão é ampliada quando dialogamos com outros trechos importantes da lei. No artigo 7º, onde são relacionados dez princípios para a elaboração do PDDU, entre eles estão o de “valorização da posição de Salvador, como metrópole nacional, no contexto das relações sociopolíticas e econômicas globalizadas” e o da “busca da produtividade, eficiência, eficácia e economia de recursos na organização da máquina administrativa e nas ações do setor público” (grifos nossos).

Nesse sentido, a cidade, que deve ser socioambientalmente responsável (e os demais princípios apontam, na sua maioria, para isso), é também, ao mesmo tempo, um espaço a ser inserido na economia nacional globalizada, com recursos disponíveis ao desenvolvimento econômico, sob a lógica “do modelo gerencial de gestão”, portanto da eficácia, da eficiência e da produtividade. Sob essa perspectiva, o espaço urbano é visto

⁵⁶ O conceito é forjado a partir do final da década de 1960 e oficialmente instituído como norte da agenda política internacional nos anos 70, na Conferência da ONU. Demarca um período histórico do capitalismo em que o mundo, sob o sentimento de que a promessa de futuro foi dilacerada pelas consequências trágicas do avanço tecnológico, passa a questionar os limites da exploração dos recursos naturais em favor do progresso econômico. Sobre a história deste conceito, ver Flávio Vieira (2004), disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11290>. Acesso em: 26 abr. 2018.

como recurso econômico⁵⁷, ao qual as questões sociais e ambientais devem estar associadas. Não à toa, no inciso II do artigo 70, o mercado imobiliário aparece como parceiro do poder público para sanar problemas de “segregação”; no item 5 do artigo 75, para “ações de recuperação, aparelhamento e promoção urbanística”; e, também, como elemento fundamental, no inciso VIII do artigo 135, para o papel estratégico da política de habitação urbana. Não se vislumbrava no meio ambiente a ser preservado qualquer obstáculo para o desenvolvimento da cidade, por meio da expansão da empresa imobiliária. Pelo contrário, os atores do mercado imobiliário são considerados parceiros estratégicos, cujas ações devem ser estimuladas e facilitadas pelo poder público na sua missão, consensual, de desenvolver o espaço urbano do ponto de vista social e econômico.

Alguns atores, no entanto, entre eles promotores de Justiça, ambientalistas, urbanistas, representantes de categorias e de bairros, viam nos termos dessa parceria estratégica nada mais do que uma chancela para a ação hegemônica do mercado imobiliário e seus interesses particulares. Foi por isso que o projeto de lei do PDDU de 2004 parou nos tribunais. Antes de ser aprovado, as críticas ao PL voltavam-se, basicamente, contra o escasso debate com a população e contra a proposta de elevação do gabarito para construções na orla atlântica, como apontam matérias de A Tarde de abril a maio de 2004. Depois de sancionado pelo governo municipal, no entanto, o PDDU passou a ser também fortemente criticado quanto às disposições e previsões urbanísticas para a região da Avenida Paralela (que antes apareciam subsidiariamente), sob a tônica de que a lei não teria considerado a necessidade de proteger os remanescentes do bioma mata atlântica existentes no local. Nesses termos conflituosos, o “desenvolvimento sustentável” entrou em uma disputa de sentido na qual, tomando como elemento básico a coexistência entre economia e meio ambiente, o importante foi tornar preponderante uma dessas duas instâncias – no caso dos judicantes, o fator econômico deveria se submeter ao ambiental e não o contrário. Constituiu-se, assim, uma disputa pela cidade cujos polos opostos serão chamados de grupo da “aliança verde” (representado pelo MP e setores organizados da sociedade civil) contra o da “aliança imobiliária” (representado pelo mercado imobiliário e agentes do Estado, principalmente governo e parlamento).

O prefeito Antônio Imbassahy chegava ao seu último de oito anos de governo, correspondentes a dois mandatos. Nas eleições municipais, a população escolhia o

⁵⁷ Ver David Harvey (2012).

candidato João Henrique Barradas Carneiro (PDT), que prometeu a revisão do PDDU aprovado. Com uma trajetória ligada à defesa dos direitos difusos, sobretudo na área do consumidor, o anúncio criou uma expectativa, expressa nas páginas do jornal A Tarde, de que a revisão fosse realizada sob uma perspectiva que diminuísse a interferência dos interesses do mercado imobiliário. Por “mercado”, entenda-se a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Bahia (Creci-BA), o Sindicato da Indústria de Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), o patronal Sindicato da Habitação (Secovi-BA), grandes empreiteiras como a OAS e PDG, além de outras não tão grandes como a Patrimonial Saraíba, Construtora NM e Sena Construções Ltda., além de grandes incorporadoras como a Cyrela e a Gafisa. Todas elas eram responsáveis por empreendimentos construídos na região da Avenida Paralela, a exemplo dos condomínios Alphaville e Greenville, do Parque Tecnológico da Bahia (esse patrimônio público) e da Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Em 19 de dezembro de 2004, o jornal A Tarde destacou em notícia de uma edição dominical, em matéria de cabeça de página, a seguinte frase atribuída ao prefeito eleito: “Verde da Paralela tem função social”. O texto jornalístico, escrito pela jornalista Maíza Andrade (repórter especializada na cobertura sobre meio ambiente), enfatizou o compromisso político de João Henrique, como mostra o primeiro parágrafo da notícia⁵⁸:

O prefeito eleito João Henrique Carneiro afirmou ontem que a nova administração do município vai rever os alvarás já concedidos até agora para a ocupação de áreas verdes em torno da Avenida Paralela. Essa decisão deverá alcançar as licenças de localização concedidas, sexta-feira, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam) para três novos empreendimentos que preveem o desmatamento de mais de um milhão de metros quadrados de Mata Atlântica. (A Tarde, 19/12/2004)

Havia também, naquele momento, uma importante reivindicação política de tomar para o Município o poder de dizer o que, quem e onde se poderia construir no território da cidade. O jornal atribuía a João Henrique a seguinte declaração no segundo parágrafo da mesma matéria: “Vamos restabelecer ao município a competência pela legislação ambiental e fazer valer o Estatuto das Cidades que assim estabelece”, disse” (grifos nossos). A mensagem endereçada à sociedade pode ser compreendida como um alinhamento do prefeito à percepção de desenvolvimento sustentável defendida pela

⁵⁸ Conhecido como *lead*, o primeiro parágrafo deve trazer as informações consideradas mais importantes. Trata-se de um padrão jornalístico estadunidense, de inspiração telegráfica, adotado no Brasil desde meados do século XX.

“aliança verde”. Também pode ser interpretado como um recado ao governo do Estado, comandado pelo carlista Paulo Souto, de que o poder municipal teria a partir dali outra coloração política – vale lembrar que o jornal A Tarde realizou forte oposição a ACM nos anos 1990 e que estava de saída naquele momento da prefeitura o também carlista Antônio Imbassahy. Quando se referiu expressamente ao Estatuto da Cidade, o prefeito eleito talvez estivesse tentando convencer os setores sociais críticos ao PDDU recém-aprovado de que sua concepção sobre cidade estava pautada no preceito urbano-ambientalista da “aliança verde”, já positivado em lei federal e que, portanto, deveria corrigir os abusos apontados. Com dezoito diretrizes gerais, o Estatuto prevê o “planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” (grifos nossos). Era nessa previsão que João Henrique sustentava seu discurso como futuro gestor municipal. Foi esse compromisso que ele tornou público. No epicentro da promessa, o meio ambiente da Avenida Paralela: “Estamos discutindo com o nosso secretário municipal do planejamento, Itamar Batista, para que a revisão do plano diretor seja feita começando pelo que há de mais polêmico, que é a questão das áreas verdes da Paralela” (A Tarde, 19/12/2004).

O que aconteceu depois foram acusações sucessivas de quebra de compromisso. De 2004 até a aprovação do PDDU revisado, em dezembro de 2007, foi intenso o debate público sobre o futuro da cidade (especialmente via jornal A Tarde, o que será analisado no capítulo II). O MP e entidades da sociedade civil organizada acionavam a Justiça para tentar resguardar o “verde da Paralela”, que “estava ameaçado” (A TARDE, 06/12/2005, p. 9). Em 2006, ano anterior a aprovação do Plano, grandes empreendimentos imobiliários chegavam à Avenida Luiz Viana Filho, somando-se ao Alphaville. Os loteamentos Greenville e Colinas de Jaguaribe, onde foram construídos edifícios e casas de alto luxo, eram acusados de ameaçar “quase dois milhões de metros quadrados de vegetação de Mata Atlântica”. Para afastar a ameaça, soluções extrajudiciais foram propostas antes mesmo de nova judicialização, mas elas fracassaram. Um exemplo significativo disso foi a execução de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2006 pelo MP e pela empreiteira responsável pelos loteamentos, a Patrimonial Saraíba. No acordo extrajudicial, as promotoras de Justiça Cristina Seixas Graça e Hortênsia Pinho almejavam “alcançar a sustentabilidade dos empreendimentos”, o que significava

“recuperar o passivo ambiental e redesenhar os loteamentos, aumentando as áreas verdes e as APPs”. Como o TAC não foi cumprido, foi pedida em 2010 a execução do acordo, que previa pagamento de multas acumuladas no valor de R\$ 10 milhões em caso de descumprimento. Porém, o pedido foi realizado quatro anos após os empreendimentos serem liberados por meio de licenças ambientais consideradas irregulares pelo MP, já que autorizaram “intervenções em inúmeras áreas de APP – Área de Preservação Permanente”.

A demora para a execução do Termo indica uma assimetria entre o tempo de ação dos atores das duas alianças. Os movimentos imobiliários concretizavam-se no chão da cidade, sobre o verde da Paralela, enquanto seus opositores tentavam impedi-los. O tensionamento dentro do próprio Estado crescia, entre as pretensões ambientalistas do MP e as ações do Executivo, via autorização de empreendimentos imobiliários considerados problemáticos à luz do direito ambiental. Com isso, eram testados os limites do sistema de freios e contrapesos das repúblicas democráticas modernas⁵⁹, que baseou o horizonte de democracia social da chamada Constituição Cidadã de 1988. Nesse ideal de país, o MP aparece como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”⁶⁰ – a questão é abordada no capítulo II.

Nesse cenário, a judicialização iniciada em 2003 ressurgiu em ações judiciais contra o PDDU de 2008 com novidades. Os opositores às propostas de regras urbanas realizadas pelo poder executivo e aprovadas pelo legislativo consolidavam a criação de um movimento chamado o “Fórum a Cidade Também É Nossa”⁶¹. Essa mobilização teve início com uma reunião entre doze entidades, realizada em 2007, chegando a trinta e oito no ano seguinte. O movimento reuniu urbanistas, engenheiros, ambientalistas, advogados, antropólogos, jornalistas e representantes de associações de bairro. O Fórum consolidou uma aliança entre a sociedade civil organizada e o Ministério Público, com vários de seus integrantes atuando como consultores do órgão estatal. Com o objetivo de disputar os termos e concepções das normas urbanísticas de Salvador, o Fórum reatualizava as críticas já existentes em 2004: condenavam as autorizações para devastação de

⁵⁹ A tripartição dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é elaborada de forma mais acabada por Rousseau, no século XVIII, e aplicada efetivamente como modelo pelos Estados Unidos no início do XIX.

⁶⁰ Artigo 127 da Constituição Federal.

⁶¹ Ver <https://acidadetambemenossa.wordpress.com/>.

remanescentes da Mata Atlântica na Paralela e para o aumento do gabarito das edificações na orla atlântica, sobretudo na região entre a avenida e o oceano. Como resultado, mudanças substanciais de concepção sobre a cidade apareceram no Plano de 2008.

1.3. A cidade sustentável e as apropriações do urbanismo ambiental

Na elaboração do Plano Diretor de 2008, as pressões do grupo da “aliança verde” provocaram uma alteração significativa na norma urbanística da cidade quando comparada à versão de 2004. Essa mudança carregou com ela o vocabulário do arcabouço normativo da Constituição Federal, nos seus artigos 182 e 183 – os quais versam sobre Política Urbana –, e do Estatuto da Cidade, que traz as diretrizes e premissas para a formulação de leis urbanísticas municipais. Tal aparato legal sustenta-se numa convergência entre os saberes-poderes do direito e do urbanismo, cujo resultado é a consolidação do direito ambiental como base da organização urbana.

Em artigo publicado em dezembro de 2006⁶², o arquiteto e então coordenador de planejamento e desenvolvimento urbano da secretaria municipal de Planejamento e Meio Ambiente (Seplam), Fernando Teixeira, apresentou as mudanças realizadas em relação ao PDDU de 2004. Entre os destaques, estava a formulação de capítulos específicos para as políticas ambiental e urbana do Município (TEIXEIRA, 2006, p. 4), com uma definição mais transparente e sistemática de seus princípios. Diferente da versão anterior, os princípios da política urbana do município não estão diluídos ou ausentes do PDDU, mas sistematizados em um único artigo, com conceitos do próprio Estatuto, a saber: função social da cidade, função social da propriedade imobiliária urbana, o direito à cidade sustentável, equidade social, o direito à informação e a gestão democrática da cidade. No texto revisado, Fernando Teixeira identificou abertamente os motivos que levaram às mudanças. Disse ele: “...vários conteúdos careciam de revisão em razão de problemas identificados após a vigência da lei, mas, também, em decorrência de avanços no campo normativo...” (Idem, p. 2).

A considerada evolução do “campo normativo” é a do respaldo recíproco entre direito ambiental e urbanismo, posto em prática na atuação conjunta do Ministério Público e do

⁶² Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v1/images/veracidade/pdf/artigo7.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2018.

Fórum A Cidade Também É Nossa. Em matéria publicada no A Tarde em 26 de agosto de 2007, a jornalista Maíza de Andrade caracterizou a promotora de Justiça Cristina Seixas Graça, do MP da Bahia, como a mais “contudente opositora do PDDU”. Naquela altura, o Plano de 2004 chegava ao final da revisão prometida pelo pedetista e depois pemedebista João Henrique Carneiro (2005-2012)⁶³, que também foi judicializada por iniciativa da promotora. O argumento de Cristina Seixas, repetindo o *script* de 2004, era de que o governo municipal queria encaminhar para aprovação na Câmara um projeto de lei, revisado, sem ampla participação popular nas discussões e sem a apresentação dos estudos técnicos necessários. Para a promotora, o PDDU “privilegia a área de construção de edifícios. Não sou eu que estou dizendo, mas o próprio Crea” (A TARDE, 26/08/2007). No mesmo ano, o jornal também atribuiu a Cristina Seixas a seguinte declaração: “só se faz obra em APP quando não existe outra alternativa” (A TARDE, 04/08/2007).

Com base nas falas dispersas da promotora, publicadas pela imprensa, é possível identificar uma agência preponderante do MP na disputa em torno da elaboração dos PDDUs. Essa atuação foi baseada no saber especializado do direito ambiental, cuja orientação máxima repousou na concepção de desenvolvimento sustentável. E não se tratou de uma ação isolada de um único membro da instituição, já que outros promotores ambientais de justiça da comarca de Salvador atuaram com ações contra os PDDUs, a exemplo da já citada promotora Hortênsia Pinho e do promotor Sérgio Mendes, como também da promotora Rita Tourinho, na área da moralidade administrativa⁶⁴. Vale frisar também que, desde 1992, o MP baiano possui um Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente e Urbanismo (Ceama), do qual a promotora Cristina Seixas Graça é a atual coordenadora, já pela segunda vez. Quando ela afirmou sobre a prioridade do PDDU para a “construção de edifícios”, não apenas tecia críticas à influência do mercado imobiliário, como, é razoável afirmar, considerava que tal priorização destoava de um crescimento urbano ambientalmente equilibrado. Na sua dissertação de mestrado, defendida no Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Bahia, em 2007, Cristina Seixas Graça anunciou explicitamente sua proposta intelectual: “Espera-se contribuir para a construção de um caminho que compatibilize o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente” (GRAÇA, 2007, p. 16). No seu horizonte, nunca esteve em jogo uma superação do

⁶³ Ver A Tarde, 19 de dezembro de 2004, p. 5.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/27055>. Acesso em: 26 abr. 2018.

capitalismo, mas algo como sua domesticação a partir do chamado Estado Democrático de Direito⁶⁵.

Apesar de aparentemente opostos, os dois princípios (da economia e do meio ambiente) em alguns aspectos têm objetivos idênticos na medida em que buscam promover o bem-estar comum, preservando e mantendo a dignidade da pessoa humana através da justiça social e do acesso igualitário a bens e serviços. Diante de um conflito entre a questão da natureza e a questão econômica, haverá necessidade de fazer uma ponderação de pesos existentes nos princípios constitucionais atribuindo valores a cada um deles para que seja possível tomar a decisão mais acertada em relação aos interesses em jogo. (GRAÇA, 2007, p. 44, grifo nosso)

Há, no seu discurso, uma dimensão conservadora da nossa sociedade contemporânea, expressa no apego moderno à lei impessoal, a qual seria capaz de equilibrar as forças sociais atuantes, desde que aplicada por meio de uma interpretação razoável e desinteressada. Na percepção de mundo da promotora, essa dimensão constituiu-se com ainda maior intensidade. Até mesmo por ser uma agente do Estado, a promotora valoriza a aplicabilidade e influência das regras, normas e valores estabelecidos na CF de 1988. É algo incorporado como marco de refundação do país e de origem de uma sociedade totalmente nova – quase um mito de formação do Brasil contemporâneo. O texto constitucional é a base inquestionável que norteia a visão de mundo e de Brasil. Nele também repousam todas as prerrogativas e aspirações de quem defende o horizonte da cidade democrática e sustentável como um projeto coletivo viável. Portanto, o capitalismo não é um inimigo a ser abatido, mas um sistema a ser aperfeiçoado. O passado recente da ditadura militar é dado como superado e as continuidades do regime são ignoradas.

Como já dito antes, a agenda da reforma urbana surgiu no contexto das discussões sobre as reformas de base realizadas no país entre 1961 e 1964 e atravessou o chamado período de chumbo com novas roupagens, até chegar à fase de redemocratização. A CF de 1988 formalizou um projeto de democracia liberal-representativa⁶⁶. A concepção centralizadora, que o regime empreendeu no projeto de modernização do país, remanesceu nas políticas urbanas – em Salvador, vale lembrar, a Avenida Paralela surgiu

⁶⁵ Entendido com fruto de uma tensão interna entre o direito e a política, da qual resulta um saldo em favor do bem público discutido e deliberado na esfera pública em detrimento de interesses privados. Ver Durão (2009).

⁶⁶ Segundo Daniel Pinha (2017), a Constituição de 1988 é resultado de uma ampla mobilização social, iniciada na década de 1970, que traz características do projeto da democracia liberal-representativa, como restauração do princípio federalista, descentralização administrativa e ampliação dos direitos sociais.

na década de 1970 como vetor de modernização. A descentralização que, em 1988, concedeu aos municípios a autonomia de fazer seu planejamento urbano e organizar seu território não foi radical. A União continuou como grande fomentadora do desenvolvimento urbano, a partir de leis federais que orientam e limitam as normas municipais, ainda que os municípios elaborem as regras urbanísticas locais por meio dos Planos Diretores. As grandes obras de infraestrutura urbana seguiram dependendo das verbas do governo federal, como resultado de uma repartição de recursos fiscais que concentraram na União as maiores fatias dos impostos arrecadados⁶⁷. Embora executado a nível municipal, o desenvolvimento urbano continuou sendo pensado a partir de uma política nacional que garante e destina os recursos.

Em seu apego às determinações da CF e do Estatuto como condições de possibilidade do projeto político de modernização urbana, a agência do MP-Fórum (núcleo da “aliança verde”) empenhou um ideal reformista de construção de um Estado de Bem-Estar Social. Essa atuação se deu a partir da legitimação do direito ambiental e seu projeto de conciliação da democracia com o capitalismo, cuja síntese seria a aproximação entre as noções de bem-estar social e de desenvolvimento econômico no axioma do desenvolvimento sustentável. O argumento de Cristina Seixas em favor da compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente (SEIXAS, 2007, p. 65) parte da crença fundamental de que é possível fazer do direito, especificamente do direito ambiental, o instrumento capaz de viabilizar o desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista, entendido por ela nos moldes da convenção mundial sobre o meio ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, a saber:

[...] um significado diferente, que atribui valor ao ambiente para permitir uma herança intergeracional da tutela ambiental – com reflexos nas normas do Direito Ambiental –, que reconhece direitos próprios da natureza e que protege todas as formas de vida, independentemente do valor que possam ter para o ser humano. (GRAÇA, 2007, p. 24, grifo nosso)

A compreensão da promotora de Justiça sobre como o direito deve regular as relações entre o homem e o seu ambiente passa também por uma concepção intrinsecamente vinculada às angústias da sociedade contemporânea ocidental. Influenciada pelos grandes acontecimentos do século XX, como as guerras mundiais e as catástrofes ambientais, a nossa percepção do futuro aparece com a imagem autoprovocada de um mundo sem

⁶⁷ Ver Palos (2011).

natureza que levaria à tragédia humana. O presente então ganha um sentido emergencial, no qual as ações devem ser orientadas pelo desenvolvimento sustentável, expressão que nomeia também a esperança pela abertura de um novo horizonte, distante de um desfecho trágico. É sintomática a definição dada por Cristina Seixas ao direito ambiental na sua vinculação com a noção de desenvolvimento sustentável e como ramo jurídico cuja origem é marcada pelas catástrofes ambientais: “[...] as normas ambientais irão defender todas as hipóteses de aplicação de novos instrumentos científicos, econômicos e sociais voltados aos fins do desenvolvimento sustentável” (GRAÇA, 2007, p. 28).

A preocupação da promotora não é fortuita e nem inédita. Na década de 1970, o filósofo Hans Jonas (1979) já oferecia uma compreensão do mundo ocidental contemporâneo pautada pela tragédia ambiental levada a cabo pelo progresso tecnológico da sociedade capitalista. Jonas propôs uma nova ética para a humanidade, pautada no princípio da responsabilidade, que se opõe ao do progresso tecnológico capitalista. Seu paradigma epistemológico é o da “ecologia profunda”, pelo qual o homem deixaria para trás sua vocação autoproclamada de senhor da natureza para se transformar em um ser eticamente integrado a ela. O pensamento do autor alemão ajuda a compreender a concepção de Cristina Seixas. Na sua dissertação de mestrado, a promotora não considera o crescimento econômico incompatível com a utilização das técnicas e das tecnologias como indutoras do progresso, como se pode concluir do capítulo VI da obra do filósofo (JONAS, 1979). Pelo contrário, são elas a própria solução, desde que sejam “inovadoras e proativas para a prevenção da poluição, visando-se à ecoeficiência, que representa uma associação de ganhos ambientais e econômicos, em que se contempla a redução do uso de materiais, de energia e de resíduos poluentes” (GRAÇA, 2007, p. 68).

Nas propostas de planejamento urbano da capital baiana, há uma reivindicação pela cautela e pela prudência, com as quais o presente deve garantir “a qualidade de vida para as gerações presentes e futuras” (Lei 7.400/2008, & 3º, artigo 7º). O futuro da cidade não é uma determinação que cedo ou tarde se concretizará necessariamente no decorrer da história, mas não deixa também de ser sujeito ao condicionamento ou ao traçado do conhecimento científico que o planeja. O que estava em jogo é a construção de uma cidade moderna, portanto, sustentável. A urgência que se conferiu às ações e discursos de preservação do meio ambiente impôs-se por meio do saber-poder da ciência. A atuação do MP e do Fórum reivindicaram este saber-poder especializado, de natureza operacional,

capaz de dizer como, onde e por que se deve intervir no espaço urbano⁶⁸.

Resultado do entrelaçamento entre o direito e o urbanismo, tal atuação carregava consigo um projeto de modernidade. Porém, isso é atenuado por uma experimentação de tempo típica da contemporaneidade, o presentismo. Nele, a ideia de preservação e conservação, inclusive ambiental, dá ao passado (tocando o imaginário por meio das tragédias ambientais exemplares, no plano geral, e o crescimento desordenado, no particular) uma função conservadora: a aceleração do progresso não é mais um fim em si mesmo. A ideia de moderno muda de significado, aos moldes do que afirmou François Hartog: “Gradativamente, a conservação e a renovação substituíram, nas políticas urbanas, o mero imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência não tinha sido questionada até então” (2014, p. 151). Dois artigos do arquiteto e urbanista Paulo Ormindo, integrante do Fórum, são sintomáticos: o primeiro, chamado “Mudar Salvador” (A TARDE, 02/08/2015, p. 2), no qual o urbanista critica a pretensão da prefeitura de adotar modelos urbanísticos de fora, querendo transformar a cidade numa “Manhattan”; e, o segundo, intitulado “Cidade, arquitetura, patrimônio” (A TARDE, 16/08/2015, p. 2). Nesse último texto, Paulo Ormindo retoma sua crítica central com mais força e evoca a importância da história do conhecimento urbanístico local sobre Salvador iniciado nos anos 1940:

A excelência desses trabalhos realizados há 70 anos, quando a Bahia apenas começava a ter uma universidade, é um desafio para a Fundação Mário Leal Ferreira na realização do Plano Salvador/500, que deve pautar o PDDU e a Louos, a serem encaminhados à Câmara Municipal oportunamente. O cenário político e acadêmico atual é muito diferente do vigente no período ditatorial e que se prolongou na Bahia por quarenta anos. Hoje o poder não está apenas na Câmara de Vereadores, senão em associações civis muito atuantes, como o Fórum a Cidade Também é Nossa, que reúne 39 entidades, e o Participa Salvador, respaldado pelo Ministério Público Estadual. Essas entidades não querem um plano requestrado em São Paulo e legalmente aprovado em Salvador, senão um plano legitimado pela participação em sua elaboração. A academia e a expertise locais não podem ser ignoradas. (A TARDE, 16/08/2015. p. 2)

Na preocupação com o futuro da cidade, convoca-se a presença do passado, por meio de uma memória disciplinar pela qual sujeitos do conhecimento científico reivindicam seu lugar para a elaboração de um projeto de cidade. Nessa reivindicação, o casamento entre o direito ambiental e o urbanismo suscita um ideal de modernidade. Um bom futuro

⁶⁸ Sobre o papel e a natureza da ciência na contemporaneidade, ver François Lyotard (2009).

urbano ainda é previsível e possível a partir da racionalidade moderna, portanto, a ideia de progresso ainda tem seu lugar. No entanto, como o progresso não pode mais acontecer a qualquer custo, ele perde sua aplicabilidade semântica e prática, para dar lugar à funcionalidade discursiva da noção de desenvolvimento sustentável e sua intimidade com reclames de uma ação imediata. O termo se torna preponderante no vocabulário que pauta a disputa pelo espaço urbano de Salvador – talvez porque, rebento do imaginário coletivo constitucional de 1988, o desenvolvimento sustentável não queira e não possa se confundir com a “Ordem e Progresso” que o regime militar tomou como lema.

No PDDU de 2008, a sistematização dos princípios da Política Urbana municipal valoriza a concepção de desenvolvimento sustentável defendida pelos atores da “aliança verde”. No novo Plano, os conceitos que definem tais princípios são os utilizados no Estatuto da Cidade. As noções de “função social da cidade” e de “cidade sustentável” ganham uma importância que não havia em 2004. Antes, elas apareciam como mera formalidade, diluídas em diversos artigos ao longo da lei. Já em 2008, elas surgem explicitamente e com uma definição precisa, respectivamente, no 1º e 3º parágrafos do artigo 7º da norma. “A função social do Município do Salvador corresponde ao direito à cidade para todos”. Já a “cidade sustentável é a que propicia o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando a garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras”. Outra mudança importante diz respeito à ocupação urbana da Paralela. Como destacou no citado artigo o arquiteto Fernando Teixeira, houve uma tentativa de conciliar na avenida o crescimento urbano com a proteção ambiental.

A proposta pretende conciliar o uso do corredor, especialmente nos terrenos com acesso direto para a Avenida Paralela, já bastante antropizados, com uma utilização mais controlada das áreas no entorno do corredor, que ainda apresentam atributos ambientais relevantes protegidos pela legislação federal e estadual. Mantém-se, entretanto, a área como um importante vetor de expansão urbana do Município. (TEXEIRA, 2006, p. 7)

A força discursiva da “aliança verde” também se fez presente em reconsiderações estritamente técnicas, como a reestruturação do “Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural”, considerado um “dos principais instrumentos da Política Ambiental do Município”. Novamente, Fernando Teixeira deixa transparecer a capacidade de intervenção política do casamento entre direito ambiental e urbanismo. “A concepção original desse sistema, criado pela lei de 2004, foi objeto de contundentes

questionamentos, especialmente dos ambientalistas, por não terem sido observadas as categorias já instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação” (Ibidem, p. 8).

A expressão “desenvolvimento sustentável” aparece por quatro vezes no PDDU de 2008. A palavra “sustentável”, predicando “cidade”, “uso”, “consumo”, entre outras, aparece trinta e duas vezes. Já “sustentabilidade” é usada dezessete vezes. Portanto, a noção de cidade sustentável ganhou nas leis uma presença textual maior, com uma dimensão semântica mais fortalecida. No PDDU de 2004, a expressão “desenvolvimento sustentável” aparece na primeira das duas vezes no inciso IV da seção dos Objetivos Gerais de desenvolvimento do município: “melhoria do quadro ambiental do Município..., consolidando o preceito do desenvolvimento sustentável como orientador das ações públicas e particulares”. Há uma relação direta com a questão ambiental, vinculada à questão social e econômica, pois os demais objetivos referem-se a aumento de renda, redução de concentração de renda e de exclusão social. Na sua segunda aparição, a expressão está incluída no inciso II do artigo 145 dos princípios da política de meio ambiente do município: “o desenvolvimento social e econômico do Município deve ser promovido de forma harmônica com a manutenção do equilíbrio ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável...”. Em 2008, na primeira das quatro vezes, a expressão aparece no artigo 216, sobre os Subsistemas de Unidade de Conservação, qualificando um tipo de Unidade de Uso Sustentável, a saber, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável. No segundo momento, ela qualifica uma política de diretrizes para Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos. Na terceira, ganha uma perspectiva estratégica que deve resultar de decisões baseadas no Sistema de Informação Municipal (SIM). E na quarta e última aparição, surge como uma palavra-chave que caracteriza o conceito de APA: “categoria de área..., dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para o desenvolvimento sustentável...” (Lei 7.400, 2008, p. 200).

Nenhum dos dois Planos Diretores definem o conceito de “desenvolvimento sustentável”. A compreensão da expressão é tácita. Seu significado é tomado como algo autoexplicável, pois já naturalizado no momento histórico que é utilizado. Por isso, o adjetivo “sustentável” vai ser fartamente aplicado para qualificar substantivos que indicam a hegemonia discursiva do direito ambiental na sua vinculação com o urbanismo. Se, em 2004, ela aparece apenas qualificando a palavra “desenvolvimento”, é porque a

força política da noção de sustentabilidade ainda não era tão valorizada. Em 2008, ela aparece adjetivando “cidade”, “uso”, “agricultura urbana”, “consumo”, “sociedade”, “regularização fundiária”, “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento”, “ocupação”, “modo”, “gestão” e “utilização”. Ou seja, a expressão ganha complexidade, mais importância e se politiza porque é ela que dá sentido à palavra que a precede, numa perspectiva de ação política prática; não é à toa que ela aparece ao lado de “uso” com muito maior frequência que nas demais palavras. Em um período de quatro anos, que depois se estenderia a 2016, a noção de desenvolvimento sustentável hegemônica-se discursivamente nas regras urbanísticas de Salvador, muito pela tônica retórica que, naquela conjuntura histórica, ganhou força por meio dos atores da “aliança verde”.

A preponderância discursiva e textual da noção de desenvolvimento sustentável, aos moldes dos preceitos do MP-Fórum, encontrou seus limites, porém, dentro das próprias regras urbanísticas. O saber-poder do direito ambiental e do urbanismo era disputado por outros atores que, de forma mais prática, incutiram uma interpretação de desenvolvimento sustentável totalmente distinta ou que servisse a interesses distintos. Logo após a apresentação do novo projeto do PDDU em 2007, apareceram na imprensa críticas quanto às previsões urbanísticas da proposta para a região da Avenida Paralela. O prefeito João Henrique, como já apontado acima, foi acusado de não cumprir a promessa de rever as licenças ambientais concedidas a empreendimentos imobiliários, como os condomínios Greenville e Colinas do Jaguaribe, além do Alphaville II, cuja licença foi concedida em 2006, durante a revisão do Plano. “Ficou só no discurso do prefeito João Henrique rever licenças de desmatamento e o modelo de ocupação da região” (A TARDE, 12/08/2007, p. 6). O principal problema seria um paradoxo identificado no próprio Plano Diretor, no qual é possível identificar a apropriação da noção de desenvolvimento sustentável feita pelos atores da “aliança imobiliária”. A disputa do que seria o horizonte de uma cidade sustentável se tornava cada vez mais clara:

A superposição de destinações propostas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para as áreas verdes no chamado vetor norte de expansão da cidade, que é cortado pela Avenida Paralela, é uma das críticas ao documento formulado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. (A TARDE, 12/08/2007. p. 8)

A promotora de Justiça Cristina Seixas e o engenheiro sanitário Severino Agra Filho, que representava o segmento acadêmico no Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam), questionavam como zonas previstas para proteção ambiental poderiam

também ser destinadas à instalação de malha viária e de empreendimentos residenciais. Sob a tutela do mesmo saber especializado do direito ambiental e do urbanismo, a secretária municipal de Planejamento e Meio Ambiente Kátia Carmelo argumentava que não havia qualquer contradição. Pelo contrário, a ocupação urbana na região, desde que planejada e regulada pelo Estado, poderia tornar o governo municipal capaz de preservar as áreas verdes.

O pouco que ainda resta é privado. O município não tem dinheiro para desapropriar e fazer daqueles grandes mananciais de mata atlântica reservas ambientais, mesmo porque a própria ocupação informal já está chegando em cima dos mananciais e a gente não está conseguindo dar conta desse recado, de fiscalizar, nem o município nem o Estado. A demanda habitacional é muito grande e não só as partes formais quanto as informais da cidade necessitam de espaço e se a gente não regular a forma como esta ocupação vai se dar, a gente perde o controle. Se você partir do pressuposto que Alphaville (I) tem um milhão de metros quadrados e 600 mil são de áreas de preservação nós ganhamos muito na liberação daquele empreendimento porque nós temos ali um controle efetivo de que aquelas áreas vão ser mantidas em seu estado original. O que já não ocorreu com o Bairro da Paz. Uma ocupação formal racional direcionada é muito mais eficaz no trato com o meio ambiente do que uma ocupação informal. (A TARDE, 12/08/2007, p. 7, grifos nossos)

Arquiteta e urbanista, Kátia Carmelo trouxe à tona uma utilização pragmática da noção de desenvolvimento sustentável ao condicionar a sua aplicabilidade à concretização da racionalidade do urbanismo ambientalista por meio da atuação dos empreendedores imobiliários. A argumentação se movia na ambiguidade conceitual, porque de natureza política, da noção de desenvolvimento sustentável. Essa tônica, com maior ou menor intensidade, repetiu-se na discussão do PDDU de 2016, quando urbanistas da Prefeitura disputaram a efetivação na norma jurídica e política do saber-poder da ciência com os atores da “aliança verde”. Na apresentação da proposta de Plano Diretor, em 2015, novamente o arquiteto Fernando Teixeira, agora representante da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), defendeu que o projeto, depois duramente criticado, tinha “a transversalidade e o direito à cidade sustentável como pontos-chave” (2015, p. 4)⁶⁹. O técnico também defendeu que o novo Plano fazia, diferente de antes, uma distinção clara entre as macrozonas de conservação ambiental e de ocupação urbana.

Esse embate se mostrou bem explícito na quinta audiência pública para a discussão do PDDU, agora no plenário da Câmara, com uma discussão essencialmente técnica,

⁶⁹ Relatório da sétima audiência pública sobre o PDDU, realizada no dia 1º de março de 2015, no Centro de Cultura da Câmara Municipal, abordando o tema do Meio Ambiente.

cujos argumentos estavam longe de se apropriar por completo de um desenvolvimento sustentável, verdadeiro e absoluto. Na audiência, que antecedeu a aprovação do PL em plenário, o arquiteto Daniel Colina, do IAB e atual coordenador do Fórum A Cidade Também É Nossa, travou um debate com a urbanista Juliana Paes, da Sucom. Sobre as especificações de zoneamento e sobre quais zonas seriam adequadas ou não para serem criadas em determinadas áreas da cidade, a última palavra, da arquiteta e urbanista da Prefeitura, mostrou a flexibilidade da apropriação política do saber técnico, independentemente do lado ideológico: “A senhora Juliana Paes esclareceu a diferença entre macrozoneamento e zoneamento e explicou que não haver mapa de zoneamento no Projeto foi uma opção metodológica, e que não há certo e errado sobre esse aspecto. Disse que zoneamento é de usos e atividades, que se optou por tratar disso na Louos e que o zoneamento estratégico é que era tratado no PDDU” (p. 5, grifo nosso)⁷⁰. Portanto, a ciência serviria à visão política de cidade e de desenvolvimento sustentável, a qual não havia como determinar de forma positivista. O tecnicismo aparecia como o instrumento do que politicamente se vislumbrava. O zoneamento, emblema da racionalização moderna do espaço urbano, tornou-se objeto de disputa cujo conteúdo polarizava visões ideológicas distintas, ainda que sob o mesmo marco da sustentabilidade. A promotora Hortênsia Pinho exigiu que os mapas de zoneamento fossem apresentados no PDDU, enquanto as técnicas da Prefeitura, Lídia Santana e Juliana Paes, rebateram que a lei (Estatuto da Cidade) exigia no Plano Diretor apenas o macrozoneamento e, que, portanto, as especificações, em menor escalar, seriam feitas na Louos. A ex-secretária de Planejamento, Kátia Carmelo, também se manifestou, questionando a informação, dada pela promotora, de que 3,5 mil hectares de área verde haviam sido suprimidos do macrozoneamento, porque a cidade nem possuía esse total de vegetação. Portanto, as posições contrárias ou favoráveis ao Plano se valiam de argumentos técnicos que embaralhavam a disputa, pois, diante de tanto dizeres de conhecimento sobre a cidade, já não se tinha mais uma distinção clara de quem realmente estava ao lado do desenvolvimento sustentável, se todos, nos seus saberes-poderes, anunciavam-se como seu porta-voz.

Outrossim, o Plano de 2016 mostrou também que a “aliança imobiliária” ampliou a margem de intersecção de sua apropriação do princípio da sustentabilidade com aquela da “aliança verde”, sem que isso tirasse a preponderância de seu projeto. Na audiência já

⁷⁰ Ata da audiência pública realizada na Câmara Municipal em 27 de fevereiro de 2016.

referida, Fernando Teixeira defendeu a tal transversalidade do Plano destacando “inovações como o impacto ambiental de vizinhança, o pagamento por prestação de serviços ambientais – pelo qual é beneficiado aquele que preserva um espaço – e inovações na legislação tributária para se desenvolver a função extrafiscal na forma de incentivos em prol do meio ambiente”.

Nessa margem de ingerência estratégica posta a quem formulava o Plano Diretor, que perdurou no tempo, a então secretária Carmelo enquadrou o desenvolvimento sustentável em uma estratégia de gestão urbana pela qual o poder público cedeu lugar à iniciativa privada. A perspectiva de democracia urbana do contrato constitucional de 1988, e sua promessa de bem-estar social comum, perdeu vigor diante da delimitação do saber-poder do direito ambiental às arestas da lógica propriamente capitalista, respaldada no mesmo pacto social e político. Nela, preponderou a justificativa do crescimento econômico com geração de emprego e renda, com o qual os interesses dos setores imobiliário e da construção civil⁷¹ deram à noção de desenvolvimento sustentável a faceta local do capitalismo tardio.

As alterações significativas ocorridas entre os Planos de 2004 e de 2008 não foram suficientes para garantir o êxito do projeto capitaneado pela aliança entre o Fórum e o MP. O que já era visto como problemático em 2004, agravou-se em 2008, quanto às áreas verdes da Paralela: “A aplicação do Plano Diretor vai representar a extinção de 3,4 milhões de metros quadrados de remanescentes de mata atlântica, 25% da área protegida delimitada no Plano Diretor de 2004” (A TARDE, 15/08/2008, p. 8). O alarde ambientalista não demoveu os argumentos igualmente técnicos da secretária Kátia Carmelo para explicar os novos parâmetros urbanísticos adotados pelo Plano na avenida:

A Paralela é um corredor de expansão e não um parque ecológico, embora lá dentro tenha previstos parques, como o do Vale Encantado, de dois milhões de metros quadrados... O Código Florestal permite a erradicação de 70% de árvores. Já o Plano Diretor reduz para no máximo 50%. É claro que podíamos preservar tudo, mas o povo ia morar onde? (A TARDE, 15/08/2008, p. 8)

Iniciada em 2003, a judicialização das normas urbanísticas de Salvador persistiu no decorrer dos anos. Ações judiciais – na maioria ajuizadas pelo MP estadual – travaram na Câmara de Vereadores a tramitação do PDDU de 2004 e suspenderam em 2011 a tramitação do chamado PDDU da Copa. Em 2012, uma nova Louos foi aprovada pela

⁷¹ Ver matérias de A Tarde (28/07/2007, p. 7; 06/08/2007, p. 2; 29/05/2015, p. B2; 19/11/2015, p.B1)

Câmara nos termos do PDDU então suspenso, o que provocou ajuizamento pelo MP de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Acatada pelo Tribunal de Justiça da Bahia, a ação vetou parte significativa da Louos aprovada. Naquele mesmo ano, o governo municipal encaminhou para a Câmara um novo Plano e uma nova Lei de Ordenamento, que foram aprovados desrespeitando a Adin. O então prefeito João Henrique (PMDB) saiu do governo e o novo gestor, ACM Neto (DEM), fez em 2014 um acordo com a Justiça (a chamada modulação de efeitos da Adin) para atenuar a insegurança jurídica diante de normas urbanísticas consideradas ilegais. O processo veio a termo com a aprovação do novo PDDU e da nova Louos em 2016, cuja trajetória também foi problemática. Em 2015, o MP voltou a ajuizar uma ação civil pública contra a tramitação do PDDU, mas sem sucesso. Os argumentos passaram sempre por vícios na tramitação na Câmara e pela inexistência de amplo debate público e de estudos técnicos suficientemente claros sobre as regras para o gabarito de edificações na orla atlântica e para empreendimentos imobiliários em áreas de remanescentes de Mata Atlântica na Avenida Paralela.

1.4. A consolidação da sustentabilidade na cidade-norma

A aprovação das regras urbanísticas de Salvador em 2016 encerrou um processo de intensa judicialização que marcou a disputa pelo futuro da cidade durante um período de doze anos. Isso não significou que os conflitos quanto à organização urbana tenham sido para sempre suspensos ou interrompidos. No entanto, as circunstâncias nas quais eles se deram mudaram de sentido e de expectativa a partir da aprovação. A noção de sustentabilidade consolidou-se como o eixo central de elaboração das normas urbanísticas da capital e açambarcou a ideia de um encontro harmônico entre natureza, capitalismo e democracia, firmando-se no discurso normativo como o grande horizonte a ser construído. A partir de então, tornou-se inadmissível ignorar nas normas os princípios da função social da cidade e da propriedade urbana; do direito à cidade sustentável; da equidade e inclusão racial, social e territorial; do direito à informação; e da gestão democrática da cidade.

O Plano Diretor adotou nos seus termos e premissas a máxima contemporânea discursiva do social e ambientalmente responsável. Se, em 2008, a expressão “sustentável” apareceu trinta e duas vezes, em 2016 ela surgiu em cinquenta e uma

oportunidades, demarcando quantitativamente a expansão de sua importância na percepção política e social sobre o espaço urbano. A projeção do termo “desenvolvimento sustentável” foi igualmente significativa. Em 2004, ela tangenciava as regras urbanas com apenas duas aparições. Quatro anos depois, como já mostrado acima, cresceu sua importância, surgindo em quatro ocasiões em demarcações decisivas da norma. Em 2016, houve não apenas um salto quantitativo, mas também uma valorização estratégica fundamental. No último Plano Diretor, em vigência, a expressão aparece por treze vezes na lei e integra o capítulo I sobre a “política municipal do meio ambiente e desenvolvimento sustentável”. Outra marca importante da consolidação do ideal de sustentabilidade nas regras da cidade pode ser identificada no capítulo II, que versa sobre as “diretrizes específicas”, uma novidade em relação aos Planos anteriores. Ele apresenta três seções que apontam diretrizes para a preservação e recuperação da qualidade das águas urbanas; para “conservação da vegetação relevante e recuperação daquela degradada, em especial, as Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Proteção aos Recursos Naturais (APRN); e para o controle da radiação térmica, considerando a ventilação e a iluminação da cidade.

Muito dessas mudanças se deu a partir da força do saber-poder especializado mobilizado politicamente por atores da “aliança-verde”. Suas apropriações de sentido sobre o desenvolvimento sustentável pautaram significativamente a formalização das normas, legitimando-se junto ao alargamento crescente da percepção presentista com as cada vez mais alarmantes notícias dos possíveis efeitos do aquecimento global no mundo, inclusive sobre as cidades. Isso foi visto também nas mudanças da Lei de Ordenamento e Uso do Solo (Louos), ocorridas entre 2012 e 2016 (lembrando que, antes delas, a última norma legal datava de 1984). Os sentidos de sustentabilidade da “aliança verde” fizeram-se valer, por exemplo, na demarcação do Parque Ecológico do Vale Encantado. Trata-se de uma área verde na região da Avenida Paralela que constantemente foi considerada como ameaçada por projetos de empreendimentos de infraestrutura urbana e também imobiliários. Foi a compreensão de haver uma ameaça ao meio ambiente local que motivou a realização de protestos nas ruas contra a proposta do PDDU de autorizar na área a construção de uma avenida que iria cruzar a Paralela para ligar a orla atlântica ao “Miolo”. Os moradores dos bairros de Patamares e Jaguaribe – vizinhos ao Vale Encantado e onde nos anos 1970 e 1980 foram instalados condomínios fechados de casas

de classe média e alta⁷² – reivindicaram a preservação do verde (A Tarde, 13/08/2007).

A força da “aliança verde” também levou para as regras urbanísticas de Salvador demarcações relacionadas ao direito à cidade, com as quais foram definidas algumas limitações para a reprodução do capital por sobre o tecido urbano. Uma das mais importantes demarcações são as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), definidas no PDDU 2016 como “zonas destinadas à implementação de programas de regularização fundiária e urbanística, produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP)”. Considerados como instrumentos urbanísticos destinados à contenção e diminuição da segregação socioespacial, as Zeis decorreram das vitórias da agenda da reforma urbana na chamada Constituição cidadã e no Estatuto da Cidade. Em Salvador, elas apareceram mais sistematicamente pela primeira vez no PDDU de 2004 e foram ganhando mais espaço ao longo dos anos. No PDDU de 2008, foram criadas 116 Zeis, número ampliado para 234 em 2016.

Os avanços presentes nas regras urbanísticas, no entanto, não atenderam à totalidade das expectativas dos atores que nas suas ações empunhavam a bandeira da democracia urbana de forma cada vez mais organizada e sistemática. A aliança entre o saber-poder jurídico e urbanístico fortaleceu-se em 2008 com a parceria entre o recém-criado Fórum A Cidade Também É Nossa e o Ministério Público estadual. Tornou-se ainda mais robusta com a criação em 2014 do movimento Participa Salvador, que institucionalizou a aliança. O movimento reuniu o MP, por meio da promotora de Justiça Hortênsia Pinho, e integrantes da “Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania, membros do Movimento Vozes de Salvador, ambos (Rede e Movimento) participantes do Fórum A Cidade Também É Nossa”⁷³. O Participa acompanhava e fiscalizava, a partir da realização de estudos técnicos e de oficinas, as discussões sobre o conteúdo do projeto de lei do novo PDDU e da Louos, como também do chamado Plano 500, com o qual o governo municipal anunciou a construção de um planejamento urbano para a cidade até 2049, quando a primeira capital do país completará cinco séculos de existência. As atividades do movimento eram financiadas com a transferência de recursos provenientes da execução de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) propostos pelo MP e descumpridos por empresas poluidoras. Em 2015, o Participa Salvador divulgou no site

⁷² Ver Rafael de Aguiar Arantes (2009).

⁷³ Disponível em: <http://participasalvador.com.br/carta-de-principios/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

do movimento um documento chamado “Os 21 pecados capitais do PDDU”⁷⁴. Entre as duas dezenas de críticas ao projeto do Plano Diretor, estão a “inviabilidade do controle social”, “ausência de estudos técnicos imprescindíveis”, “desrespeito à participação efetiva da sociedade civil” e o “descompromisso com o meio ambiente”. O *script* de 2004, que se repetiu em 2007, voltava novamente à cena.

A memória recente da judicialização, porém, aparecia como um fantasma. Em fevereiro de 2015, ao abrir os trabalhos da Câmara Municipal, o prefeito ACM Neto anunciou como prioridade a aprovação do PDDU e da Louos. “Para evitar judicializações”, o gestor municipal afirmou que estavam em curso audiências públicas e oficinas de discussão nos bairros, “que buscam garantir ‘a mais ampla participação popular possível’” (A TARDE, 03/02/2015). Os integrantes do Participa publicavam artigos na imprensa, quase exclusivamente no jornal A Tarde, tecendo críticas contra a metodologia e o cronograma adotados para a realização das audiências públicas. Em setembro de 2015, o MP e o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) ajuizaram ação civil pública para “evitar a repetição do ‘ilícito’ ocorrido na aprovação, em 2008, 2011 e 2012, de normas que implicaram em alterações do PDDU e da Louos de Salvador”⁷⁵. A Justiça não acatou os pedidos feitos na ação judicial. Em junho de 2016, as novas regras urbanísticas da capital baiana foram aprovadas com cinquenta e duas emendas de iniciativa popular e oitenta de vereadores, totalizando cento e trinta e duas. No dia da aprovação, o plenário da Câmara ficou lotado e os ânimos exaltados, com manifestações a favor e contra o PDDU dentro da casa legislativa, além de protestos contra a norma fora do parlamento municipal (A TARDE, 14/06/2016). O governo comemorou a aprovação com termos dos quais a oposição havia se apropriado para criticar o novo plano. Nos “21 Pecados”, uma das críticas do Participa Salvador apontava o não “enfrentamento da estagnação econômica da cidade” e considerava que o novo PDDU não previa “investimentos científico-tecnológicos necessários ao desenvolvimento ensejado, em face das exigências da contemporaneidade”.

A relação produtiva entre economia e meio ambiente era justamente o que pregavam os elaboradores e apoiadores das novas normas urbanísticas aprovadas. Segundo a

⁷⁴ Disponível em: <http://participasalvador.com.br/2016/03/19/os-21-pecados-capitais-do-pddu-de-salvador/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/29758>. Acesso em: 26 abr. 2018.

imprensa, logo após a aprovação do Plano Diretor, o presidente da Câmara Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), “disse que o PDDU vai desenvolver e modernizar a cidade”. Já o vice-líder do governo no parlamento afirmou que “o PDDU concilia desenvolvimento econômico e pensamento ambiental” (CORREIO, 14/06/2016). Com nuances cada vez mais complexas, constituía-se a disputa sobre quais significados de “desenvolvimento sustentável” e de “cidade sustentável” iriam prevalecer quanto ao espaço urbano de Salvador. O PDDU de 2016 trouxe como novidade, em um exemplo emblemático, o dispositivo da “outorga verde”, prevista nos artigos 299 e 300 da lei. Por meio dele, é concedido um desconto no pagamento realizado por empreiteiras pelo direito de aumentar o potencial construtivo, em áreas com restrições urbanísticas, desde que os empreendimentos adotem medidas consideradas sustentáveis, como a “captação de água da chuva, uso de energia renovável etc.” (A TARDE, 25/05/2016).

A sustentabilidade tornou-se a chave do desenvolvimento urbano. Seu significado ambientalista, defendido pela “aliança verde”, ganhou notoriedade e se fez presente nas regras urbanísticas da cidade, mas acabou subsumido pela apropriação de sentido levada a termo pela “aliança imobiliária” de empreiteiros e do poder público municipal. As normas não voltaram atrás na definição da Avenida Paralela como área multiuso, destinada a empreendimentos residenciais e comerciais sobrepostos muitas vezes a zonas definidas como proteção da mata atlântica. As poligonais da ocupação urbana para a região da via também foram muito maiores do que aquelas toleradas pela “aliança verde”, assim como ocorreu com o aumento do gabarito para construções na orla atlântica – a Louos de 2016 estabeleceu faixas entre doze e vinte e cinco andares. Muito disso se deu porque a noção de desenvolvimento sustentável ganhou na disputa pela formalização das regras urbanísticas uma flexibilidade semântica na qual cabiam igualmente diferentes apropriações e distorções de sentido. O desenvolvimento sustentável do espaço urbano passou a ser, de algum modo, um resultado possível em ambos os projetos. Como conceito, o termo traz consigo uma ambiguidade vazia que pode ser preenchida por conteúdos díspares e diversos, desde que sejam capazes de discursivamente se encaixar na máxima abrangente e imprecisa “do socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado”. Reverberou-se ali, concretamente, o defeito de origem conceitual do desenvolvimento sustentável:

O veto ao termo *ecodesenvolvimento* demonstra que expressões de uso geral que invadem com facilidade o cotidiano das discussões políticas e econômicas devem ter necessariamente uma conotação de aparente neutralidade,

exatamente para não conformar nem expor grandes contradições quando do seu emprego. Por isso, é importante notar nesses debates internacionais, sobre questões que colocam em jogo interesses econômicos e estratégicos das nações desenvolvidas, que os termos em geral utilizados assumem um caráter ao mesmo tempo vago e ambíguo. É o caso do termo desenvolvimento sustentável, segundo a percepção de muitos autores, entre os quais Lélé. Como afirma Chesnais, tal precisão nestes debates, assim como no ‘imaginário social’, impediria o consenso em torno deles, já que expressaria seus vínculos sociais. (VIEIRA, 2004, p. 89)

Toda a disputa sobre as regras da cidade do Salvador, nesses doze anos, moveu-se ante as limitações históricas do consenso que se formou em torno desse termo. Estabeleceu-se a crença de que era possível assegurar o crescimento econômico, menina dos olhos da modernidade, superando a crise ecológica que encarnou o seu estremecimento. Esse foi o consenso firmado com o “Relatório de *Brundtland*”⁷⁶, de 1987, que muito influenciou a Conferência Rio-92, no qual o crescimento econômico é considerado o elemento capaz de erradicar a pobreza e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento sustentável (VIEIRA, 2004).

Nunca esteve em jogo na disputa pela definição das normas urbanísticas da capital a possibilidade de que a cidade parasse de crescer. O jogo estabeleceu-se em como orientar o crescimento, portanto, nos modos de se apropriar do consenso histórico sobre o desenvolvimento sustentável. Essas formas de apropriação foram perpassadas pelo saber-poder do urbanismo e do direito ambiental que, a partir do conhecimento especializado e operacional, apresentaram projetos distintos de desenvolvimento urbano, ambos em busca de uma modernidade possível. No caso da “aliança verde”, a flexibilidade do conceito de desenvolvimento sustentável permitiu a construção de um horizonte de democratização urbana, que seria resultado de um amadurecimento da construção de mecanismos de democracia participativa dentro de uma democracia liberal representativa, na qual o desenvolvimento econômico seria mais harmônico à promoção da justiça social.

A agenda da reforma urbana, construída na fase da redemocratização do país, chegou com relativa força aos discursos dos atores da “aliança verde” em um momento em que era atenuada a agenda neoliberal, implementada no Brasil nos anos 1990 e reforçada na

⁷⁶ Documento formulado pela Organização das Nações Unidas, em 1987, que levou o sobrenome da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, indicada para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oficialmente chamado “Nosso Futuro Comum”, o relatório aborda as relações entre crescimento econômico, proteção do meio ambiente e redução da pobreza. Nele é cunhado o termo “desenvolvimento sustentável” como a “forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”.

era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)⁷⁷. Os governos petistas davam início à construção de políticas públicas sociais mais inclusivas, sem que isso deixasse de lado o incentivo ao mercado imobiliário – pelo contrário, houve no período um crescimento exponencial no setor até o país entrar em crise econômica a partir de 2011⁷⁸. As políticas de habitação dos governos do PT, principalmente na era Lula (2003-2010), tentavam conciliar estrategicamente a expansão do setor privado com a liberação de maior volume de recursos públicos para a redução do déficit habitacional das classes mais baixas⁷⁹. O sentido de desenvolvimento sustentável reclamava para si uma perspectiva de democratização do espaço urbano, com uma valorização do seu caráter público, sintetizada na máxima do direito à cidade⁸⁰. A reprodução do capital por sobre o tecido urbano deveria ser mitigada.

Por outro lado, no caso da “aliança imobiliária”, a aplicabilidade elástica da noção de desenvolvimento sustentável alinhou-se à expansão do mercado imobiliário privado nas poucas regiões urbanas ainda vazias (sem ocupações) da cidade, como era o caso da Avenida Paralela. A boa saúde da economia nacional em grande parte do período – baseada no aumento do consumo interno dado pelo aumento da renda e pelas facilidades de financiamento – impulsionou a chegada de empreendimentos habitacionais que vendiam conforto, comodidade e segurança em espaços onde o verde se harmonizaria às edificações. Condomínios como o Alphaville, Le Parc e Greenville, entre outros, apresentavam-se como a solução para os graves problemas urbanos como engarrafamentos e violência (já que há nesses locais uma gama enorme de serviços), ao mesmo tempo que eram defendidos como expressão de ocupação ordenada e racional, capazes de evitar as chamadas “invasões” e seus problemas de saneamento e

⁷⁷ Ao considerar neoliberais os governos FHC, defende-se as análises que veem a fase Lula como pós-neoliberal, como as de Emir Sader (2013) e Mario Toer (2012). Em síntese, os dois autores consideram como pós-neoliberais as políticas apontadas nos governos Lula, Kirchner (Argentina), Morales (Bolívia) e Correa (Equador) pois veem nelas estratégias de efetivação do Estado como promotor do crescimento econômico, de supremacia das nações sulistas diante das potências do Norte e de redução da desigualdade social, por meio do enfrentamento via fortalecimento do mercado interno à dependência ao capital financeiro estrangeiro – portanto, características contrárias às políticas neoliberais.

⁷⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html>. Acesso em: 3 mai. 2018.

⁷⁹ Ver Ermínia Maricato (2005) e Lúcia Shimbo (2010).

⁸⁰ Estudo sobre a coordenação de Raquel Rolnik mostrou facetas positivas e negativas do PMCMV. Entre essas últimas, constou que “em relação à localização, observou-se que os empreendimentos situam-se distantes da oferta de trabalho/emprego, em áreas homogêneas de baixa renda e segregadas e inseridos em tecidos urbanos pouco diversificados, o que incorre em perda de oportunidade de vivenciar a cidade em sua diversidade, considerados aí emprego, lazer, cultura, sociabilidade, entre outros. Dessa forma, o programa acaba por adensar bairros-dormitórios guetificados já existentes ou mesmo produzir novos bairros nestas condições” (2014. p. 132).

desmatamento aleatório, tão prejudiciais ao meio ambiente.

A disputa pelo espaço da Avenida Paralela e sua própria configuração urbana indicam um ponto de inflexão, no qual a relação entre o público e o privado, no chão concreto da cidade, conduz a proposta de construção da democracia urbana a situações-limite. Nessa virada, o horizonte de expectativa do direito à cidade enfraqueceu-se, pois a perspectiva pública da “aliança verde” foi engolida pelo viés privatista da “aliança imobiliária”. Essa última fortaleceu sua noção de desenvolvimento sustentável, ao exercer uma força maior dentro da luta político institucional nas principais esferas públicas da sociedade soteropolitana. Diante das mazelas sociais urbanas, como a violência, visíveis e perceptíveis na intensa segregação socioespacial entre bairros favelizados e condomínios residenciais fechados, a cidade viu se hegemonizar o projeto de desenvolvimento urbano da aliança entre o Estado e o capital imobiliário para construção de um espaço urbano, cuja sociabilidade se privatizou, independentemente de origens e classes sociais – questão aprofundada no capítulo III.

CAPÍTULO II

O conflito urbano e a ação político-institucional: Estado, imprensa e sociedade civil organizada

Precisamente porque as pessoas querem crer na democracia, o desencanto é ainda mais profundo em relação à forma como vivem. E desse desencanto nascem comportamentos sociais e políticos que estão transformando as instituições e as práticas de governança em toda parte.

Manuel Castells

A disputa entre os dois projetos de desenvolvimento urbano de Salvador tensionou não apenas noções opostas sobre a cidade e seu futuro, a partir do embate pelas significações políticas e sociais do princípio da sustentabilidade (como destacado no primeiro capítulo), sobretudo quanto à sua aplicabilidade nas regras urbanísticas e consequências espaciais no território urbano. O movimento do conflito mediu também os limites de institutos fundamentais ao pacto político decorrente da redemocratização, consubstanciado na Constituição Federal de 1988, como a independência dos poderes, a liberdade de expressão e a autonomia do Ministério Público. Esses limites foram testados por relações de força entre agentes do Estado, da imprensa e da sociedade civil organizada, nas principais esferas públicas das democracias liberais contemporâneas: midiática (Jornal A Tarde), judiciária (Tribunal de Justiça da Bahia) e parlamentar (Câmara Municipal de Salvador). Nelas, os atores das esferas política (atores do Estado) e civil mobilizaram os recursos de poder disponíveis, em nome de cada projeto de cidade, com destaque para aquelas realizadas dentro do próprio Estado.

Neste capítulo, a proposta é compreender as relações entre a disputa pelo espaço urbano de Salvador e o papel e atuação do Estado, da imprensa e de atores da sociedade civil, com ênfase na articulação dos atores da “aliança verde”, que, por meio de uma ação política organizada, tiveram uma agência significativa, principalmente durante o processo de judicialização das regras urbanas da capital. O objetivo é analisar a ação desses sujeitos sob os constrangimentos sociopolíticos, conjunturais e estruturais, de instituições como Jornalismo e Estado, principalmente o Ministério Público e os Poderes Executivo e Judiciário, e compreender como ela se relacionou com a disputa entre os dois grandes

projetos de cidade.

O argumento central é que o movimento de disputa tensionou as fronteiras entre essas instituições, expondo os limites institucionais do pacto político de 1988. Como resultado, houve um rearranjo político-institucional que aprisionou o horizonte de expectativa de sustentabilidade da “aliança verde” nas margens da normatividade herdada da fase de redemocratização. Esse horizonte associou ao princípio da sustentabilidade a construção de bem-estar social no chão urbano, via articulação das noções político-epistemológicas de direito à cidade e democracia urbana. O aprisionamento favoreceu a força política e econômica da “aliança imobiliária” e a penetração de seu projeto na sociabilidade urbana. As limitações institucionais estão relacionadas com práticas que abusaram do poder econômico e político e promoveram violência simbólica e física. Houve censura a jornalistas, cerceamento e retaliação à população na Câmara Municipal de Vereadores, quebra de regras, afronta a decisões judiciais, hostilidade a membros do MP e assassinatos. Entre 2008 e 2013, a disputa se tornou bastante acirrada, com desdobramentos graves, até ser costurado um ensaio de conciliação, no Tribunal de Justiça do Estado Bahia, sobre as normas urbanísticas, para restaurar marcos institucionais e pacificar em algum grau o conflito. Em um realinhamento de forças e composições de poder, a concertação se concretizou com a aprovação do PDDU e da Louos de 2016, até hoje em vigor, enfraquecendo temporariamente a perspectiva da democratização urbana, embora as tensões não tenham se dissipado por completo.

Os sujeitos que atuaram a favor do projeto da “aliança verde” evocaram com frequência semelhanças entre a aprovação das recentes regras urbanísticas da capital e os trâmites do PDDU de 2004 e, sobretudo, de 2008 e 2012. A memória dos fatos era acionada por eles como um alerta a impedir a repetição de algo considerado um absurdo histórico. Uma ação civil pública contra a Câmara de Vereadores ajuizada pela promotora de Justiça Hortênsia Gomes Pinho, em setembro de 2015, mostra como o passado foi utilizado para tentar intervir no futuro, como forma de evitar o que foi considerada uma iminente repetição de “manobras ilícitas” que “afrontaram o ordenamento jurídico pátrio”. A promotora tentou impedir que as normas urbanísticas fossem novamente aprovadas pelo parlamento municipal com conteúdo não previamente discutido pelos vereadores e, muito menos, pela população, como ocorrera sete anos antes.

Durante a aprovação do Plano Diretor de 2008, realizada na madrugada do dia 28

de dezembro de 2007 na Câmara Municipal, o *script* foi marcado justamente por graves questionamentos quanto à tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 216/07 até sua transformação em norma legal. O PL foi enviado pelo então prefeito João Henrique Barradas Carneiro (PDT) à Câmara Municipal, em regime de urgência, em 5 de agosto de 2007. Um período de apenas quatro meses e vinte e três dias se passou entre o envio da mensagem do Poder Executivo ao parlamento e a data da aprovação do projeto. Nesse ínterim, a promotora de Justiça Cristina Seixas Graça cobrava mais debate com a população por meio de audiências públicas e apontava para a falta de estudos técnicos, os mesmos pontos destacados pela promotora Hortênsia Pinho oito anos depois. Por outro lado, o procurador-geral do Município em 2007, Pedro Guerra, criticava na imprensa a atuação do Ministério Público estadual: “Não é atribuição do MP dizer como o PDDU deve ser feito” (A Tarde, 30/08/2007, p. 8). O MP baiano também sofreu as mesmas acusações em 2015, embora com tons mais graves e personalizados. O secretário municipal de urbanismo, Sílvio Pinheiro, chegou a requerer à Procuradoria-geral do Município avaliação sobre pedido de suspeição contra a promotora Hortênsia Pinho. O clima era hostil e a relação entre atores estatais extrapolava a polarização normal decorrente dos papéis institucionais. Em 2013, o então vereador Marcel Moraes (PV) declarou na imprensa que a promotora Hortênsia Pinho morava em uma casa, no condomínio Alphaville II, na Paralela, sem “Habite-se”⁸¹ e com débitos de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)⁸².

No parlamento, no apagar das luzes de 2007, foram necessárias uma sessão ordinária no dia 26 de dezembro e cinco extraordinárias entre a tarde do dia 27 e a madrugada do dia 28 do mesmo mês, até o Plano Diretor ser aprovado. As acusações entre os vereadores governistas e opositores foram graves. Não houve debate, mas tumulto. Mais de 150 emendas ao PL foram aprovadas sem apreciação prévia dos vereadores. Os trezentos e quarenta e nove artigos da nova regra urbanística transitada no parlamento também não foram discutidos, pois a votação foi realizada por títulos, que somavam dez. Vereadores de oposição protestaram contra o que consideraram uma “manobra” para aprovar um Plano Diretor que não contemplava o “conjunto da sociedade, especialmente a população

⁸¹ Ato administrativo do Poder Executivo municipal que autoriza a utilização efetiva de construções ou edificações.

⁸² Disponível em <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/141481-vereador-quer-derrubada-do-veto-e-denuncia-que-casa-de-promotora-nao-tem-licenca-e-deve-iptu.html>. Acesso em 5 jan. 2019.

mais carente”⁸³. A manobra apontada foi a inserção das emendas no PL no mesmo dia da sessão, impossibilitando que os parlamentares avaliassem o conteúdo delas. Enquanto isso, vereadores oposicionistas, como Virgílio Pacheco⁸⁴ (PDT), pediam acesso às emendas e denunciavam que a Prefeitura havia dominado completamente a Casa Legislativa, a ponto da secretária municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Kátia Carmelo, estar “monitorando o debate e analisando as emendas” nas dependências da Câmara.

As sessões extraordinárias ocorreram com embates entre parlamentares e cidadãos que ocupavam as galerias. Houve xingamentos, empurrões e trocas de murros entre o vereador Everaldo Augusto (PCdoB), contrário ao projeto em votação, e o vice-presidente do Movimento de Defesa do Metrô, Afonso Celso. Expulso do plenário por seguranças, ele foi identificado pela imprensa como um dos líderes dos manifestantes favoráveis ao projeto de revisão do PDDU (A Tarde, 27/12/2007). A cada nova sessão extraordinária, o minoritário grupo contrário ao PL, formado por vereadores dos partidos políticos PCdoB, PT, PSB, PPS e PSDB, solicitava a anulação da sessão anterior sobre a alegação de ter havido quebra do Regimento Interno da Câmara. Todos os pedidos foram negados pela presidência da Casa, exercida pelo vereador Valdenor Cardoso (PTC), que anunciou os 349 artigos do PL, um por um, como automaticamente aprovados⁸⁵. A citação dos artigos, sem considerar seus conteúdos, ocorreu em meio a tumulto, debaixo de protestos da oposição sobre a “imoralidade” da condução da votação, pedidos de ordem automaticamente negados e gritarias de populares nas galerias da Casa.

Os embates institucionais foram, portanto, graves. Havia um reclame pela participação social, que era a principal questão da “aliança verde” naquele momento, pois seu princípio da sustentabilidade articulava preservação ambiental e direito à cidade como elementos fundamentais da democratização urbana. Atores da academia, do MP e de movimentos sociais a articularam como um valor político que atualizou o horizonte da redemocratização institucionalizado no pacto de 1988. Essa atualização se deu por meio de uma concepção arraigada de democracia direta, baseada na ativação da sociedade civil,

⁸³ Ata da 3ª sessão extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 27 de dezembro de 2007.

⁸⁴ Falecido em 11 de agosto de 2015, foi professor de Economia na Universidade Católica de Salvador (Ucsal), auditor do fisco estadual e secretário municipal de Serviços Públicos do governo de Lídice da Mata (PSB) entre 1992 e 1995.

⁸⁵ O registro audiovisual de trechos da aprovação dos artigos está disponível na internet: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ngr3gkBAJ8>. Acesso em: 6 jan. 2019.

portanto, na ideia de democracia participativa. Nessa direção, discursos parlamentares oposicionistas, na disputa pelo conteúdo das regras urbanísticas, chegaram a reivindicar a insuficiência política da concepção de representatividade que marca o atual pacto constitucional⁸⁶. Eram ideais relacionados a conceitos como direito à cidade e democracia urbana, que integravam, nem sempre explicitamente, o núcleo político, epistemológico e discursivo do princípio da sustentabilidade articulado pela “aliança verde”. Como resultado, mecanismos de participação social direta nas deliberações políticas – no caso em estudo, referentes à política urbana – tornaram-se espécie de corpos estranhos à práxis que predominou na institucionalidade⁸⁷. Esse estranhamento consistiu, primeiro, em uma rejeição prática do corpo político da democracia representativa à ativação social e, segundo, em uma deglutição dessa por aquela por meio de acomodações ou rearranjos meramente formais. O que permite compreender porque parlamentares oposicionistas tentaram relativizar a legitimidade da representação política, como certa defesa do que considerava uma consequência incontornável do contrato republicano.

Colocou-se em cena, portanto, um movimento político e social que reivindicou o horizonte da redemocratização e trouxe com ele os limites desse último, o que expôs também o próprio limite do princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde” na sua adequação a uma utopia de construção de um Estado social capitalista. Como defende Francisco de Gouveia Souza (2017), a ativação política de movimentos sociais e sindicatos na década de 1980 alimentou parte significativa da institucionalização democrática no país, introduzindo preceitos de democracia direta no seio de um pacto liberal-burguês, do qual brotou uma Constituição que privilegia a ideia de representação política, portanto de democracia indireta ou representativa. O tensionamento descrito neste capítulo está inserido nesse movimento que expôs as limitações da ação do Estado como promotor de bem-estar social no chão urbano da cidade, assim como a debilidade material do ideal de democracia participativa forjado na redemocratização⁸⁸.

A reivindicação fundamental da “aliança verde” trouxe à luz não apenas a

⁸⁶ Foi esse o argumento da então vereadora Olívia Santana (PCdoB) em sessão extraordinária de 29 de dezembro de 2011.

⁸⁷ Nessa mesma sessão citada na nota acima, as vereadoras Vânia Galvão e Aladilce Souza (ambas do PCdoB) denunciavam e encaminhavam repúdios ao esvaziamento político do Conselho Municipal da Cidade, que havia perdido o caráter deliberativo. O Conselho é um dos dispositivos que dá corpo à institucionalidade da democracia participativa prevista na CF de 1988.

⁸⁸ O texto da Constituinte foi alvo de mais de 20 mil emendas, 122 das quais de iniciativa popular com mais de 12 milhões de assinaturas (REIS FILHO, 2014).

incompatibilidade concreta entre norma e ação. Ela mostrou também que a organização estatal da Nova República não havia superado sua contradição original, devedora de um conservadorismo político materializado, durante a Constituinte, na figura do “Centrão”⁸⁹, que gerenciou e limitou o alcance das propostas progressistas, antenadas aos interesses dos setores populares, apesar das suas significativas conquistas (REIS FILHO, 2014). Um exemplo desse gerenciamento é a centralização do poder na União, principalmente quanto aos recursos, o que mina o poder local e, portanto, as cidades como esferas de governança. Essa configuração estatal apareceu na disputa pela formatação da política urbana de Salvador e no jogo político que a envolveu, dando face em âmbito local àquilo que Marcos Nobre (2014) chamou de “democracia blindada” – uma espécie de filtro promovido pelo “Centrão”, desde 1989, das demandas populares que almejavam se tornar políticas públicas efetivas. Esse termo pode nomear, assim, o próprio rearranjo político-institucional forjado no julgamento da Adin, em 2013, já que nele a crença na resolutividade política e social da aplicação da CF de 1988 reatualizou a contradição originária do próprio pacto, nesse jogo de controle conservador da participação popular pela representação política e sua institucionalidade. O interessante é que o rearranjo foi interpretado por seus protagonistas como a ruptura, no próprio seio do Estado, do bloqueio conservador, pois teria sido a vitória do Estado Democrático de Direito sobre interesses antidemocráticos. Em outros termos, o pacto político de 1988 nunca deixou de ser visto como uma potência fundadora de uma sociedade justa, igualitária e realmente democrática, até porque foram agentes legitimados pela sua própria institucionalidade que agiram em seu nome. O pacto efetivado no chão urbano seria a própria fusão emancipadora do direito à cidade com a proteção ambiental, no que seria a concretização de uma democracia urbana e a própria vitória política científica da “aliança verde”. Mas a realidade da história não confirmou essa utopia de modernidade urbana, que, embora progressista, manteve uma perspectiva também conversadora⁹⁰.

Para compreender melhor esse movimento, o capítulo foi dividido em três tópicos,

⁸⁹ Segundo Daniel Araújo Reis Filho (2014, p. 159), o “Centrão” era formado por 290 deputados do PMDB (quase metade da bancada), PFL, PDS, PTB, PL, PDC e alguns do PDT.

⁹⁰ Progressista, porque apostava em uma evolução do processo histórico como a materialização dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, desde que, para efeitos de democracia urbana, fosse orientada pelo saber científico e sua racionalidade urbanístico-jurídica. Conservadora, porque influenciada pela percepção histórica da tragicidade anunciada pelo discurso ecológico, em que a desaceleração da marcha do progresso se torna a única forma possível de construção de futuro. A conservação é do meio ambiente e da institucionalidade do pacto político brasileiro. Essa ambiguidade se instrui por um regime de historicidade presentista (HARTOG, 2014).

que abordam: 1) o fortalecimento da “aliança verde” e a atuação política institucional; 2) o papel da imprensa e sua relação com o conflito pelo território; 3) os limites do Estado e o horizonte de democratização urbana.

2.1. Mobilização política e os “amigos da corte” na luta institucional

A aprovação do PDDU de 2008, resultante de uma proclamada revisão do já contestado Plano de 2004, marcou a memória dos atores que se envolveram no processo. A jornalista Patrícia França, especializada em cobertura política, acompanhou de perto as discussões e as sessões parlamentares sobre o projeto de lei. Ela lembrou que:

Teve uma votação histórica do PDDU, que foi a de João Henrique com a Kátia Carmelo... O pessoal estava ali dentro. Kátia Carmelo em uma salinha, tipo essa aqui. Quando eu cheguei, estava comendo uma quentinha com frango, porque ela se mudou para lá. Ou seja, a secretária se mudou, porque as emendas foram acordadas ali⁹¹.

Na Câmara, a tumultuada aprovação do Plano Diretor de 2008 também foi suscitada em 2012 como algo a não se repetir. “Nas Comissões, a vereadora Vânia Galvão lembrou os atropelos ao Regimento Interno e aos ritos promovidos quando da votação do 1º PDDU que hoje estavam, lamentavelmente, se repetindo, a ausência de audiências públicas e de ouvida ao Conselho da Cidade”⁹².

Depois da “escandalosa”⁹³ aprovação no parlamento municipal, a nova regra urbanística da capital foi sancionada pelo prefeito João Henrique Carneiro em 20 de fevereiro de 2008. A partir daquele ano, o grupo da “aliança verde” ganhou um corpo mais coeso e organizacional. Foi formado o “Fórum Permanente de Entidades em Defesa dos Interesses Coletivos de Salvador e Região Metropolitana – Movimento A Cidade Também É Nossa”. Ele se apresentou à sociedade soteropolitana como uma “instância de discussão”, cujo objetivo era conscientizar “população e gestores públicos” para a

⁹¹ Entrevista concedida pela então repórter do jornal A Tarde ao pesquisador em 3 de novembro de 2017, dentro do gabinete dos editores-chefes, na redação do veículo, localizada na Avenida Tancredo Neves.

⁹² Ata da 50ª sessão ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012.

⁹³ Vídeos disponíveis na internet indicam que a memória negativa dos atores sobre a aprovação é compartilhada de forma mais ampla no tecido social. Ver, por exemplo, o vídeo no seguinte link (<https://www.youtube.com/watch?v=2Ngr3gkBAJ8>), no qual a votação é considerada um “escândalo” e uma “imoralidade” pelo autor da publicação, cuja percepção é confirmada pelos comentários. Acesso em: 6 jan. 2019.

formulação de políticas públicas que garantissem “a sustentabilidade do planejamento”⁹⁴. Logo no início, o Fórum foi formalizado com apenas seis entidades: Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia da Bahia (Crea-BA), Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento da Bahia (IAB-BA), Associação Baiana de Imprensa (ABI), Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Federação das Associações de Bairros de Salvador (Fabs) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Essas agremiações ajuizaram em março daquele ano uma ação civil pública na Justiça Federal contra a Prefeitura, Câmara de Vereadores, Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA) e os Institutos Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O “objetivo era evitar a degradação ambiental decorrente do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador (Lei 7.400/2008)”⁹⁵. Portanto, a estratégia era convencer a sociedade, na esfera pública, de que a modernidade urbana seria um íntimo casamento entre a racionalização do crescimento e a preservação dos recursos naturais disponíveis no espaço. Naquele momento, a iniciativa logrou êxito. A Justiça dirimiu o conflito de competências entre órgãos ambientais e autorizou o Ibama a fiscalizar e avaliar licenças concedidas para construções em áreas de Mata Atlântica, tarefa que o órgão federal não estava executando sob a alegação de que seria competência apenas das instâncias municipal e estadual.

A vitória judicial indica como o surgimento do Fórum fortaleceu o crescente engajamento de atores sociais que, de modo mais difuso, já atuavam na disputa específica das regras urbanísticas, iniciada em 2004. Fortaleceu também a judicialização do embate. No decorrer do tempo, o Fórum ganhou mais integrantes (chegou a 38 entidades em 2008, retrocedendo para 26 em 2013), que podem ser agrupados a partir de três subgrupos de atuação: entidades de classe (de engenheiros, urbanistas, geógrafos e arquitetos), ONGs ambientalistas e movimentos sociais de luta por habitação e reparações sociorraciais, como os movimentos Desocupa e Vozes da Cidade. Em termos gerais, todos eles comungavam de uma agenda que associava direito à cidade a desenvolvimento sustentável. A composição do Fórum aponta para uma significativa aproximação entre a academia, de uma intelectualidade especializada, e o movimento social – repetindo uma articulação política vista no período da redemocratização com o Movimento Nacional

⁹⁴ Conforme a Carta de Princípios do Fórum, disponível em: <https://acidetambemenossa.wordpress.com/carta-de-principios/>. Acesso em: 6 jan. 2019.

⁹⁵ Relatório da desembargadora federal Selene Maria de Almeida do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no processo nº 2008.33.00.003305-8/BA.

pela Reforma Urbana (MNRU).

Nas discussões do PDDU de 2004, ainda durante o governo Antônio Imbassahy (PFL), a ala acadêmica, chamada nesta pesquisa de cientistas do urbano, teve um papel fundamental, que permaneceu nos anos posteriores. O conhecimento técnico especializado, ambiental e urbanístico, foi progressivamente sendo requisitado pelo MP estadual para exercer sua atribuição, pugnada pela Constituição de 1988, de defender os direitos difusos, entre eles o direito ao meio ambiente. Essa foi uma nova competência dada ao MP pela atual Carta Magna, que concedeu à instituição uma fundamental relevância e autonomia, resultantes do processo político de redemocratização do país. Como aponta Alzira de Abreu (2005), a partir da CF de 1988, o MP passou a ter orçamento próprio, independência de seus membros e uma crescente profissionalização de sua atuação, desde então voltada constitucionalmente para fiscalizar os Poderes Executivo e Legislativo, sendo a instituição “vista hoje como o meio mais eficiente de defesa dos direitos coletivos” (ABREU, 2005, p. 2-3).

Naquele período, a atuação ambientalista do MP baiano não era uma novidade, já que em 1992, quando a pauta ecológica chegou fortemente ao Brasil com a Eco-Rio92, foi criado o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente e Urbanismo (Ceama). No entanto, ainda não era uma realidade para membros do MP a capacitação técnica que aglutinasse conhecimentos especializados em Urbanismo, Ecologia e Direito. Até porque a normatização resultante dessa combinação de saberes técnico-científicos havia pouco tempo se concretizado com a vigência do Estatuto da Cidade a partir de 2001. Diante desse cenário, a promotora de Justiça Cristina Seixas passou a buscar apoio de especialistas.

Na época, formei uma equipe de acadêmicos que estavam dispostos a ajudar o Ministério Público. Praticamente tive aulas particulares de urbanistas e de engenheiros urbanos. Tive várias oportunidades de entender o que era o PDDU, uma sigla que também para a sociedade brasileira era algo novo, que o Estatuto da Cidade começou a exigir⁹⁶.

A formação jurídica da promotora e de seus contemporâneos, como ela mesma informou, não contemplava o domínio jurídico do saber urbanístico altamente especializado. O Direito Urbanístico não era e ainda não é uma disciplina autônoma da

⁹⁶ Entrevista concedida ao pesquisador no dia 14 de junho de 2018, na sala do Ceama, na sede do Ministério Público estadual, localizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB), Avenida Paralela.

grade curricular das maiores instituições de ensino de Direito na capital baiana⁹⁷. Trata-se de uma área de conhecimento ainda em fase de consolidação, cujas características práticas e epistemológicas rendem discussões entre os juristas sobre a razoabilidade de considerá-lo ou como um ramo específico do Direito, ou como um mero conjunto de saberes decorrentes da existência de normas urbanísticas, que deveriam circular no seio do Direito Econômico, do Direito Administrativo ou do Direito Ambiental⁹⁸. As dificuldades quanto ao acesso a esses novos conhecimentos estavam postas ao MP naquele momento, quando ainda se ensaiavam práticas e discursos políticos depois determinantes na disputa pelo futuro de Salvador. O relato da promotora Cristina Seixas Graça, que também é professora de Direito Ambiental, na Escola Baiana de Direito e Gestão, indica como o saber técnico que surgia como novidade se fazia imprescindível para a atuação de agentes do próprio Estado.

No início foi bastante isolado. Eu comecei a trabalhar no PDDU em 2002. Eu nem sabia o que era PDDU, para começar. Por quê? Porque nós, da área do Direito, não tínhamos nenhuma visão de Direito Urbanístico. Nunca houve, e acho até nem há, nas faculdades essa matéria. Na verdade, existe Direito Ambiental que você estuda meio ambiente artificial. Caso o professor tenha a grade completa, urbanismo está dentro da estrutura de análise do meio ambiente artificial, que é o meio ambiente construído pelo homem.... Não há uma estrutura de Direito Urbanístico, que significa dizer como a cidade é construída. (grifo nosso)

Somente em 2009, o MP baiano constituiu a Central de Apoio Técnico (Ceat), um setor especializado em fornecer informações, dados e análises técnicas que passaram a subsidiar a atuação judicial e extrajudicial dos promotores da área ambiental. O órgão reúne biólogos, urbanistas, geólogos, arquitetos, contadores e engenheiros civis, sanitários, florestais e ambientais. A criação da Central não arrefeceu a parceria da

⁹⁷ Não há Direito Urbanístico como disciplina específica na grade de graduação das principais faculdades de Direito de Salvador. Na Ufba, ele não aparece, nem como optativa. Na Universidade Católica de Salvador (Ucsal), surge acoplado ao Direito Ambiental e na Faculdade Baiana, também está ausente do currículo.

⁹⁸ Ver José Afonso da Silva (2010). Segundo o renomado jurista, que defende a autonomização do Direito Urbanístico, “parece ainda cedo para falar-se em autonomia científica do direito urbanístico, dado que só muito recentemente suas normas começaram a desenvolver-se em tomo do objeto específico que é a ordenação dos espaços habitáveis ou sistematização do território. Talvez por isso é que boa parte dos autores — os franceses especialmente — não fala em direito urbanístico, mas em direito do urbanismo, denotando, com isso, que não se trata de um ramo do Direito, mas de aspectos jurídicos, ou regime jurídico, ou disciplina jurídica, do urbanismo. Outros preferem intitular suas obras de Disciplina Urbanística, ou simplesmente Urbanística e Direito. A denominação direito urbanístico, contudo, vai-se impondo e o fato de, em vários países, se dedicarem cursos especiais ao ensino da disciplina, bem como estudos teóricos gerais e monográficos sobre ela ou aspectos de seu objeto, já permite adiantar que ela vai adquirindo certa autonomia didática, estimulada sobretudo pela existência de uma lei geral em que se sistematizam suas normas” (p. 43). No caso do Brasil, essa sistematização de normas, parte da CF de 1988 e se fortalece com o Estatuto da Cidade, como lei geral.

academia com determinados atores do MP. Pelo contrário, como será visto mais adiante, essa aproximação se tornou mais forte e organizada. No entanto, até o surgimento do órgão, havia uma dependência aos especialistas do Fórum, o que indica sua importância.

Entre os cientistas do urbano pertencentes ao Fórum, estavam os arquitetos e urbanistas Paulo Ormino de Azevedo, Carl Von Hauenschild e o antropólogo Ordep Serra. Além de uma estreita aproximação com o MP, eles foram bastante atuantes no debate sobre as regras urbanas da capital no período, por meio de artigos e entrevistas publicados na imprensa e de intervenções em seminários, audiências públicas, sessões na Câmara Municipal, além da mobilização realizada pelo Fórum.

O soteropolitano e octogenário Paulo Ormino é um intelectual com proeminência significativa na sociedade soteropolitana. A começar pela ascendência, pois é filho do prestigiado médico, antropólogo, historiador, jornalista, professor e escritor Tales de Azevedo (1904-1995). Em março de 2017, quando completou 80 anos, o arquiteto e urbanista foi homenageado⁹⁹ pela Academia Baiana de Letras (da qual é membro), pela Ufba, pelo IAB-BA e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA), do qual é um dos conselheiros. Formado em arquitetura pela Ufba e doutor pela Universidade de Estudos de Roma III em preservação do patrimônio arquitetônico público, Paulo Ormino foi um dos cientistas do urbano que prestaram consultoria à promotora de Justiça Cristina Seixas Graça na discussão sobre o PDDU de 2004. Nesta pesquisa, ele se destaca pelo regular ativismo na esfera pública midiática, por meio de uma coluna quinzenal no jornal A Tarde. Em 2015, publicou artigos em que fez uma reiterada defesa do valor do conhecimento científico local para a construção do futuro urbano da cidade, como abordado no primeiro capítulo. Na ocasião, citou textualmente seus pares como referências que deveriam, necessariamente, ser escutadas pelo Poder Público.

Em setembro deverá ser encaminhado à Câmara o novo PDDU/Louos de Salvador, supostamente integrado a um plano para a RMS. Seria a oportunidade para que aqueles que estudam Salvador, como Heliodório Sampaio, Ângela Gordilho, Inaiá Carvalho, Ana Fernandes, Ângelo Serpa, Juan Moreno e muitos outros redesenhassem Salvador, como fizeram Mario Leal Ferreira, Diógenes Rebouças e muitos baianos há 70 anos. A prefeitura e a Conder preferiram contratar paulistas para traçarem o nosso futuro. (A TARDE, 02/08/2015)

⁹⁹ Disponível em <http://www.iab-ba.org.br/paulo-ormindo-completa-oitenta-anos-com-homenagem-na-academia-de-letras-da-bahia/>. Acesso em 3 dez. 2018.

O arquiteto e professor também participou das oficinas realizadas em 2015 e 2016 pelo MP, quando teceu considerações sobre o conteúdo dos projetos de lei para as novas regras urbanas da capital. No dia 16 de março de 2016, durante uma oficina ocorrida na sede do MP no bairro de Nazaré, Paulo Ormino reiterou a falta de abertura entre o Poder Executivo e a intelectualidade local, que, a seu ver, estava sendo escanteada: “Eu quero chamar a atenção que nós da universidade e da sociedade civil não tivemos acesso a essa minuta (do PDDU) a não ser quando ela foi mandada à Câmara”¹⁰⁰. Para ele, como decorrência desse abandono, o planejamento racional do espaço urbano soteropolitano parou no tempo. “Em 1986, se faz o Plandurb. Outra tentativa de atualização do Plano; se fez um inquérito sobre mobilidade. Depois disso, não há plano nenhum”¹⁰¹.

O alemão Carl Von Hauenschild formou-se em arquitetura e planejamento urbano pela Universidade Técnica de Stuttgart, Alemanha, em 1976. Três anos depois chegou a Salvador, onde abriu em 1979 a empresa Urplan (Grupo de Planejamento Urbanismo e Arquitetura Ltda.). Estudioso do crescimento urbano da capital baiana, foi uma fonte recorrente da imprensa local, autor de artigos publicados no jornal A Tarde e ator quase sempre presente nas discussões sobre as normas urbanas na Câmara e na Justiça no período examinado. Em 16 de dezembro de 2015, na audiência pública realizada no Centro de Cultura da Câmara de Vereadores, Hauenschild questionou o tempo concedido às falas dos cidadãos durante a audiência, que “era para se ouvir o público, e não os vereadores”. Também colocou em xeque a qualidade do PL do PDDU de 2016, apontando para ausência de documentos técnicos¹⁰². Três anos antes, o arquiteto alemão aparece como colaborador técnico no processo da Adin contra o Plano Diretor de 2012, conhecido como PDDU da Copa. Hauenschild também considera o Plandurb como um modelo de bom planejamento que se perdeu no passado. Crítico aos PDDUs de 2008 e 2016, o arquiteto alemão avalia que “os Planos Diretores apresentam cada vez mais características normativas operacionais de controle de parcelamento, uso e ocupação do solo. O planejamento com visão a longo prazo foi abandonado”¹⁰³. O planejamento é concebido

¹⁰⁰ Fala disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7EBaJwUTJjw> entre os minutos 2'06'' e 2'20''. Acesso em 3 dez. 2018.

¹⁰¹ Entrevista concedida ao pesquisador em 6 de agosto de 2018, no escritório de Paulo Ormino, localizado no bairro da Pituba, em Salvador. O professor se referia ao Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador, elaborado na segunda metade dos anos 1970, cujos desdobramentos são normas urbanas aprovadas em 1984 e 1985.

¹⁰² Ata da audiência pública do PL 396/15, do PDDU 2016 (p. 5 e 8).

¹⁰³ Ver em <http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/salvador-do-ponto-de-vista-de-planejamento-urbano>. Acesso em: 6 jan. 2019.

por ele como “técnica pura”, que deve ser utilizada para atender ao “desejo social”, mas nunca se misturar a ele. Comungando da visão de Paulo Ormino na sua valorização do conhecimento urbanístico local, ele afirma que a técnica capaz de atender ao interesse social esteve ausente nas últimas normas urbanísticas de Salvador, sobretudo na de 2016, pois “o último Plano Diretor foi feito por leigos, gente que não entende de política urbana”¹⁰⁴.

O antropólogo Ordep Serra é um professor aposentado da Ufba, com trajetória no ativismo político e na defesa dos direitos humanos. Ele é o fundador do Movimento Vozes de Salvador e da ONG Grupo Hermes de Cultura e Promoção Social (formada, segundo ele, por estudantes e pelo povo negro de terreiro). Ambos fazem parte do Fórum, do qual foi coordenador. O cientista social também integrou o Movimento Participa Salvador e foi autor da minuta do documento “21 Pecados Capitais do PDDU de Salvador”. Como os dois outros integrantes do Fórum, Ordep Serra considera que os Planos Diretores da capital baiana acabaram se tornando instrumentos de beneficiamento ao setor imobiliário que desrespeitaram a Constituição e o Estatuto da Cidade. Em entrevista¹⁰⁵, ele expôs explicitamente a diretriz principal que movia a “aliança verde”. Segundo o antropólogo, a “mobilização foi no sentido de luta pelo direito à cidade”. Até a conclusão desta dissertação, Ordep Serra organizava um livro que reúne artigos críticos ao processo de formulação e ao conteúdo do atual PDDU. Em 2011 e 2012, o antropólogo foi um dos principais articuladores do “Seminário de Planejamento Urbano e Ambiental de Salvador”, realizado em duas etapas pelo Movimento Vozes de Salvador (por meio da Rede de Profissionais Solidários) na Faculdade de Arquitetura da Ufba e no MP estadual, cujas discussões entre diversos pesquisadores resultaram na formulação do documento “Compromisso com a Cidade”, publicado em 13 de abril de 2012 e apresentado aos então candidatos à prefeitura da capital baiana. Na apresentação do documento, escrita por ele junto com a urbanista e fundadora da Rede, Débora Nunes Sales, o antropólogo destacou que era a primeira vez que a sociedade civil se empenhava na “elaboração de um plano de governo” e convocava “candidatos a discuti-lo e executá-lo”. Era um ator que estava no centro da articulação da mobilização da sociedade civil que ganhava capital político e

¹⁰⁴ Entrevista concedida ao pesquisador em 21 de julho de 2018, na residência-escritório do arquiteto, localizada no condomínio Encontro das Águas, no município de Lauro de Freitas.

¹⁰⁵ Concedida ao pesquisador em 18 de outubro de 2018, na residência do cientista social, localizada no bairro da Barra, em Salvador.

social, por meio da sua atuação técnico-científica e de sua associação com o MP.

Entre esses três atores, que tiveram uma agência fundamental, são significativas as convergências da interpretação sobre os rumos do desenvolvimento urbano da capital e sobre as dificuldades da “aliança verde” em orientá-los. A primeira é a valorização do planejamento urbano público e o diagnóstico de que ele foi abandonado em Salvador. Em seus discursos, eles defendem a capacidade do Estado de planejar o desenvolvimento da cidade, dialogando com uma tradição moderna ligada a ideias de racionalização, previsibilidade e funcionalidade. Para eles, isso se perdeu com a prevalência da visão de curto prazo favorável aos ganhos imediatos dos investimentos imobiliários privados. Trata-se de um diagnóstico recorrente entre muitos pesquisadores que estudam o fenômeno urbano no país: tal visão pode ser sintetizada no conceito de “cidade-empresa”, pelo qual se identifica o desenvolvimento das principais cidades brasileiras norteado pelo “pensamento único”¹⁰⁶ da reprodução do capital imobiliário, em detrimento da perspectiva de longo prazo que, baseada na ideia de sustentabilidade, promoveria cidadania. Ou seja, o discurso científico, no ideal de planejamento sustentável, apresentou-se como vanguarda autoproclamada da democratização urbana.

Há uma situação muito perversa do ponto de vista do planejamento urbano, um colapso do planejamento urbano na Bahia, que é evidente para qualquer pessoa. Você tem um PDDU de Salvador, que você pode lê-lo de ponta a ponta, ele não leva em consideração a região metropolitana. Isso é um absurdo completo. Faz de conta que Salvador não é uma metrópole, como se pudesse equacionar os problemas de Salvador sem considerar a Região Metropolitana. Os aparelhos de planejamento foram destruídos. Isso significou abandonar o planejamento. Os órgãos de pensar e planejar foram travados. No município então de forma escandalosa, onde houve um desmonte. Você desmonta o planejamento público, o que você está fazendo? Você está desarmando o Estado para que interesses privados prevaleçam. (Ordep Serra, grifo nosso)

Você não tem planejamento, nenhum, nem no estado, nem no município. O PDDU é uma lei para, supostamente, destravar o setor imobiliário e que aumentou muito os coeficientes de utilização. Nesse sentido, é um adensamento muito maior sem infraestrutura correspondente para atender. Além do mais, como você tirou todo o sistema de planejamento, que é um processo total no Brasil, você passou a ter o seguinte: o empresário oferece um projeto ao Estado, às vezes até supostamente gratuito, porque ele sabe que vai pegar a obra para fazer. E esses projetos não têm articulação nenhuma entre si. (Paulo Ormino, grifo nosso)

O planejamento é uma coisa que você tem uma visão a médio, longo prazo, e você quer se situar dentro do macroespaço, em função da economia a médio e longo prazo. Ou você quer preservar sua capacidade de atender as demandas suprarregionais a médio e longo prazo, e isso Salvador não conseguiu preservar.... Esse é o grande problema da gente, a falta de planejamento. (Carl

¹⁰⁶ Ver a “A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos”, de Carlos Vainer, Ermínia Maricato e Otilia Arantes (2013).

No Fórum, essa ala de especialistas do saber acadêmico sobre o urbano se articulou a representações de movimentos populares e ambientalistas. A Fabs e o Gambá tiveram uma atuação de destaque em intervenções na Câmara Municipal, no Tribunal de Justiça da Bahia e como coautoras de ações civis públicas contra a aprovação dos PDDUs, inclusive em parceria com o MP. No período aqui estudado, a Fabs foi presidida duas vezes (2002-2006/2010-2014) pelo administrador João Pereira, que acompanhou de perto a mobilização em torno da elaboração das leis urbanas de Salvador. A entidade foi criada em 1979, durante o governo Geisel e sua abertura política “lenta, gradual e segura”. Nesse contexto, a Fabs lutava por habitação para as camadas mais pobres da cidade e passou a integrar, nos anos 1980, durante a fase de redemocratização, a Confederação Nacional da Associação de Moradores (Conam), entidade vinculada ao MNRU. Segundo João Pereira, a Fabs foi “responsável por algumas ocupações que acabaram virando bairros, mas acabou se especializando muito mais em reivindicar melhorias para bairros já existentes do que em criação de ocupações”¹⁰⁷. Com sede localizada na Ladeira da Praça, nº 18, Centro, em Salvador, no primeiro mandato do prefeito João Henrique (2005-2008), a Fabs contava, conforme João Pereira, com pouco mais de 300 associações de moradores filiadas (hoje seriam 450).

Com essa representatividade, a Fabs foi procurada pelo candidato João Henrique Barradas Carneiro (PDT) no segundo turno do pleito eleitoral de 2004, em busca de apoio político. “O João Henrique nos procurou, o movimento comunitário, de moradia, não só a Fabs, mas as diversas entidades. Ele procurou ainda em campanha, no segundo turno. Ele nos assegurou que nossas reivindicações seriam transformadas em políticas públicas”¹⁰⁸. Segundo João Pereira, as principais reivindicações foram a manutenção da Secretaria Municipal de Habitação e a criação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Até o primeiro mandato, em linhas gerais, as duas foram atendidas. A Secretaria não foi apenas mantida, como assumiu a pasta a arquiteta e professora Ângela Gordilho de Souza, uma estudiosa da produção histórica da habitação urbana na cidade de Salvador. Ela foi uma indicação pessoal do prefeito eleito. Segundo João Henrique, ele escolheu a professora “por causa das polêmicas que o PDDU de Imbassahy estava

¹⁰⁷ Entrevista concedida ao pesquisador em 11 de agosto de 2018, no pátio da Biblioteca Pública Central dos Barris, em Salvador.

¹⁰⁸ Em entrevista concedida ao pesquisador em 14 de novembro de 2018, o ex-prefeito João Henrique confirmou sua procura por apoio dos movimentos sociais por moradia.

causando. Eu quis uma pessoa ética, fora da curva, sem indicação política, que não ficasse ouvindo pressão de empresário aqui e pressão de político ali”. Gordilho permaneceu como secretária durante todo o governo e, sob sua condução, foi desenvolvida uma política municipal de habitação de interesse social e elaborado o “Plano Municipal de Habitação de Salvador 2008-2025”. No documento, publicado em janeiro de 2008, último ano do primeiro governo João Henrique, a então secretária de Habitação informava que Salvador havia aderido ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e que:

De forma pioneira, inicialmente foi definida uma Política Municipal de Habitação de Interesse Social, incorporada ao novo PDDU, concomitantemente à regulamentação do Fundo Municipal de Habitação e de seu Conselho Gestor, este de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, com uma ampla representação do setor público e da sociedade civil, incluindo as principais instituições envolvidas com a questão da moradia, e, sobretudo, dos movimentos populares. (SOUZA, 2008, p. 5, grifos nossos)

Como mostrado no capítulo I, a habitação de interesse social ganhou importância no PDDU de 2008, quando comparado ao Plano anterior. No entanto, chama mais atenção a ênfase dada por Ângela Gordilho ao envolvimento entre a política urbana adotada e os movimentos sociais. Naquele momento, a sociedade soteropolitana já havia passado pela “escandalosa” aprovação do novo PDDU, que recebia severas críticas da “aliança verde”, da qual a secretária era muito próxima. Embora não fosse uma integrante formal do Fórum, Gordilho esteve frequentemente articulada ao movimento e anos depois participaria dos seminários e oficinas ocorridas no MP em 2015. Sobre sua passagem na secretaria¹⁰⁹, afirmou João Pereira:

Ela própria era integrante, não como uma liderança, uma pessoa plenamente ativa, não era o caso. Mas ela fazia parte dessa articulação, não que tivesse assiduidade nas reuniões. E os dois primeiros anos de governo foram isso. Ela implantou, cumpriu com aquilo que lhe foi colocado com muita competência. Salvador foi a primeira capital a ter uma política municipal de habitação de interesse social.

A passagem de Gordilho no primeiro governo de João Henrique torna razoável afirmar que a mobilização social ganhou capital político e que o Poder Executivo foi, de forma considerável e por algum tempo, permeável à agenda da democracia urbano-ambiental, sustentada pelo projeto da “aliança verde”. A urbanista sairia depois da secretaria, sendo sua saída um indício de que as brechas no governo começariam a ser

¹⁰⁹ Foi estabelecido contato, por e-mail, com Ângela Gordilho, mas as tentativas de marcar uma entrevista acabaram fracassando.

fechadas – essa questão será abordada no próximo tópico. A mobilização social que girou em torno do Fórum, além da perda de um representante dentro do governo, deparou-se também com derrotas na Justiça. Como resultado da revisão do PDDU de 2004, o Plano de 2008 entrou em vigor, apesar de reiteradas ações do MP, que foram baseadas em relatórios técnicos e em depoimentos dos colaboradores do Fórum, como confirma a ação civil pública de 31 de maio de 2007, na qual é pedida a anulação da minuta do anteprojeto de lei do PDDU 2004. “Foram colhidos vários pareceres de renomados e competentes profissionais da comunidade acadêmica e científica das diversas universidades da Bahia, do Crea-BA e de outras instituições baianas que realizaram um manifesto sobre a revisão do Plano Diretor de Salvador”. As argumentações técnico-científicas não impediram que o juízo de primeiro grau negasse o pedido de liminar para suspensão da tramitação do PL, o que levou a promotora de Justiça Cristina Seixas Graça a ingressar com recurso no Tribunal de Justiça em 27 de agosto de 2007. A mobilização sofreu nova derrota quando, em março de 2009, a Quinta Câmara Cível do TJBA, que não chegou a apreciar o recurso, determinou a perda do objeto da ação, em face da aprovação do PDDU de 2008.

A decisão de primeira instância foi proferida pela juíza Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, que viria depois a ser desembargadora no TJBA. Seu conteúdo indica que as fronteiras da interpenetração dos Poderes da democracia formal apareciam como uma questão latente dentro do Estado. Na decisão, a magistrada argumentou que:

Não pode o Poder Judiciário, impedir, liminarmente, que a Administração Municipal desenvolva estudos e elabore anteprojeto de lei para remeter à apreciação da Casa Legislativa Municipal, muito menos sem proporcionar o amplo direito de defesa, pois tal procedimento conduziria a invasão de um poder sobre o outro. (grifo nosso)

Do outro lado, o Município de Salvador usava do mesmo argumento de “estar havendo invasão de competência”. Para a promotora Cristina Graça, as objeções da juíza, do governo municipal e da Câmara de Vereadores não estavam referendadas em lei, que, na interpretação dela, permitiria o controle externo dos atos administrativos, algo que seria defendido amplamente por cientistas do saber jurídico especializado:

A obrigatoriedade da observância dos requisitos legais pela própria administração pública e o controle dos seus atos como um imperativo do nosso Estado Democrático de Direito têm sido um tema fartamente debatido pela moderna doutrina brasileira¹¹⁰. (grifo nosso)

¹¹⁰ Réplica feita em 26 de outubro de 2007 pela promotora Cristina Seixas Graça à contestação do Município

O que estava em jogo era um franco embate, dentro das instituições do Estado, entre o fazer político e o saber científico, mediado pelo conhecimento técnico-jurídico que oscilava, a depender da argumentação, entre a legitimidade da representação democrática e a previsibilidade legal da democracia participativa. Tratava-se de um jogo iniciado no processo de revisão do Plano Diretor de 2004, cujo resultado foi a aprovação do novo Plano, de 2008. A partir de então, ele se tornou cada vez mais intenso, pois as derrotas da mobilização social organizada não desanimaram a articulação entre o Fórum e o MP.

Essa articulação não se dava sem problemas ou desencontros. Em outras palavras, não era o Ministério Público, como unidade institucional, que integrava a “aliança verde”, mas determinados membros do órgão, especificamente as promotoras de Justiça Cristina Seixas Graça e Hortênsia Gomes Pinho, pois foram elas que atuaram em relação às conturbadas tramitações dos PDDUs. As queixas de atores do Fórum diante de condutas de outros promotores de Justiça indicam que nem sempre o MP atendeu às expectativas do movimento. O depoimento do ambientalista Renato Cunha foi nesse sentido, ao lembrar de como a disputa pelo meio-ambiente urbano de Salvador se agravou com a chegada de grandes empreendimentos imobiliários na Avenida Paralela.

A gente começou a entrar nessa discussão (da Mata Atlântica), quando alguns empreendimentos, uns condomínios entraram lá. O Alphaville foi um marco. Ali se perdeu um milhão de metros quadrados de área verde, que foi bastante significativo. O MP nomeou uns peritos que pareciam mais ligados ao mercado imobiliário e acho que até o promotor pisou na bola nessa história. Os peritos deram pareceres técnicos que viabilizaram o empreendimento. Ficamos muito chateados com o MP nessa época¹¹¹.

O engenheiro mecânico carioca Renato Pêgas Paes da Cunha é um dos fundadores do Gambá. A entidade foi criada em 1980 por onze pessoas, a maioria delas remanescente do Comitê de Defesa da Amazônia, criado no final dos anos 1970. Segundo o ambientalista, naquele ano, quando ele foi à procura do Comitê, esse já começava a perceber que a questão ambiental não se restringia à Amazônia. “Nessa época, estava sendo discutida também a lei ambiental do estado da Bahia. A gente começou a reunir para pensar na Bahia como uma instância de discussão ambiental, em vez de ficar só na

na ação civil pública, processo nº 1541902-0/2007.

¹¹¹ Entrevista concedida ao pesquisador em 18 de setembro de 2009, na sede do Gambá, localizada na Avenida Av. Juracy Magalhães Júnior, 768, Sala 102, bairro Rio Vermelho, Salvador.

Amazônia. De onde surgiu a ideia de formar um grupo”. Renato Cunha apresentou uma perspectiva sobre desenvolvimento sustentável que reforça a existência, na compreensão dos atores da “aliança verde”, de uma convicção, ainda que subsidiária, da possibilidade de harmonia entre capitalismo e desenvolvimento sustentável.

É sempre complicado. Porque no capitalismo se visa essencialmente o lucro, e o lucro pode estar muito na frente de uma sustentabilidade ambiental. Não que não se privilegiasse o lucro, mas não o lucro na sua forma indiscriminada. Porque você pode ter ganhos, mas não numa forma insustentável, que vá comprometer os recursos naturais, até a sociedade em si, a igualdade e as diferenças de classe.

Segundo o ambientalista, o Gambá nunca agiu de forma completamente preservacionista e adotou no caso da Paralela a perspectiva chamada de “socioambiental”. “O objetivo do Gambá não é que nada pode ser mexido na natureza. As ONGs que tinham antes eram bem mais preservacionistas: não pode mexer em nada, não pode tirar uma árvore, um passarinho. A gente já defendia que não”. No site do Grupo, a visão da entidade associa sustentabilidade à “equidade na distribuição de bens econômicos e ecológicos”, o que não se coaduna, em tese, à desigualdade de acesso a bens, recursos e serviços, que integra o *modus operandi* capitalista. A prática era a margem do possível, mesmo que desvirtuando matrizes ideológicas. Portanto, o desenvolvimento sustentável aparecia como ideal ambíguo, embora houvesse a crença de que os caminhos, inclusive normativos, já estavam postos, restando apenas cumpri-los. O descaminho seria a afronta à lei, o que seria uma tônica recorrente mobilizada contra a “aliança imobiliária”.

Em 2004, Renato Cunha, como um dos representantes da sociedade civil no Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepram), foi um dos quatro conselheiros, vencidos, que votaram contra a concessão de licença aos loteamentos Greenville e Colinas de Jaguaribe, na região da Avenida Paralela. “Não era que 100% não poderia ser ocupado. Mas ali o que a gente defendia era criar outras unidades de conservação. E isso ainda é possível”, afirmou¹¹² sobre os remanescentes de mata existentes nas margens da via. Os empreendimentos em si não eram propriamente os inimigos, mas a forma pela qual eles estavam sendo implantados, com índices de desmatamento considerados elevados. “Na nossa campanha ‘Paralela Sempre Verde’, o logo tinha prédios rodeados por verde. Mas, claro, que você tem que radicalizar um pouco. Para negociar, para ganhar um pouco, você tem que dizer que precisa preservar a porra toda”. Também votaram contra os

¹¹² Entrevista concedida para a pesquisa em 18 de setembro de 2018, na sede do Gambá, na Avenida Lucaia, em Salvador.

empreendimentos dentro do Cepram os representantes do Grupo Ecológico do Rio de Contas, o Grupo Ambientalista de Palmeiras e a Federação dos Trabalhadores de Agricultores do Estado da Bahia (A Tarde, 19/12/2004, p. 5).

O Cepram é o órgão superior do sistema estadual de administração de recursos ambientais, de natureza consultiva, normativa, deliberativa e recursal. Tem composição tripartite com quinze membros representantes do poder público, entidades ambientalistas e de outros segmentos da sociedade civil. Como outros conselhos (como os importantes Conselho Municipal da Cidade e do Meio Ambiente), é uma instituição que materializa a concepção de democracia participativa, cuja aplicabilidade, embora subsidiária na Constituição Federal de 1988, decorreu do horizonte de expectativa da redemocratização e sua pauta de ativação da sociedade civil. A mobilização social em torno da disputa pelo espaço urbano também se dava nessa instância, porque era por ela que passavam as licenças ambientais de empreendimentos imobiliários em área de Mata Atlântica, como era o caso da Paralela.

No entanto, as composições de momento do Cepram favoreceram o setor imobiliário. Na votação do Greenville e Colinas de Jaguaribe, as licenças aos empreendimentos foram aprovadas por oito conselheiros, quatro deles de secretarias estaduais e o restante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, da secção Bahia da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, do Grupo de Recomposição Ambiental e da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado da Bahia. Nessas composições, impunha-se com bastante força o cerne da organização do poder político-administrativo da sociedade brasileira em tempo presente, que se norteia pela democracia representativa, já que a presença dos órgãos de governo era predominante. Embora a disputa partisse e fosse significativamente orientada por saberes técnico-científicos altamente especializados, como foi demonstrado no primeiro capítulo, o jogo propriamente político se sobrepunha no final. Havia constrangimentos, portanto, decorrentes da própria organização político-administrativa, embora a agência dos atores fosse a instância mais fundamental. A avaliação de Renato Cunha, ao expor táticas dentro da disputa pela preservação da Mata Atlântica, aponta para a consciência pragmática de tais constrangimentos. Nesse contexto, os atores da “aliança verde”, muitas vezes, reivindicaram muito mais por concessões do que propriamente pelo controle do desenvolvimento urbano, mostrando como as diferentes apropriações do princípio da sustentabilidade também se interseccionavam, apesar das contraposições significativas.

Nessa intersecção, muitas vezes perdia-se o elo entre proteção do verde e direito à cidade, pois a contraposição entre a preservação ambiental e a privatização do espaço público pelos empreendimentos imobiliários não era um produto necessário da previsão legal, desde que não houvesse abusos. Nesse contexto, não seria uma contradição em termos, um condomínio-clubes que respeitasse as previsões legais de proteção ao verde, e, que, inclusive, abrigasse agentes do Estado defensores do direito à cidade. Muito menos que isso, a cobrança do cumprimento das leis ambientais se apresentava como solução tardia ou paliativa de grandes estragos já existentes.

O relatório “Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica de Salvador”, publicado em 2013, poder ser compreendido como uma expressão dessa intersecção com o objetivo de atenuar uma situação avançada de degradação do meio ambiente soteropolitano. O documento foi resultado de um consenso tardio (de propósitos) entre Estado, academia e empresariado, para atender a uma exigência legal (Lei Federal 11.428/2006), pela qual a preservação da mata se impunha. O diagnóstico foi produzido a partir da iniciativa do MP estadual, com a coordenação de promotores de Justiça ambiental e quadros técnicos da Ceat e do Ceama (esse sob a coordenação da promotora Cristina Seixas), em parceria com a Fundação José Silveira, e com o apoio de pesquisadores universitários (Ufba e UEFS), da Prefeitura, de órgãos ambientais do Governo do Estado e da Ademi-BA. Segundo o próprio documento, o relatório pretendia “se constituir em um poderoso subsídio à elaboração do multimencionado Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica”, até a conclusão desta dissertação ainda não elaborado. Tratou-se de um mapeamento, realizado entre 2011 e 2012, dos remanescentes de Mata Atlântica no território de Salvador. Segundo o estudo, Salvador possuía 5.249 hectares de Mata Atlântica de um total de área municipal de 32.854 hectares. Da vegetação, 42,8% estava em estágio inicial, 56,25% no nível médio e 0,923% em estágio avançado de regeneração. Na área de influência da Avenida Paralela, foram identificados remanescentes nas localidades do Alphaville I, Alphaville II, Aterro Canabrava, Greenville, Loteamento Biribeira, Loteamento Patamares, Posto TIC, Trobogy e 19º Batalhão de Caçadores – esse último, a única área totalmente patrimônio público, pertencente ao Exército. Com o estudo, pretendia-se a constituição de uma referência concreta que garantisse a preservação da mata legalmente protegida quando da autorização de construção de empreendimentos pelo Município, não importando a natureza pública ou privada do uso do espaço. O tecnicismo ambiental não estava nesse

relatório dialogando com a democratização urbana. Talvez, também por isso, o interesse e apoio da Ademi não tenham sido uma simples concessão. Em geral, a elaboração do mapeamento, em que pesem as anteriores derrotas nos conselhos, aponta que a mobilização institucional da “aliança verde” foi se fortalecendo, mediante acordos e judicialização. Ela atuou de forma significativa no Tribunal de Justiça da Bahia, durante o julgamento da Adin contra o PDDU e a Louos de 2012. A experiência traumática de 2007 trouxera lições e acúmulo de forças.

O início do julgamento da Adin foi realizado em 14 de outubro de 2013 no plenário do Tribunal de Justiça. O resultado do veredicto de quarenta e dois desembargadores era esperado com ansiedade por muitos setores da sociedade soteropolitana, principalmente por atores das duas alianças que disputavam o futuro de Salvador. A “aliança imobiliária” ansiava por acabar a insegurança jurídica que era considerada o entrave para a construção de novos empreendimentos que dinamizassem a economia da cidade. Já a “aliança verde” nutria a esperança de sanear o mal para o desenvolvimento urbano da capital iniciado em 2004 e ampliado em 2008. Mais uma vez, o cerne da celeuma que mobilizou esses setores da cidade partiu de uma manobra na Câmara Municipal, com a aprovação em 29 de dezembro de 2011 da Lei 8.167/2012, a nova Louos, sancionada pelo prefeito João Henrique em janeiro de 2012. A norma alterou dispositivos do PDDU, sob a justificativa que a capital baiana sediaria a Copa da Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014, o que exigiria, entre outras coisas, a ampliação do complexo hoteleiro na orla atlântica. No bojo, a alteração pretendia suprimir o Parque Ecológico Vale Encantado. O problema é que o PDDU alterado havia sido suspenso pela Justiça em 21 dezembro de 2011, a pedido do MP estadual e federal, por ter sido aprovado sem realização de audiências públicas que permitisse a discussão do projeto de lei com a sociedade. A participação popular mais uma vez era sabotada e surgia como o principal argumento para a judicialização das regras urbanísticas. Na Adin, a falta de debate público foi também a principal questão em jogo.

O processo de disputa em torno da Adin aponta para dois aspectos importantes do movimento de fortalecimento da mobilização social em torno da “aliança verde” e joga luz também a um dos pontos do argumento central deste capítulo, de ter havido um grave embate entre agentes do Estado que borrou fronteiras institucionais. Por duas vezes, a Câmara Municipal, em sintonia com o Poder Executivo, não atendeu a determinações judiciais, em nome de uma defendida autonomia política de seus agentes enquanto

representantes do povo. A primeira delas, já citada, foi a burla à decisão do juiz Gilberto de Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública que no dia 21 de dezembro de 2011 suspendeu, temporariamente, a tramitação do Plano Diretor na Casa Legislativa. O fato subiu o grau de tensionamento institucional. A aprovação levou as promotoras de Justiça Cristina Seixas, Rita Tourinho e Heliete Viana (as duas últimas com atuação na moralidade administrativa) a ajuizarem em 3 de janeiro de 2012¹¹³ ação contra trinta vereadores, entre eles o então presidente da Câmara Pedro Godinho (PMDB), por ato de improbidade administrativa. Depois, na madrugada de 13 de dezembro de 2012, quando o TJBA já havia declarado em 27 de junho daquele ano¹¹⁴ a suspensão cautelar da Lei de Ordenamento e Controle do Uso do Solo, a Câmara aprovou nova Louos, com emendas aditivas de última hora que trouxeram para a norma conteúdo da lei anterior então suspensa. Foi esse o contexto que rondou o julgamento, que veio à tona muitas vezes nas falas em plenário sob a rubrica da “insegurança jurídica”.

Naquele 14 de outubro de 2013, a arena jurídica no Pleno do Tribunal de Justiça, localizado no CAB, na capital, trouxe uma composição emblemática do processo de disputa pelo espaço urbano de Salvador. Não apenas isso, indicou mais uma vez como o horizonte da redemocratização, e seu ímpeto pela ativação da sociedade civil, aparecia na disputa como o pano de fundo histórico com o qual as instituições se viam contrastadas. Após as argumentações do relator da Adin, o desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, e do então procurador-geral de Justiça da Bahia, Wellington César Lima e Silva, a palavra foi passada aos chamados “Amigos da Corte”. A expressão, traduzida do latim “*amicus curiae*”, denota um instituto jurídico introduzido formalmente no Brasil em 1999, quando a lei passou a admitir, embora não expressamente, para casos de controle de constitucionalidade, a manifestação de órgãos e entidades que não são partes litigantes do processo, desde que solicitada ou autorizada pelo juízo. No meio jurídico, o “*amicus curiae*” é visto como um dispositivo de democratização da Justiça, pois permite em tese que sejam considerados conhecimentos, informações, dados (muitas vezes técnicos e complexos) e perspectivas políticas de representações da sociedade que seriam ignorados pelo saber jurídico e pela dimensão social dos julgadores¹¹⁵. No julgamento da Adin contra o PDDU e Louos de 2012,

¹¹³ Ver <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/01/mp-ba-aciona-vereadores-da-capital-por-aprovacao-de-emendas-do-pddu.html>. Acesso em 06 jan. 2019.

¹¹⁴ Espelho do processo 0303489-40.2012.8.05.0000, disponível na consulta processual online do TJBA.

¹¹⁵ Não cabe aqui uma inspeção cuidadosa e rigorosa sobre a ascendência histórica desse instituto, pois foge ao escopo da pesquisa. No entanto, textos como os de Adhemar Ferreira Maciel (2002) e Ana Letícia Queiroga de Mattos (2009) são, nesse sentido, instrutivos e introdutórios. Considera-se que o “Amigos da

os “Amigos da Corte” exerceram um papel significativo, que delinea bem as contraposições dos dois grandes projetos de cidade em disputa. Foram elencadas nove entidades como “*amicus curiae*”: Ademi-Ba, Fabs, Crea-BA, OAB-BA, Estado da Bahia, Cau-BA, Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia (Sindarq-BA), IAB-BA e a Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU). Eram partes do processo o Município de Salvador, a Câmara Municipal de Vereadores, que respondiam à Adin, e o MP estadual, que propôs a ação.

Na composição, a “aliança verde” apareceu com mais força, com um maior número de entidades representativas (Crea, Fabs, IAB, CAU, Sindarq e SBU). Do outro lado, a “aliança imobiliária” apareceu com a Ademi. A OAB e o Estado da Bahia se manifestaram de modos distintos, ambos pela inconstitucionalidade parcial da lei, mas não podem ser inseridos em nenhuma das categorizações de aliança utilizadas aqui, uma vez que não atuaram em alinhamento a uma compreensão que lhes aproximasse de uma das apropriações do princípio da sustentabilidade. O Estado da Bahia estava preocupado especificamente com a perda do terreno, localizado às margens da Paralela, doado pelo Município que, com a legitimação da nova Louos, poderia ser reapropriado pelo ente municipal se até o final de 2013 não fosse finalizada nele a obra do Parque Tecnológico da Bahia. Já a OAB se mostrou especialmente preocupada com a segurança jurídica. O que chama mais atenção no julgamento são os argumentos, as discordâncias e os próprios representantes das duas alianças concorrentes. A divergência não se restringiu ao espaço de uma aliança e outra. No caso da “aliança verde”, ela apareceu de modo interno entre seus componentes. Isso reforça a ressalva, já feita nesta dissertação, de que a identificação de dois grandes projetos de cidade e seus defensores não pretende subsumir a complexidade da agência dos sujeitos, que nunca são sempre coerentes a um pensamento comum mais geral de orientação política.

O julgamento tinha por objetivo apreciar não somente a Adin. Havia uma proposta de modulação de seus efeitos decorrente de um acordo entre o MP estadual e a Prefeitura de Salvador (então governada por Antônio Carlos Magalhães Neto – DEM). Tal acordo visava construir uma certa segurança jurídica para a construção de novos

Corte” foi introduzido no ordenamento brasileiro, implicitamente, na Lei 9.868/1999 (parágrafo 2º do artigo 7º) para controle de constitucionalidade. Em 2015, o novo Código de Processo Civil ampliou o escopo do instituto, com um capítulo específico. No artigo 138, o Código traz a definição: “o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação”.

empreendimentos imobiliários – suspensa desde junho de 2012 – até que novos PDDU e Louos fossem devidamente elaborados pelo Poder Executivo, discutidos com a sociedade, encaminhados ao parlamento municipal e por esse discutidos e aprovados. Na sua exposição, o procurador-geral de Justiça (PGJ) Wellington César Lima e Silva destacou, por três vezes, que tanto a proposição da Adin quanto a modulação de efeitos foram solicitadas pelas entidades que criticavam a aprovação das leis impugnadas. Segundo ele, as entidades queriam superar o nó e o impasse causado pela impugnação. Representante maior do MP naquele momento, o então PGJ reforçou o que seria a natureza democrática do acordo com a prefeitura e elogiou o prefeito recém-eleito ACM Neto pela “boa fé” em não autorizar nos primeiros meses do governo qualquer empreendimento com base nas leis viciadas¹¹⁶. A vitória da democracia era por ele anunciada como um porvir incontestado.

Creio eu que, a partir de agora, tanto em Salvador como em toda Bahia, ficará claro, por decisão desse Tribunal, que o respeito ao princípio da participação popular é impostergável, inadiável, e deve ser um imperativo em todo processo de elaboração de legislação como o PDDU e a Louos. Devo ressaltar também que o MP, no âmbito desse processo, atua única e exclusivamente pensando nos interesses públicos. (grifo nosso)

O destaque dado pelo PGJ ao acordo da modulação como resultado de um apelo das entidades da “aliança verde” foi rebatido pelo advogado Celso Ricardo Carvalho de Oliveira, que representou no julgamento a Fabs e o Crea-Ba. A crítica dele expôs mais uma vez que o MP não era um parceiro automático da “aliança verde”, embora a tenha integrado com relevância nas pessoas das promotoras Cristina Seixas e Hortênsia Pinho, essa com maior envolvimento, como se mostrará logo adiante. Disse o advogado:

As entidades querem desatar esse nó, todavia não pela via da modulação. As entidades esperam que o Conselho da Cidade seja instaurado e que elas possam discutir o direito à cidade. É isso que está em jogo. Esse julgamento é histórico, não porque está sendo veiculado pela internet, mas porque busca resgatar o direito de cada cidadão soteropolitano em discutir os desígnios dessa capital, que é a primeira capital deste país, todavia violada, não a partir de dois anos atrás, com a edição da lei que aqui se julga inconstitucional, mas há cinco anos atrás quando o Plano Diretor de Desenvolvimento, a lei 7.400 de 2008 foi sancionada. É desde a edição desta norma, que se vive nessa cidade um calvário, que se vive nessa cidade um périplo interminável pelo direito de ser ouvido. E essa Corte não pode sonegar, a cada cidadão soteropolitano que aqui não está, esse direito¹¹⁷. (grifos nossos)

¹¹⁶ Como o julgamento foi transmitido pela TV Justiça, o depoimento do então PGJ e de todos os presentes está disponível em vídeo na internet, na página da Justvbr em <https://www.youtube.com/watch?v=N19XzJXDMEM>. Acesso em 06 jan. 2019. As informações são retiradas da fala dele realizada entre 1h31min29s e 1h46min55s.

¹¹⁷ Fala registrada entre 2h40min e 2h46min20s da gravação do arquivo citado na nota acima.

A proposta de modulação também foi atacada por entidades que, já integrantes do Fórum, mobilizaram em 2012 o Movimento Desocupa. Embora tenha se baseado em estudo técnico produzido por entidades do Fórum, a proposta trouxe algumas concessões, como a construção da avenida denominada Linha Viva, que desagradaram o movimento. Em parecer de 1º de outubro de 2013, o vice-presidente do Cau-Ba, Guivaldo Batista, o presidente do IAB-BA, Nivaldo Vieira, e a presidente do Sinarq, Maria Auxiliadora Machado, posicionaram-se contrários à modulação. Para eles, não havia transparência sobre a defesa do interesse público, o que colocaria “em risco a própria segurança jurídica, afetando o interesse público, sobretudo na sua dimensão social”. Mas a avaliação sobre o julgamento da Adin, dentro da “aliança verde”, teve uma recepção ambígua. Se havia a crítica quanto à proposta de modulação feita pelo MP e apesar do dissenso entre as entidades, o Fórum, instituição que materializava a aliança, comemorou em público o resultado do julgamento como uma vitória do movimento.

A decisão unânime do pleno do Tribunal de Justiça da Bahia, que suspende os efeitos da nova Lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo (Louos) e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) por inconstitucionalidade, tomada na quarta-feira (24), foi comemorada pelos representantes do Fórum A Cidade Também é Nossa na reunião ordinária desta quinta-feira (25), na sede do Conselho¹¹⁸.

Definitivamente, a modulação não era um consenso entre os atores da “aliança verde”, embora possa ser considerada uma derrota da “aliança imobiliária”, cujos representantes no julgamento se posicionaram não apenas contra a modulação, mas também contra a declaração de inconstitucionalidade das regras urbanísticas aprovadas no final de 2012. O porta-voz da Ademi-Ba, o advogado Francisco Bastos, argumentou que, se considerada, a inconstitucionalidade das leis estaria “ferindo a autonomia do Município”, e, conseqüentemente atacando a CF de 1988. Bastos lançou mão do argumento da descentralização político-administrativa do pacto político decorrente da redemocratização que teria dado maior importância política aos Municípios. Francisco Bastos não estava ali apenas como advogado ou representante da Ademi. Ali, defendia seus interesses diretos. Ele é empresário, ex-sócio da empresa Patrimonial Saraíba, responsável pelos loteamentos Colinas do Jaguaribe e Greenville, que foram alvo de três ações de execução de título extrajudicial do MP estadual, no valor de R\$ 56,4 milhões¹¹⁹.

¹¹⁸ Ver <http://www.creaba.org.br/noticia/1719/Forum-A-Cidade-Tambem-e-Nossa-comemora-decisao-do-TJ-BA.aspx>. Acesso em: 6 jan. 2019.

¹¹⁹ As ações de execução foram registradas na Justiça, sob os números de registros 0081512-41.2010.8.05.0001; 0081500-27.2010.8.05.0001 e 0081514-11.2010.8.05.0001.

Os loteamentos foram vendidos pela Patrimonial para a incorporadora PDG, responsável pela construção do empreendimento Greenville. As ações foram ajuizadas em 15 de setembro de 2010 pelas promotoras Cristina Graça e Hortênsia Pinho, porque a empreiteira descumpriu acordos firmados em 2008 com o MP, no quais havia se comprometido em fazer a reparação dos danos ambientais causados pela implantação dos dois loteamentos localizados na Avenida Paralela. Foram devastados quase 2 milhões de metros quadrados de vegetação de Mata Atlântica.

Ao final do julgamento, a maioria absoluta dos desembargadores considerou inconstitucionais boa parte da lei 8.167/2012 (Louos aprovada em 2011) e, integralmente, as leis 8.378/12 (PDDU da Copa aprovado em 2012) e 8.379/2012 (Louos aprovada em 2012). Pela maioria de dois terços dos seus membros, o TJBA aprovou a proposta de modulação de efeitos, que autorizou a validade, por doze meses a partir da publicação da decisão¹²⁰, de dispositivos específicos do PDDU (8.378/12) referentes à autorização da construção do Centro Administrativo Municipal e à exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para novas edificações. Apesar das contraposições em plenário e manifestações críticas à modulação proposta pelo MP e prefeitura, o resultado final foi considerado uma vitória pelo Fórum. No site institucional, até hoje é mantido, como apresentação da trajetória do movimento, um texto com o seguinte trecho sobre o julgamento:

Embora essa vitória da sociedade civil organizada contra a imoralidade administrativa na gestão pública seja recebida com alegria e alívio por todos que cansaram de ver a impunidade nos crimes de colarinho branco, o Fórum A Cidade Também É Nossa continuará lutando para que o respeito à Lei, à Democracia e ao Meio Ambiente sejam a regra, e não uma exceção¹²¹.

O reconhecimento da inconstitucionalidade das leis urbanísticas aprovadas sem a participação social indicou que o processo da mobilização social organizada tinha se fortalecido ao longo do tempo, sendo capaz de atenuar o que era visto pela “aliança verde” como um resultado simples e exclusivo da ingerência do poder econômico na política dentro de uma sociedade capitalista, que fez da urbanização um movimento de reprodução do capital. No entanto, a cristalização dos valores do pacto político de 1988 aparecia no discurso dos atores da “aliança verde” em uma relação maniqueísta, na qual seus oponentes eram permanentes criminosos antidemocráticos, e ela a vanguarda da

¹²⁰ Acórdão publicado em 14 de fevereiro de 2014 do Diário de Justiça Eletrônico.

¹²¹ Ver em <https://acidadetambemenossa.wordpress.com/forum/>. Acesso em: 6 jan. 2019.

efetivação da Constituição, sem a qual o progresso urbano era um projeto abortado. Nesse discurso, o poder de democratizar o chão urbano teria que passar necessariamente pelo saber científico forjado e construído em conformidade com os ditames de seu princípio de sustentabilidade, e tudo que que lhe escapasse ou contrariasse, mesmo nas esferas legítimas do poder parlamentar e judicial, seria pautado necessariamente por interesses escusos e antirrepublicanos, pois contrários à lei e ignorantes do verdadeiro saber jurídico e científico. O problema é que, apesar de não se ancorar em um diagnóstico esquizofrênico da realidade, tal perspectiva dimensionou mal as consequências práticas do rearranjo institucional dado no julgamento e a própria limitação da norma legal perante o processo político encarnado pelos atores – pois ele não foi a garantia que seu horizonte ambientalista se transformasse no objetivo a ser seguido, como provou a rejeição posterior ao PDDU de 2016. Esse erro de dimensionamento parece partir da própria significação de desenvolvimento sustentável mobilizada pela “aliança verde” no seu princípio de sustentabilidade, no qual o cumprimento à lei e o respeito ao meio ambiente apareceram, ao menos em teoria, em uma linearidade automática e igualitária de respeito à democracia. A reação, no entanto, é compreensível dentro do contexto à época, no qual a referência era a “escandalosa” aprovação do PDDU de 2008.

Também pesou o pano de fundo histórico da redemocratização pelo qual a noção de participação da sociedade nas decisões públicas se tornou um valor jurídico, inclusive reclamado na Adin e reconhecido pelo Tribunal. O fortalecimento da mobilização social foi, na verdade, mais uma correção de desvio a parâmetros institucionais do que o avanço do projeto de cidade “da aliança verde” em si mesmo. Naquela altura, isso não poderia deixar de ser visto como uma vitória, ainda que parcial. Por isso, existiu a percepção de um movimento mais fortalecido pela atuação do MP no julgamento da Adin a partir de uma representação mais institucional, para além de ações isoladas de alguns membros, como considerou a promotora Hortênsia Pinho: “Foi um momento muito importante, muito significativo, porque você atuava com o chefe da instituição e seus assessores, com toda uma estratégia que acabou conseguindo convencer o Judiciário”¹²².

A aproximação da sociedade civil com o MP teve sequência com a criação em setembro de 2014 do movimento Participa Salvador, que assim se apresentou:

Em um contexto do recente julgamento de ilegalidade do PDDU e Louos

¹²² Entrevista concedida ao pesquisador em 14 de agosto de 2018 na sede do MP, bairro de Nazaré, em Salvador.

aprovados durante o segundo mandato do ex-prefeito João Henrique, e com o objetivo de evitar uma nova judicialização, o Ministério Público do Estado, com apoio do Fórum a Cidade Também é Nossa, através da Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania, criou o grupo técnico denominado Participa Salvador. A tarefa do grupo é eminente técnica, de fiscalização do processo e de recomendações aos entes responsáveis, através de observações e materiais técnicos originados de nossas iniciativas¹²³. (grifos nossos)

Segundo Hortênsia Pinho, a viabilidade do Participa decorreu de uma medida compensatória, em valor aproximado de R\$ 200 mil, resultado de um descumprimento de acordo feito com o MP por um empreendimento imobiliário. Portanto, foi a ação fiscalizatória do MP que financiou o projeto. O movimento contava com jornalistas, advogados e cientistas do urbano, integrantes do Fórum, do Movimento Vozes de Salvador e da Rede de Profissionais Solidários, como o antropólogo Ordep Serra e os arquitetos e urbanistas Daniel Colina, Débora Nunes e Carl Von Hauenschild. O Participa promoveu entre 2014 e 2015 um ciclo de quatro oficinas cujo objetivo era, conforme Hortênsia Pinho, “capacitar a sociedade civil para o planejamento participativo, considerando o momento histórico, de elaboração do projeto municipal Salvador 500, que visa o planejamento da cidade em uma perspectiva de 35 anos, e a iminência da revisão do PDDU e da Louos de Salvador”. Em 16 de março de 2016, o movimento publicou o relatório “Os 21 pecados capitais do PDDU”, em que apontou o que considerou uma série de problemas e equívocos. O documento baseava a atuação do MP, que novamente questionava a legalidade da tramitação dos projetos de leis das novas regras urbanísticas. Mais uma vez o *script* de 2004 e 2008 voltava à cena pública, com um enredo que, passados o julgamento da Adin e as balizas nele proclamadas, já testara os limites institucionais. O tensionamento entre agentes do Estado se tornou ainda mais grave. E como mostra o discurso de auto-apresentação do movimento Participa Salvador (citado acima), o saber técnico queria, mais do que nunca, se impor ao jogo político, proclamando uma isenção, cujo único horizonte seria a efetivação da democracia plena e do interesse público.

Naquele contexto, foi hostil a reação à atuação da promotora de Justiça Hortênsia Pinho. Governo e Câmara municipais acusaram a promotora de interferência indevida. Como já dito, a Prefeitura ameaçou pedir o afastamento dela do caso, sob a alegação de que haveria nas suas ações um ativismo judicial. Já líderes do governo na Casa Legislativa consideraram a atuação invasiva à autonomia dos vereadores, inclusive acusando a

¹²³ Ver em <http://redeprosolidarios.org.br/participa-salvador>. Acesso em: 6 jan. 2019.

promotora de comprometer as relações institucionais entre o MP e o parlamento municipal¹²⁴. O conflito partiu de uma ação civil pública ajuizada por Hortênsia Pinho, em parceria com o Gambá, em 9 de setembro de 2015. Com a ação, a promotora pretendia inibir a repetição de manobras consideradas ilícitas ocorridas em 2008, 2011 e 2012. Para isso, pedia que a Justiça obrigasse a Câmara a definir prazo final para a proposição de emendas parlamentares ao projeto de lei, de modo que houvesse um “tempo razoável” entre a apresentação das emendas e a votação delas pelos parlamentares. O receio era que fosse mais uma vez burlada a participação popular e que novamente emendas desconhecidas aparecessem no dia da votação para serem aprovadas sem debate e conhecimento dos vereadores, sobretudo os da oposição. A Justiça negou o pedido da promotora e o projeto de lei do PDDU começou a tramitar em novembro de 2015, sendo aprovado em 13 de junho de 2016 sem maiores contestações judiciais, embora com bastante protestos e tumulto na Câmara Municipal.

Não durou três anos a pífia “vitória” da “aliança verde”, que passou a se deparar, mais intensamente, ainda que não de todo percebido, com as limitações do pacto político que lhe alimentava as ações e discursos. Onde estariam, a partir de então, a “imoralidade administrativa na gestão pública” e a “impunidade aos crimes de colarinho branco”? A atuação da promotora Hortênsia Pinho, de intuito preventivo a atentados à democracia que estariam na iminência de se repetir, indicou por ela mesma que os limites institucionais eram um obstáculo, nem sempre contornável, à efetivação do projeto de cidade da “aliança verde”. Pois, como defendeu a promotora de Justiça Cristina Seixas, “o limite do promotor de Justiça é a lei, são os princípios que a Constituição estabeleceu para a Justiça, no quadro da organização do Judiciário. O MP tem o papel de ser órgão que faz parte desse sistema”. A aprovação do PDDU 2016 escancarou também esse limite.

Para os integrantes do Fórum e associados, que se reclamaram no período como uma vanguarda da mobilização social em prol da gestão democrática da cidade, a burla à participação popular na discussão das regras urbanas permaneceu no PDDU 2016, mas de forma mais sofisticada, de modo que desarticulou a estratégia judicante da “aliança verde”. Em artigo publicado na imprensa, o geógrafo Ângelo Serpa, que contribuiu com pareceres técnicos em eventos organizados pelo Participa Salvador e MP, classificou as oficinas realizadas nos bairros pela prefeitura como “uma cortina de fumaça” (A Tarde,

¹²⁴ Ver <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/5619,vereador-critica-promotora-como-ela-pode-questionar-um-regimento-interno.html>. Acesso em: 23 dez. 2019.

27/01/2015, p. 2). Depois, o também professor, ainda que reforçando o argumento do artigo, problematizou a questão da legitimação democrática do processo de aprovação do PDDU, pois, pontuou, eram vereadores eleitos pelo povo, representantes desse, que teriam aprovado a lei. E, dessa vez, sem manobras escusas dentro do próprio parlamento. Os números divulgados pela própria prefeitura indicam que o debate não teve uma participação tão significativa¹²⁵. A promotora Hortênsia Pinho considerou que houve uma melhora na disponibilidade de mecanismos de democratização do debate, mas permaneceram obstáculos à participação da população, relacionados ao horário das oficinas e audiências – realizadas durante dias de semana em horário comercial. O que para ela não passou de um “teatro democrático”. A melhora na participação social, ainda que aquém do esperado, não resultou, necessariamente, em regras urbanísticas mais conformes ao projeto da “aliança verde”.

A realização das oficinas e audiências deu ares de legitimação democrática à tramitação do PDDU de 2016, o que enfraqueceu o principal argumento utilizado pela mobilização social em torno do Fórum na sua estratégia de luta política institucionalizada. A “aliança verde” construiu ao longo de doze anos capital político, pautando a agenda pública por meio da articulação de saberes técnico-científicos especializados que disputaram a visão sobre o espaço urbano de Salvador. O movimento conseguiu reunir diversos atores e mobilizar o Poder Judiciário para uma correção de rumos, dentro de um rearranjo político-institucional. Ao longo da trajetória, sofreu baixas, como a saída da ABI dos seus quadros e também nunca conseguiu a adesão total da OAB-BA. Mas, embora tenha conseguido visibilidade pública e política, fracassou na disputa pela narrativa na imprensa. E, embora tenha trazido para dentro do Fórum, representações de movimentos sociais como a Fabs, MSTS e UNMP, não logrou engajar a população nos termos de sua concepção de democracia urbana. A institucionalidade, na qual a aliança depositou as chances de fazer prosperar um projeto de cidade, ou um ideal urbano, apresentou-se como um obstáculo que expôs a debilidade do pacto político de 1988 e seu horizonte de democratização urbana. Com esses limites, o horizonte do princípio da sustentabilidade da “aliança verde” ficou mais longe e turvo.

¹²⁵ A dimensão quantitativa da participação popular foi retratada em artigo de Filipe Matheus Trindade e Edison Violante Neto (2017). Segundo eles, participou um total de 934 pessoas, média de cinquenta e cinco presentes por oficina, num total de 14 encontros realizados entre 1º de novembro e 12 de dezembro de 2014, no primeiro ciclo, e entre 11 de junho e 1º de julho de 2015, no segundo.

2.2. Jornal A Tarde: o papel da imprensa na disputa pela cidade

O longo processo de judicialização que marcou as regras urbanísticas de Salvador entre 2004 e 2016 foi acompanhado de forma heterogênea pela imprensa local. Houve diferentes coberturas a depender dos diversos veículos de comunicação e seus interesses, não apenas jornalísticos, a cada momento. Seria impossível analisar, no movimento histórico de doze anos, todas as variações ou linhas gerais de interpretação de cada veículo, considerados *sites*, jornais e emissoras de TV. No entanto, a imprensa foi um ator fundamental da disputa pelo espaço urbano da capital baiana no período, principalmente quando observada a atuação do jornal A Tarde¹²⁶, o mais tradicional da cidade, eminentemente familiar. No período, a empresa foi presidida por Regina Simões, filha do fundador do periódico, até sua morte, em 2012, quando assumiu a presidência seu irmão Renato Simões. No entanto, a direção do jornal era realizada mais de perto pelos diretores-executivos, netos de Ernesto Simões Filho, Sylvio Simões e Renato Simões Filho, e o sobrinho-neto Ranulfo Bocayuva¹²⁷, esse último diretor de jornalismo e único com formação na área.

A cobertura desse veículo sobre a ocupação do espaço urbano da Avenida Paralela e da aprovação do PDDU expôs as complexas relações contemporâneas entre jornalismo, capitalismo e democracia, que ajudam a compreender como a “aliança verde” ganhou e perdeu força discursiva na esfera pública. Essas relações não podem ser compreendidas a partir de um viés reducionista que enquadre o exercício jornalístico sobre a rubrica da “grande mídia” e seu papel de instituição necessária da hegemonia política e cultural. Entre idas e vindas, no geral, pode-se afirmar que o veículo vivenciou, no período, uma fase de declínio que se relacionou à força do segmento imobiliário na cena local, o que

¹²⁶ O jornal é o mais antigo da Bahia, fundado em 1912 por Ernesto Simões Filho, político baiano de prestígio nacional, deputado federal e ministro da Educação do segundo governo de Getúlio Vargas, após ter feito oposição a ele nos anos 1930, quando foi exilado. Simões Filho era ligado às oligarquias que no início do século XX defendiam a construção de uma república liberal no Brasil, diante das dificuldades da economia agrário-exportadora. Vista como conservadora por muitos e progressista por outros tantos, a trajetória do jornal ficou marcada pela defesa de fortes posicionamentos políticos. Nos anos 1990, o periódico travou uma disputa com o então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães. Considerações sobre a história do jornal podem ser encontradas na dissertação de mestrado de Simão Alves Tannous (2011).

¹²⁷ Na redação, como indicaram os relatos das jornalistas Patrícia França e Marjorie Moura, circulavam informações de que os três primos entraram em colisão sobre os rumos do jornal, principalmente sobre a cobertura jornalística quanto aos empreendimentos imobiliários na Paralela. Via mensagem privada pelo *Facebook*, tentou-se agendar entrevista com Bocayuva, por ele ter sido apontado com quem não admitia um recuo do jornal frente ao setor imobiliário. Ele não deu resposta ao pedido de entrevista.

arrefeceu críticas ao projeto da “aliança imobiliária”, favorecendo-a na esfera pública midiática, ao enfraquecer nela seus principais adversários. No entanto, isso não significa que o jornal tenha sido, invariavelmente, um panfleto da Ademi-BA, ou um folheto do Fórum A Cidade Também É Nossa.

O conturbado ano de 2011, que terminou com a irregular aprovação na Câmara do PDDU, depois suspenso pela Justiça, foi também o ano que demarcou, com cores fortes, o envolvimento do A Tarde na disputa. Naquele ano, os jornalistas do periódico fizeram a primeira greve da história da redação do jornal e seu respeitado editor-chefe, o escritor e professor Florisvaldo Mattos, pediu demissão:

Informo aos prezados colegas que, em encontro cordial com os membros da Direção Executiva, apresentei a minha demissão do cargo de editor-chefe e meu desligamento dos quadros da Empresa A Tarde, de forma inteiramente livre e espontânea. Agradeço a todos os integrantes desta Redação todas as atenções e gestos de bondade, afeto, carinho e respeito de que sempre fui alvo. Levo grandes lições de amizade e brio. (grifo nosso)

Contemporâneo de Glauber Rocha na Geração Mapa¹²⁸, o poeta Florisvaldo Mattos deixou o jornal no dia 10 de fevereiro de 2011, ovacionado por seus pares que, de pé (inclusive este autor), aplaudiram-no desde sua sala, localizada no aquário ao fundo da redação, até a saída principal da sede da empresa, na Avenida Tancredo Neves. A paralisação dos jornalistas havia começado um dia antes, motivada, entre outras insatisfações, pela percepção da redação de que pressões de empresas do setor imobiliário haviam provocado a demissão do repórter Aguirre Peixoto Talento. A presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Sinjorba), Marjorie Moura, também repórter do A Tarde, não mostrou qualquer dúvida quanto aos motivos que levaram à saída do então editor-chefe. “Isso também levou à demissão do professor Florisvaldo Mattos. Foi por conta disso, a essa falta de respeito à hierarquia e a essa pressão sobre um repórter”¹²⁹. Já no dia da demissão de Aguirre Peixoto, foi escrita uma carta¹³⁰ de repúdio, em nome da redação, que em um trecho explicitou como a saída do repórter foi recebida:

¹²⁸ Florisvaldo Mattos integrou a primeira equipe do Jornal da Bahia, onde Glauber Rocha era o editor de polícia. Sob a liderança do cineasta, Florisvaldo participou do grupo literário que editava a revista Mapa. Foram enviados ao jornalista e-mail e mensagem privada pelo *Facebook* solicitando entrevista para a pesquisa, mas os pedidos não foram respondidos. Também foram contatados os ex-secretários de Redação, Paulo Oliveira e Wilson Gasino. O primeiro respondeu que preferia não falar mais sobre sua passagem no jornal. O segundo disse que não tinha tempo hábil para responder com atenção aos questionamentos.

¹²⁹ Entrevista concedida para a pesquisa em 19 de julho de 2017, na redação do jornal, na Avenida Tancredo Neves, Salvador.

¹³⁰ Disponível em <https://sindjufe-ba.jusbrasil.com.br/noticias/2560603/utilidade-publica-jornal-a-tarde-demite-reporter-apos-pressao-de-grupo-imobiliario>. Acesso em: 4 de jan. 2019.

Aguirre Peixoto teve a cabeça entregue em uma bandeja de prata a empresas do mercado imobiliário em uma tentativa de atração/reaproximação com anunciantes deste setor. Tentativa esta que pode dar certo ou não. Uma medida justificada por um suposto “erro grosseiro” não reconhecido pela Diretoria de Jornalismo, pelo Editor-Executivo, pelo Editor-Chefe, por secretários de Redação, Editor Coordenador ou editores de Política.

O jovem jornalista, à época com vinte e dois anos, tinha recém-publicado, em 2010, duas reportagens (A Tarde, 3 e 4/12/2010) com os resultados das investigações do Ministério Público Federal (MPF) sobre um crime ambiental cometido durante a construção do Parque Tecnológico da Bahia, localizado no bairro do Trobogy, às margens da Paralela. O órgão denunciou à Justiça Federal as empreiteiras Patrimonial Saraíba e Construtora NM por supressão ilegal de mata nativa. Com o estado de greve, os jornalistas exigiam a readmissão do colega e um posicionamento definitivo da empresa sobre a política editorial e sobre sua situação financeira. O próprio Florisvaldo Mattos não associou, explicitamente, que sua saída do jornal tivesse uma relação direta com a demissão de Aguirre Peixoto. No entanto, as palmas dedicadas a ele não foram somente em respeito à sua trajetória como jornalista e escritor; foram também uma demonstração de que seus colegas percebiam a sua saída como gesto de protesto a uma subserviência descabida da empresa a interesses econômicos alheios ao próprio jornalismo. Após três dias de paralisação, a direção de A Tarde cedeu às pressões do estado de greve e resolveu readmitir o repórter, aplicando-lhe uma suspensão de trinta dias.

A Patrimonial Saraíba é aquela mesma empresa acionada pelo MP estadual para pagar R\$ 56,4 milhões em razão de descumprimento a acordos extrajudiciais. Ela tinha como sócios as empresas Haya Empreendimentos Ltda., de propriedade do advogado Francisco José Bastos, que representou a Ademi no julgamento da Adin, como visto no tópico anterior; e a Delta Participações Ltda., que tem como um dos sócios Carlos Seabra Suarez, fundador da empreiteira OAS, proprietária do terreno onde foi construído o Alphaville. Em razão das matérias, Aguirre Peixoto foi processado pela empresa por calúnia e difamação, porque reproduziu a informação equivocada do MPF de que a empreiteira era proprietária do terreno onde estava sendo construído o Parque Tecnológico. Ele foi absolvido em 13 de dezembro de 2015 pela juíza Maria Fausta Rocha porque não foi comprovado o dolo do equívoco. Também por calúnia e difamação, o jornalista foi processado por Carlos Seabra Suarez, Francisco Bastos, André Teixeira e Humberto Riella Sobrinho. Esse último é um empresário da construção civil denunciado

pelo MP estadual pelos assassinatos do empresário André Cintra Santos e seu filho Matheus Braga Cintra ocorridos no dia 12 de janeiro de 2012 em um terreno às margens da Avenida Paralela. A denúncia registra que as mortes teriam ocorrido em razão de uma longa disputa judicial pelo terreno entre André Cintra e a Patrimonial Saraíba, de quem Riella Sobrinho foi apontado, na denúncia, como um dos sócios. Em juízo, o empresário informou que era diretor administrativo-financeiro da incorporadora, refutou que fosse um dos sócios da empreiteira e acusou o jovem repórter de querer destruir sua reputação ao ter informado equivocadamente nas referidas matérias que o MPF teria pedido sua prisão, como também a dos demais empresários. Pelo erro cometido, Aguirre Peixoto foi condenado pela Justiça em primeira instância, em 22 de abril de 2014, a seis meses e seis dias de prisão em regime aberto, pena substituída por prestação de serviços à comunidade. O jornalista recorreu e o processo ainda corria na Justiça¹³¹.

Aguirre Peixoto não foi o único jornalista do A Tarde a ser alvo de ações judiciais por parte de empresários que tinham participação em empreendimentos imobiliários na Avenida Paralela. Os ex-repórteres do jornal Felipe Amorim, Patrícia França, Regina Bochicchio, Valmar Hupsel e Vitor Rocha foram processados por Carlos Seabra Suarez por suposto dano à sua imagem. O pai de Aguirre, o jornalista Biaggio Talento, ex-repórter do jornal, também foi acusado por Francisco Bastos por supostos crimes de calúnia, injúria e difamação¹³². Biaggio foi absolvido pela Justiça pela nota publicada no início de 2011 na coluna “Tempo Presente” sobre a visita feita pelos advogados e empresários Francisco Bastos e André Teixeira à sede da Governadoria, quando da posse dos novos secretários do segundo governo Jaques Wagner (PT). O jornalista registrou que os dois, acusados de crimes ambientais pelos MPs estadual e federal, teriam se encontrado com o então coordenador-executivo de Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Eracy Lafuente. Sobre o processo, Biaggio Talento escreveu um texto, após a absolvição, no qual destacou o contexto envolvendo o trabalho jornalístico e a disputa pelo espaço urbano da capital baiana:

A sociedade precisa reagir. Não fosse a coragem dos jornalistas que produzem essas matérias (os processados e os não processados), talvez a Justiça não tivesse, por exemplo, anulado essa Lei de Ordenamento do Uso do Solo (Louos) e o PDDU da Copa que o prefeito de Salvador fez aprovar nessa

¹³¹ Em razão de processos judiciais, Aguirre Peixoto preferiu não conceder entrevista para a pesquisa. A ação contra ele corre sob o número 0053404-65.2011.8.05.0001.

¹³² Os processos, respectivamente, correm na Justiça sob os números 0509824-54.2013.8.05.0001 e 0069853-98.2011.8.05.0001

péssima Câmara Municipal, totalmente manietada¹³³.

Apesar de setes jornalistas que atuavam no A Tarde terem sido processados por empresários do setor imobiliário, o jornal, como empresa, jamais foi acionado por eles. A demissão de Aguirre Peixoto pode ser entendida como um eixo emblemático pelo qual rondou a relação entre o jornal, o segmento imobiliário e a questão do desenvolvimento urbano da cidade. Os jornalistas processados foram autores de reportagens sobre o PDDU, desmatamentos de Mata Atlântica na Paralela e sobre irregularidades no uso do dispositivo urbanístico chamado de Transferência do Direito de Construir (Transcon)¹³⁴. Entre os anos de 2008 e 2011, período em que a cidade viveu o conturbado processo de aprovação de regras urbanísticas depois contestadas judicialmente, o jornal A Tarde entrou numa fase de dificuldades econômica e empresarial. A greve escancarou a situação. A redação cobrava da direção do jornal um posicionamento oficial quanto à situação financeira da empresa. Um dos líderes da paralisação, o ex-editor do jornal Edson Rodrigues lembrou que:

A greve aconteceu naquele momento da dificuldade. Ela foi, sobremaneira, muito mais do que dinheiro, a gente pedia respeito. Foi depois daquela época que a gente estava fazendo boas matérias, quando chegou a consultoria e começou a mandar gente embora. A gente começou a ter repórteres trabalhando 11 horas, 12 horas. Fizemos a greve pedindo mais respeito: que tivesse banco de horas, que fossem obedecidos horários, que as pessoas pudessem se programar para ir para casa. Mas já não era naquele momento resplandecente do jornal. Já era um momento em que a sociedade começava a perceber que o jornal A Tarde titubeava, os anunciantes já não anunciavam com tanta força¹³⁵. (grifo nosso)

Para entender as dificuldades do jornal que apareceram com força na greve, deve ser contemplada a chegada de ingredientes novos importantes. É preciso considerar que a empresa vinha tentando, num processo temporal relativamente longo, fazer frente às mudanças que as novas tecnologias de comunicação impunham ao jornalismo¹³⁶ no

¹³³ Texto publicado no site Observatório da Imprensa em 18 de setembro de 2012. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed712-quase-fui-em-cana/>. Acesso em 03 dez. 2018.

¹³⁴ A Transcon funcionava como espécie de moeda imobiliária pela qual a prefeitura possibilitava aos empreiteiros, sem contrapartidas financeiras, a ampliação de áreas construídas como compensação a ações de desapropriação. Houve suspeitas de que, durante o segundo mandato de João Henrique, foi montado um esquema fraudulento de emissão de Transcons em favor de algumas empreiteiras. Em 2013, o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) considerou irregular o uso de Transcons feito pela prefeitura entre 2008 e 2010 (A Tarde, 30/10/2013).

¹³⁵ Entrevista concedida para a pesquisa em 9 de setembro de 2017, no bairro de Stiep, em Salvador.

¹³⁶ O jornalismo é pensado aqui como uma instituição social, passível às mudanças socioculturais e políticas que ocorrem no tempo. No entanto, a própria historicidade do jornalismo, como prática social moderna, amalgamou na cultura dos profissionais jornalistas valores, critérios, princípios e competências que estruturam aquilo que Josenildo Guerra (2008) chama de “percurso interpretativo”. Com essa categoria, o

mundo todo. No cenário nacional e global, as empresas jornalísticas procuravam por novos modelos de negócio. Desde os anos 1990, o A Tarde, uma empresa familiar¹³⁷, já buscava se adequar às mudanças tecnológicas e de sociabilidade comunicacional (computadores, internet e redes sociais *online*) que transformavam os modos do fazer jornalístico, a partir da instituição de novas linguagens, integração de conteúdos e ampliação de canais (*site*, *WebTV*, rádio, *Mobi*) para, em suma, aumentar a interação com o leitor e a velocidade da divulgação da informação. A mudança era vista como uma forma de sobrevivência à concorrência. Segundo o livro “Um século de jornalismo na Bahia 2012-1912”, publicado pela editora Solisluna em 2012 em comemoração ao centenário do periódico, foi em 1996 que teve início a informatização da redação do jornal. As mudanças, de acordo com essa mesma fonte, também permearam rotinas produtivas e estratégias editoriais, como foi o caso da consultoria prestada, entre 2002 e 2003, pelo jornalista Ricardo Noblat, “para implantação de novos métodos de trabalho, conforme a assessoria de Mediacion Consultores, ligada à Universidade de Navarra”. A empresa tentava desenvolver novas rotinas produtivas para enfrentar o cenário pouco propício ao crescimento dos tradicionais jornais impressos no país.

A adequação empresarial a essas mudanças, como ocorreu de forma mais grave com outros veículos de imprensa nacionais (a exemplo do Jornal do Brasil, que parou de circular em versão impressa), não foi das mais bem-sucedidas. No ano da greve, o veículo perdeu para o Correio a liderança no *ranking* baiano do Instituto Verificador de Circulação (IVC)¹³⁸. Foi iniciado um processo de redução da redação, que resultou na demissão de mais de cem jornalistas. Como consequência, a empresa A Tarde se tornou mais suscetível a outros atores econômicos e políticos. O depoimento do jornalista

autor tenta demonstrar a articulação entre os domínios técnicos e culturais da prática especializada do jornalismo com a realidade cultural mais ampla do momento histórico no qual a atividade ocorre. Em suma, o modo operacional jornalístico se constitui em “um sistema profissional que provê o mercado de informações de discursos (enunciados, argumentos, descrições e relatos) sobre a atualidade” (GOMES, 2009, p. 11).

¹³⁷ O jornal foi presidido por Regina Simões, filha do fundador Ernesto Simões Filho, desde a morte de seu pai e 1957, até seu falecimento em 2012. Desde então, os filhos da chamada “primeira-dama do jornalismo baiano”, que eram diretores-executivos, tomaram de vez a frente da empresa, que passou por fortes conturbações. O jornal chegou a ser vendido, mas por conta de problemas judiciais, voltou ao controle da família.

¹³⁸ Segundo a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o A Tarde perdeu a liderança na Bahia em 2011 para o jornal Correio, com uma média de circulação, considerando mídia impressa e digital, de 45.377 contra 61.227 leitores. Respectivamente, os dois periódicos cresceram em relação ao ano anterior 2% e 17%. A análise dessa mudança de liderança deve considerar que o Correio, antes Correio da Bahia, passou por uma reformulação gráfica com seu valor unitário caindo de R\$ 2,50 para até R\$ 0,50, no início de sua reconfiguração.

Ricardo Fontes Mendes indica a piora do cenário interno diante dos desafios externos.

Em 2008, estourou a crise que retraiu o mercado. Demos (administração, redação, comercial) uma recomendação de diminuir o quadro, reduzir cadernos, porque era absolutamente necessário. Isto, no entanto, só foi feito em 2009. Houve uma inércia em se tomar medidas preventivas. A resposta foi tarde para o tamanho do problema. A partir de 2009, acho que tivemos dificuldades de gestão - por uma série de motivos. A redação buscou manter o nível de profissionalismo no conteúdo, o que nem sempre foi possível. Então, a realidade financeira da empresa não andava mais no mesmo ritmo que a realidade editorial, que não andava no ritmo do mercado jornalístico. Quando isto acontece, a tendência é de as relações - com fontes, com o comercial, com os jornalistas - se deteriorarem¹³⁹. (grifo nosso)

Ricardo Mendes chegou ao Grupo A Tarde em março de 2005 para realizar um trabalho de consultoria, que, segundo ele, tinha por objetivo integrar as plataformas, organizar a redação e implementar um sistema de editoração. Como consultor, “apresentava e prestava contas, durante o período, com relatórios, metas e dados sobre o desenvolvimento do Grupo”. Em 2008, ele foi contratado como funcionário da empresa e após a saída de Florisvaldo Mattos assumiu o cargo de editor-chefe, até deixar o jornal em novembro de 2012. Portanto, era um jornalista com uma função-chave dentro da engrenagem do jornal, na articulação entre a redação, o setor comercial, a direção e os acionistas. Sua visão quanto ao início das dificuldades econômicas da empresa está relacionada à crise econômica mundial de 2008. Foi uma debacle iniciada nos EUA, provocada pela hipervalorização de títulos hipotecários sem lastro, feita por agentes financeiros respaldados por agências de riscos, gerando uma “bolha” imobiliária que levou à quebra de grandes bancos e, conseqüentemente, do sistema financeiro internacional. Em paralelo a esse cenário transnacional, o mercado imobiliário local ainda não havia sentido os efeitos da crise e aproveitou que a “valorização imobiliária no Brasil foi de 121% nos cinco anos seguintes ao período pós-crise de 2008”¹⁴⁰. O país atravessava o segundo mandato do governo Lula (2007-2010), que, diante do cenário de crise econômica mundial, adotou políticas anti-cíclicas, aumentando os investimentos do Estado brasileiro em infraestrutura e dinamizando o mercado da construção civil com políticas de incentivo à habitação popular¹⁴¹.

¹³⁹ Entrevista concedida via e-mail, com respostas aos questionamentos enviadas no dia 8 de agosto de 2008.

¹⁴⁰Ver <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁴¹ Análise interessante sobre as políticas econômicas dos governos petistas é realizada por Laura Carvalho (2018) em “Valsa Brasileira – do boom ao caos econômico”.

O quadro macroeconômico do país contribuía para uma vitalidade do setor imobiliário diante de um jornal em declínio. A Ademi-BA era um anunciante importante para o jornal, principalmente naqueles anos de dificuldade. Por conta disso, matérias sobre temas como a “especulação imobiliária”, denúncias de irregularidades ambientais de empreendimentos na Paralela, Transcons, entre outros correlatos ao setor, passaram a ter uma ingerência mais direta e cuidadosa da direção do jornal. Ricardo Mendes chamou o movimento de “inteligência editorial”, quando se contrapôs às reclamações, que surgiram durante a greve, de que não havia clareza na linha editorial do jornal.

Quem reclama da falta de clareza não esteve em reuniões de pauta e em discussões editoriais com secretários de redação ou comigo. Fomos claros quando questionados. O que pedimos foi inteligência editorial. Não teríamos dado as manchetes da época, tanto em número como em qualidade, se não fôssemos cautelosos. (grifo nosso)

Na percepção de profissionais que produziram e editaram as matérias, o movimento de inteligência editorial se mostrou na prática uma forma de autocensura para evitar problemas com os empresários do segmento imobiliário. Essa avaliação é compartilhada pelas ex-repórteres da editoria de Política Regina Bochicchio e Patrícia França; pela ex-repórter especial Maíza de Andrade, especializada em meio ambiente; e pelo ex-editor da editoria Salvador, Edson Rodrigues. Os relatos sobre a experiência daquele momento são muito similares.

Fui pressionada. Isso foi decisivo para minha decisão de fazer o mestrado, de tocar minha energia em outra questão, porque a redação quando ela começa a ficar muito sensível a essa pressão do setor imobiliário, foi ficando também muito ruim de trabalhar na cobertura (Maíza de Andrade, entrevista concedida em 23/09/2017)

Chega um momento que você diz: por que eu vou oferecer a pauta se não vai funcionar? Por que eu vou cavoucar informação, fora até do meu horário de trabalho, para chegar aqui e ouvir que não vai ser publicada? Você mesmo começa a parar de querer fazer as coisas. (Regina Bochicchio, entrevista concedida em 13/09/2017)

Pressão sempre teve, agora o jornal sustentou enquanto conseguia caminhar, mas chegou um momento, que juntou um problema de gestão da empresa. Esse tipo de pressão a Folha, o Estadão, o Correio Brasiliense, todos sofrem sim; estão no vermelho, mas eles falam: é o meu negócio; então vou tentar negociar, driblar. Aqui a gente não fez isso; aqui, os jornalistas começaram a ser pressionados, desmentidos até por outros veículos, e o jornal A Tarde não fez a defesa do seu produto. Porque isso não foi uma ou duas matérias, isso foi um ano e meio, dois anos de matérias. Então, o jornal entregou, não fez nem a defesa de sua equipe. (Patrícia França, entrevista concedida em 03/11/2017)

Os repórteres já não queriam fazer a matéria, os editores já não queriam mandar o repórter fazer a matéria, apesar de achar importante. Por que como é que você

vai mandar o repórter fazer se o próprio diretor de redação, e o cara que tinha uma influência, está dizendo para você: evita botar isso aqui? Ele (Ricardo) começou a ler as matérias.... Para ser assim, melhor não tocar nesse assunto. Já existia um desgaste muito grande da redação. (Edson Rodrigues, entrevista concedida em 09/09/2017)

Sobre a mudança da natureza jornalística quanto à cobertura sobre o desenvolvimento urbano de Salvador, as falas dos jornalistas indicam como a ideia de jornalismo moderno, ligado à noção de defesa do interesse público e da sociedade, alimentou uma decepção quanto à sucumbência da atividade diante de interesses extrajornalísticos. O que indica uma confluência entre a percepção de democracia no exercício jornalístico e o horizonte de sustentabilidade da “aliança verde”, no qual o público, na forma de lei, torna-se o limite da lógica privatista do capitalismo, encarnada pela “aliança imobiliária”. Nesse sentido, olhando retrospectivamente para o envolvimento do jornal na disputa, o sentimento é de derrota e de que todos os preceitos normativos da atividade foram eliminados mesmo ao se reconhecer que, antes de jornalismo, era o negócio de uma empresa capitalista que estava em jogo. Os depoimentos dos jornalistas, citados acima, falam muito do jornalismo contemporâneo no Brasil, em que jornalistas são alvo de violência física e simbólica¹⁴², com forte concentração dos principais veículos jornalísticos na mão de poucas famílias¹⁴³ e onde muitos veículos são dependentes de verbas publicitárias de governos.

Se a gente for fazer um paralelo com algumas décadas atrás, a imprensa, de um modo geral, e o A Tarde enfrentaram um cerceamento político na ditadura e com ACM, que mesmo numa democracia era o todo poderoso. Era a censura política. Hoje a gente vive a censura econômica, que é tão ou mais danosa, porque você vai asfixiando as empresas. E como você faz? É o caso da gente aqui hoje. A gente não pode falar nada, porque está recebendo com atraso de quase 30 dias o salário, e dependendo do repasse do estado e do município. Hoje a nossa censura é econômica. (Patrícia França, entrevista concedida em 03/11/2017)

Entrei no jornalismo para dar voz a quem não tem. Achando necessário que alguém faça esse meio campo. E quando você se defronta com uma coisa como

¹⁴² Segundo a ONG internacional Repórteres Sem Fronteiras, os números de assassinatos e atentados à liberdade de expressão registrados no Brasil em 2016 colocaram o país entre os mais violentos para jornalistas no mundo. Naquele ano foram dois assassinatos e 192 violações à liberdade de expressão, entre “casos de ofensas (22); ameaças (19); condenações/decisões judiciais (18) que impedem jornalistas de apurarem um assunto ou divulgar suas descobertas; intimidações (17); ataques/vandalismos (17); censura (12); detenções (7); atentados (6); roubos e furtos (4) e um caso de assédio sexual”. Esses números foram ainda maiores em 2012. Ver <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-02/violencia-contra-jornalistas-no-brasil-aumentou-50-em-um-ano>. Acesso em 21 dez. 2018.

¹⁴³ Segundo as últimas pesquisas realizadas pelas entidades Monitoramento de Propriedade de Mídia, Repórteres Sem Fronteiras e Intervezes, cinco famílias dominam o setor de mídia brasileiro. Ver <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>. Acesso em 21 dez. 2018.

essa, com algo que você começa a perceber que um veículo de comunicação, que deveria estar lado a lado com a sociedade, passa a estar alinhado aos interesses outros, que não são os da sociedade, é extremamente decepcionante. Que você perde seu chão e pergunta: o que é que eu estou fazendo aqui? (Edson Rodrigues, entrevista concedida em 09/09/2017)

Acho que foi uma batalha perdida. Mas tem o lado humano também, as pessoas têm medo. É uma organização grande que inspira medo nas pessoas. Você vai até certo ponto que pode interferir, mas quando você não conta depois com o apoio posterior, que é a Justiça.... Nós, sindicato, fomos duas vezes a reuniões com os presidentes do Tribunal de Justiça, para dizer o que estava acontecendo. E não tomaram nenhuma posição, porque a informação é que os juízes são independentes para tomarem suas decisões... Você tem que saber até que hora você vai, porque vai sair todo mundo entre mortos e feridos? Por que estava chegando a um ponto disso aí. Houve o caso de que a empresa recuou, e nesse recuo deixou os jornalistas abandonados. (Marjorie Moura, entrevista concedida em 19/07/2017)

Não é só o jornal A Tarde, ele é pior porque tem uma crise financeira que impacta no seu editorial, mas não existe hoje na Bahia quem faça jornalismo político. Não tem. Não estou falando de editoria política, mas fazer de verdade. E por que não tem? Não é porque não têm profissionais competentes, não é porque as pessoas não estejam vendo que existem matéria, é porque não podem. (Regina Bochicchio, entrevista concedida em 13/09/2017; grifo nosso)

A autocensura do jornal provocou formas alternativas de levar as informações barradas ao público, sendo que ao mesmo tempo elas expunham a interdição. Um dos processados por Carlos Seabra Suarez, o jornalista Valmar Hupsel, publicou em 27 de outubro de 2011 na sua página do *Facebook*¹⁴⁴ informações sobre uma decisão judicial que ordenava a demolição de cercas e muros instalados a vinte metros dos mangues ou das areias das praias da Ilha dos Frades. A decisão decorria de ação civil pública movida pelo MP federal e estadual contra a prefeitura de Salvador e empresários do segmento imobiliário, entre eles Carlos Seabra Suarez. Foram as matérias relacionadas aos supostos crimes ambientais cometidos na Ilha dos Frades que levaram aos processos de Suarez contra Hupsel, Felipe Amorim, Patrícia França, Vitor Rocha e Regina Bochicchio. Sobre a postagem, o repórter afirmou: “Escrevi a matéria e o jornal não deu. Aí publiquei um trecho no *Face*”.

A situação ficou ainda mais tensa e complicada a partir de 2012, com o assassinato de André Cintra e de seu filho. Os dois foram mortos por um total de dezoito tiros, às margens da Avenida Paralela, por volta das 11h do dia 28 de janeiro de 2012. “Pai e filho mortos por causa de disputa de terras na Paralela” foi a manchete do A Tarde. Como esperado, a notícia do crime foi destaque de toda a imprensa baiana. Há três situações, no

¹⁴⁴ Ver em <http://bahiaempauta.com.br/2011/10/28/justica-federal-determina-retirada-de-cercas-da-ilha-dos-frades-decisao-atinge-empresario-carlos-suarez/>. Acesso em 3 dez. 2018.

entanto, que singularizam a cobertura do centenário periódico sobre o duplo assassinato, como também dão pistas ainda mais robustas sobre as relações entre o jornal e os atores que disputavam o espaço urbano da cidade.

A primeira delas é que André Cintra se tornara, pelo menos no último ano anterior à sua morte, uma fonte preciosa para alguns repórteres de A Tarde, a exemplo do jornalista Valmar Hupsel. Na própria matéria sobre o homicídio, o jornal faz referência a uma notícia de 15 de setembro de 2011, em que André Cintra, dentro do seu veículo, fora fotografado pela equipe de reportagem tentando impedir que um trator fizesse terraplanagem no terreno em que ele morreria meses depois. Também no final daquele ano, Cintra convidou o autor desta dissertação para participar de audiência com a promotora de Justiça Hortênsia Pinho. Ele queria lhe fornecer informações sobre supostos crimes ambientais cometidos por grupos empresariais que realizariam grilagem de terras na região da avenida. Na matéria sobre seu assassinato, o jornal atribui à então coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), promotora de Justiça Ediene Lousado, informações de que o assassinato teria sido uma “represália” pelo fato de Cintra ter apresentado ao MP “fatos criminosos envolvendo incorporações e ocupações de áreas”. O duplo homicídio teria sido cometido pelas mesmas pessoas que já teriam antes ameaçado o empresário e que disputavam terras na Paralela. Cintra já havia sido uma fonte preciosa do MP, chamada pelos investigadores de “Mister X”, dentro da Operação Janus, que desarticulou um esquema de venda de sentenças no Judiciário baiano. O empresário morto havia sido um articulador na comercialização de decisões judiciais e atuou como colaborador do MP na elucidação do esquema. Antes de ser assassinado, André Cintra denunciara ao Gaeco supostas fraudes de registros cartoriais quanto à sucessão de propriedades de terrenos na Paralela. O terreno onde aconteceu o duplo assassinato está localizado ao lado do Parque de Exposições, vizinho ao Bairro da Paz, e era alvo de uma disputa judicial desde 1998 entre o técnico industrial Luiz Alberto Malaquias Estrela e a empreiteira FB&A Construções Ltda., do advogado Francisco José Bastos, aquele mesmo que representou a Ademi-Ba no julgamento da Adin em 2013. Cintra entrou na disputa a partir de um acordo com Malaquias Estrela, no qual este aceitou conceder 20% do terreno em troca do empresário lhe ajudar financeiramente na disputa judicial. Estrela comprou o terreno em 1980 de Edmundo Visco, cuja família era proprietária da antiga Fazenda Itapuã, mas ele teria morrido antes de entregar ao técnico ambiental a escritura do imóvel, avaliado em 2012

em R\$ 14,46 milhões. Malaquias Estrela ingressou então com uma ação de usucapião, mas o processo não foi a termo, pois a FB&A Construções alegou a posse da terra, chegando inclusive a negociá-la com a empresa Empreendimento São José¹⁴⁵.

A segunda circunstância é que o nome do sócio da empresa que disputa o terreno não foi divulgado no jornal, provavelmente como forma de evitar mais processos judiciais, para além dos que Francisco Bastos e outros empresários do setor imobiliário já moviam contra o veículo. Também o nome da empresa somente apareceu na primeira das cinco matérias publicadas pelo jornal em janeiro, mês do assassinato. Nas quatro seguintes, quando a disputa por terreno foi mencionada, a empresa não foi citada. “A coisa começou a apertar e as matérias começaram a ser freadas. Vamos colocar nesses termos. O jurídico começou a ter uma participação maior”, lembrou a jornalista Patrícia França. O fato é que o sócio da FB&A Construções nunca foi envolvido na morte em nenhuma investigação da Polícia e do MP. Mas, como já dito, foi denunciado como mandante do crime Humberto Riella Sobrinho, o ex-diretor administrativo-financeiro da Patrimonial Saraíba¹⁴⁶. O empresário chegou a ter a prisão preventiva pedida pelo MP, em 13 de junho de 2012 – embora no site do MP seu nome não apareça nas matérias relacionadas às investigações do caso.

Os relatos de jornalistas que cobriram ativamente a disputa pelo espaço urbano de Salvador indicam que o período pós-greve e assassinatos coincide com a perda de profundidade e combatividade do exercício jornalístico do A Tarde sobre os temas correlacionados à expansão imobiliária. Os depoimentos contextualizam e reforçam os indícios trazidos mediante análise da cobertura produzida pelo jornal quanto aos processos de aprovação dos Planos Diretores de 2008, portanto antes do início da crise, e de 2016, após o agravamento das dificuldades empresariais. Foram analisadas as coberturas jornalísticas produzidas pelo jornal sobre a discussão e as tramitações do PDDU ocorridas entre outubro e dezembro de 2007 e entre abril e maio de 2016. A análise priorizou as matérias jornalísticas (reportagem, notícia, nota e entrevista) publicadas nos dois meses anteriores e no próprio mês da aprovação dos Planos na Câmara Municipal. No caso do PDDU de 2008, a lei foi aprovada em 28 de dezembro de 2007. Já o Plano

¹⁴⁵ Processo judicial nº 0018773-18.1999.8.05.0001.

¹⁴⁶ O processo corre na Justiça, 2ª Juízo da 1ª Vara Tribunal do Júri, sob o número 0349578-21.2012.8.05.0001. A última movimentação do processo havia ocorrido em novembro de 2018. As informações sobre a disputa do terreno foram divulgadas na imprensa (A Tarde, 28/01/2012).

Diretor de 2016 foi aprovado em 14 de junho daquele ano. A pesquisa foi realizada por meio da palavra-chave “PDDU” e incluiu apenas os conteúdos formatados como gêneros jornalísticos discursivos¹⁴⁷, conforme a classificação de Lia Seixas (2009). No total, o corpo é composto por trinta e oito unidades textuais jornalísticas, sendo vinte e cinco em 2007 e treze em 2016. Foram elegidos os períodos dos dois meses antecedentes até o dia da aprovação dos Planos Diretores, porque eles corresponderam ao início da intensificação do debate na sociedade soteropolitana e, em tese, deveriam ser o momento que mais suscitaria a atenção dos jornalistas – o PDDU de 2012 não foi incluído nessa análise porque envolvida em um contexto ainda mais específico, do julgamento da Adin, abordado aqui em outro momento. Para proceder a investigação foi utilizado o protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) proposto por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011)¹⁴⁸. Nessa metodologia, há a preocupação em identificar o gênero jornalístico do texto informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista, fotolegenda, reportagem especial etc.; a localização no jornal (editorias) e na página (topografia) e também a utilização de recursos visuais. Esses elementos são, inclusive, também destacados por Tânia Regina De Luca (2005) para a realização de uma análise historiográfica mais acurada dos conteúdos publicados por periódicos. Nos aspectos do contexto de produção, a atenção volta-se para as características editoriais e organizacionais da empresa e do produto jornal, como também para as caracterizações do contexto social e cultural do momento histórico que recobre a cobertura analisada.

A demonstração da análise inicia-se por uma obviedade, mas explicitar o óbvio cabe neste caso para evidenciar o objetivo. Em 2007 e em 2016, o jornal A Tarde realizou coberturas e produziu narrativas jornalísticas sobre a aprovação do PDDU totalmente distintas entre si. As diferenças, por lógico, estão relacionadas aos próprios momentos

¹⁴⁷ Segundo a autora, “um gênero discursivo jornalístico deve, pelo menos: 1) ser produzido pela organização jornalística, empregando a competência de procedimento, e satisfazer a uma ou mais finalidades institucionais; 2) ter como enunciador, no ato da troca comunicativa, a instituição jornalística; 3) apresentar uma lógica enunciativa formada por compromisso de adequação do discurso à realidade, como objetos de acordo e/ou argumentos de acordo operados e interpretados segundo tópicos jornalísticos” (2009, p. 83).

¹⁴⁸ Segundo as autoras, o “protocolo de análise de cobertura jornalística pode ser usado para investigar como um determinado veículo estrutura a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos específicos, verificando as marcas das técnicas e estratégias de apuração e composição da matéria jornalística a respeito de qualquer tema/assunto/acontecimento. Também é indicado para comparar tais marcas e estratégias em diferentes veículos, seja sobre um caso particular no momento presente ou temáticas que se repetem. Além disso, comporta o estudo de processos produtivos do passado, bem como de transformações na cobertura ao longo do tempo, sobretudo quando o corpus envolve um recorte temporal extenso” (2001, p. 32).

históricos e aos consideráveis quase nove anos que os separam – nesse intervalo de tempo, mudaram, muito em razão das demissões, os atores jornalísticos, mas também aqueles de outros campos sociais envolvidos no tema, além das condições de produção e de enunciação. A composição do governo municipal e da Câmara de Vereadores havia mudado bastante e, no jornal, como já dito, as demissões fizeram muitos jornalistas saírem do mercado de trabalho.

No que se refere à cobertura, a primeira mudança a apontar é de ordem quantitativa – embora isso não leve, necessariamente, a concluir que quanto menos produção, pior a qualidade da cobertura. Em 2007, foram identificadas vinte e cinco unidades textuais jornalísticas publicadas de 6 de outubro a 28 de dezembro, em um intervalo de oitenta e três dias. Desse universo, foram vinte notícias, uma reportagem e quatro notas publicadas na coluna Tempo Presente. Já em 2016, foram treze unidades textuais publicadas entre 02 de abril e 14 de junho, em um intervalo de setenta e três dias. Delas, quatro foram notícias, três reportagens, cinco colunas na Tempo Presente e uma entrevista. Não é possível precisar os motivos pelos quais a quantidade de matérias produzidas foi menor ou maior. Isso demandaria considerar uma gama significativa de nuances, desde a natureza dos fatos relacionados ao acontecimento “tramitação do PDDU”, que é comum às duas coberturas, até o número de profissionais envolvidos e os critérios de seleção de notícias concorrentes no período, portanto aspectos que suscitam outros elementos de pesquisa não contemplados por este trabalho. Entretanto, a constatação de uma redução da cobertura pode ter alguma relevância, caso combinada a outros elementos de análise.

Quanto à localização da unidade textual no jornal, tem-se que em 2007 foram quatro manchetes e oito chamadas de capas, contra duas manchetes e três chamadas de capas em 2016. Portanto, a primeira cobertura deu mais que a segunda destaque aos conteúdos relacionados ao acontecimento “tramitação do PDDU”. Outra informação importante é que, em 2007, o jornal produziu um caderno especial de dezesseis páginas (que foi contabilizado como uma unidade textual), publicada no dia 10 de dezembro, sobre o futuro do desenvolvimento urbano de Salvador com base nas previsões do projeto que iria à votação ainda naquele mês na Câmara de Vereadores. É um forte indício de que o acontecimento em análise suscitou significativo esforço e atenção do A Tarde e era considerado muito importante para o jornal naquele ano.

Na primeira cobertura, doze unidades foram publicadas na parte superior da

página, em sete o conteúdo ocupou toda ou quase toda a página, cinco foram veiculadas na parte inferior e uma no centro da página. Dezesesseis unidades textuais foram publicadas na editoria “Salvador e Região Metropolitana”, com veiculação por duas vezes na principal página (4) e por dez em páginas ímpares (que, com exceção da página 4, o jornal dava mais importância do que as pares). O conteúdo sobre o acontecimento foi publicado em páginas pares da editoria por um total de quatro vezes. Na editoria “Política”, foram quatro matérias veiculadas, sendo duas em páginas pares e duas nas ímpares. Quanto à editoria “Opinião”, sempre localizada na página 2, foram quatro unidades textuais. Em relação aos recursos visuais utilizados, em oito unidades não houve recurso; em cinco unidades, foram usadas apenas fotos; em oito, foram usadas fotos e outro recurso (*box*, infográfico ou olho¹⁴⁹); e em duas unidades, foram usados apenas outros recursos (*box*, infográfico ou olho), sem fotos.

Na segunda cobertura, sete unidades textuais foram publicadas na parte superior da página (sendo cinco delas notas veiculadas na parte inferior da coluna Tempo Presente, que está sempre localizada na metade superior da página 2). Quatro matérias foram publicadas na editoria “Política” (sendo três na página 1 e uma na página 10). Três unidades foram veiculadas na editoria “Imobiliário” (duas na página 4 e uma na página 1); e mais seis unidades foram notas da coluna Tempo Presente. Quanto aos recursos visuais, cinco matérias apresentaram fotos junto a *box*, infográfico ou olho (informativo, de número ou de declaração); cinco não trouxeram qualquer recurso e duas utilizaram *box*, infográfico ou olho, sem fotos.

A comparação entre as duas coberturas mostra que a primeira delas apresentou maior “riqueza jornalística”, pela maior utilização de recursos e pelo maior destaque dado ao assunto. Os dados não autorizam afirmar, taxativamente, que isso tenha sido causado por uma estratégia deliberada do jornal em diminuir em 2016 a atenção dada ao tema. Seria preciso considerar fatos concorrentes àqueles do acontecimento em cada cobertura diária, assim como o valor-notícia desses últimos fatos, para avaliar qualitativamente a diferença de “riqueza jornalística” de cada cobertura. No entanto, os relatos dos jornalistas e outros elementos fáticos sustentam a razoabilidade de uma mudança qualitativa deliberada – embora os motivos não possam ser totalmente evidenciados.

¹⁴⁹ Elemento gráfico, inserido no meio do texto, para destacar trechos textuais, a exemplo de declarações importantes dadas por entrevistados pelo jornalista.

Em 2007, às vésperas da aprovação, como já citado acima, o A Tarde produziu um caderno especial de dezesseis páginas sobre o desenvolvimento urbano de Salvador, com base nas propostas trazidas pelo projeto de PDDU. Quatro repórteres foram envolvidos na produção do caderno, que abordou questões ambientais, como os remanescentes da mata atlântica na Avenida Paralela; urbanísticas, como a verticalização da mancha urbana; sociais, como a precarização das moradias populares e déficit de saneamento; e políticas, como o histórico do pensamento político e das ações de modernização da cidade. Já em 2016, as questões sobre o PDDU, prestes a ser votado, não ganharam qualquer edição especial e apareceram, com maior intensidade, em matérias publicadas na editoria “Imobiliário”. Trata-se de seção voltada às informações do mercado imobiliário, com o objetivo de trazer as tendências, projetos, opiniões, planos, dificuldades e possibilidades do setor, acompanhados dos anúncios de ofertas de imóveis. Verdade também que as informações sobre a tramitação do projeto do Plano Diretor ganharam mais espaço na coluna Tempo Presente, de natureza jornalística mais política, e que o jornal deu espaço ao debate nas colunas de opinião¹⁵⁰. No entanto, a narratividade sobre o PDDU perdeu espaço em matérias e reportagens, quando a organização jornalística aparece de forma mais intensa, pois mais exigente das competências profissionais próprias à atividade, na qual a apuração de fatos deve ter preponderância sobre opiniões e comentários, como o caso de colunas e artigos de opinião.

Apesar da distância temporal entre as duas coberturas, a comparação entre elas é possível, pois havia fortes continuidades do contexto histórico dadas no único processo de judicialização das normas urbanas de Salvador, iniciado em 2007, e cuja memória referenciava as ações e discursos, em 2016. Por isso, é razoável colocar a cobertura do A Tarde sobre a tramitação do Plano de 2016 e aquela do PDDU de 2007 como partes de uma única grande narrativa. Mas a conjuntura do jornal já era outra. A redação tinha menos jornalistas, com um corpo de profissionais menos experiente (estagiários passaram a ser uma força produtiva mais utilizada), e a força da “aliança verde” também não era a mesma frente a uma composição de poder distinta.

Enquanto a conjuntura editorial e financeira do jornal foi favorável a uma cobertura mais crítica e rica, os jornalistas se aproximaram dos atores da “aliança verde”,

¹⁵⁰ Artigos prós e contra ao PDDU 2016 foram publicados na página 2 das edições de 17/04, 24/04, 14/07, 02/08, 16/08, 25/08, 29/09, 08/11 e 17/11 de 2015; e 09/05, 18/05/, 19/05, 20/05 de 2016.

recorrendo a seus integrantes, a exemplo da promotora Cristina Seixas e do ambientalista Renato Cunha, como fontes recorrentes e inquestionáveis. Em outras palavras, o jornal se aproximou muito do princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde”, adotando, até a virada do cenário descrita aqui, o discurso crítico a um crescimento que seria pautado exclusivamente pelos interesses imobiliários antidemocráticos. Nesse sentido, muitas vezes, o jornal atuou como um integrante mesmo dessa aliança, dando-lhe a força de um meio de comunicação tradicional e com forte penetração na esfera pública, principalmente nas elites locais – sem querer concluir automaticamente que ele seria, sozinho, suficiente para dirigir a agenda pública a seu favor no tecido social da cidade.

Na cobertura sobre a aprovação do PDDU de 2007, destacando o valor da ativação social proveniente do pacto de 1988, o jornal abordou, com ênfase, a questão tão cara a “aliança verde”, a da participação popular nas discussões sobre o projeto de lei. Foi o caso das matérias “Câmara inicia audiência do PDDU sem divulgação” (06/10/2007, p. 11); “Cadeiras vazias na primeira audiência do PDDU” (07/11/2007, p. 7); e “Prefeitura tenta definir futuro de 23 bairros em nove horas”, que foi a manchete da edição (10/11/2007, p. 1) (grifos nossos). Em geral, o tom era hostil. Aqueles favoráveis à aprovação do projeto eram apresentados, implícita ou explicitamente, como opositores da democracia e da preservação do meio ambiente, portanto da sustentabilidade, na significação que relacionava democratização urbana à proteção do verde. O então presidente da Câmara Municipal, o vereador Valdenor Cardoso, foi apresentado como um político que desdenhava do processo de participação popular. O jornal afirmou que o político “desconversou” ao ser questionado sobre formas de maior divulgação do calendário das audiências (A Tarde, 06/10/2007, p. 11) e questionou a legitimidade da tramitação do projeto de lei.

O baixo número de cidadãos participantes e ausência de representantes dos ministérios públicos Federal (MPF) e estadual (MPE) deram a tônica da primeira das 15 audiências agendadas pelo Poder Legislativo Municipal para discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Debate, aliás, marcado pelo tom político-partidário e com pouco tempo para a população se manifestar (A Tarde, 7/11/2007, p. 7). (grifo nosso)

O mesmo questionamento se repetiu em 14 de novembro de 2007, quando o jornal problematizou um dos principais argumentos dos que defendiam o PDDU proposto: a promessa de gerar empregos por meio do estímulo à construção civil e seus

empreendimentos imobiliários. Mais uma vez, como espécie de porta-voz do discurso da “aliança verde”, o jornal considerou que a discussão sobre o projeto estava marcada pelo “esvaziamento do debate tanto quantitativa quanto qualitativamente” (A Tarde, 14/11/2007, p. 4). Além da questão da participação social, a vertente ambientalista também foi amplamente abordada pelo periódico. Na matéria “Contradições foram mantidas” (10/12/2007, p. 7), publicada em editoria “Especial”, o jornal não escondeu o descontentamento com o PDDU aprovado, quanto ao tratamento dado à preservação do verde na Avenida Paralela. Na linha-fina (texto de apoio localizado abaixo do título da matéria, para complementar a informação principal), o veículo afirmou que “no conceito, o PDDU ressalta a proteção do verde, mas, no zoneamento, a vegetação quase some”.

Nesse sentido, a narrativa jornalística foi duramente crítica à aprovação do Plano Diretor. Não à toa, os personagens que protagonizaram os episódios foram o Ministério Público estadual, os políticos contrários ao PDDU, tanto da base aliada, quanto da oposição, além de representantes de entidades críticas ao Plano. Os atores que apoiavam a aprovação foram representados como operadores de manobras duvidosas, avessos a discussões e despreocupados com a participação popular. Além disso, o Plano foi representado como prejudicial à cidade, porque danoso ao meio ambiente e servil aos interesses da especulação imobiliária – vale destacar que não se insinua qualquer menção a invencionice ou distorção das informações, o que importa é como elas foram enredadas na narrativa. A matéria “Secretária é acusada de descumprir promessas” (06/11/2007, p. 8) ilustra bem esse esforço de construção de sentido. Sobre a reclamação de moradores do bairro do Caminho das Árvores contra a então secretária municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Kátia Carmelo, de que ela teria descumprido promessa supostamente feita a eles sobre não mudar o padrão de ocupação da área residencial, o jornal afirmou que a funcionária pública estava sendo “acusada” e que os moradores a “culpam”.

O alinhamento do jornal com a “aliança verde” se mostrou ainda mais forte na atuação de alguns jornalistas, como a repórter Maíza Andrade, cuja relação era inclusive orgânica. Além de uma forte afinidade ideológica com a questão ambiental – foi nos anos 1980 guia turística em Lençóis e secretária de turismo do município – ela atuou na assessoria de imprensa do Gambá e para a Rede Mata Atlântica nos anos 1990. Ela levou para o jornal essa bagagem e a rede de contatos. O então presidente da ONG, Renato Cunha, era uma fonte assídua em suas matérias.

Passei dois, três anos lá, ou mais. O Gambá assumia um posto importante na coordenação da Rede. Foi incrível, porque passei a ter uma visão do bioma Mata Atlântica em todo o país. Recebia conteúdo de todo o país para difundir com boletim eletrônico semanal. Alguns anos depois, o A Tarde me chama para voltar, com uma proposta de ficar só no meio ambiente, isso em 2005, por aí. Volto para o A Tarde para ser repórter especial de Meio Ambiente. Voltei com essa bagagem. Foi aí que fui levar a questão da Paralela para o A Tarde, porque o Gambá tinha lançado “Paralela Sempre Verde”, uma campanha para preservação dos remanescentes de Mata Atlântica na Avenida Paralela, antes de 2005, durante o período que estava lá. Então como eu vinha, com toda essa campanha, com dados que consegui ter acesso lá, e, principalmente, o mapeamento, o estudo dos remanescentes, isso era uma fonte importantíssima para minhas matérias. (grifo nosso)

Além do Gambá, o MP era uma fonte requisitada pelos jornalistas de A Tarde. Em matéria já citada no primeiro capítulo, Maíza de Andrade classificou Cristina Seixas como a “mais contundente opositora do PDDU” (A Tarde, 26/08/2007). Pelo seu papel de fiscal da lei, o MP se tornou a partir do pacto político de 1988, como já descreveu Alzira Abreu (2005), uma fonte quase obrigatória para jornalistas, o que, em geral, promoveu uma aproximação muito forte entre as duas instituições. A jornalista Patrícia França conta como havia uma relação de abertura com membros do MP estadual. “Quantas vezes eu fui para o Ministério Público, para o grupo que Rita Tourinho (do Gepam) preside, pilhas e pilhas (de documentos). Passava até seis horas da tarde vendo os processos, para poder entender o que estava tendo aqui na Paralela”. O relato de Regina Bochicchio foi no mesmo sentido:

O Ministério Público foi praticamente, das fontes que a gente pode chamar de oficiais, a que estava de porta abertas para gente. O MP, que representa também os interesses da população, é uma fonte legítima. O jornalista ele não inventa fato. Ele identifica fato. Se o MP identificou fatos que ele considera questionáveis, isso passa a ser uma questão da sociedade. Então, o jornalista tendo uma aproximação, no sentido de acompanhar o que o MP está fazendo, se transforma num fato noticioso.

Os integrantes do Fórum e os membros do MP demonstraram uma percepção semelhante quanto à atuação da imprensa em geral e do jornal A Tarde em particular. A visão predominante foi que a imprensa baiana não tem independência, pois subserviente exclusivamente a interesses econômicos, sendo no período um braço do setor imobiliário. A crítica do arquiteto Paulo Ormino sobre o panorama do jornalismo local sintetiza as demais visões.

Interpretar a informação significa ter um grupo de pessoas para poder ler, verificar e buscar as fontes. Isso custa caro. Só os jornais de circulação nacional têm condição de fazer isso. Nenhum jornal da Bahia, nem o Correio, nem o A

Tarde, nem a Tribuna, nenhum tem condição disso. Ele serve hoje basicamente como *lobby*.

Quanto ao jornal A Tarde, há uma percepção de que ele era o veículo jornalístico com mais atenção às questões envolvendo o futuro urbano da cidade. Para a promotora Cristina Seixas Graça, o tradicional periódico “tinha uma cobertura crítica, até que demitiram aquele jornalista (Aguirre). Ele teve uma retaliação enorme, ele e uma outra jornalista, Maíza Andrade”. O arquiteto Carl Von Hauenschild avaliou que “o A Tarde que era mais aberto. Hoje está nas mãos deles, do mercado imobiliário. Então, isso deu inclusive problema no processo de 2008, porque quando a gente bateu, e o A Tarde deu apoio, pelos menos a gente conseguia publicar alguma coisa, mas depois parou”. O ex-presidente da Fabs, João Pereira, fez uma distinção entre a imprensa escrita e os demais veículos: “A imprensa escrita deu uma cobertura importante, em particular o jornal A Tarde. Mas as TV e os rádios muito pouco. Raramente, eles faziam uma reportagem sobre o movimento” (grifo nosso).

Independentemente das percepções de cada ator, a relação entre a imprensa e as questões relacionadas ao PDDU se tornaram bem diferentes após o rearranjo institucional construído com o julgamento da Adin e sua modulação de efeitos. O tom da cobertura do A Tarde mudou de perfil. De dura, combativa e crítica, passou a branda, indiferente e relatorial, o que beneficiava a “aliança imobiliária”, cujo atores passaram a aparecer com mais espaço como entrevistados nas páginas do jornal. O conflito, que perdurou entre MP e Prefeitura, foi noticiado com pouco destaque, resumindo-se a um jornalismo declaratório: “Promotora age ‘contra a cidade’, diz prefeito ACM Neto” e “Hortênsia diz que não entende motivo da ‘fúria’ da Prefeitura” (A Tarde, 14/10/2015). Nessa falsa e pálida parcialidade, o periódico afastou-se da “aliança verde”. Para o jornal, a defesa do meio ambiente deixou de ser uma pauta que se conectasse, ainda que não completamente, como antes, à ideia de democracia urbana, pois a suposta ameaça de um PDDU antidemocrático, domínio do setor imobiliário, passou a ser totalmente estranho ao seu corpo editorial. A mobilização do princípio da sustentabilidade feita pelo periódico em consonância à significação dada pela “aliança verde”, associando proteção do verde à democracia urbana, foi diluindo-se na perspectiva de que a privatização do espaço já não era um problema para o desenvolvimento sustentável. No caderno “Imobiliário”, as notícias aclamavam bons tempos a chegar com o novo PDDU, o qual a Ademi havia atuado fortemente para configurá-lo, distante do saber-poder local, especializado, dos

cientistas do urbano da “aliança verde”. A declaração do então presidente da Associação, Luciano Muricy, em entrevista *ping-pong*, não deixou esconder o propósito:

A gente teve uma participação efetiva enquanto estava sendo elaborado o plano no Executivo. Trouxemos especialistas de outras partes do país, urbanistas, fizemos um trabalho que foi entregue à prefeitura. Sobre as contribuições da Ademi, algumas foram acatadas, outras não. A gente está agora tentando melhorar o texto que foi (para a Câmara Municipal) e que pode ser melhorado para a gente ter um plano que seja realmente um divisor de águas para a cidade, que sofreu muito com administrações passadas. Precisamos ser mais ousados, aprender com as experiências de fora. Trouxemos o urbanista Carlos Leite, um dos melhores do Brasil, com esse objetivo. A gente não pode ficar fechado numa caixa sem observar o que acontece lá fora. (A Tarde, 2/04/2016, p. 4, grifos nossos)

O otimismo, que tomou o lugar da crítica cética, pode ser visto também nas matérias “PDDU vai incentivar bairros de serviços” (09/04/2016, “Imobiliário”, p. 1); e “PDDU vai liberar obras privadas de infraestrutura” (16/04/2016, “Imobiliário”, p. 4). Quando apontou com destaque para problemas da cidade, como o histórico déficit de moradia, o novo Plano Diretor foi apontado como provável solução: “Edifícios abandonados abrigariam 50 mil” (24/04/2016, “Salvador e RMS”, p. 4) e “PDDU tentará solucionar questão” (24/04/2016, “Salvador e RMS”, p. 4). As críticas ao projeto de lei urbanística existiam e o jornal as abordou, mas sem aprofundar o conteúdo, abrindo apenas espaço para os opositores e defensores exporem suas posições, principalmente os atores do campo político¹⁵¹. A falta de posicionamento firme, em favor de uma legislação mais voltada à proteção ambiental, como foi a tônica em relação ao PDDU de 2008, foi na verdade um alinhamento do jornal ao discurso da “aliança imobiliária”, de que a cidade sustentável não poderia prescindir das premissas da expansão urbana dadas e viáveis pelos empreendimentos imobiliários. A cúpula do jornal jamais admitiu, publicamente, essa reverência ao setor. Em rara declaração sobre a demissão de Aguirre Peixoto, o então presidente do jornal, Sylvio Simões (primogênito de Regina Simões), negou qualquer ingerência externa na decisão e disse que “grandes construtoras anunciam no A Tarde e, ainda assim, reportagens contra elas são feitas quando necessário” (Jornal da Facom, Edição Nº 2, 2014). Independentemente disso, são fortes os indícios de que o jornal deixou de ser uma voz dissonante, dentro da esfera pública midiática, quanto à ideia predominante de que, longe de ameaça à sustentabilidade, o desenvolvimento urbano da

¹⁵¹ Matérias “PDDU deve ser votado em meados de junho na Câmara Municipal” (25/05/2016, “Política”, p. 10) e “Petista diz que projeto vai repetir e ampliar erros” (25/05/2016, “Política”, p. 10); “Pedido de vista adia para 6ª apreciação do PDDU” (07/06/2016; “Política”, p. 1)

cidade via expansão imobiliária era a ponta de lança de uma modernidade urbana desejável, pronta a sofisticar, com tecnologias de engenharia civil, o recorte paisagístico da capital baiana – ideia essa presente até mesmo dentro da “aliança verde”, como visto no último tópico.

Sem a voz dissonante, como era em menor ou maior intensidade, a do jornal A Tarde até a crise econômica e editorial tê-lo dobrado ao segmento imobiliário, a imprensa baiana se tornou, em alguns momentos, severamente hostil às investidas de atores da “aliança verde”. O jornal Metro1, do radialista e ex-prefeito de Salvador Mário Kertész, passou a atacar o movimento Participa Salvador.

Supostamente para evitar erros na elaboração do PDDU e da Louos e auxiliar nas discussões sobre o tema durante as audiências públicas realizadas na gestão de ACM Neto (DEM), foi criado o Participa Salvador, instituído “por uma parceria entre Ministério Público do Estado da Bahia e Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania, membros do Movimento Vozes de Salvador, ambos (Rede e Movimento) participantes do Fórum A Cidade Também É Nossa”, como define o site do projeto. Acompanhado pela promotora do Ministério Público Hortênsia Pinho, a entidade aponta supostas irregularidades no processo. Mas, por sua falta de transparência, o Participa Salvador deixou o lugar de observador para tomar o espaço de observado, e passou a chamar atenção pelo modo de funcionamento — e, principalmente, de custeio do projeto. (Metro1, 16/09/2015, grifos nossos)

Ligado à Rádio Metrópole, uma das líderes de audiência na capital – muito por conta da linguagem e carisma populares do apresentador-político –, o site voltou a hostilizar a promotora de Justiça Hortênsia Pinho em 2016. A matéria correlacionou, em tom crítico, uma viagem da promotora com o processo contra o PDDU, abrindo amplo espaço às críticas do então presidente do parlamento municipal, Paulo Câmara.

Fora do Estado da Bahia há cerca de um mês, e conhecida pelas discussões polêmicas em torno do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, a ex-promotora Hortênsia Pinho viajou para fazer doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas não deixou para trás a ação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) contra a tramitação do projeto na Câmara Municipal. (Metro1, 26/04/2016, grifo nosso)

Após as animosidades entre imprensa e MP, o rearranjo institucional também normalizou a nova conjuntura político-urbanística, com se um consenso tivesse sido formado em torno de quais seriam as diretrizes básicas do desenvolvimento urbano da capital a partir da aprovação do PDDU e da Louos de 2016. A mobilização social capitaneada pelo Fórum e por integrantes do MP amargou derrotas na esfera judiciária e

na midiática. Isso fez esvanecer, em prol da “aliança imobiliária”, a construção de uma agenda pública, influente na sociedade, com um horizonte de expectativa bem definido pela mobilização do princípio da sustentabilidade realizada pela “aliança verde”, na qual, em geral, a proteção do verde, a preservação ambiental, está conectada à democratização urbana, ao fortalecimento do espaço público em relação à privatização do território urbano. O cumprimento a formalidades previstas em lei quanto ao debate público, o fortalecimento da ideia de privatização do espaço como possibilidade de proteção do verde; e o enfraquecimento do dissenso na imprensa minaram muito da força de significação do princípio de sustentabilidade da “aliança verde”. Contudo, essas barreiras só podem ser melhor delineadas a partir da compreensão entre o poder político, exercido por políticos profissionais no Estado, e o poder econômico de capitalistas do setor imobiliário e da construção civil.

2.3. Estado capitalista, direito à cidade e política urbana

Nos doze anos entre 2004 e 2016, Salvador foi governada por três prefeitos: Antônio Imbassahy (2001-2004), João Henrique (2005-2008/2009-2012) e Antônio Carlos Magalhães Neto (2013-2016). O período considerado aqui como um único processo de judicialização foi, predominantemente, joanino. Filho do ex-governador João Durval Carneiro (1983-1987), o economista João Henrique entrou na vida política em 1989 como vereador de Salvador. Até chegar ao cargo de prefeito em 2005, teve uma trajetória política bem-sucedida. Como parlamentar municipal (1989-1994), chegou a ser homenageado pelo Unicef como melhor vereador da cidade em 1992. Depois, como deputado estadual (1995-2004), atuou como liderança e vice-liderança pela oposição e situação, além de ter ocupado cargos em comissões parlamentares nas duas Casas Legislativas¹⁵². Durante a carreira política, até o final do segundo mandato, passou por quatro partidos políticos (o antigo PFL, PSDB, PDT e PMDB). Portanto, um político que já havia passado pelo conservadorismo pefelista (partido que se desdobrou das antigas agremiações PDS e Arena, ambas bases de apoio do regime militar que vigorou entre 1964 e 1985), pemedebista (um desdobramento do antigo MDB durante a redemocratização, que fazia oposição consentida à ditadura) e tucano (o PSDB foi uma

¹⁵² O resumo da trajetória política de João Henrique está disponível no site da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) em <http://www.al.ba.gov.br/assembleia/legislatura-deputado/27>. Acesso em 4 jan. 2019.

dissidência do PMDB, que se proclamava mais à esquerda desse)¹⁵³, além da tradição trabalhista do PDT, herdada da era Vargas. Segundo Paulo Fábio Dantas Neto (2004), João Henrique construiu uma sustentação política a partir de uma “militância parlamentar em torno de direitos difusos”, que teria encontrado em camadas médias da sociedade soteropolitana uma recepção positiva na sua “cultura antitributarista”, o que talvez tenha levado JH a não rever a estrutura de arrecadação fiscal do Município quando prefeito.

Foi pelo PDT que João Henrique foi eleito prefeito de Salvador pela primeira vez em 2004 com expressivo capital político. No pleito eleitoral, derrotou a candidatura de César Borges (PFL), do tradicional grupo político de Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), com uma aliança formada pelo PDT, PSDB, PSL, PSC, PMN e Prona. Foram 870 mil votos, representando 74,69% dos votos válidos no segundo turno das eleições, que referendaram sua trajetória popular, muito conhecida pela defesa dos direitos do consumidor, como vereador e deputado estadual. Durante o primeiro mandato, a composição do governo JH (quanto aos partidos que formaram base de apoio na Câmara e ocuparam secretarias) possuía uma ala significativa que pode ser considerada, em tese, como de centro-esquerda, pois abrigou indicações do PT (Saúde e Reparação), PCdoB (Educação), PSDB (Transportes e Serviços Públicos), PDT (Ação Social e Governo) e PSB (Emprego). As outras seis pastas foram indicações consideradas técnicas ou da lavra pessoal do prefeito. Alguns desses secretários deixaram seus cargos e depois se tornaram oposição, sobretudo durante a votação do PDDU, como Olívia Santana (PCdoB), Gilmar Santiago (PT) e Carlos Soares Ribeiro (PDT). Entre os nomes técnicos, estavam a já citada arquiteta e urbanista Ângela Gordilho (Habitação) e o arquiteto Itamar Batista (Planejamento, Meio Ambiente, Urbanismo e Meio Ambiente), ambos professores da Ufba. O último pediu exoneração da pasta ainda antes do término do primeiro governo, dando lugar à arquiteta Kátia Carmelo em 12 de setembro de 2006, devido às críticas sofridas pelo processo de revisão do PDDU, até então comandado por ele (A Tarde, 11/09/2006). Batista projetava uma verticalização da orla atlântica da cidade que não fosse considerada excessiva, mas sua proposta não conquistou consenso e foi criticada pelos próprios pares, a exemplo do urbanista Heliódório Sampaio (A Tarde, 12/03/2006). A sua saída foi relacionada a uma insatisfação com o favorecimento ao setor imobiliário na construção do PDDU de 2008 (DANTAS NETO, 2006).

¹⁵³ Sobre o surgimento do PSDB, é interessante a leitura de Celso Roma (2002).

A presença desses quadros técnicos e políticos indica que o primeiro governo JH possuía uma complexidade, quanto ao pensamento ideológico sobre a cidade, que não autoriza uma análise unilateral do Poder Executivo, muito menos do Estado em geral. Esse cenário mudou no segundo mandato, quando a posição predominante dentro do governo municipal se tornou mais evidente, embora não menos complexa. Essa mudança foi admitida com bastante clareza por JH, quando falou sobre a perda de apoio do PT no segundo governo.

Por consequência das coligações no segundo turno, para derrotar quem me traiu sem razão alguma, só por uma questão egóica, que foi o PT, eles se juntaram a mim, que foi o PMDB e ACM Neto. Já tive que fazer um segundo governo voltado para a centro-direita. Eu tinha uma história de 30 anos de esquerda. (grifo nosso)

No primeiro governo JH, a agenda da “aliança verde” chegou a penetrar com mais força no aparato estatal municipal, embora a saída de Itamar Batista indique que a margem para o desenvolvimento dessa pauta fosse bem estreita. Nesse contexto, a política municipal de habitação elaborada e executada sob a coordenação de Ângela Gordilho expressa como se tentou constituir, em algum grau, uma política de democratização urbana a nível local, em consonância ao que acontecia a nível nacional. A política desenvolvida pela arquiteta e urbanista não era um fato isolado, mas estava inserida em um contexto político-institucional mais amplo no país, que ajuda a explicar o cenário municipal. Em artigo escrito quando ainda ocupava o cargo de secretária, Ângela Gordilho (2007) fez um balanço da “nova política municipal de habitação de interesse social” desenvolvida naquela gestão, até então inconclusa. A arquiteta mostrou como a política municipal de regularização fundiária, iniciada em 2001, adequou-se ao programa nacional de regularização fundiária criado pelo Ministério das Cidades (MCidades), que preconizava não apenas a legalização jurídica, como a qualificação ambiental e urbanística das moradias – o princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde” estava presente em uma agenda de alcance nacional. Também pontuou a dependência do município a verbas federais, já que “o grande desafio para atingir esse propósito, entretanto, refere-se aos custos elevados das obras de urbanização, face às limitações dos recursos municipais” (Idem, p. 5). No documento, a arquiteta destacou a ampliação das Zeis. “Salienta-se que o total de Zeis identificadas representa uma superfície territorial de aproximadamente 3.012 hectares, correspondendo a 12% da área continental do município (28 mil ha) e cerca de 30% da área ocupada por habitação” (Ibidem, p. 7). Falava-se ali de avanços na política urbana, embora eles não tenham sido

suficientes para impedir que o PDDU fosse construído, predominantemente, em prol do setor imobiliário.

A referência de Gordilho ao MCidades indica certo grau de alinhamento da conjuntura política local à nacional. O órgão foi criado em 2003, durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), cuja ascensão ao poder suscitou esperanças dos movimentos sociais para uma implementação efetiva de uma agenda em prol dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Em outras palavras, era o horizonte de expectativa nascido do período da redemocratização, quando surge inclusive a ideia de “movimento sociais”, que ganhava força na cena pública brasileira. Os agentes que movimentaram o jogo político dos anos 1980 passaram a ocupar o Estado, na verdade alguns espaços dele, embora pequenos. Como propõe Francisco Gouveia de Souza (2017), a redemocratização marca nosso tempo presente e deveria ser compreendido, na historiografia, pela pluralidade da aposta incerta na democracia, a partir das diversas experiências das ações políticas.

As leis de produção popular enviadas ao congresso (uma parte pontual, mas exemplar, da constituinte), as associações de bairro e os movimentos de luta por moradia, a própria invenção do conceito de “movimento social” (uma criação dos anos 1980 viva nos dias de hoje), toda a diversidade da ação parece menor que a importância do texto constitucional ou da eleição de 1989 como marco democrático. (SOUZA, 2017, p. 159-160)

No momento de instituição do MCidades, aquela aposta, de institucionalização democrática, era renovada com menos incertezas. O Ministério abrigou importantes quadros sintonizados com a agenda do MNRU. Foram atores que tiveram importância nas múltiplas ações políticas destacadas por Francisco de Souza (2017). Entre eles, talvez uma das mais relevantes seja a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato. Ela assumiu entre 2003 e 2005 a secretaria executiva da pasta e foi a coordenadora técnica da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano no período. Em 1988, como ativista política, Maricato foi escolhida para defender a proposta de Reforma Urbana formulada em ação de iniciativa popular junto à Assembleia Constituinte. Ângela Gordilho estava conectada a esse contexto e tinha intensa sintonia com a política que estava sendo desenvolvida pelo MCidades. A afinidade entre ela e Maricato era, já antes disso, de caráter acadêmico. Na orelha da principal produção científica de Gordilho, o livro “Limites do Habitar – Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX” (2000), o elogio de Maricato é indicativo da confluência de

pensamento sobre o fenômeno urbano no país¹⁵⁴.

Em âmbito local e nacional, portanto, a mobilização social chegou a conquistar parte da direção das políticas urbanas por meio da ocupação do Estado. No entanto, a institucionalização se deparava com os próprios limites institucionais, além das limitações de um governo federal cuja proposta política não passava pela confrontação direta com as elites econômicas (SINGER, 2012). As reflexões de Ermínia Maricato (2014) sobre o trabalho desenvolvido no Ministério e sobre a política urbana da era Lula dão uma dimensão das contradições entre as relações de forças internas no próprio governo e das externas que o pressionavam. Maricato (2014) considerou que a criação da Lei 11.124/2005, que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), fruto de um projeto de lei de iniciativa popular, decorreu de uma reivindicação dos movimentos sociais atendida pelo governo Lula. Por outro lado, ela avaliou que o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009 para promover a construção de moradias populares, atendeu à perspectiva de expansão da construção civil e do imobiliário, em um contexto em que crescia o poder aquisitivo das classes médias baixas. A iniciativa de desenvolvimento social pelas mãos do Estado estava presente, mas nunca apartada dos interesses do setor privado. Uma hora, esse esforço de equilíbrio cobrou a conta, a peso de ouro, para um dos lados. Disse Maricato:

A resistência oferecida pela equipe inicial do MCidades contra as restrições arbitrárias e radicais na condução do orçamento federal (o que incluía a exorbitante taxa de juros responsável pelo ralo onde escoava abundante dinheiro público para o setor financeiro, com o pagamento da dívida) e sua aversão ao clientelismo observado nas emendas parlamentares (que nos primeiros anos engolia 50% das migalhas de recursos orçamentários que cabiam ao MCidades), atraíram sobre elas críticas externas e internas. As forças neoliberais combinadas ao velho patrimonialismo reduziram muito o espaço da mudança pretendida. (2014, p. 60)

Em Salvador, a mudança chegou com algumas reformulações discursivas nos princípios do PDDU e com o aumento efetivo das Zeis, como já abordado nesta

¹⁵⁴ Escreveu Maricato: “A imprecisão de indicadores sobre as cidades brasileiras alimenta sua representação ideológica, além de alimentar ainda as ‘ideia fora do lugar’ trazidas pelos modismos de ‘expertise’ internacional. Salvador tem a condição especial de contar com o trabalho dessa excelente pesquisadora que é Ângela Gordilho Souza, nas mãos de quem a cidade se dá a conhecer com o rigor necessário para a definição de políticas públicas sociais eficazes. Trata-se de uma grande contribuição à identidade do Brasil real”. O livro é resultado da tese de doutorado de Gordilho em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Nele, é realizada uma detalhada análise, a partir de dados estatísticos e mapas, de como a mancha urbana soteropolitana se expandiu segregando socioespacialmente ricos e pobres.

dissertação. A faceta tímida de um Estado promotor de bem-estar social se dava por meio de uma ainda acanhada política de democratização urbana, respaldada pela noção de direito à cidade, que, como já dito antes, associava-se intimamente à significação da “aliança verde” sobre o princípio da sustentabilidade. A penetração no Estado se materializava em políticas sociais defendidas e promovidas por quadros técnicos com a perspectiva de potencializar as brechas sociais previstas no pacto político de 1988, cuja substância é eminentemente capitalista, sobretudo na proteção à propriedade privada. A construção de uma política em prol da habitação de interesse social tentava atenuar essa característica, pela potencialização da ideia de função social da propriedade. Em outras palavras, a força instituinte da pauta da “aliança verde”, repousada na Constituição, era subsidiária, apesar da convicção de seus integrantes que o cumprimento dos preceitos constitucionais promoveria o chamado direito à cidade, desde que respeitados. O Estado capitalista poderia, nesse sentido, ainda que de forma paradoxal, ser capaz de promover bem-estar social, a partir de um gerenciamento da reprodução do capital na cidade, atenuando a mercantilização do desenvolvimento urbano.

A política de constituição das Zeis, coordenada por Ângela Gordilho, foi assim a tentativa de constituir uma política urbana municipal de promoção do direito à cidade, que está interligada à ideia de efetivação de direitos sociais, tão caros à prerrogativa daquilo que, a partir da segunda-guerra mundial, principalmente na Europa, ficou conhecido como Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*). A política urbana, como elaborações e ações estatais (em todos os entes federativos, mas principalmente na esfera municipal nesta pesquisa), tinha como norte a “função social da cidade” e “garantir o bem-estar de seus habitantes”, como prevê o artigo 182 da Constituição Federal. Essa política sustentava-se numa concepção historicamente revitalizada da ideia de direito à cidade. Tal reatualização concretizou-se por meio de uma base comum de ressignificações dadas empiricamente pelos movimentos sociais, na fase da redemocratização, em suas lutas por melhorias de condições de vida nos polos urbanos, que passaram a ser objetos de pesquisa e estudos no campo científico, no qual pesquisadores se apropriavam política e epistemologicamente do pensamento de autores como Henri Lefebvre (1968)¹⁵⁵, considerado um pioneiro na reflexão sobre a questão

¹⁵⁵ No pensamento do filósofo francês, o “direito à cidade” é formulado numa chave marxista como emancipação da sociedade moderna contemporânea (portanto, a abolição de qualquer forma de repressão, inclusive o Estado), vista como mais urbana do que industrial, construída a partir da libertação do espaço urbano da lógica capitalista do valor de troca, para a materialização do seu valor de uso – a cidade como

urbana como principal fenômeno da contemporaneidade. As ressignificações do direito à cidade se materializaram, mesmo subsidiariamente, na CF, na ideia de função social da propriedade, e no Estatuto da Cidade, em que é destacado o “direito à cidade sustentável”.

Mas que ressignificações seriam essas? Em uma análise de como a obra de Lefebvre foi recebida no Brasil, Bianca Tavolari (2016) mostra como cientistas sociais, urbanistas e arquitetos, envolvidos com os movimentos sociais, que lutavam por direitos e por democracia no período do regime militar e da redemocratização, passaram a se apropriar do conceito de “direito à cidade” como um lema epistemológico e político. O conceito traduzia a luta por cidadania, por democracia, pelo direito de todos viverem bem na cidade, em contraposição à segregação social vista nos espaços das grandes metrópoles. Foram intelectuais como a própria Ermínia Maricato, atuantes no MNRU, que contribuíram para a inserção, ainda que em termos parciais, das aspirações da reforma urbana na Constituinte, e que colaboraram para a criação do Estatuto das Cidades, em 2001.

Se Ermínia Maricato já fazia menção ao livro em 1976, é na década de 1980 que ela defende a necessidade de “ampliar a consciência” do direito à terra para “construir a consciência” do direito à cidade, como forma de dar uma nova qualidade às reivindicações populares, já tendo em vista a Assembleia Nacional Constituinte. Em contraste com o caráter pontual da luta pelo direito à terra, o direito à cidade envolveria uma concepção mais ampla: pensar como a cidade é produzida de maneira desigual. Dito de outra forma: “Na cidade não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade”, demanda expressamente vinculada pela autora à noção de festa de Lefebvre. (TAVOLARI, 2016, p. 99)

Portanto, essa ressignificação do “direito à cidade”, principalmente tributária da obra de Lefebvre, dada na experiência histórica cujo horizonte político era a refundação da democracia no país, introduziu esses dispositivos políticos e epistemológicos na estrutura normativa do Estado, na Nova República, por meio de uma nova concepção do ente estatal, ainda que o filósofo marxista francês tivesse vislumbrando, na utopia marxiana, uma cidade/sociedade organizada e usufruída por uma associação de cidadãos livres. Nesse sentido, o direito à cidade seria um compromisso de um Estado promotor de bem-estar social, agente de políticas comprometidas com a democratização urbana que vislumbrasse o interesse público acima de demandas privadas, principalmente aquelas de cunho exclusivamente capitalistas. Era essa a perspectiva de papel estatal que nutria a utopia da “aliança verde” – ainda que permeada por concessões contraditórias, sobretudo

espaço do convívio, da festa, da arte e do encontro, e não do consumo.

na atuação do MP – de harmonização entre o ideal de amplo bem-estar social, com a efetivação da democracia urbana, e a preservação da natureza como elemento integrante e essencial do próprio direito à cidade.

No período em exame, o direito à cidade se tornou então, pragmaticamente, a reivindicação pelo direito de acesso a todos os habitantes da cidade a equipamentos de saúde, de educação, de transporte, de natureza pública – portanto preconizando a desmercantilização do espaço urbano, dos serviços e das políticas sociais que nele atuam e se concretizam. A desmercantilização do espaço urbano está associada à ideia de Esping-Andersen, tal como como a explica Zimmermann e Silva (2009): é o grau de capacidade das políticas sociais em prover autonomia e independência aos indivíduos e famílias para que eles sobrevivam para além das relações do mercado. Políticas públicas voltadas para garantir moradia digna e infraestrutura urbana às camadas mais pobres são mais capazes de desmercantilizar o espaço urbano quanto mais promovam a diminuição da especulação imobiliária, portanto quanto mais controlem o aumento do valor de troca do território a partir da lógica da demanda e oferta e sua exclusiva relação com a renda. Em outras palavras, seria o combate ao fenômeno chamado de gentrificação, no qual os habitantes pobres são obrigados a deixar os centros urbanos, a partir dos investimentos imobiliários privados que valorizam habitações e serviços nos locais que são instalados.

A reivindicação pela criação das Zeis, tão em destaque na política urbanística elaborada por Gordilho, partiu dessa premissa política e epistemológica, que se constituiu como fronteira bem delineada da distinção entre as apropriações realizadas por cada aliança do princípio da sustentabilidade. A efetiva ampliação da Zonas ao longo do tempo, com previsão nos Planos Diretores, indicou avanços da pauta da democracia urbana ao passo que reforçou seus limites institucionais em razão da sua força política e normativa subsidiária. Tanto na conjuntura nacional, quanto local, a que mais interessa à análise aqui em andamento, houve muitos limites da agência de atores dos movimentos sociais e da academia, mesmo quando estes se tornaram *policy makers*, em que pese a instituição de um período democrático, inclusive com a chegada de governos de esquerda ao poder, com o PT.

O texto-balanço de Maricato (2014), já citado acima, pontua que a mercantilização da política de habitação urbana encontrou guarida no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), sem enfrentar os graves problemas de infraestrutura urbanas das grandes

idades, pois os conjuntos habitacionais populares, estruturados como condomínios fechados, foram construídos em zonas periféricas longínquas, sem disponibilidade de serviços públicos e desconectados dos centros, forjando um esgarçamento do tecido urbano. O esforço orçamentário estatal também não ajudou para uma política social mais arrojada. “O gasto com habitação entre 2002 e 2008 foi de 0,13%, nitidamente insuficiente para cobrir o déficit habitacional que possuímos. Esse montante de gastos revela-se inferior a todos os regimes, que possui no modelo conservador seu valor mais baixo: 0,4% do PIB” (BENEVIDES, 2011, p. 67). Houve avanços institucionais, mas amplamente insuficientes. Eles ocorreram sob a força institucional da Constituição e ganharam fôlego com a chegada do PT ao poder (Idem). Mas foram avanços acanhados, como mostram os números acima da política habitacional, os graves problemas de mobilidade e violência urbana das metrópoles¹⁵⁶, a segregação socioespacial e a especulação imobiliária nas grandes capitais. Portanto, as apropriações de significações e práticas políticas do direito à cidade, umbilicalmente conectadas à ideia de construção de uma democracia no Brasil, não conseguiram construir no solo concreto das cidades o horizonte almejado: o bem-estar social e a democracia urbana. Os arranjos político-institucionais, movidos e tensionados pelas pressões dos diversos segmentos da sociedade, principalmente dos movimentos sociais, esbarraram na construção histórica sistemática da democracia brasileira. É essa barreira que se desenha no processo de construção da política urbana de Salvador no governo JH, quando considerado o macrocenário político nacional.

Em uma análise das relações entre democracia e políticas de desenvolvimento social (em países ocidentais de sociedade industrial avançada, inclusive na América Latina), Bangura e Hedberg (2007) assinalam que os regimes democráticos, por si mesmos, não são garantia de promoção de bem-estar, mas podem se tornar grandes instrumentos de desenvolvimento social, desde que contem com sistemas políticos abertos e com maior competitividade, por meio de movimentos organizados, além de instituições capazes de mobilizar pactos sociais e promover uma base de conhecimento para seus cidadãos eleitores. Eles argumentam que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para explicar o desenvolvimento do bem-estar social, por

¹⁵⁶ O Atlas da Violência 2018 mostra a escalada dos homicídios no país. Ver: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410. Acesso em 30 dez. 2018.

isso adotam a perspectiva da teoria dos “recursos de poder”, cujo argumento é de que o poder de organizações das classes trabalhadoras (sindicalização) foi capaz de reivindicar salários mais altos, melhores condições de trabalho e mais proteção social, considerado o grau de industrialização e a capacidade da relação dos trabalhadores organizados com os partidos no governo. No entanto, os autores apontam que não há uma correlação necessária entre o voto e a política de desenvolvimento social, pois seria muito restrita a influência dos votos realizados a partir de uma racionalidade coletiva que vise à construção de uma política social sistêmica capaz de universalizar os benefícios de bem-estar de grupos organizados. Por outro lado, isso não significa a total indiferença dos governantes ou *policy makers* às pressões de potenciais eleitores, uma vez que as políticas sociais são frequentemente incluídas no orçamento e dificilmente retiradas dele (Bangura; Hedberg, 2007). Em suma, a análise indica que a institucionalidade, em forma de regime de governo e de política pública, tem um peso relevante na atuação do Estado, mas ela não é infensa à forma como os atores do próprio sistema político operam o regime, às pressões dos atores sociais em jogo e ao modo como os quadros administrativos atuam a cada momento na elaboração das políticas públicas.

A correlação entre a conjuntura política nacional e aquela municipal durante os governos JH parece ter expressado essas imbricações. Nas observações de Maricato (2014) sobre a política urbana brasileira nos governos Lula, a força de atores influentes nos arranjos político-institucionais impuseram obstáculos intransponíveis para os avanços normativo-institucionais, desvirtuando até mesmo instrumentos urbanísticos como os Planos Diretores. Ela pontua que foi fracassada a tentativa de liberar esses dispositivos das amarras conservadoras que o MNRU não conseguiu superar na Constituinte. A arquiteta fez referência ao Plano Diretor Participativo (PDP), previsto no artigo 39 do Estatuto da Cidade, que não logrou avançar para além do âmbito legal.

Em Salvador, a judicialização contra o PDDU de 2008, que depois se repetiu no Plano Diretor da Copa em 2012 (considerado inconstitucional pela Justiça), teve como questões fundamentais, nos argumentos do Ministério Público estadual e da sociedade civil organizada, a falta de debate público e o baixo número de audiências públicas destinadas à discussão sobre o projeto de lei do Plano, realizada sem ampla publicidade e com dificuldade de acesso às audiências. Durante a revisão do PDDU de 2004, assumida como compromisso pelo prefeito João Henrique, uma pesquisa do Instituto Vox Populi

divulgada pela imprensa local indicou o pouco conhecimento da população sobre o tema¹⁵⁷. Nesse sentido, pode-se afirmar que as expectativas dos grupos sociais por uma maior democratização a ser expressa no espaço urbano encontraram obstáculos de fechamento dentro do próprio sistema político democrático formal. Tais limitações estão relacionadas às composições de governos e à força no jogo político de outros atores, como é o caso dos agentes econômicos hegemônicos.

Apesar de algumas exceções, a composição política-administrativa se aproximou muito mais das premissas do princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança imobiliária”. Embora a arquiteta Ângela Gordilho tenha estado à frente da secretaria de Habitação por quatro anos, era na secretaria municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, que estava o núcleo mais organicamente ligado à elaboração dos Planos Diretores. Depois da saída de Itamar Batista, assumiu a pasta, como já dito, a arquiteta Kátia Carmelo, cuja visão era defensora da expansão urbana por meio de investimentos imobiliários privados, principalmente na Avenida Paralela. A passagem dela foi marcada por acusações, feitas por ela na imprensa, contra empresários e agentes públicos de montarem um esquema fraudulento na utilização da Transcon, denúncia pela qual ela foi condenada por calúnia e difamação. Carmelo também foi acusada pelo MP de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito, na cobrança de propinas para liberação de alvarás a construtoras, inclusive na região da Paralela¹⁵⁸. Com ela à frente da secretaria, foi aprovado o PDDU de 2008.

Com a aprovação do Plano e o fim do primeiro mandato, a agenda da “aliança-verde” perdeu terreno no Poder Executivo, com a saída de Ângela Gordilho. A secretaria foi extinta, fundindo-se à pasta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, que foi assumida pelo professor aposentado da Faculdade de Administração da Ufba, Antônio Eduardo do Santos Abreu. Kátia Carmelo permaneceu na secretaria de Planejamento, até as denúncias feitas à imprensa. Defensor da verticalização e de investimentos privados na cidade, Antônio Eduardo foi indicado ao cargo pelo PP, do novo arco de aliança municipal e integrante do “Centrão” que formava a grande base de apoio do segundo

¹⁵⁷ “De 500 entrevistados, somente 130 (26%) sabia o que era Plano Diretor – uma lei com o poder de nortear as ações da prefeitura nos próximos dez anos. No caso de Salvador, o prazo fixado no projeto em é de oito anos. A pesquisa mostrou ainda que apenas uma pessoa entre as 500 (0,2%) deu alguma contribuição ao projeto de lei”. (A TARDE, 08/12/2007)

¹⁵⁸ Ver em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/177564-mp-ba-pediu-bloqueio-de-r-14-mi-em-bens-de-katia-carmelo-por-improbidade.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

governo Lula. Antônio Eduardo Abreu foi depois denunciado pelo Ministério Público estadual por crime de improbidade administrativa pelo aterramento de uma lagoa no Parque Ecológico Vale Encantado, no bairro de Patamares, região da Paralela (A Tarde, 14/09/2010).

O primeiro mandato de JH chegou ao fim em um quadro político-eleitoral complicado. Graves problemas orçamentários, greves do funcionalismo público e alto desemprego minaram a credibilidade do governo. O prefeito apresentava baixos índices de popularidade¹⁵⁹. O prefeito também não contava mais com o apoio do PT na Câmara, partido forte da cena nacional, com a força política de Lula na presidência da República. Desde de que a proposta de revisão do PDDU foi apresentada, o PT postou-se como forte crítico à gestão de João Henrique, o que se confirmou com a candidatura de Walter Pinheiro à prefeitura. No entanto, apesar dessa adversa conjuntura política, o prefeito conquistou a reeleição contra o candidato petista, superando a força nacional e estadual do PT, que também governava o Estado da Bahia com Jacques Wagner (2006-2009/2010-2013).

Não é a proposta aqui destrinchar os motivos que possibilitaram a segunda vitória eleitoral de João Henrique – com 58,46% dos votos –, mas algumas informações são importantes para a reflexão que virá adiante. A primeira é que o deputado ACM Neto (DEM), oposição ao PT, apoiou o prefeito, agora já filiado ao PMDB. Outra, a principal delas, é que o então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, na época um dos principais quadros políticos do PMDB, utilizou o cargo para liberar vultosos recursos às prefeituras disputadas pelo partido. Segundo a imprensa, Salvador recebeu, em 2007 e 2008, R\$ 49 milhões da pasta de Geddel. Desses, R\$ 6,6 milhões foram repassados em plena campanha eleitoral (Folha de São Paulo, 23/10/2008). A composição política nacional (16 partidos faziam parte da base de apoio a Lula: PT, PMDB, PSB, PDT, PCdoB, PRB, PR, PP, PTB, PV, PSC, PMN, PHS, PT do B, PTC e PRTB) exibiu força no pleito eleitoral de Salvador, em um momento marcado pela forte ingerência do PMDB como garantidor da governabilidade, depois da estratégia de negociação individual, via compra de votos parlamentares no Congresso Nacional, ter fracassado com o escândalo conhecido como “mensalão” em 2005. Lula havia se reeleito com mais de 60% dos votos

¹⁵⁹ Ver <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1126289-joao-henrique-tem-a-pior-avaliacao-segundo-instituto-datafolha>. Acesso em 6 jan. 2019.

válidos no segundo turno, com a campanha financiada por empreiteiras, entre elas a OAS e a Odebrecht (anos depois objetos de escândalos de corrupção na Operação Lava Jato), inclusive com acusações de uso de recursos não contabilizados e declarados à Justiça Eleitoral (o chamado “caixa dois”)¹⁶⁰.

Durante os governos do PT, os setores imobiliário e da construção civil passaram por uma fase de expansão até a crise econômica mundial, de 2008, chegar forte ao país três anos depois e afetar esse mercado. Como mostra Pedro Pereira Campos (2012), a relação entre empreiteiras e governos federais é uma lógica antiga, forjada com intensidade na ditadura militar, que permitiu a construtoras se tornarem grandes conglomerados do capital monopolista e financeiro. A presença desse segmento como recorrente financiadores de campanha virou um recurso obrigatório para candidatos que almejassem ser eleitoralmente competitivos. Em 2008, a campanha vitoriosa de João Henrique, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, recebeu doações diretas de cinco empresas dos setores imobiliário e da construção civil (entre elas Costa Andrade e a Andrade Guimarães), em um montante de R\$ 250 mil, quase 10% do valor total recebido de aproximadamente R\$ 2,9 milhões – isso incluindo, sem discriminar, os recursos arrecadados por meio do comitê financeiro municipal único (total de R\$ 2,3 milhões). Portanto, é razoável considerar que a lógica vista no governo federal também ditava o ritmo do jogo em Salvador. O depoimento do ex-prefeito João Henrique sobre a tônica dos seus governos também reforça esse entendimento. Segundo JH, o eixo central do PDDU era gerar empregos na cidade e, para isso, os investimentos imobiliários eram vistos como grande oportunidade, em um cenário em que a rentabilidade financeira era economicamente central.

A gente tem que, por um lado, gerar empregos de baixa formação de mão de obra, como construção civil, uma das áreas que absorve o maior percentual de mão de obra, e sem muita exigência de escolaridade; e você, tem por outro lado, o empresariado querendo investir, mas, preferindo, ao invés de investir para gerar empregos, sobretudo para aquela população, aplicar o dinheiro no banco, fazer aplicações financeira e sobreviver dos rendimentos. (grifo nosso)

A geração de empregos se colocava como uma agenda impositiva que reclamava por respostas rápidas. No entanto, durante a gestão de JH, Salvador nunca conseguiu sair dos dois dígitos de desempregados, ainda nos momentos de crescimento econômico, apesar

¹⁶⁰ Ver <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,empreiteiras-e-bancos-foram-maiores-doadores-a-lula,20061128p59780>. Acesso em 14 ago. 2018.

da previsão no PDDU de 2008 da expansão do Sistema de Intermediação de Mão de Obra (Simm) em Salvador. A Ademi e as empreiteiras, que chegaram a ter uma parcial derrota no julgamento da Adin em 2013, impuseram sua lógica capitalista tanto às regras urbanísticas, quanto ao tecido urbano, modificando a paisagem da cidade, principalmente na era JH, em razão do crescimento acentuado do mercado imobiliário nacional. A Avenida Paralela, como principal eixo de desenvolvimento da cidade no período, expressa de forma emblemática essa transformação – o que será examinado no próximo capítulo.

Nesse cenário, é possível afirmar que teve peso considerável para a configuração da política urbana municipal a materialização conjuntural daquilo que Marcos Nobre (2013) chamou de “peemedemismo”. Segundo o autor, trata-se de uma cultura política autoritária, que tem no PMDB sua maior liderança e expoente; essa cultura elitista teria fundado o sistema político brasileiro desde a redemocratização, cuja maior característica é funcionar por meio da exigência de contrapartidas de poder pontuais, dentro de uma lógica suprapartidária, para permitir a governabilidade. Com esse movimento fisiológico de barganhas por espaços no estado, o “peemedemismo” teria bloqueado e controlado a participação popular efetiva no regime democrático de direito e blindado o sistema político das forças de transformação social, configurando-o como uma “democracia blindada”. Avanços e ganhos sociais, alcançados nos governos Lula, deveriam ser lidos, então, como resultados de pressões e movimentos da sociedade que teriam conseguido furar a blindagem. O mesmo pode ser dito quanto aos tímidos avanços na política urbana municipal de Salvador, diante da prevalência de grandes empreendimentos imobiliários, em detrimento do direito à cidade, em uma “agonia do espaço público”¹⁶¹, fortemente interligada ao jogo político em âmbito nacional. A reeleição de JH, apoiada pelo peso do PMDB e com vitória em todas as zonas eleitorais, de bairros ricos a populares (A Tarde, 28/10/2008), indica que a natureza antidemocrática do PDDU, como política urbana privatizante e mercantilizada, não interferiu com grande peso no cenário eleitoral à época.

A “democracia blindada”, na disputa pelo espaço urbano por meio da elaboração das normas que definiriam o futuro da cidade, materializou-se também como desvalorização e gerenciamento dos dispositivos de democracia direta, subsidiários no pacto político de

¹⁶¹ Foi assim que referiu a professora e urbanista Ana Fernandes sobre o PDDU de 2008. Ver: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2705302-EI6578,00-Salvador+PDDU+Agonia+do+Espaco+Publico.html>. Acesso em: 6 jan. 2019.

1988. O rearranjo político-institucional construído por meio do julgamento da Adin, em 2013, também foi a reorganização da gestão dessa blindagem. Na correção formal de abusos, enfraqueceu-se o clamor reivindicatório do princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde”, quando acionava o direito à cidade como dispositivo político-discursivo. Na gestão de ACM Neto, foi criada a Secretaria de Cidade Sustentável e Inovação; foi implementada a Outorga Verde, uma proposta da Ademi-BA que incentiva com redução de imposto empresas que preservem o meio ambiente; o Conselho da Cidade foi reativado; foram também previstas no PDDU 2016 a criação de dezenove parques ambientais urbanos, a obrigatoriedade de os empreendimentos imobiliários destinarem cinco por cento da área para habitação de interesse social e a ampliação das Zeis. O governo fez da sustentabilidade do desenvolvimento urbano uma bandeira política e fortaleceu a apropriação do princípio da sustentabilidade articulada pela “aliança imobiliária”, na qual não há incompatibilidade entre capitalismo, via capital imobiliário, e democracia. Enquanto a Ademi-Ba e a presidência da Câmara Municipal consideraram o PDDU um marco histórico de uma nova fase, de prosperidade, do planejamento do desenvolvimento urbano de Salvador¹⁶², integrantes do Participa Salvador o consideraram o pior Plano Diretor já feito na cidade¹⁶³.

Nesse sentido, a capitalização política e social da “aliança verde”, com aparente vitória na institucionalidade democrática herdeira do pacto político de 1988, anunciou com cores próprias, em âmbito local, que o princípio da sustentabilidade, na significação de harmonização entre preservação do meio ambiente e democratização do espaço público para além de uma relação de mercado, foi deglutido e minado pelo jogo político-institucional concreto do Estado capitalista no âmbito municipal e sua relação com o cenário nacional. Nesse jogo, a “aliança imobiliária” fez valer o sentido por ela conferido ao desenvolvimento sustentável, no qual o direito à cidade e a proteção do verde se tornaram subprodutos da expansão urbana capitaneada pela iniciativa privada, sem a qual o Estado, no caso como Poderes Executivo e Legislativo municipais, está intimamente correlacionado, inclusive, para efeitos de sucesso do próprio governo que o direciona a cada conjuntura. Nesse movimento, estabeleceu-se o limite institucional da mobilização social da “aliança verde” e da significação do direito à cidade por ela defendido.

¹⁶² Revista Ademi Bahia, Nº 15, Nº 60, 2016, p. 11.

¹⁶³ Foram o que afirmaram em entrevista para esta pesquisa Carl Von Hauenschild, Paulo Ormino e Ordep Serra.

CAPÍTULO III

A metamorfose urbana na Paralela: a “cidade imobiliária” e a segregação do tecido urbano

“Ecologia ou barbárie”: o século XXI corre de fato o risco de consagrar tal slogan. É preciso, pois, destacar o falso debate que ameaça e a verdadeira questão que ainda nos aguarda.

Luc Ferry

As mudanças na paisagem urbana na região da Avenida Paralela foram significativas desde a sua construção na década de 1970. As imagens (figuras 1, 2, 3, 4 e 5) mostram como a densa mancha verde, incluindo remanescentes de Mata Atlântica, foi perdendo espaço para a ocupação urbana, com edificações e estrutura viária. Esse processo foi acentuado a partir dos anos 2000, principalmente entre 2007 e 2014. Ao longo desses sete anos, foram construídos na região pelo menos 79 prédios residenciais, em um total de 8.098 unidades habitacionais ¹⁶⁴.

Fig. 1: Primeira pista da avenida em construção, sentido aeroporto (1970)

(início da Avenida, com grande mancha verde nas suas margens)

¹⁶⁴ As informações estão baseadas nos números disponibilizados pelo setor de pesquisa da Ademi-BA. Conforme a Associação, os lançamentos de empreendimentos já concluídos na Paralela foram realizados entre 2007 e 2014. Os dados discriminam número de quartos de cada edificação, data de lançamento, local de construção, empreiteira responsável, nome e tipo do empreendimento e status da obra.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador/Secult. Fundo Diário de Notícias (7/11/1991).

Fig. 2: Via marginal da Paralela em obras, sentido aeroporto

(ao fundo, no lado esquerdo, vê-se o condomínio Amazonas)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador/Secult. Fundo Prefeitura Municipal de Salvador. Foto: Diogo Rocha (15.01.1990).

Fig. 3: Engarrafamento na pista do sentido Iguatemi
(ao fundo, veem-se edifícios localizados no bairro do Imbuí)



Fonte: arquivo pessoal de Vaner Casaes (2004).

Fig. 4: Canteiro central da Paralela, sem o metrô e com posto de gasolina
(ao lado direito, o bairro do Imbuí; ao fundo esquerdo, edifícios no bairro de Patamares; e, entre eles, o verde do Parque de Pituaçu)



Fonte: Arquivo pessoal de Vaner Casaes (2013).

Fig. 5: Estrutura metroviária no canteiro central da Paralela.
(*Estação Flamboyant. Do lado direito, o condomínio Le Parc*)



Fonte: CCR Metrô (2018).

São números expressivos. Somadas todas as unidades, são 22.916 quartos. Se considerarmos que todos os quartos são ocupados por pelo menos uma pessoa, temos que quase 23 mil habitantes passaram a morar na região da avenida. Do mesmo modo, se considerarmos a média de ocupação por unidade habitacional calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010, de pelo menos três pessoas por domicílio, temos um total de 24.294 novos moradores na região da Paralela naquele período. Uma verdadeira “cidade imobiliária” de pequeno porte se instalou ao longo da avenida em um curto espaço de tempo, inferior a uma década. Para se ter uma ideia, conforme as estimativas da população baiana realizadas pelo IBGE para 2018, mais da metade dos 417 municípios do estado tinha menos que vinte mil habitantes cada um¹⁶⁵. Portanto, os investimentos imobiliários residenciais foram bastante expressivos geográfica e demograficamente, embora não tenham alterado a tendência de redução no ritmo de crescimento populacional da região, iniciada a partir dos anos 1990.

Como região da Avenida Paralela, são considerados os dezessete bairros que fazem fronteira com a via e têm acesso direto por meio dela, localizados na grande área conhecida como o “Miolo” da cidade (entre a BR-324 e a Paralela) ou na orla atlântica norte (entre a avenida e o Oceano Atlântico). Eles surgiram ou se consolidaram com a construção e desenvolvimento da avenida (o eixo vermelho nas figuras 5 e 6): Bairro da

¹⁶⁵Ver <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/metade-da-populacao-bahia-se-concentra-em- apenas-35-municipios-veja-lista/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

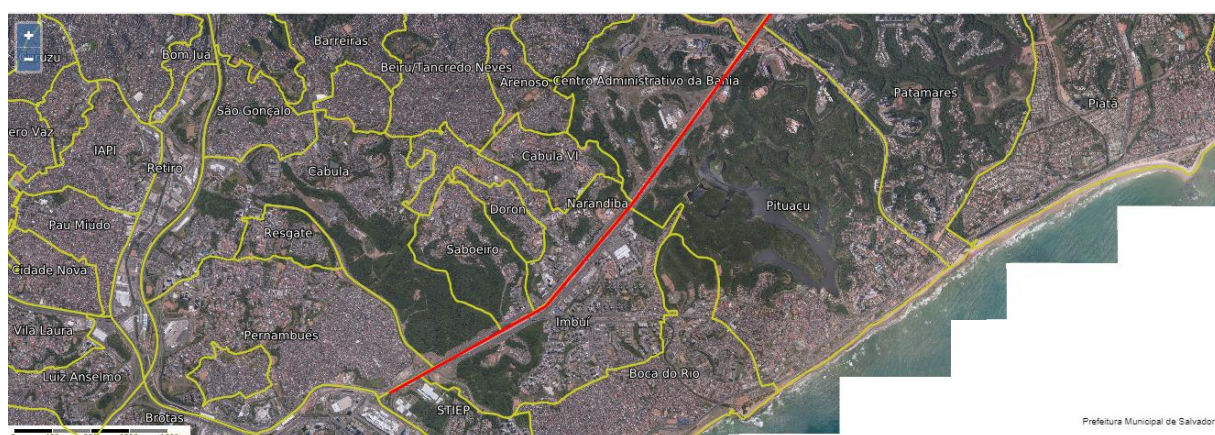
Paz, Cabula, Canabrava, Mussurunga, Narandiba, Pernambués, Saboeiro, São Cristóvão, São Rafael, Trobogy e Vale dos Lagos, no “Miolo”; Imbuí, Itapuã, Patamares, Piatã, Pituauçu e Stiep, na orla atlântica. Conforme dados do IBGE, a população total residente nessas localidades era de 231.996 habitantes em 1991, de 339.174 em 2000 e de 400.890 pessoas em 2010. Da última década do século XX para a primeira do XXI, a população da região cresceu em ritmo mais lento – respectivamente, acréscimos de 107.178 e 61.176 habitantes. Embora menor, o último aumento na população da região foi de 18%, quase duas vezes superior ao percentual de crescimento de toda a cidade no mesmo período (9,5%).

Fig. 6: Divisão territorial dos bairros ao longo da Av. Paralela



Fonte: Prefeitura de Salvador/Mapeamento Cartográfico/. Disponível em mapeamento.salvador.ba.gov.br. Acesso em: 05 fev. 2019.

Fig. 7: Divisão territorial dos bairros ao longo da Av. Paralela



Fonte: Prefeitura de Salvador/Mapeamento Cartográfico/ Disponível em mapeamento.salvador.ba.gov.br. Acesso em: 05 de fev. de 2019.

A ênfase na chegada dos grandes empreendimentos imobiliários a partir de 2007 não desconsidera que já havia antes uma ocupação urbana considerável na região. Todos os bairros já existiam antes deles, inclusive com numerosa população como Itapuã, Imbuí, Pernambués, entre outros. Do total de dezessete, dez bairros surgiram ou se consolidaram ao longo da década de 1970 (Mussurunga, Piatã, Pituaçu, Trobogy, Narandiba, Cabula, Pernambués, Canabrava, Patamares e Imbuí – a construção da Paralela se iniciou em 1969 e foi concluída em 1974); um em 1950 (Saboeiro), três em 1960 (Itapuã, Stiep e São Cristóvão – antes da avenida), um nos anos 1980 (Bairro da Paz) e dois no decênio de 1990 (Vale dos Lagos e São Rafael). No entanto, as estatísticas permitem colocar em relevo o potencial de ocupação da “cidade imobiliária”, que pode ter correspondido a aproximadamente um terço do crescimento demográfico supracitado. Com uma boa margem de segurança, pode-se afirmar que a “cidade imobiliária” foi o maior fenômeno urbano da cidade entre 2004 e 2016¹⁶⁶. Menos pela imensa concentração de empreendimentos, e mais por ter sido a área que mais suscitou disputas relacionadas ao futuro do desenvolvimento urbano da cidade.

Corroborando o argumento-base de Cristina Filgueiras de Araújo, entende-se que a região da Paralela foi no período a “principal expressão contemporânea da cidade de Salvador” (2014, p. 21), pois na sua área de influência urbana se concentraram incontornáveis contradições políticas, sociais, econômicas, ideológicas e, sobretudo, espaciais da modernidade urbana e seus desdobramentos relacionados ao meio ambiente e à desigualdade social e política. De certo modo, a configuração da via, como principal eixo de expansão urbana da capital nos últimos trinta anos, compreendeu toda a complexidade da questão urbana contemporânea e denotou uma manifestação espacial particular da disputa local pela cidade calcada nas distintas apropriações e significações do princípio da sustentabilidade.

Antes de propriamente se ater aos significados políticos, econômicos e socioespaciais do que se chama aqui de “cidade imobiliária”, é importante dimensionar o seu entorno por meio de um breve panorama socioeconômico da região, e como ele foi se modificando ao longo do tempo. Para isso, foram considerados indicadores relacionados à concepção

¹⁶⁶ Estudo de Wendel Henrique (2011) aponta que a área com maior concentração imobiliária entre 2006 e 2010 foi a Região Administrativa (RA) da Pituba/Costa Azul (76 empreendimentos), com a RA de Boca do Rio/Patamares em segundo (60). No entanto, ele adota a divisão oficial municipal por RAs e define um recorte temporal menor do que o analisado aqui.

de bem-estar social e sua íntima associação à ideia política e epistemológica de direito à cidade. Como analisado no capítulo anterior, essa ideia era operada dentro da apropriação discursiva do princípio da sustentabilidade da “aliança verde”. Sua agenda sociopolítica empunha a bandeira da democracia urbana, ligada à defesa de um bem-estar urbano proporcionado por políticas públicas de promoção dos direitos sociais, esses por sua vez forjados com o horizonte da redemocratização e institucionalizados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001 – normas consideradas balizas a serem seguidas à risca pelas leis municipais. Por outro lado, a “aliança imobiliária” deslocava o eixo do princípio da sustentabilidade para dentro dos seus empreendimentos, ao mercantilizar o bem-estar, defendendo o desenvolvimento sustentável como a harmonização entre o espaço urbano privado e a natureza.

No chão urbano, indicadores¹⁶⁷ como cobertura de esgotamento sanitário, tipo de habitação, escolaridade básica e renda salarial apontaram para mudanças e continuidades no processo de desenvolvimento urbano da região e da cidade. No âmbito das transformações, houve algumas melhoras sociais e urbanísticas. No início dos anos 2000, entre os dezessete bairros, apenas São Cristóvão (39,5%) Patamares (21,47%) e Bairro da Paz (1,65%) possuíam menos da metade dos domicílios com esgotamento sanitário e somente Canabrava (57,25%), Itapuã (53,61%), Mussurunga (52,92%), Narandiba (50,56%) e Piatã (57,85%) possuíam menos de 60% de cobertura. Uma década depois, todos os bairros passaram a contar com serviço de esgotamento acima de 70% do total de domicílios, com exceção de Canabrava. O período também registrou queda da população não alfabetizada com idade superior a 15 anos. Em 2000, a média percentual da região foi de 5,32% contra 3,1% em 2010. O analfabetismo nessa faixa populacional caiu em quase todos os bairros, registrando leve aumento, quase nulo, apenas no Stiep (de 0,22%). Esses indicadores acompanharam os índices da cidade como um todo. A cobertura de esgotamento sanitário na capital foi ampliada de 74,65% dos domicílios para 90,79% deles. Já o analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais caiu de 6,28% para 3,97%. Quanto à renda média na região, ela se manteve praticamente a mesma em valores absolutos, o que não aponta algo substantivo da realidade¹⁶⁸, a não ser quando

¹⁶⁷ Os dados utilizados se referem à primeira década do século XXI, entre 2000 e 2010, portanto compreendendo a metade do período de dozes anos estudado nesta dissertação (2004-2016). Isso se deve ao fato da estatística oficial consolidada mais recente ser do ano de 2010, do IBGE.

¹⁶⁸ O rendimento médio da região saiu de R\$ 3.137,77 (20,8 salários mínimos) em 2000, para R\$ 3.143,3 (5,8 salários) em 2010. Os números absolutos sozinhos revelam pouco sobre a realidade socioeconômica, uma vez que devem ser considerados o poder de compra do salário mínimo em cada período e a evolução

comparados os bairros entre si. É na comparação que podem ser identificadas na região as continuidades relacionadas à desigualdade social que acompanhou o processo de urbanização das grandes metrópoles brasileiras a partir dos anos 1960.

O crescimento demográfico foi acompanhado de uma piora geral das condições habitacionais. O número de favelas ou similares¹⁶⁹ aumentou na década em 8.079 unidades, acréscimo de 45,6% – o mesmo fenômeno foi registrado em Salvador como um todo (saiu de 61.322 para 276.081 domicílios subnormais). Em onze dos dezessete bairros, houve aumento desse tipo de habitação. Em apenas seis, não foram identificadas favelas: Cabula, Patamares, Piatã, Saboeiro, Stiep e Trobogy. No entanto, dentro desse grupo, há bairros cujas vantagens socioeconômicas são substanciais. Em Patamares (R\$ 12.294,3), Piatã (R\$ 8.641,3) e Stiep (R\$ 5.360,1), a renda média das residências estava bem acima da média geral (R\$ 3.143,3) da região em 2010 (o que aconteceu também no bairro do Imbuí, mas nesse não foram registradas favelas). São bairros que possuem as melhores rendas, além dos maiores percentuais de população branca (os únicos com brancos sendo mais de 50%) e os menores de não-brancos (pretos ou pardos). Em contraste, a população dos três bairros não chegava a 10% do total da região.

Em uma narrativa menos estatística, pode-se afirmar com clareza que a expansão urbana na região da Avenida Paralela perpetuou a concentração de riqueza, a desigualdade racial e a segregação urbana socioespacial. Em certa medida, houve mais permanência do que descontinuidade. No entanto, houve no período um agravamento do aspecto segregacionista da constituição urbana de Salvador a partir da concretização do deslocamento do princípio da sustentabilidade promovido pela “aliança imobiliária”. O resultado visível no solo urbano desse processo de agravamento e de deslocamento foi a consolidação da “cidade imobiliária”. Ela não é apenas um conglomerado dos edifícios residenciais construídos, na maioria, às margens da Avenida. É também expressão de um projeto cuja ideia de sociabilidade urbana foi a da exclusão, da exclusividade, da distinção, da percepção de segurança, do conforto, do lazer; o que Dunker (2014) chamou

histórica do índice de inflação. No entanto, essa análise foge ao escopo do argumento construído na dissertação, em geral, e no capítulo, em particular.

¹⁶⁹ Essas habitações precárias, desprovidas de serviços públicos essenciais, são chamadas tecnicamente pelo IBGE de subnormais. O órgão classifica como aglomerado subnormal o “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais”. Ver <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>. Acesso em: 8 fev. 2019.

de “lógica do condomínio”. Nela, a presença da natureza não é descartada, pois entendida como elemento fundamental para a noção de bem-estar, mas agora domesticada pelos limites dos jardins e em caráter privado. Uma espécie de ecologismo privatizado, no qual o verde se torna um ativo de valorização mercantil, pois consumido como elemento paisagístico e decorativo, diferencial estético que hierarquiza ambientes – quanto mais artificializada a natureza, mais preservada e mais promotora do bem-estar. Não é por acaso que nessa “cidade” a presença de áreas verdes seja mais significativa do que em outros locais – como analisado no tópico 3.1. Nesse sentido, o princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde” oscilou entre a contraposição à destruição das áreas verdes e a oposição à privatização desses espaços. Ao considerar esse caráter oscilatório, destaca-se também que, na apropriação do princípio da sustentabilidade por atores da “aliança verde”, nem sempre a valorização do espaço público, sob a rubrica político-epistemológica do direito à cidade, foi necessariamente contraditória ou excludente aos empreendimentos privados e sua lógica de sociabilidade. De algum modo, o rearranjo institucional descrito e analisado no capítulo II legitimou a crença em uma possibilidade de harmonia entre tal lógica e a expectativa de democratização urbana.

Além disso, apesar de ter havido reações negativas de populares às interferências de atores da “aliança imobiliária” nas regras urbanísticas municipais, não se pode dizer que o projeto de cidade em prol dos empreendimentos enfrentou uma ampla e intensa repulsa da população soteropolitana. Pelo contrário, houve manifestações pontuais de rejeição por grupos específicos (para além daqueles da “aliança verde”), integrantes de classes baixas, médias e altas; como também mobilizações favoráveis das mesmas classes. Nas audiências públicas sobre o PDDU na Câmara, houve manifestações de representantes de associação de moradores, de movimentos populares, de líderes comunitários, de cidadãos comuns, contrárias aos projetos de lei e críticas à falta de propostas concretas em resposta a demandas específicas de cada comunidade. Nas intervenções, a questão da preservação do verde apareceu em representantes de bairros pobres e ricos. Mas também houve manifestações favoráveis. A intensidade dos protestos variou ao longo do tempo, ganhando mais corpo durante a votação e aprovação do PDDU da Copa e da Louos de 2012, e perdendo força até a aprovação das normas de 2016. Mais ou menos numerosos e incisivos, os protestos populares nunca mostraram força suficiente para pautar diretamente a agenda urbana. Isso só foi parcialmente possível a partir da ação

institucionalizada da “aliança verde”, que ganhou capital político e social, como foi argumentado no capítulo II. Essa ambígua complexidade, que desconectou comportamentos e percepções ao pertencimento de classe social, relacionou-se com o pragmatismo político-eleitoral dos políticos profissionais que, embora muito vulneráveis às ingerências do poder econômico, não estiveram imunes à avaliação do eleitorado sobre o desempenho deles na Câmara ou no governo. Escrutínio que não esteve, significativamente, atrelado ao debate sobre as regras urbanas.

Se, por um lado, a atuação contrária e crítica aos projetos de lei dos PDDUs e Louos não garantiu a reeleição no parlamento, tampouco vereadores que votaram favorável aos projetos deixaram de se reeleger. Vale ainda lembrar que o prefeito João Henrique, apesar da forte oposição política na Câmara, liderada pelo PT, e em que pese a projeção da crítica especializada da “aliança verde”, saiu mais uma vez vitorioso, no pleito de 2008, mesmo diante da baixa aprovação popular do seu primeiro mandato. Já o seu sucessor, Antônio Carlos Magalhães Neto, enfrentou uma oposição ainda mais enfraquecida diante da popularidade crescente do prefeito. Isso parece ter beneficiado, no final, o já influente poder de barganha da “aliança imobiliária”. A relação das nuances dessas conjunturas político-sociais com a configuração do espaço urbano na Paralela será analisada no tópico 3.2.

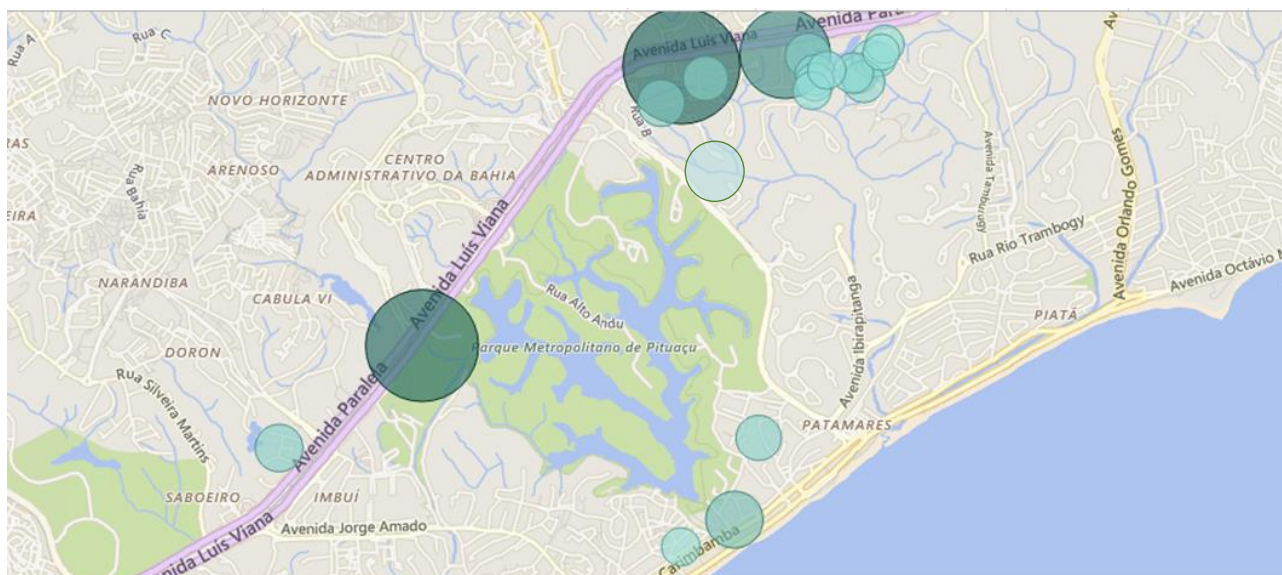
Além dos empreendimentos imobiliários, a construção do metrô no canteiro central da via também foi alvo do embate entre os dois grandes projetos de cidade. Alguns atores da “aliança verde” se posicionaram contrários à forma como foi projetado o metrô, pois consideraram que o equipamento de transporte público coletivo, instalado no canteiro central, além de destruir o verde ali existente, agravou a segregação urbana na região. Por outro lado, agentes da “aliança imobiliária” apostaram na chegada do metrô, considerando-o um elemento positivo, capaz de valorizar o espaço urbano e, conseqüentemente, os empreendimentos imobiliários locais¹⁷⁰. O equipamento era, para muitos, a consagração da modernidade urbana. Essa polarização sobre o metrô e as conseqüências no tecido urbano da Paralela serão analisadas no tópico 3.3.

3.1. Patamares: a “cidade sustentável” branca, verde e rica

¹⁷⁰ Ver <http://atarde.uol.com.br/imoveis/materias/1750687-valor-de-imovel-tende-a-cair-ou-subir-no-entorno-do-metro>. Acesso em: 8 fev. 2019.

A “cidade imobiliária” começou a se constituir, em sua maior parte, em 2007 e 2008, num curto espaço de tempo de dois anos. Nesse período, foram lançados dezessete dos 28 empreendimentos imobiliários (em um total de 61 edifícios residenciais) construídos na região da Paralela no recorte temporal estudado nesta dissertação. Os outros onze foram lançados entre 2010 e 2016 (Anexo A). O lançamento corresponde ao ano em que o empreendimento foi anunciado no mercado e iniciada a comercialização das unidades ainda na planta – em apenas dois, as obras ainda não foram concluídas. Do total de empreendimentos na região, a maioria deles está localizada às margens da avenida, como demonstra o mapa disponibilizado pela Ademi-BA (Figura 8).

Fig. 8: Localização dos empreendimentos imobiliários na Av. Paralela (2004-2016)



Fonte: Setor de Pesquisa da Ademi-Ba.

A imagem aponta como se formou uma significativa concentração de empreendimentos na área da orla (entre a avenida e o oceano atlântico). Ali, até o início de 2007, havia grandes espaços de mata ainda não ocupados urbanisticamente, em bairros já considerados “nobres”, onde moravam pessoas com maior poder aquisitivo. Como vimos acima, nessa área se encontravam os bairros mais ricos da região (Patamares, Piatã e Stiep), concentração de riqueza que foi acentuada com a chegada de empreendimentos classificados como de médio e alto padrão de qualidade. No lado do “Miolo”, apenas três empreendimentos foram construídos no período, nos bairros de Canabrava, Doron (que não integra a chamada região da Paralela, por não fazer fronteira com a avenida) e Itapuã. Patamares foi o grande chamariz dos investimentos. No bairro, foram construídos vinte e

dois do total de empreendimentos implementados na região no período em estudo, sendo que apenas cinco não foram lançados em 2007 ou em 2008. Portanto, o bairro de Patamares representa, quantitativamente, grande parte do que foi chamado aqui de “cidade imobiliária” – se considerarmos a quantidade de edifícios, lá estão 73,4% (58) dos 79 prédios erguidos na Paralela no recorte temporal analisado. Mas são as dimensões qualitativas, de cunho social e propriamente urbano, que permitem melhor caracterizá-lo desse modo. Uma primeira constatação possível é que, embora a ocupação imobiliária de Patamares tenha confirmado o movimento do crescimento urbano de Salvador em direção ao norte da cidade, ela alterou, ao longo da primeira década do XXI, a estratificação socioeconômica regional da capital no topo da pirâmide. É sabido que, desde o desenvolvimento da região do Iguatemi, na década de 1980, o centro comercial e financeiro soteropolitano migrou da Cidade Baixa, bairro do Comércio, para a Cidade Alta, sobretudo para a Avenida Tancredo Neves. A expansão urbana na Paralela confirmou e acentuou esse processo urbano histórico. Nessa esteira, Patamares atraiu mais grupos de classes médias-altas e altas da sociedade. De 2000 para 2010, o rendimento médio das residências do bairro ultrapassou a renda média salarial dos bairros mais ricos de Salvador: Barra, Caminho das Árvores, Graça, Itagira, Ondina, Pituba e Vitória (Tabela 1). No período, enquanto a renda decaiu em todos esses bairros, em Patamares ela cresceu em mais de R\$ 5 mil por domicílio.

Tab. 1: Variação de renda média salarial nos bairros de Salvador (2000-2010)

Bairro	2000 (R\$)	2010 (R\$)	Variação
Barra	7.235,7	6.585,3	- 650,4
Caminho das Árvores	11.735,8	9.176,00	- 2.559,8
Graça	8.932,4	7.772,1	- 1.160,3
Itagira	12.960,9	10.479,3	- 2.481,6
Ondina	8.685,5	7.614,9	- 1070,6
Patamares	7.233	12.294,3	+5.061,3
Pituba	8.227,9	7.513,1	- 714,8
Vitória	12.889,2	10.135,2	- 2.754

Fonte: Censo IBGE 2010.

A segunda afirmação razoável, à luz das informações, é que a grande presença de

áreas verdes, do bioma Mata Atlântica, tornou-se um atrativo valioso utilizado pelas incorporadas e outros agentes intermediários para atrair os compradores. No site do empreendimento *Le Parc*, a linguagem publicitária constrói uma narrativa com fins de seduzir eventuais clientes:

Um novo conceito residencial em Salvador. Localizado na Paralela, perto de tudo que é necessário para viver com conforto e comodidade. O Le Parc foi pensado para oferecer diversão para todos os lados. E o melhor: para todas as idades. São mais de 70 itens de lazer e relaxamento para crianças, adolescentes, adultos e melhor idade. Além de contar com uma outra vantagem do local: áreas verdes preservadas. Para isso, conta com uma equipe de profissionais treinados para zelar pelo patrimônio 24 horas por dia. Definitivamente, este é um lugar completo¹⁷¹. (grifo nosso)

Da mesma maneira que o Alphaville, o empreendimento *Le Parc* foi emblemático da sociabilidade condominial, presente no Brasil desde a década de 1970 em São Paulo (DUNKER, 2014), que começou a se expandir em Salvador no início dos anos 2000. Se o Alphaville trouxe o conceito de condomínios-clube de casas, o *Le Parc* trouxe a concepção de condomínios-resort de edifícios. Na imprensa, o empreendimento era tratado desse modo e as notícias anunciavam que a recepção do público havia sido um sucesso. Um dos *sites* de notícias mais lidos na Bahia categorizou, no título da matéria¹⁷², o empreendimento como “paraíso”.

Se um empreendimento inaugurou o “boom imobiliário” em Salvador, não restam dúvidas de que foi o Le Parc. Lançado em 2007, pela então Cyrela Andrade Mendonça, como o primeiro residencial resort, condomínio-clube de alto padrão da Bahia, em nove meses, mil das 1.138 unidades foram comercializadas. Quase cinco anos se passaram e, quando esse seria o prazo original de lançamento das 18 torres, o Le Parc está pronto (grifos nossos).

A combinação dos elementos natureza, segurança, lazer e conforto era uma fórmula que se replicava pelos anúncios dos diversos empreendimentos que chegavam à região. Os nomes dos condomínios, inclusive, não escaparam ao propósito de *marketing* e podem ser lidos como um esforço simbólico de reproduzir uma ideia de cidade perfeita, bem-gerida, onde os riscos e acasos da vida social seriam administráveis e controláveis em um microcosmo bem delimitado e quase homogêneo socioeconomicamente. Os termos “*ville*” (expressão da língua francesa que pode ser traduzida em português como cidade) e “clube” ou “*club*” tornaram-se um predicativo nominal recorrente para qualificar o

¹⁷¹ Disponível em <http://www.leparcssa.com.br/>. Acesso em: 9 fev. 2019.

¹⁷² Disponível em <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/113382-le-parc-inaugura-paraíso-na-paralela.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

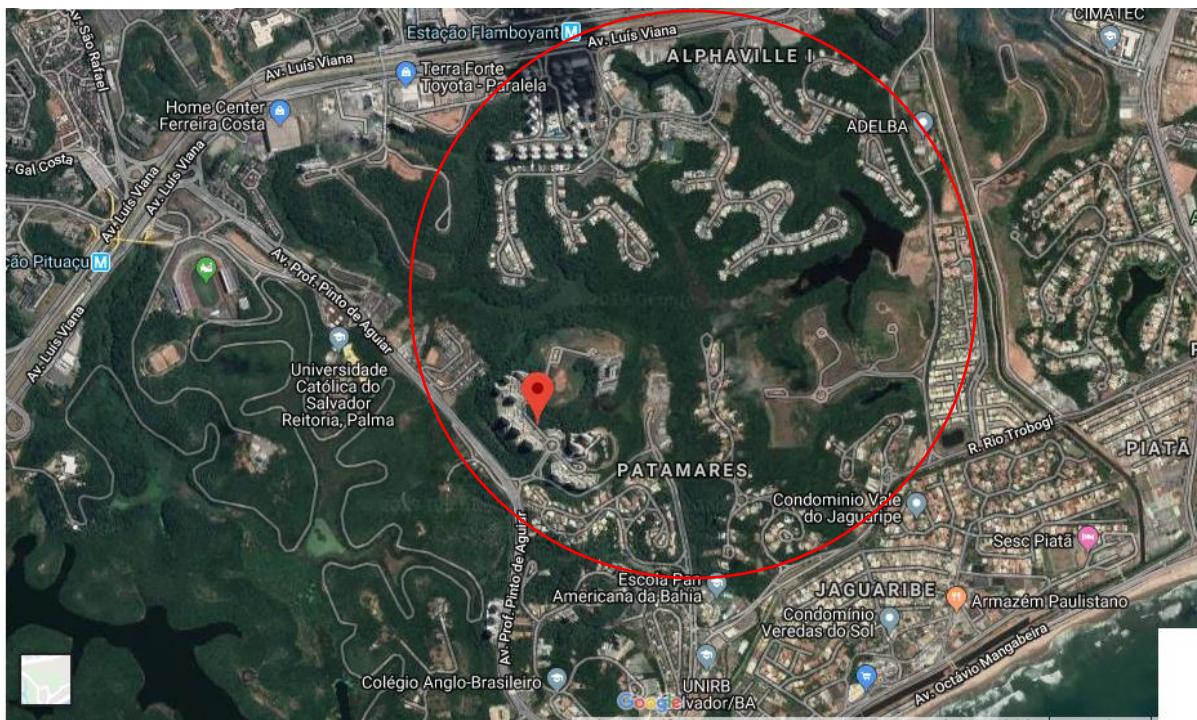
projeto de internalização ou privatização do convívio social, do qual se nutria e se valia a apropriação do princípio da sustentabilidade da “aliança imobiliária”. A lógica de propaganda comercial nem de longe era uma exclusividade do *Le Parc*. “Seja bem-vindo ao Condomínio Brisas Residencial Clube. Com clube privativo completo, com opções de lazer para todas as idades, segurança, áreas verdes de convivência, além de todas as facilidades que a Paralela oferece”¹⁷³ (grifo nosso). Os nomes de alguns condomínios reforçam a presença do verde como um ativo valioso. É o caso do empreendimento Reserva Arboretto, cuja comercialização destacava, de forma específica, a proximidade do edifício com a natureza: “Situado em Alphaville, numa área cercada por Mata Atlântica¹⁷⁴” (grifo nosso). O Greenville trouxe, por sua vez, o conceito de bairro planejado, “naturalmente planejado”, pelo qual o valor comercial do verde foi mais uma vez explorado. Conforme os anúncios, “Greenville, o lugar que reinventou o conceito de bairro. Um bairro planejado, funcional e seguro. 350 mil m² de área verde preservada” (grifo nosso)¹⁷⁵.

Fig. 9: Mancha urbana dos empreendimentos no bairro de Patamares
(*acima, Alphaville I e Le Parc; embaixo à esquerda, identificado, o condomínio Greenville*)

¹⁷³ Disponível em http://www.brisasresidencialclube.com/page_o-condominio.php. Acesso em: 10 fev. 2019.

¹⁷⁴ Disponível em:
<http://www.caramelo.com.br/caramelo.php?idioma=br&m=site.portfolio&action=view&project=32>.
Acesso em: 26 mar. 2019.

¹⁷⁵ Ver <https://www.greenillesalvador.com/2011/06/greenville-lumno-220-270m-4-dorms-4.html>. Acesso em: 21 fev. 2019.



Fonte: Google Maps.

Mas a preservação do verde se transformou também em um elemento conflituoso. Antigos moradores de Patamares rejeitavam a chegada dos grandes empreendimentos imobiliários no bairro, reivindicando o equilíbrio ambiental, que consideravam uma característica essencial da localidade. Em 2007, ano em que um novo Plano Diretor era discutido com tensões e depois aprovado na já citada conturbada sessão na Câmara, o jornal A Tarde – em um período de intensa cobertura jornalística sobre o tema da ocupação urbana na Paralela – dava voz às críticas dos moradores.

A publicação de dois decretos municipais referentes a projetos de loteamento na região de Patamares causou sobressalto entre os moradores. Representantes dos moradores do Parque Costa Verde e dos condomínios Colinas C, B1 e E temem que a oficialização dos sistemas viários dos empreendimentos batizado de Greenville e de Colinas de Jaguaribe como áreas de interesse público impulse a construção da via Leste-Oeste. Prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), a estrada abriria caminho em área remanescente de mata atlântica, entre as avenidas Pinto de Aguiar e Orlando Gomes. (A TARDE, 4/08/2007, grifos nossos)

Naquele ano, os antigos moradores fizeram um protesto contra os empreendimentos e a estrutura urbana a eles relacionada que se anunciavam para o bairro. Eles foram às ruas com cartazes e faixas, que traziam críticas à Prefeitura e ao projeto do Plano Diretor. A manifestação foi registrada pelo tradicional periódico.

Revoltados com a ampliação da permissão de 2 ou 4 para 12 ou 18 pavimentos, eles vinculam a boa vontade da prefeitura, em construir a Avenida Leste (de 6 km de extensão, entre as avenidas Pinto Aguiar e Orlando Gomes), à necessidade de abrir caminho ao setor imobiliário. “Queremos conscientizar os vereadores e o prefeito de que essa avenida que se quer construir sobre brejos e nascentes além de redundante – porque existem outras duas para o mesmo percurso – vai destruir essa Mata Atlântica remanescente que você vê. A nascente do Rio Passa Vaca passa exatamente por aqui”, disse o economista Elói Lorenzo. “Será uma avenida paralela à Paralela. A cidade tem outras prioridades e a natureza aqui não suporta prédios. Eles querem fazer prédios grudados uns nos outros, como as casas no Pelourinho”, indignou-se o primeiro morador do Colina C, um dos condomínios do loteamento. [...]. Quem comprou um lote de terra na década de 70 ou 80 em Patamares, pela Urbanisa – Urbanismo Salvador Ltda., pensou que estava fazendo uma opção pela tranquilidade. A empresa vendeu a ideia de um condomínio com edificações unidomiliares, agregando como consultores os nomes do arquiteto Lúcio Costa, autor do projeto, de sua filha Maria Elisa Costa, e do paisagista Burle Marx – ou seja, da vanguarda do planejamento urbano e paisagístico do Brasil, à época. Daquele tempo para cá, o lugar ganhou novos moradores que pensavam da mesma forma. Queriam manter-se longe de arranha-céus e outros aspectos típicos de cidades com crescimento desordenado. Ontem, pelos mesmos motivos e na tentativa de proteger uma imensa área verde que pode chegar à 650 mil m², onde habitam animais em extinção, como o tamanduá-mirim e o porco-espinho do tipo conhecido como ouriço caixeiro amarelo, eles foram à Avenida Tamburugi. “Eu tinha a garantia de que seria prédios uniresidenciais e que não perderia o verde”, reivindicou o publicitário Antônio Assis. (A TARDE, 13/08/2007, grifos nossos)

A reivindicação desses habitantes permaneceu ao longo do tempo, acompanhando as tensas discussões sobre as regras urbanísticas da capital e sua relação com a ocupação da região da Paralela. Em 2016, o morador identificado pelo jornal como o economista Elói Lourenzo fez uma intervenção durante uma audiência pública sobre o projeto de lei do PDDU 2016, realizada na Câmara Municipal. Na ocasião, como representante da Associação de Moradores de Patamares, entre outras questões, “destacou a importância da biodiversidade, afirmando que ela poderia embasar ação no antigo Aeroclube, e pediu delimitação da área de parque na região de Patamares” (grifo nosso)¹⁷⁶. No mesmo ano, novamente em audiência pública no parlamento municipal, uma mulher identificada como Caroline Alves e como representante dos bairros de Patamares, Alphaville¹⁷⁷ e Piatã, “lembrou da existência do Parque do Vale Encantado em Patamares e solicitou que sua planta estivesse contida no PDDU, afirmando não se tratar somente de área verde, mas, de um parque consolidado” (grifo nosso)¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Ata da quarta audiência pública sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), realizada pela Câmara Municipal de Salvador (CMS) no dia 25 de fevereiro de 2016 (p. 8).

¹⁷⁷ Embora não seja oficialmente reconhecido como bairro, Alphaville é recorrentemente referido como tal. Inclusive pela Ademi-Ba que, ao catalogar os dados dos empreendimentos, utilizou essa tipificação para discriminar a localização dos edifícios em Alphaville, Paralela e Pituaçu.

¹⁷⁸ Ata da 5ª audiência pública sobre o PDDU, realizada na CMS no dia 27 de fevereiro de 2016 (p. 14).

Apesar dos protestos, os empreendimentos atraíram novos moradores para o bairro. A relação deles com a ideia de preservação da natureza parecia não ter a mesma significação dos residentes mais antigos, pois as demandas práticas, de outra ordem, sobressaíam sem serem consideradas contraditórias à manutenção do verde. Uma fala registrada no jornal A Tarde (15/08/2008; p. 8), em matéria sobre os impactos ambientais e sobre as mudanças urbanísticas decorrentes do Alphaville, indica como as características enfatizadas pelos anúncios comerciais sobre os empreendimentos estavam antenadas com demandas reais de determinados segmentos das classes médias e altas. Mais que isso, indica, emblematicamente, como o projeto da “aliança imobiliária” e sua aceção privatista do espaço urbano, inclusive valendo-se da ideia de “cidade sustentável”, dialogava com aquelas demandas.

“Vai ser como uma minicidade. Não vou precisar sair para nada”, diz a fisioterapeuta Gisseli Campodoni, ao avaliar as principais motivações para ter comprado um apartamento, ainda na planta, em condomínio de luxo na Paralela. Para Gisseli, que tem uma filha de 4 anos, a vida entre muros não é problema. “Tenho uma filha de 4 anos e tenho que me proteger”, justifica. Mesma razão apontada pelo presidente da Ademi, Walter Barreto, que considera o modelo simplesmente adaptado aos problemas reais e atuais da cidade. “É um espaço onde as pessoas vão realmente interagir. O menino vai brincar na rua e não no apartamento”, defende. (A TARDE, 15/08/2008, grifo nosso)

Por outro lado, havia uma percepção de que a correspondência entre os serviços oferecidos pelos condomínios-clubes e os anseios de determinados segmentos sociais já estaria provocando uma “mudança do perfil residencial” da região. No momento, colocando-se ao lado da “aliança verde”, o jornal A Tarde apresentava a transformação como um fator negativo, como elemento desagregador do tecido social urbano que distorcia a substância político-ideológica da sustentabilidade, cujos sentido e uso adequados deveriam ser aqueles utilizados dentro do princípio mobilizado pela “aliança verde”.

Há quatro anos, com a instalação de empreendimentos de alto luxo, capitaneados pelo Alphaville, houve mudança no perfil residencial. Para Paulo Ormino, o modelo de condomínios fechados para público de alta renda pode ser extremamente danoso para a cidade. “É um modelo de auto-segregação, que descaracteriza a relação dos moradores com a cidade e a interação da comunidade. Só fortalece a situação de conflito social e violência”, alerta, destacando ainda a proliferação de shoppings como o “fim do comércio de rua”. A reportagem de A TARDE teve uma amostra do que diz o arquiteto ao tentar ouvir os moradores do Alphaville, assim como fez com os demais residentes da região. Na guarita do condomínio, impenetrável, com seguranças por todos os lados, fomos avisados para procurar a gerência do condomínio, que deixou claro seu recado: “Não podem entrar e não queremos entrevistas com nenhum morador. (A TARDE, 1/11/2008, grifos nossos)

A concepção de cidade que se materializou nesses condomínios fechados estava alinhada à ideia de sustentabilidade mobilizada pela “aliança imobiliária”, por sua vez dissociada do conceito de direito à cidade. Isso não importa uma total desvinculação aos elementos relacionados ao ideal de desenvolvimento sustentável que se tornou senso comum em determinados setores da sociedade. Como já analisado nessa dissertação, tais elementos entraram no vocabulário político-epistemológico quase como um imperativo histórico, tornando-se uma espécie de referência obrigatória para os discursos que almejassem legitimação na esfera pública. Como indicam as revistas especializadas da Ademi-BA, a sustentabilidade e seus desdobramentos – como cidade e desenvolvimento sustentáveis – era um tema caro ao setor imobiliário e da construção civil. Em 2010, a entidade realizou seu I Fórum de Sustentabilidade, mostrando como a temática havia se tornado uma pauta oficial do segmento. Desde então, a preservação do meio ambiente passou a ser considerada pela Associação como estratégica, econômica e politicamente. Mas as significações de sustentabilidade articuladas pelos representantes do setor não incorporavam ou sequer mencionavam questões de justiça e desigualdade social, democratização urbana ou sociabilização pública dos espaços. Os aspectos que predominaram nas formulações discursivas eram propriamente econômicos e comerciais. Como deixou transparecer o então presidente da Ademi-BA, Nilson Sarti, conforme registro da revista especializada Fator Brasil sobre o II Fórum de Sustentabilidade, realizado em 2011:

Durante o encontro, o presidente da Ademi-BA, Nilson Sarti, fez questão de chamar a atenção para a importância de desenvolver planejamentos sustentáveis. Além das práticas internas do dia a dia e nos canteiros de obra, as construtoras precisam estar atentas para a nova forma de negócio, ou seja, os chamados edifícios verdes. Isso porque esses edifícios ambientalmente corretos poderão reduzir em até 10% o IPTU para os futuros moradores que comprarem os empreendimentos classificados nas seguintes categorias: ouro, prata e bronze. “O nosso objetivo é aumentar a procura da sociedade por estes imóveis que dispõem de eficiência energética de água e esgoto, coleta seletiva, energia solar, entre outros benefícios em prol do bem comum”, disse¹⁷⁹. (grifos nossos)

Em 2012, o III Fórum de Sustentabilidade ganhou destaque na revista eletrônica da Ademi. Novamente, a preocupação com o verde norteou os argumentos, combinada à prioridade direcionada a inovações tecnológicas para garantia de eficácia econômica e

¹⁷⁹ Disponível em https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=166234. Acesso em: 12 fev. 2019.

comercial. “É preciso entender que a sustentabilidade está casada com a inovação tecnológica, gerando assim inúmeras oportunidades. Pensar em novas tecnologias nas edificações e caracterizando-as verdes é garantir sua vida útil. Para isso é preciso um bom planejamento”¹⁸⁰. Essa foi a fala atribuída ao presidente Nilson Sarti.

A ideia de desenvolvimento sustentável então mobilizada, com alguns pontos de intersecção àquela da “aliança verde”, atinha-se à defesa de uma eficiente economicidade na utilização dos recursos naturais por meio de tecnologias avançadas de engenharia civil, combinada à exploração comercial e publicitária na construção e projeção de empreendimentos que oferecessem uma aparente harmonia entre os edifícios e a natureza. Nesse contexto, a sustentabilidade se tornava um ativo econômico e comercial percebido e explorado pela Ademi-BA, concomitantemente em que se erguia a “cidade imobiliária”. Edifícios verdes surgiram como produtos voltados para pessoas que pudessem pagar por suas unidades habitacionais e desfrutar de estruturas ambientalmente adequadas em espaços ornamentados de verde, protegidos do caos urbano do outro lado dos muros dos condomínios. Era uma lógica estratégica que materializou o Greenville, também localizado em Patamares, mais próximo à orla Atlântica do que às margens da Paralela. Nos dados disponibilizados pela Ademi-Ba, chamou atenção que o setor de pesquisa da entidade considerou o Alphaville como um bairro, embora oficialmente nenhum dos dois condomínios sejam considerados como tais. Isso reforça a percepção, forjada por investimentos capitalistas no solo urbano, de uma sociabilidade condominial que, embora bem delimitada, almejava conformar à sua lógica a ideia e a materialização do futuro da cidade como um todo.

Foi essa lógica urbana que ao longo do tempo mudou a geografia urbana de Patamares, dando forma a uma “cidade” branca, verde e rica. Apesar da chegada dos inúmeros empreendimentos, com supressão significativa de vegetação no local, o bairro manteve um índice bastante elevado de cobertura verde por habitante quando comparado aos demais da região. Mas registrou também a maior queda de área verde urbana por habitante (Tabela 2).

Tab. 2: Áreas verdes urbanas na região da Paralela: índice de cobertura vegetal (m²) por habitante (2001-2009)

¹⁸⁰ Revista Ademi-BA, nº 51 (2011; p. 11).

BAIRRO	Índice Verde m ² /hab.	
	2001	2009
Bairro da Paz	8,81	8,28
Cabula	75,10	60,09
Canabrava	64,54	62,32
Imbuí	33,57	23,81
Itapuã	11,84	11,99
Mussurunga	65,59	48,08
Narandiba	15,07	12,85
Patamares	688,91	340,45
Pernambués	4,82	4,15
Piatã	166,25	118,47
Pituaçu	193,67	167,42
Saboeiro	86,14	77,25
São Cristóvão	27,66	12,86
São Rafael	17,15	17,66
Stiep	6,47	15,24
Trobogy	393,67	297,31
Vale dos Lagos	25,98	26,05

Fonte: Censo IBGE

Com essas características, agravantes de uma continuidade histórica em que as desigualdades sociais se perpetuaram no solo urbano, as mudanças em Patamares redesenharam a paisagem urbana da região da Paralela e se tornaram um símbolo concreto de uma nova lógica de sociabilidade urbana na cidade de Salvador. Essa foi a consequência urbanística, material e visível, da hegemonização do projeto de cidade da “aliança imobiliária” com suas apropriações de sentido do princípio da sustentabilidade.

3.2. O jogo político-eleitoral e a hegemonia do projeto imobiliário

A hegemonização do projeto da “aliança imobiliária” significou um desenvolvimento urbano pautado, predominantemente, pela lógica de cidade dos empreendimentos imobiliários. Isso, por sua vez, somente foi possível porque esse projeto

foi, em linhas gerais, vitorioso no parlamento, na Justiça e na imprensa. Em síntese, ele dominou a esfera pública com seus sentidos e significados, a partir do poder econômico e seu alinhamento ao pragmatismo eleitoral do sistema político local.

Não é possível afirmar, taxativamente, que a força do financiamento privado nas campanhas eleitorais determinou o comportamento político de vereadores e prefeitos ao longo dos doze anos, mas os indícios também não permitem descartar que doações financeiras realizadas por grandes empreiteiras e incorporadoras tenham exercido uma influência considerável nas decisões do governo e do parlamento. Outrossim, é razoável considerar que uma ideia predominante de desenvolvimento econômico – na qual o espaço urbano é *locus* fundamental de reprodução do capital, relacionada à geração de emprego e à obtenção de lucros – tenha exercido significativa interferência em favor de um alinhamento entre os interesses dos empreiteiros e os agentes políticos, cimentando em termos práticos o arcabouço ideológico da “aliança imobiliária” e suas conotações para o princípio da sustentabilidade. Essa base sustentou a conquista de hegemonia do projeto imobiliário, que enfraqueceu críticas negativas na imprensa, administrou obstáculos normativos e judiciais e investiu em respostas a curto prazo para demandas prementes de diferentes classes sociais, consolidando uma sociabilidade urbana privatista capaz de abrigar, em outros termos, a agenda política da sustentabilidade e seus congêneres.

Entre as construtoras ou incorporadoras que investiram na região da Avenida Paralela no período, estão grandes empresas nacionais, regionais e locais do setor imobiliário e da construção civil. No total, foram 21 empresas. São elas: Ferreira Ferraz, Helbor, Beel Barcino, Costa Andrade, D’Ávila, NCN, Gafisa, OAS, Inova, Liz, Consil, Cyrela, Novapex, Top, Celi, Leão, Jotagê, JVF, Queiroz Galvão, Fator Realty e PDG. Conforme dados disponibilizados pela Receita Federal, apenas sete delas podem ser consideradas pequenas, com capital social inferior a R\$ 1 milhão. O restante é milionário, incluindo grupos empresariais bilionários, como Cyrela, Gafisa, Helbor e Queiroz Galvão – os três primeiros do estado de São Paulo e o último do Rio de Janeiro. A grande maioria (76%) das empresas é da capital baiana. Entre elas, a bilionária OAS (atualmente em recuperação judicial) e a Fator Realty, além da Liz Construções, empresa soteropolitana que integra o Grupo Lena, um dos maiores grupos empresariais de Portugal, que nasceu em 1974 e hoje conta com mais de oitenta empresas distribuídas em países da Europa, África e América do Sul. Há ainda a Construtora Celi, uma gigante regional de Aracaju,

estado de Sergipe.

Algumas dessas empresas fizeram contribuições financeiras significativas nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012. Os dados de prestação de contas¹⁸¹ dos candidatos e partidos políticos mais competitivos, que disputaram os pleitos eleitorais naqueles anos, mostram como as empreiteiras/incorporadoras, considerando apenas as da “cidade imobiliária”, foram fontes importantes para sustentar financeiramente campanhas eleitorais cada vez mais caras. Na comparação entre as eleições, os gastos de campanha cresceram exponencialmente, considerando apenas os três primeiros candidatos a prefeito com mais votos conquistados (Tabela 3). Em 2004, os principais concorrentes foram João Henrique (PDT), César Borges (PFL) e Nelson Pelegrino (PT). Em 2008, foram João Henrique (PMDB), ACM Neto (DEM – antigo PFL) e Walter Pinheiro (PT). E, em 2012, ACM Neto (DEM), Nelson Pelegrino (PT) e Mário Kértész (PMDB).

Tab. 3: Variação de gastos de campanha nas eleições para prefeito de Salvador (2004-2012)

	2004	2008	2012
Valor de campanha (R\$)	5.599.600,72	13.145.948,75	40.817.765,89

Fonte: TSE

Somadas as campanhas, os gastos superaram R\$ 60 milhões. Parte não desprezível desse aumento substancial esteve relacionada às doações de grandes empreiteiras nacionais, como a Construtora OAS e a Queiroz Galvão. Ambas são antigas empreiteiras, que cresceram com a ditadura militar, por meio de favorecimentos do poder político, ganhando no período projeção regional e nacional, respectivamente (CAMPOS, 2012). As duas juntas doaram diretamente nas três eleições pouco mais de R\$ 2 milhões para os partidos e candidatos citados acima. Uma cifra que não impressiona diante do montante arrecadado. Mas é na relação entre as dimensões nacional, estadual e municipal que se percebe a força econômica desses atores. Nos pleitos, as contribuições dessas empresas às Direções Nacionais e Estaduais do DEM, PT e PMDB somaram mais de R\$ 45,5 milhões.

¹⁸¹ Dados disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Não há dados completos disponíveis, pelo menos no *site* institucional do TSE, do repasse das Direções aos Comitês Municipais, nem do total arrecadado pelos Comitês de todos os partidos a nível local em todos os anos. No entanto, o cruzamento de dados e de informações isoladas permite perceber a importância da participação das empreiteiras e incorporadoras no financiamento das campanhas municipais. Em 2008, o Comitê Municipal Único do PMDB arrecadou cerca de R\$ 2,78 milhões, sendo que R\$ 650 mil (23%) foram contribuições da OAS, Queiroz Galvão e da Liz Construções. Os recursos do Comitê financiaram 78% do total de R\$ 2,92 milhões arrecadados pela campanha do prefeito eleito João Henrique. Em 2012, o candidato ACM Neto (DEM), vencedor das eleições, arrecadou quase R\$ 22 milhões. Do total, cerca de R\$ 19 milhões vieram da Direção Nacional, que, por sua vez, recebeu R\$ 2,3 milhões da OAS e da Queiroz Galvão – ou seja, sozinhas as duas empresas representaram mais de 10% do total arrecadado pela cúpula do partido.

Os números indicam que, direta ou indiretamente, as contribuições das empresas irrigaram com bastante relevância as campanhas dos candidatos a prefeito. Isso não significa que houve uma relação determinante entre arrecadação financeira e sucesso eleitoral, mas que se formou um ciclo de retroalimentação bastante influente nos resultados. As campanhas que se mostraram competitivas atraíram mais contribuições, o que reforçou o poder de competitividade – construída a partir de coligações partidárias que interferiram no tempo de propaganda na televisão. Por outro lado, as candidaturas mais ricas, contando com o “altruísmo” das incorporadoras, nem sempre saíram vitoriosas. Em 2004, o candidato César Borges (PFL) contou com mais de R\$ 3,6 milhões (R\$ 150 mil deles de empreiteiras), contra um terço desse valor arrecadado pelo vencedor João Henrique (PDT), que o derrotou no segundo turno. Em 2008, JH se reelegeu com a campanha mais modesta entre os três candidatos mais competitivos. Esses fatos demonstram que o jogo político-eleitoral, importante para compreender a disputa pelos termos das regras urbanísticas da cidade, foi muito mais complexo do que as vantagens vindas do poder econômico, em geral, e das empreiteiras e incorporadoras, em particular.

Tab. 4: Gastos de campanha dos principais candidatos a prefeito de Salvador
(2004-2012)

Candidato	2004	2008	2012
------------------	-------------	-------------	-------------

ACM Neto	X	R\$ 5.696.003,18	R\$ 21.954.791,70
César Borges	R\$ 3.641.407,46	X	X
João Henrique	R\$ 1.287.181,51	R\$ 2.925.231,64	X
Mário Kértsz	X	X	R\$ 3.342.175,97
Nelson Pelegrino	R\$ 671.011,75	X	R\$ 15.520.798,22
Walter Pinheiro	X	R\$ 4.524.713,93	X

Fonte: TSE

As conjunturas nacional e estadual tiveram uma participação significativa, e não somente em razão das transferências de recursos financeiros às campanhas municipais. Segundo Paulo Fábio Dantas (2004), as eleições de 2004, com a vitória de João Henrique, trouxeram uma mudança nas peculiaridades da conjuntura política local frente à sua histórica vinculação com os cenários nacional e estadual. Em uma análise realizada logo após os resultados do pleito, o cientista político atribuiu a surpreendente vitória de JH a uma “fabricação” antecipada de um “plebiscito” do carlismo, no qual os candidatos considerados de esquerda se postulavam como o anti-carlismo. Conforme Dantas, isso resultou, aliado a outros elementos relacionados às críticas ao então governo Lula e a características do próprio candidato, no fracasso da estratégia eleitoral dos partidos de esquerda, como o PT, que não passaram do primeiro turno.

Já a derrota de César Borges (candidato do carlista PFL) no segundo turno para o PDT de JH estaria relacionada à uma rejeição eminentemente política do eleitorado soteropolitano à maneira carlista de fazer política. Historicamente contrária a ACM e seu grupo, com exceção das vitórias de Antônio Imbassahy em 1996 e 2000, a população de Salvador fez valer a rejeição ao carlismo contra a boa avaliação da gestão Imbassahy e sua ênfase na tecnocracia administrativa. O mais substancial da análise de Dantas, no entanto, é que se cumpriu o seu prognóstico quanto ao fracasso do governo de João Henrique, caso ele não enfrentasse os constrangimentos fiscais de uma administração municipal com graves problemas tributários. Isso porque as promessas de campanha de JH se dedicaram a uma combinação entre promoção de políticas sociais e eficiência administrativa, cujo êxito exigiria recursos com os quais a Prefeitura não contava, dependendo, portanto, dos governos estadual e federal.

Eximiu-se, por exemplo, o conjunto das forças políticas disputantes, de mostrar que o dito padrão foi alcançado, basicamente, com a utilização de recursos

externos ao Poder Municipal e que este padece de uma crônica insuficiência em sua base tributária vis a vis a demanda urbana por obras e serviços essenciais. E isso tanto por razões econômicas – ligadas à escassez de atividades produtivas em seu espaço urbano, em contradição com um incessante adensamento da ocupação desse espaço – como por razões políticas, aí se incluindo tanto a histórica dependência institucional em relação ao Estado, como aspectos de “cultura política” que rebaixam politicamente a figura do prefeito, reduzindo-a quase à de zelador da cidade. A campanha eleitoral passou ao largo de reflexões sobre esses constrangimentos reais, ou os tratou de modo ligeiro, disso resultando um potencial previsível de futuras colisões entre os planos e a realidade. (DANTAS, 2004, p. 9, grifos nossos)

Essa tônica trouxe problemas ao prefeito, entre eles sérias dificuldades para manter serviços públicos essenciais, como asfaltamento, coleta de lixo e saúde. A Prefeitura ficou endividada e não conseguiu eficácia administrativa, tampouco promoção de políticas sociais e melhoras substanciais nos índices de emprego. O resultado se expressou na popularidade do prefeito. No final do primeiro mandato, em 2008, ano de eleições, os níveis de rejeição¹⁸² que vinham altos chegaram ao pico de 43%. No pleito, entretanto, os atores se movimentaram no jogo político, o que redesenhou a conjuntura local em favor da reeleição de JH. O principal fator de mudança foi sua filiação ao PMDB, um partido de grande projeção nacional, com maior bancada no Congresso e diversos cargos no Governo Federal, cujo apoio político era visto como imprescindível para a governabilidade. Com o PMDB, JH conseguiu força política e financeira para fazer frente ao PT, partido forte da cena nacional, com Lula na presidência da República. Como já dito no capítulo II, o PT passou a fazer oposição a João Henrique, o que se confirmou com o pedido de exoneração de oito petistas das secretarias municipais e com a candidatura de Walter Pinheiro à prefeitura. O candidato petista, apesar da força política nacional e estadual do partido, perdeu a disputa no segundo turno para o prefeito, que contou com a influência, a nível nacional, do forte ministro da Integração Nacional, o peemedebista Geddel Vieira Lima.

O pagamento à Prefeitura de Salvador foi em 6 de outubro, dia seguinte ao primeiro turno. Foi a última parcela de um convênio de R\$ 20,7 milhões. As verbas bancaram a drenagem, aterro e urbanização de um canal na avenida Centenário. O canal inundava quando chovia. Hoje ali há praças e parques. A obra foi concluída em prazo recorde (210 dias), com homens trabalhando até de madrugada. Geddel mora num apartamento com vista para o local. O novo visual da avenida foi comemorado por João Henrique a três dias do primeiro turno. As imagens são exibidas na propaganda do candidato na TV acompanhadas do slogan: "Lula ajuda, João Henrique faz, Pinheiro fica com

¹⁸² Ver <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1126289-joao-henrique-tem-a-pior-avaliacao-segundo-instituto-datafolha>. Acesso em: 6 jan. 2019.

A filiação de JH ao PMDB representou uma estratégia de fortalecimento político de Geddel Vieira Lima para tentar chegar ao cargo de governador em 2010, o que explica o rompimento com o PT em âmbito local. Governar a capital do Estado, nesse sentido, era um grande passo. A atuação política de Geddel, como integrante do governo Lula, parece ter sido decisiva no pleito. Por um lado, as verbas garantiram a realização de obras populares que dinamizaram o governo JH em período muito próximo às eleições. Por outro, permitiu que o então candidato à reeleição explorasse a imagem popular do presidente Lula, ainda que a nível local PT e PMDB não estivessem mais do mesmo lado. JH se reelegeu com 58,46% dos votos válidos contra 41,54% de Walter Pinheiro, o candidato petista.

A capitalização política rendeu ao prefeito a eleição de doze vereadores (29% do total) da sua coligação, sendo seis deles do PMDB, que assumiu a presidência da Casa¹⁸⁴. Com o apoio do DEM e PR e dos demais partidos que formaram a coligação de ACM Neto nas eleições, a base governista na 16ª Legislatura (2009-2012) representava mais da metade do parlamento, com pelo menos 24 vereadores. Com apenas oito parlamentares, do PT (6) e do PCdoB (2), a oposição não tinha força suficiente para barrar projetos de lei enviados pelo prefeito, como os do PDDU e da Louos em 2011 e 2012. Isso também explica porque, na disputa¹⁸⁵ sobre as regras que definiriam o desenvolvimento do espaço urbano de Salvador, a prática política em muitos momentos deu lugar à judicialização. Na 17ª Legislatura (2013-2016), embora um pouco mais fortalecida, com doze vereadores (PT, PSB, PCdoB e PSOL), a oposição seguiu incapaz de fazer frente às novas propostas de revisão das normas urbanísticas, que, segundo sua perspectiva, atendiam exclusivamente aos interesses do setor imobiliário. Diferente do processo de aprovação do PDDU de 2008, a tramitação do novo Plano Diretor não abusou do rompimento das regras democráticas de debate público. A forma como foram realizadas as audiências públicas nos bairros e na própria Câmara enfraqueceu a via extra-política da judicialização que havia sido adotada pela “aliança verde”. Esse enfraquecimento foi percebido pela promotora de Justiça Hortênsia Pinho, um dos principais atores da “aliança

¹⁸³ Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2310200823.htm>. Acesso em: 6. jan. 2019.

¹⁸⁴ Segundo dados do TSE.

¹⁸⁵ Os Planos Diretores de 2016 e 2008 foram aprovados, respectivamente, com as seguintes votações: 29x13 e 26x15.

verde”, uma agente do Estado com poder de fiscalizar as ações dos parlamentares à luz da legislação.

Houve uma evolução. Você tem muitas informações disponibilizadas no Salvador 500. Há a filmagem das audiências públicas. A transcrição das atas, os relatórios da Fipe [...]. Agora eles ficaram com mais criatividade para o mal, porque é mais profissional. Você programa uma audiência pública que era para apresentação do documento, e quando você vai não apresenta o documento e diz que iria ouvir só perguntas. Várias formas de surpreender, que, no fundo, é um teatro democrático. É realizar as audiências públicas formalmente, fóruns e eventos. Tanto que ao meu sentir, é impossível juridicamente hoje você dizer à Justiça que não houve participação social no Plano Diretor de 2016. É um argumento furadíssimo, porque eles vão chegar com um carrinho de documentos. A gente pensa por outro caminho: falar da ausência de monitoramento. Como o Plano Diretor não tem metas, prazos, hierarquias, priorização, então não tem como a sociedade monitorar o cumprimento do Plano, e a lei exige elementos de monitoramento¹⁸⁶. (grifo nosso)

Em dezembro de 2007, quando da aprovação do PDDU de 2008, o cenário havia sido totalmente diferente, embora a oposição também estivesse numericamente enfraquecida (quinze vereadores votaram contrário ao PDDU)¹⁸⁷, com a debandada de vereadores para o PMDB. A maneira que foi conduzida a aprovação da lei rendeu críticas até mesmo do vereador Gilberto José (PDT), da base governista. “José votou a favor do PDDU, mas registrou que a aceleração na votação comprometeu ‘o dever legal de dar-se a mais completa divulgação e proporcionar-se o mais amplo debate do texto’ (A TARDE, 28/12/2007). Como já descrito antes, a aprovação do Plano Diretor ocorreu durante a madrugada, de forma polêmica, com manobras para minar as ações da oposição, com cenas até pitorescas, registradas de forma por vezes irônica pela imprensa.

O único vereador que prestava atenção a cada voto do relator era Fernandes, que a todo momento pedia esclarecimento. Gaban dava a informação, mas reagiu na metade do trabalho pedindo menos interferência, porque estava com a garganta “estourada”. Fernandes provocou: “Veja, foi o senhor que preferiu assim. Rapadura é doce, mas não é mole”. Gaban aprovou 160 emendas. Ao todo, 159 foram referendadas pela maioria - algumas delas, diferentes do voto de Gaban, como a que impede o poder público de encaminhar revisão ou modificação do Plano Diretor em expediente de urgência ou urgência urgentíssima. Gaban havia rejeitado, mas a maioria aprovou. Ironicamente, a emenda é de Virgílio Pacheco (PPS), que votou contra o projeto. Na votação por emendas, a platéia - formada por cerca de 30 pessoas - fez a trilha sonora ao falar “morto” ou “vivo” quando os vereadores ficavam sentados ou se levantavam para votarem, respectivamente, contra ou a favor. Se o dedão do líder do governo Sandoval Guimarães (PMDB) apontasse positivo, seu assessor Aurelino e o vereador Isnard Araújo (PL) - posicionados como maestros - davam o sinal de permanecer sentados. Ou, segundo a brincadeira,

¹⁸⁶ Entrevista concedida para a pesquisa no dia 14 de agosto de 2018, na sala da promotora, localizada na sede do MP do bairro de Nazaré, em Salvador.

¹⁸⁷ As bancadas do PCdoB, PPS, PSDB, PSB e PT.

“mortos”. (A TARDE, 28/12/2007, grifos nossos)

O vereador Carlos Alberto Gaban (PRP) foi o relator das emendas ao projeto de lei, por meio de nomeação realizada pelo presidente da Câmara, Valdenor Cardoso (PTC). Ele foi o autor de uma proposta, incorporada ao PDDU, sobre construções na orla. Em 2004, sua campanha recebeu a quantia de R\$ 10 mil da empreiteira local Costa Andrade. Foi uma das raríssimas contribuições diretas feitas por incorporadoras da “cidade imobiliária” a campanhas de candidatos ao cargo de vereador na cidade. Nas três eleições que o período pesquisado abrange, há registros de doações feitas pela Costa Andrade (R\$ 57,5 mil) e pela Top Engenharia (R\$ 10 mil), em um total de R\$ 67,5 mil, aos vereadores Marcos Medrado, Beto Gaban, João Bacelar e Pedro Godinho. O custo médio das campanhas a vereador aumentou, mas sem a participação dessas empreiteiras¹⁸⁸. Ele passou de aproximadamente R\$ 30 mil, em 2004, para R\$ 60 mil em 2008 e para R\$ 100 mil, em 2012. Isso indica aspectos importantes do jogo político-eleitoral local naquele período: a influência do poder econômico das empreiteiras se deu mais no Poder Executivo municipal, que, por sua vez, ditou o ritmo no parlamento em consonância com as forças políticas de âmbito nacional e federal. Essa última muito relacionada à lógica do financiamento privado de campanha, na qual as empreiteiras foram jogadoras de peso.

No período, a renovação da Câmara foi relativamente alta¹⁸⁹, acima de 50% dos vereadores da Casa em 2008 e em 2012¹⁹⁰, respectivamente, de 23 e 24 vereadores, mas sem alterar a relação de forças que colocava a oposição em ampla desvantagem em um parlamento que não apresentou autonomia política diante do governo. Houve, porém, mudanças no quadro partidário. Das principais forças das eleições em 2004 (PDT, PFL, PMDB e PT), o PDT encolheu em 2008 (perdeu metade da bancada, ficando com quatro vereadores). Já em 2012, foi a vez do PMDB sair enfraquecido (perdeu seis parlamentares, ficando com apenas dois, antes das mudanças de filiação) e surgir com força o PTN (cresceu de dois para seis edis)¹⁹¹. São muitas as variantes que, combinadas,

¹⁸⁸ Outras empreiteiras e incorporadoras realizaram contribuições, mas elas estão fora do núcleo que investiu em empreendimentos imobiliários na região da Paralela, principal fenômeno urbano no período, apenas possíveis pela aprovação das novas regras urbanísticas pela Câmara Municipal.

¹⁸⁹ Em 2004, a renovação foi 43%. Desde 1982, que a Câmara não renovava em mais de 50% dos vereadores da Casa (A TARDE, 07/10/2008).

¹⁹⁰ Em 2012, o número de vagas na Câmara foi ampliado de 41 para 43 vereadores.

¹⁹¹ Os dados consideraram os vereadores eleitos, sem contar com a mudança de partidos ao longo do mandato. Na legislatura de 2005-2008, por exemplo, essa mudança foi de 39% (16 dos 41 vereadores), beneficiando mais o PMDB, que ganhou mais sete vereadores. O que pode estar relacionado com a filiação de João Henrique à agremiação em 2007, quando ele passou a contar com o apoio do ministro Geddel Vieira.

podem dar pistas dos motivos das renovações: coligação partidária, tempo de exposição na TV, militância político-eleitoral, histórico do candidato e sua penetração nas comunidades, entre outros elementos relacionados à percepção do eleitorado em cada momento. Isso demandaria uma análise bastante acurada, que extrapola o nosso objetivo. Para o argumento desenvolvido aqui, importa destacar que vereadores críticos ao processo de aprovação do PDDU, em 2007, não conseguiram se reeleger em 2008. Foi o caso do vereador José Carlos Fernandes (PSDB), Everaldo Augusto (PCdoB) e Virgílio Pacheco (PPS). Outros tiveram êxito, como Gilmar Santiago (PT), Aladilce Souza (PCdoB) e Olívia Santana (PCdoB). No entanto, a grande maioria (13) dos vereadores reeleitos havia votado a favor do novo Plano, embora não tenham renovado o mandato o presidente da Câmara, Valdenor Cardoso, e o relator das emendas parlamentares ao projeto, Beto Gaban (PRP). Em 2012, com as eleições coincidindo com a conturbada disputa sobre o PDDU da Copa, também não houve uma incontestável punição nas urnas para aqueles favoráveis a um Plano Diretor acusado de ser preocupado exclusivamente com os interesses do setor imobiliário. Por um lado, perderam o cargo o então presidente da Câmara, Pedro Godinho (PMDB) e o líder do governo, Téo Senna (PTC), além do peemedebista Sandoval Guimarães. Mas vereadores bastante críticos ao processo de tramitação do projeto de lei na Câmara também não renovaram o mandato, como a presidente municipal do PT, Marta Rodrigues e a líder da oposição, a petista Vânia Galvão.

Os lances do jogo político-eleitoral no período indicam que a pauta do desenvolvimento sustentável, no sentido do princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde”, não arregimentou mobilizações políticas amplas. Ela não se apresentou como uma demanda pragmática incontornável de forma extensiva a todo corpo social, sobretudo naquele das classes populares. Apesar dos principais problemas da cidade na percepção dos habitantes (como transporte coletivo, saúde e segurança pública) estarem relacionados à apropriação de direito à cidade realizada pelos atores da aliança, a questão da preservação ambiental não se tornou uma reivindicação sistemática e generalizada para a população de bairros populares, onde a densidade urbana já havia muito tempo reduzido o verde drasticamente. É como se a vertente ambientalista estivesse dissociada do direito à cidade. Isso não significa que moradores de bairros pobres não estivessem preocupados com a proteção do verde. Nas audiências públicas sobre os diferentes Planos Diretores, houve representantes comunitários que externaram essa preocupação. Em 1º de março de

2016, Marco Sampaio, “considerou difícil entender, no Plano, o tratamento dado a algumas áreas, e mencionou morar em Cosme de Farias, antes área verde, agora, uma selva de pedra... Afirmou que Salvador já perdeu muitas áreas verdes e que era preciso um PDDU que respeitasse o já previsto e avançasse” (grifos nossos). Na mesma sessão, Fábio Ferreira, identificado como morador de Pirajá, cobrou políticas de proteção ambiental para o bairro de Cajazeiras e afirmou que a “Avenida Paralela estava à mercê da especulação imobiliária e denunciou que vários rios da cidade foram sepultados”¹⁹². Em fevereiro daquele ano, Cristina Flora, identificada como representante do coletivo Cassange, defendeu a criação de um cinturão verde no bairro¹⁹³. No entanto, essa perspectiva ambientalista concorria, em desvantagem, com outras demandas materiais, alheias a um ideal de sustentabilidade. No Bairro da Paz, vizinho a áreas de grandes condomínios, algumas falas indicam que, já em 2007, a alusão à histórica reivindicação por moradia¹⁹⁴ convivía com reclamações contra a especulação imobiliária no próprio bairro. “Hoje a gente olha ao nosso redor vários condomínios. Se não existisse Bairro da Paz, essa área seria, com certeza condomínios”, disse um homem identificado como Bira, membro do Conselho de Moradores. Mas outras funções dadas aos imóveis, que não à moradia, geraram críticas.

Grupos de classe média, hoje, estão no Bairro da Paz. Compram uma casinha ali que tem um quintal no fundo e estas pessoas fazem casa de aluguel. Isso já é uma especulação imobiliária do pequeno. E, para nós, isso não é interessante. Nós abraçamos a causa pela luta do direito de morar e não pelo direito de especular (Antônio Carlos, membro do Conselho de Moradores, 2007)¹⁹⁵.

Também não havia um amplo conhecimento das consequências que as diretrizes urbanas poderiam trazer para o futuro – pois o debate público não foi suficientemente amplo e extenso, além de pouco colaborar para superar o tecnicismo relacionado às discussões. Somado a isso, as demandas práticas de uma cidade violenta¹⁹⁶, com problemas de mobilidade urbana e de fraca geração de empregos, reclamavam por

¹⁹² Registros feitos no relatório da sétima audiência sobre o PDDU, realizada na Câmara Municipal (2016, p. 30-31).

¹⁹³ Consta da ata da quinta audiência pública realizada na Câmara Municipal sobre o PDDU (2016, p. 9)

¹⁹⁴ Sobre a história da constituição do Bairro da Paz, ver o livro-reportagem da jornalista Débora Alcântara (2005).

¹⁹⁵ Depoimentos gravados em documentário produzido pelo estudante de Ciências Sociais/Bacharelado em Antropologia da UFBA Gabriel Teixeira (2007). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=NRD__2DmwA8. Acesso em: 21 fev. 2019.

¹⁹⁶ Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios cresceu quase 100% na Bahia, segundo o Mapa da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Já Salvador figurou entre os 123 municípios que representaram mais de 50% das mortes violentas no país. Em 2014, a ONU apontou a capital baiana como a 13ª cidade mais violenta do mundo.

respostas mais imediatas, que os empreendimentos imobiliários eram capazes de fornecer em alguma medida, tanto a quem pudesse pagar por eles ou a quem visse neles uma oportunidade de emprego.

A forma como JH foi reeleito em 2008, em meio a um histórico de reprovação de seu governo, reforça essa interpretação. É notório que o então candidato conseguiu reverter uma alta reprovação poucos meses antes das eleições. Em julho, apenas 16% dos entrevistados consideravam seu governo bom ou ótimo, contra 35% que consideravam ruim ou péssimo¹⁹⁷. Sua reeleição com 58,46% dos votos válidos parece ter se sustentado apenas na força efêmera de uma campanha com intenso apoio partidário e substantiva propaganda política, sobretudo de obras no bairro do Imbuí e na Avenida Centenário, que foram anunciadas como a solução definitiva para problemas de alagamento – apesar de terem sido bastante criticadas por urbanistas na imprensa, porque vistas como prejudiciais ao meio ambiente, com o tamponamento de rios da cidade (A TARDE, 30/06/2009). Um ano depois, JH voltou a ser largamente reprovado no segundo mandato. Em dezembro de 2009, ele foi avaliado pelo terceiro ano como o pior prefeito do Brasil¹⁹⁸. No final de oito anos de governo, considerando os dois mandatos, a população apontava serviços precários de saúde, falta de segurança pública e transporte público ineficiente como os principais problemas da cidade¹⁹⁹. Era uma realidade urbana de baixo bem-estar social em um cenário de alto desemprego. Entre 2005 e 2012, embora tenha caído, acompanhando a melhora dos índices econômicos no país no período, a média de desempregados em Salvador foi de 17,3%, bem acima da média nacional de 7,9%²⁰⁰. A combinação desses aspectos negativos, no entanto, não estava necessariamente associada, no corpo social em geral, à disputa pelo espaço urbano nas esferas públicas da Justiça e do parlamento municipal.

A pauta da “aliança verde” chegou a articular mobilizações populares, mas os protestos que ocorreram nas ruas não reuniram grandes massas. Houve manifestos contra

¹⁹⁷ Dados de pesquisa Datafolha.

Ver <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2008/07/1223618-46-consideram-regular-o-desempenho-de-joao-henrique-carneiro.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2019.

¹⁹⁸ Ver <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/53896-joao-henrique-e-o-pior-prefeito-aponta-datafolha.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

¹⁹⁹ Ver <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/06/saude-publica-e-o-principal-problema-enfrentado-pelos-moradores-de-salvador/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

²⁰⁰ Conforme dados do IBGE, Salvador figurou com a capital com maior índice de desemprego em 2006, 2007, 2009, 2011 e 2012. A taxa de desempregados caiu de 22,6%, em dezembro 2005, para 16%, em dezembro de 2012.

o PDDU e a Louos pontuais e modestos, restringindo-se a algumas manifestações²⁰¹ com centenas de pessoas do lado de fora da Câmara Municipal pouco antes e nos dias das votações, muitas vezes articulados pelas entidades do Fórum A Cidade Também É Nossa²⁰². O mais expressivo protesto nas ruas foi o “Desocupa, João”, com três dias de manifestos, em janeiro e fevereiro de 2012, que exigiu a revogação da Louos aprovada no parlamento e a saída do prefeito João Henrique, que a sancionou. O evento chegou a reunir 1,5 mil pessoas na Praça Municipal, conforme estimativas próprias, no dia 1º de fevereiro daquele ano²⁰³. Em cartazes, os vereadores que aprovaram as novas regras urbanas eram chamados de “traidores”. O protesto foi articulado por meio das redes sociais online por membros do movimento “Desocupa Salvador”, integrado por entidades sindicais, movimentos sociais, grupos artísticos e acadêmicos²⁰⁴. Já nas manifestações de junho de 2013, que tomaram o país contra, inclusive, a Copa das Confederações e contra o torneio mundial de futebol em 2014, Salvador também foi palco de diversas manifestações, com até 20 mil pessoas nas ruas em um único dia²⁰⁵. Como nos outros protestos Brasil afora, a pauta era diversificada, com reivindicações por educação, saúde, habitação, transporte público, demandas que poderiam ser condensadas na percepção de direito à cidade, tão cara à “aliança verde”. No entanto, essas reclamações não se expressaram em um discurso, nem ao menos disperso, contra o PDDU da Copa e Louos de 2012, que seriam somente declaradas inconstitucionais em outubro daquele ano, quatro meses depois.

Se a esmagadora parte da população não se envolvia diretamente na querela, houve também parcela modesta que manifestou contradições entre seus interesses e a agenda ambiental da “aliança verde”. No dia 21 de julho de 2009, durante o segundo mandato de JH, “cerca de 150 moradores dos bairros de Mussurunga e Bairro da Paz” (Tribuna da Bahia, 22/07/2009, p. 9) pararam o trânsito de uma das vias da Paralela. Protestavam contra a paralisação de obras ao longo da avenida, decorrente de um embargo administrativo realizado por órgãos de fiscalização. A irregularidade apontada foi de

²⁰¹Ver <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/novo-pddu-e-aprovado-na-camara-municipal-de-salvador.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

²⁰²Ver <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1272868-pddu-vai-ser-votado-em-carater-urgente>. Acesso em: 20 fev. 2019.

²⁰³Ver <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/manifestantes-ocupam-a-praca-municipal-para-protestar-contrajoa-henrique/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

²⁰⁴ Ver <https://movimentodesocupa.wordpress.com/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

²⁰⁵Ver <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/protesto-comeca-de-forma-pacifica-e-termina-com-vandalismo-em-salvador.html>. Acesso em: 1 mar. 2019.

desmatamento de Mata Atlântica sem a devida licença ambiental na construção de empreendimentos imobiliários e de uma via projetada para ligar a Paralela à orla atlântica. Os manifestantes culpavam a atuação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Renováveis (Ibama) e do Ministério Público estadual pela ameaça da perda de emprego e da manutenção da precariedade urbana existente nas localidades.

Segundo o jornal Tribuna da Bahia, os “líderes comunitários” (como o veículo chamou os que falavam em nome do grupo) reclamavam que o embargo havia paralisado a obra do canal de esgotamento de Mussurunga e colocado em risco o emprego de quinze mil trabalhadores dispensados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras ao longo da avenida. Registrou a matéria jornalística: “Para o líder comunitário Mário Augusto, ‘o MP e o Ibama estão contra o desenvolvimento da Paralela porque a paralisação das obras interrompe o crescimento dessas localidades’”; “Os manifestantes questionaram, ainda, se o MP e o Ibama estariam contra a Copa de 2014, em função da construção de novas vias de acesso pela Av. Paralela e argumentaram que as obras vão favorecer o principal acesso ao aeroporto” (grifos nossos). Os registros feitos pela imprensa indicam que os empreendimentos não eram vistos necessariamente de forma negativa por grupos sociais com dificuldades de conseguir um emprego. Pelo contrário, expressaram um alinhamento com a noção de desenvolvimento atrelada a crescimento econômico, dissociada da ideia de proteção e preservação ambiental da “aliança verde”. Os remanescentes de Mata Atlântica não eram prioridade diante de outras demandas, embora tenham havido reclamações sobre desmatamento feitas por habitantes locais, inclusive registradas pela imprensa televisiva²⁰⁶. No entanto, elas foram pontuais, a exemplo dos protestos contra ações específicas de invasores de terreno público próximo ao Bairro da Paz, onde deveria ser construído um centro de lazer, tanto reclamado pelos moradores.

Com uma população em 2010 de, respectivamente, 30,8 mil e 19,4 mil habitantes, com renda média domiciliar de R\$ 1.321 (pouco mais de dois salários-mínimos e meio) e R\$ 776 (1,5 salário mínimo), majoritariamente não-branca (90% e 80%), os bairros de Mussurunga e Bairro da Paz refletiam o perfil da maior parte da população da cidade. Nos dois bairros quase 20% dos domicílios ainda não contavam com esgotamento sanitário e o percentual de área verde chegava a pouco mais de 11% no Bairro da Paz e a 30% em Mussurunga. Como já dito, a preservação de árvores, para moradores de locais

²⁰⁶Matéria veiculada pela TV Record. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ma9T86xUS0Y>. Acesso em: 21 fev. 2009.

tão adensados de concreto, aparecia como segundo plano frente à necessidade de outras demandas. Segundo o jornal Tribuna da Bahia, disse o “líder comunitário” Mário Augusto, novamente: “Ele (o Ibama) alega que a prefeitura estava aterrando as áreas de mata atlântica e lagoas, mas o local se tornou um esgoto e tem provocado a proliferação de ratos, entre outros insetos, e já vitimou moradores por leptospirose, focos de muriçoca, dengue e escorpiões” (grifos nossos). Vale destacar também que dois anos antes da passeata contra a paralisação das obras, a imprensa noticiava que os poucos populares que participaram de audiência pública na Câmara de Vereadores sobre o PDDU demonstraram a mesma preocupação, presente dois anos depois nos manifestantes da Paralela, quanto à empregabilidade: “As principais críticas da comunidade se dirigiam à falta de capacitação dos trabalhadores locais para as vagas que serão potencialmente geradas” pelos empreendimentos (A Tarde, 14/11/2007, p. 7).

Há duas objeções possíveis a essa interpretação, mas elas não inviabilizam o cerne do argumento. A primeira é de que o número de aproximadamente cento e cinquenta manifestantes é inexpressivo. A segunda é de que o protesto poderia ter sido encomendado pelas próprias empreiteiras prejudicadas pelo embargo. Não há elementos que contestem ou confirmem a segunda ponderação, mas é possível afirmar que não há registros de protestos coletivos do mesmo perfil social a favor do embargo e em nome da preservação do verde na Avenida²⁰⁷. Além disso, não foi sugerido que a chegada dos empreendimentos tenha provocado, necessariamente, efeitos político-eleitorais positivos. Foi defendido que a pauta ambientalista da “aliança verde” sucumbiu no jogo político-eleitoral, em parte porque seu projeto de cidade não estava, como em outros grupos setorizados da sociedade, firmado no horizonte social e político da maioria da sociedade como uma resposta viável que atendesse às necessidades concretas do cotidiano. Isso favoreceu a tradicional força da “aliança imobiliária” no pragmatismo político-eleitoral do sistema político local e brasileiro naquele momento. Há outros dados da realidade que reforçam essa perspectiva. O Partido Verde (PV) somente conseguiu alguma relevância eleitoral em Salvador em 2012 – talvez impulsionado pelo excelente desempenho de Marina Silva, em 2010, na disputa pela presidência da República²⁰⁸. A agremiação elegeu

²⁰⁷ Mais de cem matérias jornalísticas foram consultadas, do período entre 2004 e 2016, e nenhuma delas relata protestos populares com o perfil indicado, por mais tímidos que sejam, contra os empreendimentos e obras na Avenida.

²⁰⁸ A então senadora obteve mais de 19 milhões de votos, 20% do total de válidos. Ver <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/marina-e-pv-anunciam-independencia-no-segundo-turno.html>. Acesso em: 26 mar. 2019.

a vice-prefeita, Célia Sacramento, na coligação de ACM Neto, e dois vereadores (Ana Rita Tavares e Marcel Moraes)²⁰⁹. Essa projeção não se deu por meio de um discurso contrário ao crescimento imobiliário como ameaça ao desenvolvimento sustentável. A pauta ambiental, no caso dos vereadores, era muito mais voltada à proteção dos animais. Tampouco a aprovação do PDDU de 2016, tanto criticado pela “aliança verde”, impediu ou dificultou que o prefeito ACM Neto fosse reeleito em outubro daquele ano, com mais de 70% dos votos válidos no primeiro turno, referendando a alta aprovação popular de seu governo²¹⁰. Além disso, na maioria dos bairros do que se definiu aqui como região da Avenida Paralela, João Henrique não registrou em 2008 índices de competitividade eleitoral significativos, alcançando seus piores resultados percentuais no segundo turno no Bairro da Paz (35,68%) e Patamares (44,41%), duas das quatro localidades da cidade em que ficou atrás do concorrente²¹¹. Não há informações suficientes para explicitar os motivos desse desempenho eleitoral distinto da maioria do município. No entanto, os indícios analisados aqui apontam que a questão do desenvolvimento sustentável, tal como mobilizada pela “aliança verde”, era muito mais defendida por parte dos moradores de Patamares do que por grupos do Bairro da Paz.

3.3. Salvador em tempo presente: o tecido urbano e a modernidade metroviária

“Mais carros e menos verde”. Em 15 de agosto de 2008, o jornal A Tarde destacou dois dos principais problemas que circulavam na percepção pública da sociedade sobre o desenvolvimento urbano da Avenida Paralela: mobilidade urbana (engarrafamentos) e redução da área verde. A qualidade de vida na cidade era posta como um tema crucial. A polarização entre os dois projetos de cidade, já exaustivamente explicitada, dava-se entre a ênfase na perda de mata nativa correspondente a “340 campos de futebol”, permitida pelo PDDU de 2008, e a defesa da avenida como um “corredor de expansão e não um parque ecológico”, como a definiu a então secretária municipal de Planejamento e Meio Ambiente Kátia Carmelo. No entanto, um consenso ganhava corpo em meio à disputa entre as duas “alianças”, e na sociedade em geral. O trânsito na cidade era caótico e a

²⁰⁹ Sobre os políticos, ver <http://www.anaritataavares.com/biografia.php> e <http://marcellmoraes.com.br/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

²¹⁰ Ver <http://g1.globo.com/bahia/eleicoes/2016/noticia/2016/10/acm-neto-e-reeleito-prefeito-em-salvador.html>. Acesso em: 26 mar. 2019.

²¹¹ Relatório do TSE das Eleições 2008 (2009, p. 174 -187).

Paralela caminhava para uma saturação irremediável se não fosse implementado na capital um transporte público de massa. A mobilidade urbana se tornou uma pauta da percepção geral, com reiterada repercussão na esfera pública, principalmente na jornalística. “Nove em cada 10 pessoas entrevistadas sobre os maiores problemas de infraestrutura de Salvador afirmaram que o trânsito e o transporte são os pontos que mais afligem os soteropolitanos” (A TARDE, 31/10/2013). Nesse contexto, uma aposta de solução dominou o debate: a implementação de transporte público coletivo no canteiro central da via. Com seu paisagismo verde baseado nos princípios paisagísticos do urbanista Burle Marx, o canteiro passou a partir de 2008 a ser visto como a solução para a mobilidade urbana na avenida com efeitos gerais na cidade e para que a Paralela retomasse sua função de via expressa, tal como havia sido idealizada nos anos 1980 e legalmente classificada na década de 1990. Ou seja, em outros termos, era a modernidade urbana que se queria resgatar, com a velocidade de deslocamento, que havia perdido sentido em seu outrora grande símbolo, o carro, agora aprisionado na irônica irracionalidade também moderna do engarrafamento.

Fig. 10: Canteiro central da Paralela, baseado nos princípios de Burle Max



Fonte: Skycrapercity (2010).

A primeira proposta mais concreta para transporte coletivo público no canteiro central foi apresentada em 2009 pelo governo municipal (A Tarde, 16/08/2009). A Copa

do Mundo de 2014, que foi realizada no Brasil, com jogos em Salvador, exigia um transporte público de massa e a ideia inicial foi instalar um sistema de vias exclusivas para ônibus rápidos com capacidade elevada de transporte, o chamado *Bus Rapid Transit* (BRT – algo como trânsito rápido de ônibus, em português). Após disputas entre governo do estado e prefeitura sobre o modal que deveria ser implementado, em 2011 os ônibus saíram de cena e teve início o debate sobre a possibilidade de instalação de um metrô no canteiro. A possibilidade não foi unânime, no âmbito político e técnico. Houve questionamentos sobre a instalação do equipamento em uma localidade cuja densidade urbana não era apontada como a mais viável²¹². Integrantes da “aliança verde”, como os arquitetos e urbanistas Carl Von Hauenchild e Paulo Ormino, defendiam que o metrô deveria ser instalado na área do “Miolo” (onde a densidade populacional é muito maior que na região da Paralela)²¹³. Foram variadas as opiniões. As controvérsias foram desde se o metrô deveria ser subterrâneo ou de superfície; se em lugar dele, deveria se apostar em veículo leve sobre trilhos; até se haveria espaço de convivência no canteiro central e quanto dele e de seu verde paisagístico seria preservado. Em meio a críticas, o Poder Público (governos estadual e municipal) optou pelo metrô de superfície, cuja infraestrutura começou a ser montada em março de 2015. Seria a Linha 2 do sistema metroviário da cidade, que já contava com a Linha 1 em funcionamento desde 2014²¹⁴.

Diante da decisão governamental, o princípio da sustentabilidade mobilizado pela “aliança verde” voltou a ganhar força na esfera pública, articulando seus principais elementos político-epistemológicos, quais sejam, as ideias de democracia urbana (direito à cidade) e de preservação ambiental (proteção de áreas verdes). Mais uma vez, tais elementos foram manejados pela intelectualidade, acionando um saber técnico especializado sobre o urbano. Paulo Ormino conclamou alternativas técnicas para a instalação de um metrô subterrâneo que evitasse uma barreira socioespacial na região.

Imaginem as enormes filas de carros nas duas mãos da Paralela para transpor

²¹² Ver <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/133517-hilton-critica-metro-da-paralela-039esse-trajeto-e-uma-farsa039.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

²¹³ Paulo Ormino externou essa opinião em artigo (A TARDE, 10/11/2013), no qual criticou o governo do estado por estar “mal assessorado”, e a reiterou em entrevista para essa pesquisa no dia 6 de agosto de 2018. Já Haeunschild afirmou sua proposta alternativa ao canteiro central da Paralela em entrevista no dia 21 de julho de 2007.

²¹⁴ A Linha demorou mais de dez anos para entrar em operação, devido a fraudes e corrupção. Ela corta a Avenida Mario Leal Ferreira (Bonocô) e vai da estação da Lapa até a de Pirajá, fazendo entroncamento para a Linha 2 no Acesso Norte. Essa por sua vez, vai até o município de Lauro de Freitas, cortando a Av. Paralela. Ela entrou em operação em 2017.

a linha férrea em quatro ou cinco viadutos, sem faixa para ciclistas nem passeios. Nem Soweto em Johannesburg foi tão segregada durante o apartheid. A Paralela perderá o jardim de Burle Marx para dar lugar a uma ferrovia murada com nove estações que ocuparão toda a largura do canteiro central. Seus moradores, funcionários e trabalhadores terão ainda que suportar a matraca do trem dia e noite. Seus imóveis serão inevitavelmente desvalorizados. Mas haveria outra solução? Sim. Ao longo da Paralela o metrô poderia correr num “falso túnel”. Esta solução consiste em bater estacas nos dois lados da via, fundir uma laje a 50 cm abaixo do solo atual, refazer o gramado e escavar o túnel. Solução barata, pois não necessita de desapropriações, tatzão para furar rochas, nem estancar lençol freático. Não perderíamos o parque longitudinal e os retornos e evitaríamos a poluição sonora e visual do projeto atual. (A TARDE, 15/03/2015, grifos nossos)

A percepção de que o metrô na Paralela iria provocar uma segregação irremediável também foi externada pelo antropólogo e escritor baiano Antônio Risério, que chamou o metrô de “muro da vergonha”, com o qual a cidade ficaria “irremediavelmente apartada”. Apesar de ter havido críticas severas, no entanto, o metrô de superfície foi instalado na avenida, chegando a ser conclamado como “modelo de excelência e modernidade” pelo então secretário de desenvolvimento urbano do Estado da Bahia, Carlos Martins (Correio, 26/12/2016). Em resposta a Risério, o gestor afirmou que “longe de ser um ‘muro da vergonha’, a Linha 2 será um ponto de integração da cidade”. Engrossando essa perspectiva, dentro da “aliança verde” o tema tampouco era pacífico – alguma margem de dissenso sempre esteve presente no grupo, como aconteceu, já com mais intensidade, no caso da revogação do PDDU da Copa e Louos de 2012. Antônio Luiz, representante do movimento “Salvador Sobre Trilhos”, que integrava em 2013 o Fórum Permanente A Cidade Também É Nossa, defendia o metrô proposto, valendo-se inclusive das premissas do axioma do desenvolvimento sustentável, muitas vezes utilizado, discursivamente, como um catalizador do crescimento econômico sem prejuízo à natureza. Antes da proposta do metrô, o movimento chegou a mobilizar uma petição pública eletrônica que reuniu seis mil assinaturas contra o projeto do BRT da prefeitura e em prol do VLT²¹⁵. No entanto, não houve protestos contra a estrutura metroviária no canteiro.

Trata-se de um sistema de baixíssimo impacto ambiental que utiliza energia limpa e a sua implantação no corredor da Av. Paralela, o seu maior trecho, terá a implantação dos trilhos em solo natural, sem a necessidade de pavimentação asfáltica ou de concreto. A separação do corredor será feita através de cerca viva, que não causará danos ambientais, como a impermeabilização do solo e a elevação da temperatura ambiente no corredor. Economicamente é viável porque a Av. Paralela é um dos maiores polos geradores de viagens e tráfego de Salvador, além da ligação Metropolitana SSA/Lauro de Freitas, lembrando que, por ser uma PPP [Parceria Público-Privada], nenhuma empresa se

²¹⁵ Ver <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=vtl>. Acesso em: 1 mar 2019.

arriscaria em um projeto de tamanha magnitude que não tivesse viabilidade econômica”, defende. (grifo nosso)²¹⁶

O debate sobre o metrô da Paralela tornou as fronteiras quanto às apropriações do princípio da sustentabilidade bastante diluídas. Embora algumas críticas – baseadas no argumento da demanda por passageiros – acusassem a decisão pelo metrô na Paralela de favorecer os empreendimentos imobiliários, os discursos perderam muito da força que colocaram em polos bem definidos os atores das duas alianças. Perdeu-se boa parte da polarização entre privatização e democratização do espaço público. No projeto de cidade privatista da “aliança imobiliária”, inclusive, o dissenso também estava presente quanto aos efeitos positivos da modernidade metroviária. O Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA) chegou a alertar sobre a possibilidade, não tão remota, de o metrô inviabilizar o elemento mais significativo para eles do tripé do desenvolvimento sustentável, o aspecto econômico.

Em termos econômicos, analistas afirmam que com a implantação do metrô a região da avenida Paralela, uma das áreas imobiliárias mais valorizadas de Salvador, deve perder em termos de valorização, especialmente em relação aos projetos de alta renda que hoje margeiam a avenida podem ter o metro quadrado desvalorizado. (SINDUSCON, 14/04/2015)²¹⁷

Por outro lado, a Ademi-BA anunciava uma percepção distinta, em que a mobilidade urbana se tornou um ativo econômico e político de primeira importância. Em 2012, quando da de ACM Neto, a Associação destacou a questão da mobilidade urbana entre as principais propostas do prefeito eleito. E o transporte metroviário apareceu como uma medida incontornável, desde que integrado ao sistema e como parte de um projeto político em que os empresários do setor imobiliário seriam “parceiros nessa tarefa que a próxima gestão terá de resgatar a capacidade de crescimento de Salvador”²¹⁸. Em 2014, o então presidente da Ademi, Luciano Muricy, ratificava a perspectiva na qual a mobilidade urbana e o desenvolvimento se colocavam como indissociáveis.

Com toda certeza. A questão da mobilidade urbana está diretamente relacionada ao desenvolvimento da cidade e o mercado imobiliário está inserido nesse contexto, especialmente em Salvador [...]. Ainda há pouco vimos a região da Paralela sendo explorada maciçamente, justamente pela presença da infraestrutura. O resultado é que o mercado se estendeu até Lauro de Freitas. Depois disso, a cidade travou. Ficamos praticamente 40 anos sem

²¹⁶Ver <http://www.abi-bahia.org.br/aos-466-anos-salvador-ameacada-de-ser-dividida-ao-meio-pelo-metro-diz-especialista/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

²¹⁷Disponível em <https://www.sinduscon-ba.com.br/noticias/linha-2-do-metro-deve-desvalorizar-imoveis-de-alta-renda-ao-longo-da-1-2/index.html>. Acesso em: 25 fev. 2019.

²¹⁸ Revista Ademi Bahia, Ano 11, nº 51, 2012.

obras que interferem na mobilidade urbana [...]. Só agora despertamos para isso e temos de correr atrás de um enorme tempo perdido com a implantação do metrô, obras viárias, BRT, etc.²¹⁹

Já em março de 2016, com as obras do metrô a pleno vapor, o presidente da Ademi declarava total apoio à infraestrutura metroviária, avaliando as consequências que o equipamento teria para a valorização dos imóveis. “O presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), Luciano Muricy, não tem dúvidas de que em um modo geral o metrô vai causar um impacto positivo” (A Tarde, 05/03/2016). Na imprensa, o corte de árvores e o aterramento de lagoas no canteiro central suscitaram críticas. O aspecto paisagístico e ambiental propriamente dito teve mais repercussão do que qualquer eventual agravamento da segregação socioespacial. A obra foi adiante sem maiores obstáculos. A parceria entre Estado, via Ministério Público estadual, e sociedade civil não firmou uma posição unitária e firme. Apesar de ter sido acionado, o MP não contestou judicialmente as licenças ambientais concedidas pelos órgãos estaduais de fiscalização. O então procurador-geral de Justiça e chefe da instituição, Márcio Fahel, participou inclusive da cerimônia onde foi assinado o termo que autorizou, em junho de 2015, o início das obras do metrô na avenida, ao lado do governador Rui Costa e do prefeito ACM Neto²²⁰. O consenso estava dado nas instituições do Estado. Predominou o diagnóstico de que o projeto compensaria a derrubada de 1,3 mil árvores, com “o replantio de 6.700 árvores, principalmente espécies nativas de Mata Atlântica, ao longo de aproximadamente 20 quilômetros do novo parque que será erguido junto com a nova linha do metrô”²²¹. Ou seja, as ramificações do princípio da sustentabilidade, diluídas, falaram naquele momento praticamente a mesma língua, em que pesem alguns ruídos. É representativo dessa diluição o discurso mobilizado pelo grupo de comunicação Metrópole, do radialista Mário Kértész. O ex-político – foi prefeito de Salvador na década de 1980 – valeu-se de ter sido secretário estadual de Planejamento no governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), quando a Paralela foi construída, para defender o paisagismo verde do canteiro central da avenida desenhado naquela época. No site do grupo Metrópole, a derrubada das árvores foi criticada, mas sob um discurso cuja tônica apontou para a dimensão ambígua do princípio da sustentabilidade, que alimentava a diluição de suas fronteiras.

²¹⁹ Revista Ademi Bahia, Ano 13, nº 55, 2014.

²²⁰ Ver <http://www.mpba.mp.br/noticia/29585>. Acesso em: 26 fev. 2019.

²²¹ Ver <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/11/metro-na-paralela-aterra-lagoas-e-retira-arvores-ccr-promete-reposicao.html>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Considerada uma das áreas ambientais mais importantes da cidade, a Av. Luiz Viana Filho, a Paralela, construída na década de 1970, abriga espécies em extinção da fauna e da flora provenientes da Mata Atlântica. Até 2015, o motorista que percorria os seus 13 km contemplava inúmeras árvores e lagoas em todo o trajeto. Porém, após a chegada da CCR Metrô Bahia — responsável pela implantação da linha 2 do metrô —, os resquícios de mata no canteiro central, assim como as lagoas, desaparecem aos poucos. Até aí, trata-se de uma questão meramente controversa, uma vez que o progresso exige certas concessões. Mas, de um dia para o outro, sem aviso algum, o soteropolitano passou a ver a vegetação da Av. Paralela sendo arrancada sem dó e sem ser informado do que aconteceria com aquelas árvores. Por ser uma área de expansão urbana, a Paralela está sujeita à retirada de vegetação, mas em acordo do termo de compromisso firmado entre a CCR e a Prefeitura, a concessionária se compromete a fazer a transposição da área desmatada, o que é difícil acreditar que acontecerá, pois imagens flagraram o uso de serras elétricas na retirada de muitas das 1.300 árvores do local. Como a CCR vai cumprir? (METRO1, 12/11/2015, grifo nosso)

A modernidade metroviária deveria então ser o progresso, que “exige concessões”, no caso o desmatamento necessário para o desenvolvimento urbano, desde que ele fosse racionalmente controlado. Mas não era isso também que, em última instância, defendia parcialmente a “aliança verde”, soluções técnicas e planejadas que garantissem o desenvolvimento sustentável? Se o verde poderia, com o uso da racionalidade técnica, ser preservado sem se colocar como obstáculo à modernidade metroviária, apenas um aspecto evitou o total apagamento das fronteiras entre os dois projetos de cidade e suas respectivas apropriações do princípio da sustentabilidade. Foi a questão da democratização urbana, ou seja, a redução das desigualdades socioespaciais no solo urbano. Isso não significa que a instalação do metrô instaurou ou ampliou a segregação, até porque foram as massas populares que começaram a fazer mais uso dele. No entanto, a modernidade metroviária, ao passo que diluiu as fronteiras entre as ramificações do princípio da sustentabilidade, realçou no espaço a face urbana que movia os dois projetos de modernidade. O metrô engrossou fisicamente a linha de separação geográfica entre pobres, no “Miolo”, e ricos, na orla atlântica – embora ela não fosse naquele momento mais uma novidade, pois já constituída ao longo do crescimento urbano da Paralela nos últimos onze anos.

No projeto de cidade da “aliança verde”, em linhas gerais, a organização do espaço urbano teria de ser mais autônoma à lógica do valor de troca, da mercantilização da moradia, em favor de um ordenamento que aumentasse a qualidade de vida e bem-estar social para a sociedade soteropolitana como um todo. No projeto da “aliança imobiliária”, aquela organização atendeu à máxima capitalista de que o bem-estar tem sempre seu ônus, em nome do crescimento econômico. No entanto, a modernidade metroviária, com suas

compensações ambientais avalizadas pelo Estado, em prol da mobilidade urbana, que incomodava ricos e pobres, criou uma intersecção materialmente visível dos dois projetos de cidade em disputa. A velocidade metroviária, como transporte de massa, não poderia ser tachada de privatização da cidade. Pelo contrário, era tida como solução de mobilidade coletiva para enfrentar o esgarçamento do tecido urbano e sua primazia pelo grande deslocamento, do qual o carro não dava mais conta em plena modernidade urbana contemporânea.

Como já dito antes, a construção da Paralela foi considerada como elemento fundamental do processo de consolidação de uma nova centralidade urbana da capital baiana, que se estruturou na conexão entre o antigo shopping Iguatemi, a estação rodoviária e o Centro Administrativo da Bahia (CAB)²²². As famosas avenidas de vale contribuíram para a expansão do tecido urbano, à qual sucederam um adensamento populacional, imobiliário e viário (espontâneo e projetado), com um processo de verticalização da mancha urbana, que resultou em bairros como o da Pituba, por exemplo. Nos dozes anos aqui estudados, esse mesmo processo foi ganhando forma na região da Avenida Paralela, mas com o diferencial de que a fragmentação do tecido urbano, resultante da sua forte dispersão, ainda conforma o espaço. Empiricamente, no uso mesmo dos lugares pelos habitantes, não é difícil perceber que a acessibilidade ou conexão urbana pela região da Paralela é totalmente distinta de outras áreas da cidade, como o Comércio ou a própria Pituba. Nessas, a usabilidade do pedestre é bem mais ampla, ainda que no convívio com os automóveis. Naquela, a configuração urbana, dispersa e esgarçada, tornou-se hostil às pessoas, que dependem de longuíssimas passarelas para se conectarem de um lado a outro da avenida e para chegarem ao canteiro central, onde está o metrô. Os bairros, mesmos os fronteirços, são quase dissociados entre si, forçando o uso do veículo de transporte, atomizando o indivíduo na sua impotência corporal diante da demanda urbana por velocidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que a modernidade metroviária, como solução de ligação desses lugares quase incomunicáveis, concretizou-se como espécie de arremate final do processo de configuração do espaço urbano da Avenida Paralela como a principal expressão do desenvolvimento urbano de Salvador no tempo presente, marcado por adensamento populacional e viário e por segregação socioespacial. Esse movimento foi

²²² Essa discussão, por exemplo, é realizada por Michele Azevedo (2012), em sua dissertação de mestrado, em que ela dialoga com várias referências de estudo desse fenômeno urbano.

potencializado com a caracterização da via como corredor multiuso no PDDU de 2008, dando continuidade ao crescimento significativo não apenas de estabelecimentos residenciais, mas também comerciais, como faculdades, concessionárias de automóveis, lojas de material de construção, oficinas, shoppings centers, restaurantes e escritórios. As diversas intervenções ampliaram a infraestrutura viária da avenida e a Paralela se consolidou como via de ligação entre uma antiga e nova centralidade urbana, firmando-se como o principal eixo de ligação metropolitana (FILGUEIRAS, 2014), com a instalação do metrô. Assim, a modernidade metroviária reconfigurou o espaço urbano (com a estrutura de concreto, os trilhos e o próprio trem cortando o centro da avenida em meio a pista tomadas de carros), pois também atendeu a uma demanda social de natureza prática²²³. Depois dela, a relação com a cidade mudou, porque a usabilidade do tecido, ou melhor, do corpo urbano também mudou. Deu-se uma transformação na relação desse tecido com a dimensão espaço-temporal, não apenas do deslocamento – mas também da percepção sobre a própria cidade, já que a falta do metrô era vista como um atraso, uma eterna promessa incorporada na memória de parte dos seus moradores. A fala em destaque, abrindo a matéria, de uma pessoa identificada pela imprensa como a aposentada Jandira Oliveira Pinto, aponta não apenas para o apoio do jornal ao empreendimento, mas também para como a modernidade metroviária já estava presente no horizonte de expectativa, como solução daquele que era tido como o principal problema da cidade, a mobilidade. “É claro que todo mundo está esperançoso com essa nova fase do metrô e torcendo para que tudo dê certo, mas depois de tantos anos, a gente chega a duvidar se realmente vai acontecer. É inadmissível que uma cidade como Salvador ainda funcione sem um meio de transporte destes” (Tribuna da Bahia, 24/03/2013, grifos nossos).

Talvez essa inadmissibilidade presente no tecido social mais amplo – à margem de um debate especializado instruído por saberes-poderes das ciências do urbano e do direito, ou mesmo da prática política e seu pragmatismo – tenha tido sua importância. Talvez tenha sido significativa essa inevitabilidade do corpo urbano fragmentado e disperso já dado no processo histórico (pedinte, por assim dizer, de uma modernidade urbana). Talvez em razão delas que o projeto da “aliança verde”, na sua narrativa de desenvolvimento sustentável e respectivas apropriações do princípio da sustentabilidade,

²²³ Na imprensa, os usuários da Linha 2 apontaram para vantagens e desvantagens. Ver <http://varelanoticias.com.br/integracao-usuarios-relatam-as-vantagens-e-desvantagens-do-servico/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

tenha tido pouca chance de vencer a disputa pelo convencimento na esfera pública e pela influência sobre as decisões dos agentes do Estado quanto às regras urbanísticas e políticas públicas decorrentes delas. A dominação da “aliança imobiliária” sobre o espaço urbano da Salvador do tempo presente, sem dúvida, é resultante da penetração do poder econômico de agentes do setor imobiliário na imprensa, no parlamento e na justiça, mas não apenas porque ele comprou almas e corações. O funcionamento da lógica capitalista, com o solo como espaço de reprodução do capital, relacionou-se também com demandas e visões na e da cidade, no seu corpo social e urbano, que, no geral, foram distantes de uma espécie de utopia forjada na articulação entre um saber disciplinar herdeiro da racionalização do espaço como ação política do Estado e uma cultura política de ativação da sociedade civil que fomentou a crença no pacto político de 1988 e sua efetivação concreta no tecido urbano. Isso talvez explique porque, na narrativa da “aliança verde”, o espaço urbano de Salvador tenha aparecido como um reflexo direto da falta de planejamento e porque tenha havido a crença, inabalável, de que a democracia foi corrompida por representantes políticos sem compromisso com o interesse público, ao longo de doze anos. Não que isso esteja errado. Mas se eis aí a grande verdade histórica, significaria que a “cidade sustentável”, portanto a verdadeira modernidade urbana, progressista, esteve sempre como potência naquele projeto, como também haveria de se admitir que na vitória da “aliança imobiliária” já estava em gestação a dissolução do *telos* da reforma urbana e do horizonte da redemocratização. Está aqui uma interpretação possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento central defendido nesta dissertação é o de que diferentes apropriações da noção ou do conceito de desenvolvimento sustentável conformaram a disputa entre dois projetos de modernidade que tentaram definir os rumos do desenvolvimento urbano de Salvador entre 2004 e 2016. Como resultado, a região da Avenida Paralela se tornou a principal expressão da história urbana de Salvador no tempo presente, marcada pela segregação socioespacial e pela privatização do espaço público, o que expôs, no chão urbano da cidade, uma rachadura na promessa do pacto político de 1988 e seu horizonte de democracia. A expansão imobiliária já era um fato relevante na capital baiana muito antes desse período (a cidade se expandia desde 1960), mas, nos doze anos, esse processo se deparou com o fortalecimento da agenda ambiental e sua associação com a democracia urbana. Como a Paralela era uma área rica em recursos naturais, com pouca ocupação urbana, a disputa por seu espaço expressou, como nenhuma outra, as ambíguas dimensões da História do Tempo Presente. Marcada por uma urgência, presentista, que se orienta por uma percepção trágica e traumática, ligada às preocupações ambientais e sua relação com os adventos técnico-científicos da modernidade, a HTP configura uma macroambiência que reclama pela abertura de um novo horizonte de expectativa, ou melhor, por uma esperança de evitar a tragédia e salvar o futuro da humanidade.

No entanto, esse futuro se apresentou, concretamente, como uma perversa continuidade sociourbana. Isso porque o projeto da “aliança verde”, que articulou sustentabilidade à ideia de direito à cidade, foi derrotado pelo projeto da “aliança imobiliária”, que operou o aspecto conservador do sistema e jogo políticos da fechada democracia representativa brasileira, em favor da privatização do conceito de desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, do próprio espaço urbano soteropolitano. Tal operação, no entanto, somente foi possível em um contexto em que o setor imobiliário virou uma espécie de ponta de lança da reprodução do capital na contemporaneidade, com respostas às demandas práticas das pessoas vivendo em uma cidade que enfrentava problemas de violência, mobilidade e desemprego. Realidade que era comum, em linhas gerais, a todos grandes centros urbanos do país.

Nesse sentido, a partir de um olhar retrospectivo, é que se tentou anunciar, tomando como lócus a experiência de Salvador, a compreensão histórica do fenômeno urbano brasileiro como uma chave de entrada para a interpretação da própria história do Brasil em tempo presente – marcada por significativos acontecimentos, como as grandes manifestações populares de junho de 2013, o impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Talvez esteja nesse veio aberto a possibilidade de novas pesquisas historiográficas, que considerem a frutífera combinação teórico-metodológica da História do Tempo Presente (HTP) com a História Urbana. Em outros termos, o importante e recente movimento de virada da conjuntura política nacional – de natureza um tanto traumática – precisa ser estudado, profunda e especificamente, a partir da compreensão das tensões sociais e políticas que fervilharam, e ainda fervilham, nas grandes cidades brasileiras, no conflito incontornável entre a mobilização política do conceito de direito à cidade, como elemento constituinte da ideia de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, e a expansão imobiliária como principal forma de reprodução do capital. A “questão urbana”, criação do século XIX, seria assim um objeto de pesquisa imprescindível para a compreensão da história política e social brasileira e sua relação com a experiência histórica da modernidade mais recente e seus autoquestionamentos e hesitações.

No entanto, longe de transformar a disputa pelo espaço urbano de Salvador entre 2004 e 2016 em um repositório clarividente, capaz de elucidar toda a crise brasileira atual, esta dissertação quis, em primeiro plano, compreender a cidade de Salvador, como configuração espaço-temporal do social e do político. Entre os objetivos, razoavelmente alcançados, estavam a identificação e compreensão das ideias e projetos de cidade existentes no período; a identificação, apresentação e compreensão dos atores que acionaram diferentes concepções sobre o espaço urbano e sobre desenvolvimento sustentável, principalmente, como eles agiram e de que dispositivos se valeram diante, a favor ou contra a institucionalidade normativa política, econômica e social vigente; a identificação e demonstração das transformações urbanas no período e de como as ações dos atores se relacionaram com a configuração do espaço urbano; o dimensionamento da significância da Avenida Paralela para essa configuração e do peso da institucionalidade normativa para as transformações e permanências históricas.

Os objetivos condicionaram escolhas e, conseqüentemente, exclusões. Foi priorizada a disputa pela cidade realizada nas esferas institucionais, nas quais

determinados saberes e poderes especializados, forjados no Urbanismo e no Direito como formas concomitantes de aproximação e afastamento entre ciência e política, contornaram e limitaram os modos, as possibilidades e as condições objetivas e subjetivas do conflito. Embora importante e viva, a mobilização popular – sejam nas ruas como manifestações e protestos, seja como ações táticas e estratégicas para pressionar políticas públicas mais democráticas – apresentou-se como uma força secundária, controlável e administrável pela gestão dos mecanismos da institucionalidade, legalmente ou ilegalmente, abusiva ou normalmente manipulados. Isso não afasta a rica potencialidade de pesquisas que se debruçam sobre a mobilização popular como forma de disputa da cidade, mostrando como os sujeitos, excluídos ou afastados da institucionalidade, construíram táticas e estratégias de luta urbana. Para tal objetivo, algumas fontes, pouco exploradas neste trabalho, parecem ser uma referência informativa fundamental, a exemplo das atas e vídeos das audiências realizadas nos bairros da cidade sobre os Planos Diretores (em 2004, 2008 e 2016, principalmente) e da própria atuação de movimentos como o “Desocupa, Salvador” e dos Sem-Teto, sobretudo a limitação de sua agência em relação à disputa pelas regras urbanísticas da capital. É certo afirmar, como mostrou esta pesquisa, que a articulação popular também adotou o caminho da institucionalidade, quando se associou à academia e ao Ministério Público, via Federação da Associação de Bairros de Salvador (Fabs) e União pela Moradia Popular (UMP), tendo nela, paradoxalmente, a saída e o obstáculo possíveis. Certamente, também, que a identificação e demonstração de construção de parcerias dentro da sociedade civil não esgotam a complexidade da agência e conformação históricas desses atores sociais. No entanto, seu entendimento histórico não pode prescindir do entendimento de suas limitações, sob pena de se construir uma narrativa romântica, ou cujo objetivo seria a visibilidade “dos de baixo” em si mesma: como se fosse suficiente dizer da existência de determinados setores oprimidos da sociedade, mostrar sua agenda, para explicar como se deram os fatos. Uma compreensão mais robusta dessas limitações demandaria estudo detalhado e aprofundado dos sujeitos que integravam o Poder Judiciário e o próprio Ministério Público estadual. Algumas questões ficaram ausentes nesta dissertação, em razão do tempo hábil de pesquisa, dos limites do texto e das escolhas associadas à condução da análise e da narrativa. Seria preciso investigar a formação política e epistemológica dos desembargadores, juízes e promotores de Justiça para melhor compreender as decisões, as ações judiciais e as relações deles com a própria conformação histórica do saber jurídico local. A compreensão suscitaria como exigência a historicização do conceito de desenvolvimento

sustentável, concretamente na esfera pública soteropolitana, até chegar à sua expressão prática no vocabulário desses e demais sujeitos históricos. Tais lacunas se apresentam, assim, como auspiciosas possibilidades de pesquisa.

A dissertação priorizou compreender a recente história urbana de Salvador dentro de um movimento conformado por saberes e poderes que circulavam nas esferas institucionalizadas, dominados e geridos por atores vestidos de autoridade formal ou social – seja científica, política, técnica, econômica ou simbólica. Tal movimento condicionou a atuação daqueles que, menos ou mais intensamente, não dominaram ou se familiarizaram com códigos ou atalhos daqueles saberes e poderes, colocando-se em posição subsidiária ou à margem totalmente do Estado, de onde a mudança seria possível, no quadro mais favorável dentro das limitações de uma democracia liberal burguesa (políticas públicas de atenuação da propriedade privada e ampliação da moradia popular e das reservas públicas ecológicas).

Os saberes e poderes do Urbanismo e do Direito configuraram as diferentes apropriações do conceito ou noção de desenvolvimento sustentável na disputa pela elaboração e definição das normas urbanísticas da capital baiana no período. Longe de anunciar ou reproduzir conteúdos neutros, o saber jurídico e científico se apresentou como fundamental instrumento de luta política. Essas apropriações eram articuladas a partir de uma matriz político-epistemológica comum, chamada de “princípio da sustentabilidade”, em cujo seio operavam marcas da historicidade do tempo presente, nas quais expressavam-se as dúvidas e a descrença na modernidade e sua promessa de contínuo progresso técnico, científico e material, esse profundamente questionado, na perspectiva ao mesmo tempo trágica e esperançosa forjada pela ecologia. Nesse princípio, o progresso passou a ser indissociável da ideia de desenvolvimento sustentável, como quase sinônimo da modernidade concreta, que, embora ressignificada, não se desvinculou dos saberes-poderes decorrentes da articulação entre ciência e política e seus discursos e práticas. A sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável eram, assim, quase imperativos históricos, conceitos sem os quais nenhum ator poderia debater na esfera pública com alguma legitimidade ou propriedade.

No primeiro capítulo, mostra-se como as diferentes apropriações, baseadas no princípio da sustentabilidade, conquistaram espaço normativo-jurídico. A apropriação mobilizada pela “aliança verde” ganhou notoriedade e influência significativas. Essa

ascendência se deu motivada pela própria característica imperativa da ideia de sustentabilidade, por um lado. Por outro, veio também a reboque do horizonte de expectativa da fase de redemocratização, que fincou no pacto político de 1988 dispositivos normativos importantes para a construção de um projeto de democracia urbana, que foram relativamente fortalecidos em 2001, com sua regulamentação por lei (Estatuto da Cidade) e durante os governos petistas, com uma política urbana institucionalmente mais robusta (Ministério das Cidades), apesar das profundas e graves limitações relacionadas ao jogo entre interesses políticos e econômicos. Nas regras urbanas soteropolitanas, isso se apresentou, como demonstrado, numa gradual e significativa mudança do conteúdo das normas em favor da ideia de desenvolvimento sustentável com realce para sua articulação com a noção de direito à cidade e sua defesa de uma democratização urbana abraçada à conscientização ecológica. Essa conquista de espaço, é verdade, foi mais de natureza exclusivamente discursiva, denotando-se nas regras urbanas um descompasso entre as diretrizes gerais e os parâmetros urbanísticos de aplicação efetiva e prática. Foi dentro dessa assimetria que se movimentou a apropriação do princípio da sustentabilidade da “aliança imobiliária” e seu argumento central que trazia para a esfera privada, de domínio do setor imobiliário, a viabilidade da defesa da natureza no meio ambiente urbano, dissociando a noção de direito à cidade ao conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a ampliação nas leis urbanas (PDDU e Louos) de instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e os parques ecológicos era limitada e gerenciada por uma parametrização e funcionalização do espaço urbano em favor da reprodução do capital e seus investimentos imobiliários privados, que forjavam e estimulavam uma sociabilidade urbana pautada pela lógica do condomínio. O movimento da “aliança imobiliária”, portanto, hegemonizou-se como norma jurídico-urbanística, administrando a capilaridade da ideia de sustentabilidade da “aliança verde” por meio da incorporação de desdobramentos do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, cuja ambiguidade de significado favoreceu esse jogo.

No segundo capítulo, demonstrou-se como a “aliança verde”, ao conquistar capital social e político, esbarrou-se no limite da institucionalidade na qual apostava para o êxito de seu projeto de cidade. As limitações foram da ordem normativa do Estado capitalista e suas relações com as características estruturais e conjunturais dos fazeres dos sujeitos históricos no palco das principais esferas públicas contemporâneas: jurídica, midiática e parlamentar. O fortalecimento da “aliança verde” concretizou-se a partir de uma intensa

articulação entre o saber-poder das ciências urbanística e jurídica, por meio da parceria entre agentes do Ministério Público, braço do Estado, e atores da academia, mobilizados em organização interinstitucional apoiada por movimentos sociais ligados à luta por moradia popular. Na articulação também figurou uma parte minoritária, mas importante, da imprensa, especificamente o jornal A Tarde, embora com complexas ambiguidades.

O robustecimento da aliança se deu por meio de um crescente enriquecimento político-epistemológico da noção ou conceito de direito à cidade, expressa na reiterada reivindicação da importância de se respeitar, no processo de elaboração e definição das regras urbanísticas, o amplo debate público e a participação popular. O esforço reivindicatório provocou uma derrota parcial na apropriação da sustentabilidade mobilizada pela “aliança imobiliária”, visto no resultado do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), em 2013. Naquele momento, a mobilização institucional da “aliança verde” chegou ao ápice e ao seu limite: por um lado, freou e anulou o abuso de poder político e econômico da “aliança imobiliária” na sua estratégia de preencher o conceito de desenvolvimento sustentável com um sentido avesso ao horizonte de expectativa da redemocratização, no qual a ideia de direito à cidade não tem qualquer vinculação com a noção de proteção do meio ambiente. Por outro lado, como desdobramento do primeiro, produziu um rearranjo da institucionalidade normativa que restaurou a normalidade conservadora do jogo e sistema político-econômico e sua limitação à democracia participativa decorrente do pacto de 1988. Em outras palavras, a apropriação da sustentabilidade pela “aliança imobiliária” passaria a partir dali a utilizar a legalidade formal em seu favor e sem maiores sobressaltos, o que borrou, em algum grau, a distinção entre os projetos e suas apropriações de desenvolvimento sustentável – o resultado foi a aprovação do PDDU e Louos de 2016 sem maiores contratempes e disputas judiciais. Para isso, foi necessário que a ideia de sustentabilidade da “aliança imobiliária”, operando com a noção-chave de crescimento econômico como necessidade incontestável, tenha se hegemonizado no parlamento, na imprensa e na Justiça, enquanto enfraquecia nessas esferas a noção de sustentabilidade da “aliança verde”, fortalecendo-se na adesão da sociabilidade urbana. Em um ciclo retroalimentar, esse movimento de hegemonização deixou cadáveres, simbólicos e reais: a “aliança imobiliária” envidou esforços para fragilizar, com sucesso, a minoritária parte da imprensa, o jornal A Tarde, onde ainda havia vozes dissonantes e críticas ao seu projeto; expôs e atacou os limites institucionais tensionados pela agência jurídica realizada por atores do Ministério

Público, ao realçar a legitimidade representativa da Câmara Municipal para a tomada de decisões; e investiu em conhecimento técnico dentro e fora do Estado para neutralizar o saber produzido e divulgado pelos membros da “aliança verde”, tentando sobrepor a eles o rótulo de bairristas atrasados. Assim, enclausurou-se a discussão das regras urbanísticas em um sistema de produção de decisões políticas baseado em uma débil e fechada democracia representativa, em que a população, desprovida do domínio dos saberes-poderes que condicionava a disputa, foi afastada do centro do conflito, ainda que os ritos formais para aplicação dos mecanismos subsidiários da democracia participativa tenham sido observados, após o rearranjo institucional decorrente do julgamento da Adin. Outrossim, esse enclausuramento foi acompanhado da capacidade da “aliança imobiliária”, na defesa de seus empreendimentos imobiliários privados, fornecer respostas a curto prazo para determinadas demandas prementes de diferentes grupos sociais, diante de mazelas urbanas como a violência, engarrafamentos e desemprego. Nesse sentido, a força político-econômica, que predominou na imprensa e no parlamento, combinou-se a certo apelo social.

No terceiro capítulo, o objetivo foi mostrar e compreender as principais transformações urbanísticas ocorridas na cidade no período estudado e as imbricações dessas mudanças com a disputa pelo espaço urbano soteropolitano a partir das distintas apropriações do princípio da sustentabilidade. E como se deu a combinação da força político-econômica da “aliança imobiliária” com a sociabilidade urbana. O argumento central foi de que a região da Avenida Paralela, como maior referência espacial da disputa travada pelo futuro da cidade, abrigou o principal fenômeno urbano da capital baiana em tempo presente: a “cidade imobiliária” e a “modernidade metroviária”. Ele selou a vitória do projeto de modernidade urbana da “aliança imobiliária” e diluiu ainda mais as fronteiras com o projeto concorrente. Com a chegada do metrô no canteiro central da Avenida, perdeu força a articulação entre o direito à cidade e a preservação do verde, consolidando um espaço desigual e fragmentado socioespacialmente, onde as ligações se dão a partir de grandes e velozes deslocamentos. A “cidade imobiliária” tornou-se a expressão emblemática da intensificação da segregação urbana por raça e classe, em uma sociabilidade urbana da condôminialidade, cuja lógica toma a cidade como um território estranho e hostil pelo qual passamos, atravessamos e circulamos rapidamente para o cumprimento de certas obrigações sociais (como o trabalho), e do qual voltamos para o espaço de uma vivência administrada, controlada e segura – espécie de um simulacro, em

menor escala, de uma cidade de iguais em cor, em cultura e em comportamentos.

Materialmente, essa cidade se constitui em dezenas de edifícios (além de casas) de condomínios fechados, em cujas unidades habitacionais foram viver pessoas brancas das classes média e alta. Contudo, além de ser alvo de críticas severas dos integrantes da “aliança verde” – muitas vezes mais pela confrontação material específica à lei do que propriamente ao seu conceito de sociabilidade –, ela nem de longe foi unanimidade nesses segmentos sociais, que tornaram mais complexas as nuances de classe da apropriação do princípio da sustentabilidade. Instalada em Patamares, bairro de classe média e alta, a “cidade imobiliária” enfrentou oposição de seus moradores antigos, enquanto encontrou apoio e indiferença de grupos de classes baixas. Por outro lado, a “modernidade metroviária” se tornou quase uma unanimidade, ganhando um consenso social significativo, à exceção de discussões e críticas de natureza técnica quanto à forma de instalá-la, se de superfície ou subterrâneo, e seu impacto no paisagismo verde do canteiro central. No entanto, esse debate não perdurou por muito tempo e foi rapidamente superado, face a realidade da “modernidade metroviária” e sua aprovação social. O metrô, como transporte público de massa, utilizado majoritariamente pelas classes baixas, interligou o espaço desigual e fragmentado da região da Avenida Paralela, consolidando-a como via de metropolização da capital baiana. Com a modernidade metroviária, as fronteiras da diferença substancial entre os dois projetos de cidade empalideceram, pois o verde do canteiro central ficou pequeno frente ao argumento de democratização da mobilidade urbana, expulsando naquele momento a articulação entre direito à cidade e preservação ambiental da disputa. Se os aspectos legais quanto à manutenção do verde foram solucionados, com anuência do Ministério Público, e se a população em geral seria beneficiada, quando já clamava por ela, como sustentar que a modernidade metroviária na Paralela era uma ação em benefício exclusivo da cidade ou do setor imobiliários? O metrô mostrou, assim, a intersecção entre os projetos e sua relação com a modernidade urbana, no qual a sustentabilidade torna-se um ponto de partida comum.

Frente a essas conclusões, é oportuno dizer que a elasticidade do conceito de desenvolvimento sustentável não retira, a partir de uma visão democraticamente forte, a condição perversa, social e politicamente, da apropriação da “aliança imobiliária”. Ela o é, sem dúvidas, porque enfraqueceu o espaço público, tornando-o em ativo de mercado, assim como o verde e o meio ambiente em geral. No entanto, isso não quer dizer que havia em jogo no movimento histórico um sentido absoluto ou unívoco sobre

desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

A significação prática, política, esteve em jogo durante o processo de disputa pelo futuro da cidade de Salvador ao longo desses doze anos, cujo resultado foi certo acomodamento do conceito, social e politicamente partilhado, no conforto e comodidade dos usos dados em prol da reprodução do capital no solo urbano. Será preciso, pois, radicalizar a disputa por esse sentido, em uma intensificação mais extrema da associação da ideia de direito à cidade com a noção de proteção do meio ambiente, urbano e natural. Talvez isso careça de um novo pacto político, que radicalize o afeto sociopolítico das e nas cidades para além da priorização da propriedade privada, de forma a instaurar outra normalização institucional do corpo e tecido urbanos. Há já quem fale de uma nova sociabilidade urbana em formação nas grandes cidades brasileiras, com as pessoas usufruindo mais dos espaços públicos para lazer, atividades culturais e manifestações políticas. Em Salvador, muitas praças, orlas e passeios foram revitalizados e passaram a ser ocupados diariamente. Mas isso por si só não significa, de saída, a ruptura da lógica da condominialidade consolidada nesses doze anos (2004-2016) pelo projeto de cidade da “aliança imobiliária”. Em desvantagem frente aos shoppings centers, restariam também saber quem frequenta tais locais, se essa frequência não estaria condicionada a uma topografia social, corroborando a segregação socioespacial – cada qual (classe) na sua praça – e mesmo a até que ponto esse movimento de ocupação dos espaços públicos na cidade contrasta com a opção pelos condomínios fechados de luxo. Ou seja, os remanescentes de verde existentes no território urbano não serão privatizados? Haverá um movimento de ocupação pelas classes menos favorecidas das centralidades urbanas, quebrando a lógica da especulação imobiliária e da gentrificação? Não há qualquer indício disso, pelo contrário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Carla. "Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana", in E. Dagnino (org.), Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ABREU, Alzira. *Um novo olhar sobre os jornalistas: os depoimentos orais*. In: Sobre jornalismo – Vol. 1, n°1 – 2012.

_____. *Mídia e Ministério Público: relações convergentes e conflituosas*. Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil. Contemporâneo – CPDOC/FGV. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2005.

ALMEIDA, Jorge. *A Conjuntura Política e Social*. Escrito para o 34° ANPOCS – Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: 25 a 29 de Outubro de 2010 – Caxambu – MG.

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *O pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

ARANTES, Rafael. *Qualidade de Vida ou Fortificações: o significado dos condomínios fechados em Salvador*. Revista VeraCidade – Ano IV—N° 4 – Março de 2009.

ARAÚJO, Cristina Filgueiras. *Paralela XXI: a expansão urbana no vetor da Avenida Luis Viana Filho Salvador/BA – 1968 a 2013*. Salvador, 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

AZEVEDO, Michelle Conceição Marcelino. *Planejamento urbano de Salvador: a Avenida Paralela e o CAB*. – Salvador, 2012. 106 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

BANGURA, Yusuf (Org.). *Democracy and Social Policy Development*. Basingstoke: UNRISD e Palgrave Macmillan, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 1986. Trad. Carlos Felipe Moisés.

BLOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOCHICCHIO, Sílvia. *Movimento dos Sem-Teto de Salvador: estratégias de apropriação do espaço e territorialização*. – Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2008.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. – São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.56-136.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Da Cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Org. Josianne Cerasoli, Márcia Naxara, Rodrigo de Faria. – 1. ed. – São Paulo : Almeida, 2018.
- BRITO, Cristóvão. *A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970*. GeoTextos, vol. 1, 2005, p. 51-80.
- CALDEIRA, Tereza. *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34/Edusp. 2000, 399 p.
- CAMARGO, Cláudio. *O meio é a mensagem: a globalização da mídia*. In: História da Imprensa no Brasil. Org. Ana Luzia Martins e Tânia Regina De Luca. – São Paulo : Contexto, 2008.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. (Tese de doutorado). 2012, 584 f. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- CARPINTÉRO, M.V.T.; CERASOLI, J. F. *A cidade como história*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672/10413>. Acesso em: 8 nov. 2016.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A reprodução do espaço como momento da acumulação capitalista*. In: Crise Urbana. – São Paulo: Contexto, 2015, p. 25-53.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. Ed: Todavia, São Paulo, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Ed. Zahar. 152 p., 2018.
- CARTY, Carolina Gabriel; Luiz Augusto Maia. *Dos Movimentos Sociais ao Estatuto da Cidade: breve histórico do processo de fomentação de uma nova concepção de planejamento urbano no Brasil*. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014. Disponível em http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-007_CARTY_COSTA.pdf. Acesso em: 22 mar. 2018.
- CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*. Trad. Antoni Vicens e Marco Aurelio Galmarini; Tusquetw Editores México, 2013.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Ed. Vozes, Petrópolis. 3ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves, 1990.
- CLOUX, Raphael. *Uma história urbana do presente: o Movimento dos Sem-Teto de Salvador (2003-2007)*. Dissertação (mestrado). UFBA, Salvador, 2007.
- CORREIA, Marcelo. *A (re) produção de Mussurunga e do Bairro da Paz na Avenida Luís Viana Filho (Paralela)*. Dissertação (mestrado). UFBA, Salvador, 2007. 153 f.

COSTA, Ana Ribeiro. *Moradias de escravos em Salvador no século XIX*. Revista CLIO, Série Histórica do Nordeste, Nº 11, 1988, p. 95-104.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. – São Paulo: EDUC; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2006.

_____. *Fogo e Fumaça: a fabricação de um plebiscito nas eleições municipais de 2004 em Salvador e sua duvidosa consumação*. In: CORTEZ, Hugo; HERMANN, Klaus. 338 (Org.). *Nordeste 2004: o voto nas capitais: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

DA SILVA, Éder Roberto. *O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Carlos, Fevereiro de 2003.

DA SILVA, Ricardo Siloto; DA SILVA, Éder Roberto. *Origens e matrizes discursivas da Reforma Urbana no Brasil*. Espaço e Debates, São Paulo, nº 46, 2006.

DA SILVA, José Afonso. *Direito Urbanístico brasileiro*. 6ª ed. – São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DE MATOS, Ana Leticia Queiroga. *O Amicus Curiae: uma compreensão procedimentalmente adequada para a legitimidade do processo constitucional brasileiro*. (Dissertação de Mestrado). PUCMinas, 2006, 260 p.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2015. (Estado de Sítio).

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, Princeton University Press, 1990.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e homem*. Trad. Rejane Janowitz. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, 252 p.

FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. *Produção imobiliária da cidade de Salvador: entre o público e o privado*. Salvador: EDUFBA; Recife, ANPUR, 2015. 306 p.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Editora Nau, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://files.philoethos.webnode.pt/200000028-67bb66814c/FOUCAULT%20-%20A%20verdade%20e%20as%20formas%20juridicas.pdf>. Acesso em: 03 março 2018.

GALVÃO, Eduardo. *Escritório de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs): A modernização da estrutura urbana. (Dissertação de mestrado), 2009. Salvador*.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOODWIN JÚNIOR, J. W. *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição – Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1912)*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-105559/pt-br.php>
Acesso em: 5 nov. 2016.

GOMES, Wilson da S. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. – São Paulo: Paulus, 2004, p. 41-82

_____. *Esfera Pública Política e Media: Com Habermas, Contra Habermas*. In: *Comunicação e Democracia de Massa: Problemas e Perspectivas*. Salvador, 2005.

GOMES, Luís Flávio; ALMEIDA, Débora. *Populismo midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico*. Coord. Alice Bianchini; Ivan Luís Marques e Luís Flávio Gomes – São Paulo: Saraiva, 2003. – (Coleção saberes monográficos).

GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba, 2000. 452 p.

HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Ed. Catédra. S.A. 1999. Trad. Amorrortu editores. Colección Teorema.

HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1ª ed.; 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 – (Coleção História e Historiografia).

HARVEY, D. “O direito à cidade”. *Lutas Sociais* n° 29. São Paulo, jul./dez. 2012. p. 73-89.

HENRIQUE, Wendell. *Mercado Imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana*. *Mercator*, Fortaleza, V. 10, n. 21, 63-80, jan/abr. 2011.

JESUS, Rafael Henrique Costa Santos de. *Salvador em cartaz: a ação política dos cinejornais da SANI filmes na fabricação do conceito de modernidade soteropolitana (1967 -1975)*. Dissertação (mestrado), UFBA, Salvador 2015. 126 f.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: ed. PUC, 2006.

JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. *A trajetória da reforma urbana no Brasil*. HIC (Habitat International Colition). 2009.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. *O estado do bem-estar social na idade da razão: a*

reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KOVARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 29-54. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 44)

LAGROU, Pieter. *Sobre a atualidade da História do Tempo Presente*. In: *História do Tempo Presente / Gilson Porto Jr. (org.)*. – Bauru, SP : Edusc, 2007. p. 31-45. Trad. Norma Domingos.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A Imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica*. Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016. Seção Artigos. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938&path%5B%5D=1656>. Acesso em: 8 nov. 2016.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – Rio de Janeiro : Ed. 34, 1994.

LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana/ seleção de textos, revisão crítica, prefácio e apresentação Heliana Angotti-Salgueiro; tradução Cely Arena*. – 2. ed. rev. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEITE, R. C. N. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cena de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador 1912-1916*. Dissertação (mestrado) - UFBA. Salvador, outubro de 1996. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2014/07/E-a-Bahia-Civiliza-se...Ideais-de-Civilização-e-Cenas-de-Anti-Civilidade-final.pdf>. Acesso em 02 nov. 2016.

LIMA, Claudia Brandão Vieira. *Paralela em movimento: um estudo sobre a apropriação do espaço público do canteiro central da Avenida Luís Viana*. Dissertação (mestrado). UFBA, Salvador, 2007. 121 f.

LIMA, Gisele Oliveira de. *Movimento Baixa do Marotinho: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976)*. – Dissertação (mestrado) – UFBA. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/10/Movimento-Baixa-do-Marotinho.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2016.

LIRA, J. T. C. *Crítica Modernista e Urbanismo: Geraldo Ferraz em São Paulo, da Semana a Brasília*. XI Encontro Nacional da ANPUR. Bahia. Maio, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/534.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

LYOTARD, François. *A condição pós-moderna*. Tradução: Ricardo. 12a ed. Corrêa Barbosa; posfácio: Silviano Santiago - 12a ed.- Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla

Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, Adhemar Ferreira. *Amicus curiar: um instituto democrático*. Revista de informação legislativa, v. 38, n. 153, p. 7-10, jan./mar. 2002.

MARICATO, Ermínia. *A nova Política Nacional de Habitação*. O Valor, São Paulo, 24 nov. 2005.

MATTOSO, Kátia. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo; Ed. Hucitec, 1978, 387 p.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. – Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006. 550p. – (Coleção nova et vetera, 10).

_____. *Entre história urbana e história da cidade: questões e debates*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 101-11.

MUSSE, C. F. *A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940)*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – Juiz de Fora – MG, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016

NETO, Edison Violante; TRINDADE, Filipe Matheus. *Uma análise da participação popular do PDDU de Salvador*. XVIII Enampur – São Paulo, 2017. Sessão Temática 10: Perspectivas para o Planejamento Urbano Regional.

OLIVEIRA, Adriana Rocha Perazzo. *Condomínios habitacionais na Av. Paralela: Retrato da expansão urbana na virada do século XX*. (Dissertação de mestrado), UFBA, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *A nova capital em movimento: a reconfiguração dos espaços públicos em Belo Horizonte (1897-1930)*. – Dissertação (mestrado) - Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012.

OLIVEIRA, Vitor. *Judicialização da política, politização da justiça e ativismo judicial: elementos político-estruturais e sociológicos para uma análise do campo jurídico brasileiro*. Adiké, Capa, Vol. 3, n. 1, (2014). Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/dike/article/view/2870/2552>. Acesso em: 03 mar. 2018.

PAIVA, Maria Beatriz Vidal de Negreiros. *O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais. 1890/1920*. 2001. 311 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2001. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/93131>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

PALMA, Gisele Bochi. *A colcha de retalhos do espaço urbano: sociabilidades, transformações e revitalização na criação da Beira-Mar continental – Florianópolis (1926-2008)*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

PALOS, Aurélio Guimarães Cruvinel. *A Constituição de 1988 e o pacto federativo fiscal*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 2011. Disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/5884>. Acesso em 23 mar. 2018.

PENTEADO FILHO, Paulo de Arruda. *Planejamento urbano em Salvador*. Publicado em: *Veracidade*, v. 1, n. 2, p. 5-11, out./dez. 1991. Disponível em http://www2.ufba.br/~paulopen/Planejamento_urbano_em_Salvador.html. Acesso em: 23 mar. 2018.

PINHA, Daniel. *Projetos de Democracia em Dissolução no Brasil desde 2016*. In: *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. GUIMARÃES, Géssisa; PEREZ, Rodrigo; BRUNO, Leonardo; (org.). Ed. Autografia Edição e Comunicação Ltda. 1ª ed. nov. 2017.

PINHEIRO, Eloísa Petti; COSTA, Isadora Novaes Scheffler B.. *As novas formas urbanas de Salvador: Região do Iguatemi e Av. Paralela - 1970-2010*. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, [S.l.], v. 14, maio 2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/inde.php/anais/article/view/3367>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

PINHEIRO, EP. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. – Salvador, 2ed. EDUFBA, 2001, 368 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel. *A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista*. In: *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta. – 1. ed. – Rio de Janeiro; Zahar, 2014.

ROLNIK, Raquel; SAULE JÚNIOR, Nelson (Coord.) *Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos*, Pólis Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais e Caixa Econômica Federal, apoio Comissão de Desenvolvimento Urbanos da Câmara dos Deputados, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Câmara dos Deputados Brasília, 2001.

ROLNIK, Raquel; RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. *10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo*. In: RIBEIRO, A.C.T; VAZ, L.F.; SILVA, M.L.P. (Org.). *Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012b, v. -, p. 87-104, 2004.

_____. *Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma reforma urbana no Brasil*. R. B. Estudos Urbanos Regionais, V. 11, N.2 / Novembro 2009.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2013 (2ª edição). 368 p.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho, Fabrício Coelho. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2016. 344 p.

SADE, Emir. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. In: Os 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013; p. 135-144.

SAMPAIO FILHO, Plínio Arruda de. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANDER, Stephanie. *A Avenida Beira-Rio como produto da expansão urbana em Blumenau entre 1951 e 1969: uma análise através dos jornais*. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/615/292>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. – 5. ed. – São Paulo: Ed. USP, 2008.

SANTOS, Tatiane Coelho dos. *Lixos, entulhos e imundices: a ordem nas ruas de Salvador (1834-1855)*. – Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/Lixo-Entulhos-e-Imundices.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SEIXAS, Cristina. *As oportunidades de diálogo entre os saberes do direito ambiental e da produção limpa*. (Dissertação de Mestrado), 2007, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Disponível em http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_cristina_seixas.pdf Acesso em 3 mar. 2018.

SEIXAS, Lia. *Por uma outra classificação: gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 70-84, dez. 2009.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Foi Golpe! O presente como história*. Salvador: Quarteto, 2018, 118 p.

SILVA, G. & MAIA, F. D. *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*. Revista Rumores. Edição 10, v.5, jul.-dez. 2011a.

SILVA SANTOS, Mario Augusto. *Crescimento Urbano e habitação em Salvador 1890/1940*. Revista RUA, Revista de Arquitetura e Urbanismo. Bahia, v. 3, n. 45/junho 1990.

SILVA, José Afonso. *Direito Urbanístico Brasileiro*. – 6. ed. – São Paulo, Malheiros Editores, 2010.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Francisco Gouveia. *Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re) democratização*. Anos 90, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-

181, dez. 2017.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. (Tese de doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

TAVOLARI, Bianca. *Direito à cidade: uma trajetória intelectual*. Revista Novos Estudos Ed.104, março 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual. Acesso em 03 março 2018.

TOER, Mário. *La emancipación de America Latina: nuevas estrategias*. Mario Toer; Amilcar Salas Oroño; Pablo Martínez Sameck; compilado por Mario Toer. – 1ª ed. Buenos Aires: Continente, 2012. p. 135-152.

UZÊDA, Jorge Almeida. *O Aguaceiro da modernidade na cidade de Salvador (1935-1945)*. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/10/O-Aguaceiro-da-Modernidade-na-Cidade-do-Salvador.pdf>. Acesso em 25 out. 2016.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: A cidade do pensamento único – desmanchando consensos. Otilia Arantes, Carlos Vainer, Emília Maricato. 8. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

VALVERDE, Monclar. *Militância e Poder (Balizas para uma genealogia da militância)*. – Dissertação (mestrado) – Unicamp, Campinas, 1986.

VIEIRA, Flávio. *Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito*. In Saeculum, João Pessoa - PB, v. 10, p. 79-112, 2004. p. 89.

VILELLA, Cícero Costa. *Mídia, territorialidades e subjetivações: uma cartografia discursiva sobre as favelas*. – Dissertação (mestrado) – Universidade de Juiz de Fora. Março, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1279>. Acesso em: 20 out. 2016.

VOLDMAN, Danièle. *A invenção do depoimento oral*. In: Usos e Abusos da História Oral. Coord. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. – 8. ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

LISTA DE FONTES

➤ Jornais (Biblioteca Pública dos Barris, seção de periódicos; Arquivo Municipal Fundação Gregório de Matos)

- A Tarde:

- “O futuro será menos verde”; 29 de março de 2005, Especial Salvador 456 anos, p. 12.
- “Verticalizar para diminuir distâncias”; 29 de março de 2005, Especial Salvador 456 anos, p. 13
- “Alphavile baiano aguarda parecer do CRA”; 20 de janeiro de 2000, Economia, p. 6.
- “Salvador, 451 anos”; 30 de março de 2000, Opinião, p. 2.
- “Construtora acusada de desmatar Mata Atlântica na Av. Paralela”; 05 de maio de 2000, Local, p. 3.
- “Plano diretor obsoleto gera caos em Salvador”; 29 de abril de 2001, Salvador, p. 7.
- “Protesto contra empreendimento na Paralela”; 18 de março de 2002, Salvador, p. 5.
- “Alunos sem acesso a Plano Diretor”; 14 de julho de 2002, Salvador.
- “Salvador está há 10 anos sem um plano de desenvolvimento”, 14 de julho de 2002, Local/Opinião, p. 2.
- “Plano diretor volta para a Câmara”; 13 de abril de 2004, Política.
- “Câmara retoma debates e polêmicas do plano”; 22 de abril de 2004, Política, p. 13.
- “Audiências são suspensas mais uma vez”; 25 de abril de 2004, Local.
- “Impasse na discussão do PDDU”; 2 de maio de 2004, Política, p. 17.
- “Verde da Paralela tem função social”; 19 de dezembro de 2004, Local, p. 5.
- “Verde da Paralela está ameaçado”; 06 de dezembro de 2005, Especial Ambiente e Vida, p. 9.
- “Sem solução para verde da Paralela”; 12 de agosto de 2007, Especial, p. 6.
- “PDDU chega com polêmica à Câmara”; 26 de agosto de 2007, Salvador e região metropolitana, p. 13.
- “Redução de área verde preocupa”; 04 de agosto de 2007, Salvador, p. 12.
- “Morador de Patamares rejeita novo gabarito”; 13 de agosto de 2007; Salvador.
- “PDDU e Louos são a prioridade de 2015, diz Neto”; 03 de fevereiro de 2015, Política, p. B3.
- “Mais carros e menos verde”; 15 de agosto de 2008, Salvador, p. 8.

- “Mudar Salvador”; 02 de agosto de 2015, Opinião, p. 2.
- “Dividindo Salvador ao meio”, 15 de março de 2015, Opinião, p. 2.
- “Cidade, arquitetura e patrimônio”, 16 de agosto de 2015, Opinião, p. 2.
- “Novo PDDU para Salvador é aprovado em sessão tumultuada; 14 de junho de 2016, Política, p. 1 (capa jornal).
- “Cortina de Fumaça?”, 27 de janeiro de 105, Opinião, p. 2.
- “Casa é 167% mais cara em Salvador do que na RMS”; 25 de junho de 2016, Imobiliário, p. 1 (capa).
- “Vereadores querem tirar Plano Diretor de urgência”; 30 de agosto de 2007, Salvador, p.8.
- “Votação do PDDU recomeça com briga no plenário”; 27 de dezembro de 2007. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1290852-votacao-do-pddu-recomeca-com-briga-no-plenario>. Acesso em: 6 jan. 2019.
- “Tecnovia é denunciada por crime ambiental”; 2 de dezembro de 2010, Política, p. 10.
- “Projeto ajuda a gerar mais empregos, diz Ademi”; 29 de maio de 2015, Política, p. B2.
- “Projeto do PDDU chega à Câmara Municipal”; 19 de novembro de 2015, Política, p. B1.
- “PDDU deve ser votado em meados de junho na Câmara Municipal”, 25 de maio de 2015, Política, A10.
- “Pai e filho mortos por causa de disputa de terra na Paralela”; 28 de janeiro de 2012, Salvador, p. A4 (manchete).
- “Onerosa para quem?”. Artigo de Ângelo Serpa; 17 de abril de 2015, Opinião, p. A2.
- “Esclarecimento sobre outorga onerosa”. Artigo réplica do presidente da Ademi, Luciano Muricy Fonte; 24 de abril de 2015, Opinião, p. A2.
- “As audiências públicas do PDDU”. Artigo de Ângelo Serpa; 14 de julho de 2015, Opinião, p. A2.
- “Capital mundial do PDDU armengado?”. Artigo de Carl Von Hauenchild; 25 de agosto de 2015, Opinião, p. A2.
- “Prefeito, honre seu compromisso”. Artigo Carl Von Hauenchild; 29 de setembro de 2015, Opinião, p. A2.
- “Síndrome do avestruz”. Artigo Paulo Ormino; 8 de novembro de 2015, Opinião, p. A2.
- “A cidade apreensiva”. Artigo Ângelo Serpa; 17 de novembro de 2015, Opinião, p. A2.
- “PDDU: Perdida a oportunidade”. Artigo vereador Gilmar Santiago; 9 de maio de 2016,

Opinião, p. A2.

- “PDDU da Reparação”. Artigo vereador Leo Prates; 18 de maio de 2016, Opinião, p. A2.

- “PDDU: Qualificado e democrático?”. Artigo do professor e advogado Georges Humbert; 19 de maio de 2016, Opinião, p. A2.

- “PDDU da separação”. Artigo réplica do vereador Gilmar Santiago; 20 de maio de 2016, Opinião, p. A2.

- “Primeira Apa de Salvador”. Artigo do “engenheiro” “Leonardo Prates”; 15 de junho de 2016. p. A2.

- “Câmara inicia audiência do PDDU sem divulgação”; 6 de outubro de 2007, Salvador, p. 11.

- “Cadeiras vazias na primeira audiência do PDDU”, 7 de novembro de 2007, Salvador, p. 7.

- “Prefeitura tenta definir futuro de 23 bairros em nove horas”, 10 de novembro de 2007, Salvador, p. 1 e 4.

- “Contradições foram mantidas”, 10 de dezembro de 2007, Especial, p. 7.

- “Secretária é acusada de descumprir promessas”, 6 de novembro de 2007, Salvador, p. 8.

- “A gente vai continuar a interiorizar as ações”, 2 de abril de 2016, Imobiliário, p. 4.

- “PDDU vai incentivar bairros de serviços”, 9 de abril de 2016, Imobiliário. p. 1

- “PDDU vai liberar obras privadas de infraestrutura”, 16 de abril de 2016, Imobiliário, p. 4.

- “Edifícios abandonados abrigariam 50 mil”, 24 de abril de 2016, Salvador, p. 4.

- “PDDU tentará solucionar questão”, 24 de abril de 2016, Salvador, p. 4.

- “Petista diz que projeto vai repetir e ampliar erros”, 25 de maio de 2016, Política, p. 10.

- “Pedido de vista adia para 6º apreciação do PDDU”, 7 de junho de 2016, Política, p. 1.

- “Comunidades duvidam que PDDU gere emprego e renda”, 14 de novembro de 2007, Salvador, p. 7.

- “Em rápida transformação”, 1º de novembro de 2008, Salvador, p. 10.

- “Fluxo na Paralela terá 13,2 mil veículos a mais por dia em 2014”, 16 de agosto de 2009, Salvador, p. 10.

Jornal da Facom:

. “Jornalista baiano é condenado por matérias investigativas”, edição Nº 2, 2014.

Disponível em https://issuu.com/jornal_da_facom/docs/jornaldafacom_2014.v3. Acesso em: 15 mar. 2019.

Tribuna da Bahia

. “Povo pede desembargo de obras na Avenida Paralela”, 22 de julho de 2009, p. 9.

. “15 mil empregos ameaçados na construção”, 22 de julho de 2009, p. 9.

. “Em Salvador, população espera metrô para sair dos engarrafamentos”, 24 de abril de 2013, p. 9.

Revista Ademi

- Revista Ademi Bahia, Nº 15, Nº 60, 2016, p. 11. Arquivo PDF.

- Revista Ademi-BA, nº 51, 2011. Arquivo PDF.

Revista Fator Brasil

. “II Fórum de Sustentabilidade da Ademi-Ba – Evento reuniu grandes nomes da área”. 22 de julho de 2001. Disponível em:

https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=166234. Acesso em: 12 fev. 2019.

➤ Sites

- A Tarde

. “Promotora age contra a cidade, afirma prefeito ACM Neto”, 14 de outubro de 2015, Política. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1719326-promotora-age-contra-a-cidade-afirma-prefeito-acm-neto>. Acesso em 15 mar. 2019.

. “Apenas 26% da população sabe o que é PDDU”, 8 de dezembro de 2007. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1246072-apenas-26-da-populacao-sabe-o-que-e-pddu>. Último aceso em: 15 mar. 2019.

. “Valor de imóvel tende a cair ou a subir no entorno do metrô”. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/imoveis/materias/1750687-valor-de-imovel-tende-a-cair-ou>

subir-no-entorno-do-metro. Acesso em: 26 mar. 2019.

. “João Henrique tem a pior avaliação, segundo Instituto Datafolha”. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1126289-joao-henrique-tem-a-pior-avaliacao-segundo-instituto-datafolha>. Acesso em 6 jan. 2019.

. “Câmara aprova PDDU”. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1254792-camara-aprova-pddu>. Acesso em: 26 mar. 2019.

. “Câmara de Vereadores de Salvador tem 50% de renovação”. Disponível em:

<https://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/1458856-camara-de-vereadores-de-salvador-tem-50-de-renovacao>. Acesso em: 26 mar. 2019.

. “Renovação na Câmara de Salvador é de quase 50%”. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1146676-renovacao-na-camara-de-salvador-e-de-quase-50>. Acesso em: 26 mar. 2019.

. “Obra vai cobrir de concreto rio do Imbuí”. Disponível em:

<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1271904-obra-vai-cobrir-de-concreto-o-rio-do-imbui>. Acesso em: 26 mar. 2019.

. “PDDU vai votado em caráter urgente”. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1272868-pddu-vai-ser-votado-em-carater-urgente>. Acesso em: 20 fev. 2019.

. “Mobilidade é o maior problema de Salvador, aponta pesquisa”. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/transito/noticias/1545244-mobilidade-e-o-maior-problema-de-salvador-aponta-pesquisa>. Acesso em: 26 mar. 2019.

- Política Livre

. “MP aciona ex-secretário e gestor público por danos à lagoa do Parque Encantado”, 14 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.politicalivre.com.br/2010/09/mp-aciona-ex-secretario-e-gestor-publico-por-danos-a-lagoa-do-parque-encantado/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

- Fórum Permanente A Cidade Também É Nossa

. Home Page: <https://acidadetambemenossa.wordpress.com/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

. Carta de Princípios: Carta de Princípios do Fórum, disponível em:

<https://acidadetambemenossa.wordpress.com/carta-de-principios/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

- Participa Salvador

. Documento “Os 21 Pecados do PDDU de Salvador”. Disponível em: <http://participasalvador.com.br/2016/03/19/os-21-pecados-capitais-do-pddu-de-salvador/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

. Apresentação do movimento. Disponível em <http://redeprosolidarios.org.br/participa-salvador>. Acesso: 6 jan. 2019.

- Ministério Público estadual

. “MP ajuíza ação para garantir legalidade técnica e debate público sobre PDDU e Louos”. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/29758>. Acesso em: 26 abr. 2018.

. “PGJ participa de cerimônia que autoriza início das obras do metrô na Avenida Paralela”. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/29585>. Acesso em: 26 fev. 2019.

- IAB

. “Paulo Ormino completa oitenta anos com homenagem na Academia de Letras da Bahia”. Disponível em <http://www.iab-ba.org.br/paulo-ormindo-completa-oitenta-anos-com-homenagem-na-academia-de-letras-da-bahia/>. Acesso em 3 dez. 2018.

- Bahia Notícias

. “Vereador quer derrubada do veto e denuncia que promotora não tem licença e deve IPTU. Disponível em <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/141481-vereador-quer-derrubada-do-veto-e-denuncia-que-casa-de-promotora-nao-tem-licenca-e-deve-iptu.html>. Acesso em 5 jan. 2019

. “MP pediu bloqueio de R\$ 14 mi em bens de Kátia Carmelo por improbidade”, 25 de agosto de 2015. Disponível em <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/177564-mp-ba-pediu-bloqueio-de-r-14-mi-em-bens-de-katia-carmelo-por-improbidade.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

. “Le Parc inaugura paraíso na Paralela”. Disponível em:

<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/113382-le-parc-inaugura-paraiso-na-paralela.html>. Acesso em 10 fev. 2019.

. “João Henrique é o pior prefeito, aponta Datafolha”. Disponível em:

<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/53896-joao-henrique-e-o-pior-prefeito-aponta-datafolha.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

- Correio:

. “Entenda o que muda na cidade com a aprovação do novo PDDU”; 14 de junho de 2016. Disponível em <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/entenda-o-que-muda-na-cidade-com-a-aprovacao-do-novo-pddu/> Acesso em 23 mar. 2018.

. “Manifestantes ocupam a praça municipal para protestar contra João Henrique”. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/manifestantes-ocupam-a-praca-municipal-para-protestar-contrajoao-henrique/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

. “Metrô Bahia, modelo de excelência e modernidade para os baianos”. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/carlos-martins-metro-bahia-modelo-de-excelencia-e-modernidade-para-os-baianos/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

- Crea-Ba

. “Fórum A Cidade Também É Nossa comemora decisão do TJBA”; 25 de julho de 2013. Disponível em Ver <http://www.crea.ba.org.br/noticia/1719/Forum-A-Cidade-Tambem-e-Nossa-comemora-decisao-do-TJ-BA.aspx>. Acesso em: 6 jan. 2019.

- Sinduscon

. “Linha 2 do metrô deve valorizar imóveis de alta renda ao longo da via”. Disponível em <https://www.sinduscon-ba.com.br/noticias/linha-2-do-metro-deve-desvalorizar-imoveis-de-alta-renda-ao-longo-da-1-2/index.html>. Acesso em: 25 fev. 2019.

- ABI

. “Aos 466 anos, Salvador ameaçada de ser dividida ao meio pelo metrô, diz especialista”.

Disponível em: <http://www.abi-bahia.org.br/aos-466-anos-salvador-ameacada-de-ser-dividida-ao-meio-pelo-metro-diz-especialista/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

- Observatório da Imprensa

. Artigo de Biaggio Talento, sobre pressão do setor imobiliários contra jornalistas, 18 de setembro de 2012. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed712-quase-fui-em-cana/>. Acesso em 03 dez. 2018.

- Bahia em Pauta

. “Justiça Federal determina retirada de cercas da Ilha dos Frades”. Ver em <http://bahiaempauta.com.br/2011/10/28/justica-federal-determina-retirada-de-cercas-da-ilha-dos-frades-decisao-atinge-empresario-carlos-suarez/>. Acesso em 3 dez. 2018.

- Jornal Grande Bahia

. “Saúde pública é o principal problema enfrentado pelos moradores de Salvador”. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/06/saude-publica-e-o-principal-problema-enfrentado-pelos-moradores-de-salvador/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

- Metro1:

. “Vereador critica promotora: ‘Como ela pode questionar um regimento interno?’”. Disponível em <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/5619,vereador-critica-promotora-como-ela-pode-questionar-um-regimento-interno.html>. Acesso em 23 dez. 2019

. “Via MP, recursos de TACs vão para entidades sem que sociedade conheça critérios”, 16 de setembro de 2015. Disponível em https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/5375,via-mp-recursos-de-tacs-vaopara-entidades-sem-que-sociedade-conheca-criterios.html?fb_comment_id=972035112834629_972072582830882. Acesso em: 15 mar. 2019.

. “Hortênsia Pinho viaja e deixa processo em andamento contra vereadores na Bahia”, 26

de abril de 2016. Disponível em <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/15951,hortensia-pinho-viaja-e-deixa-processo-em-andamento-contra-vereadores-na-bahia.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

- G1

. “MP-BA aciona vereadores da capital por aprovação de emendas ao PDDU”. Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/01/mp-ba-aciona-vereadores-da-capital-por-approvacao-de-emendas-do-pddu.html>. Acesso em: 06 jan. 2019

. “O auge e a queda do mercado imobiliário em uma década”. Disponível em: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

. “Novo PDDU é aprovado na Câmara Municipal de Salvador”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/novo-pddu-e-aprovado-na-camara-municipal-de-salvador.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

. “Proteste começa de forma pacífica e termina com vandalismo em Salvador”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/protesto-comeca-de-forma-pacifica-e-termina-com-vandalismo-em-salvador.html>. Acesso em: 1 mar. 2019

. “ACM Neto é reeleito prefeito em Salvador”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/eleicoes/2016/noticia/2016/10/acm-neto-e-reeleito-prefeito-em-salvador.html>. Acesso em: 26 mar. 2019.

- Folha de São Paulo

. “Geddel privilegia prefeitos do PMDB da Bahia”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2310200823.htm>.

. “46% consideram regular o desempenho de João Henrique Carneiro”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2008/07/1223618-46-consideram-regular-o-desempenho-de-joao-henrique-carneiro.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2019.

- Carta Capital

. “Cinco famílias controlam 50 dos principais veículos de mídia do país, indica relatório”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50->

dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/. Acesso em 21 dez. 2018

➤ Sites de anúncios de empreendimentos

Le Parc: <http://www.leparcssa.com.br/>. Acesso em: 9 fev. 2019.

Brisas Residencial Clube: Disponível em:

http://www.brisasresidencialclube.com/page_o-condominio.php. Acesso em: 10 fev. 2019.

Greenville: Disponível em: <https://www.greenvillesalvador.com/2011/06/greenville-lumno-220-270m-4-dorms-4.html>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Reserva Arboretto: Disponível em:

<http://www.caramelo.com.br/caramelo.php?idioma=br&m=site.portfolio&action=view&project=32>. Acesso em: 26 mar. 2019.

➤ Leis:

- Estatuto da Cidade (10.257/2001). Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

- Lei 3.325/1985. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1985/352/3525/lei-ordinaria-n-3525-1985-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-de-salvador-para-o-periodo-ate-1992-e-da-outras-providencias>

- Lei 3.345/1983. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1983/329/3293/lei-ordinaria-n-3293-1983-estabelece-normas-relativas-ao-uso-e-alienacao-de-bens-imoveis-do-municipio-e-da-outras-providencias>

- Proposta Popular de Emenda sobre Reforma Urbana. Disponível em <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2015/07/proposta-popular-de-emenda-ao-projeto-de-constituic3a7c3a3o-1988.pdf>

- Lei 6.586/2004 (PDDU 2004). Arquivo PDF.

- Lei 7.400/2008 (PDDU 2008). Disponível em www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/lei_7400_2008.pdf

- Lei 9.068/2016 (PDDU 2016). Disponível em www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf

- Lei nº 8.167/2012 (Louos 2012 – Mapas). Disponível em

http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/louos_plantas.pdf

- Lei 9.140/2016 (Louos 2016). Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>

- Lei nº 9.140/2016 (Louos 2016 – Savam). Disponível em http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/SSA_LOUOS_02A_SAVAM.compressed.pdf

➤ Produções acadêmicas

-Artigo de Fernando Teixeira (2006). Disponível em http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=17

- Dissertação de mestrado de Cristina Seixas Graça (2007). Arquivo PDF.

➤ Documentos

- Ação Civil Pública, Ministério Público do Estado da Bahia, 20 de agosto de 2015. Arquivo PDF.

- Ação de Execução de Obrigação de Não Fazer, Ministério Público do Estado da Bahia, 13 de setembro de 2010; Arquivo PDF.

- Ata da 3ª sessão extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 27 de dezembro de 2007; Arquivo PDF.

- Ata da 4ª audiência pública sobre o PDDU, realizada pela Câmara Municipal de Salvador no dia 25 de fevereiro de 2016.

- Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de 29 de dezembro de 2011; Arquivo PDF.

- Ata da 50ª sessão ordinária da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2012; Arquivo PDF.

- Ata da 2ª Audiência Pública sobre o PDDU na Câmara Municipal em 19 de fevereiro de 2016; Arquivo PDF.

- Ata da 5ª audiência pública sobre o PDDU, realizada na CMS no dia 27 de fevereiro de 2016; Arquivo PDF.

- Relatório da desembargadora federal Selene Maria de Almeida do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no processo nº 2008.33.00.003305-8/BA; Arquivo PDF.

- Plano Municipal de Habitação de Salvador 2008-2025. Disponível em

https://issuu.com/cidadeaberta/docs/sehab_plano_municipal_de_habitacao_. Acesso em 6 jan. 2019.

- Ação Civil Pública, Ministério Público do Estado da Bahia, 31 de maio de 2007; Arquivo PDF.

- Réplica, MP da Bahia à resposta do Município de Salvador, 26 de outubro de 2007; Arquivo PDF.

- Agravo de instrumento, MP da Bahia, ao Tribunal de Justiça da Bahia, 24 de agosto de 2007; Arquivo PDF.

- Reforço de pedido de liminar, MP da Bahia, à 7ª Vara da Fazenda Pública, 29 de agosto de 2007; Arquivo PDF.

- Três ações de execução, MP da Bahia, contra a Patrimonial Saraíba, 13 de setembro de 2010; Arquivo PDF.

- Extrato do processo 0303489-40.2012.8.05.0000, disponível na consulta processual online do TJBA.

- Acórdão do julgamento da Adin, publicado em 14 de fevereiro de 2014 do Diário de Justiça Eletrônico.

- Relatório da sétima audiência pública sobre o PDDU, realizada no dia 1º de março de 2015; Arquivo PDF.

- Ata da audiência pública realizada na Câmara Municipal em 27 de fevereiro de 2016. Arquivo PDF

- Ata da audiência pública realizada na Câmara Municipal em 16 de dezembro de 2015. Arquivo PDF.

- Relatório “Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica de Salvador” (2013); Arquivo PDF

- Extrato do processo 0303489-40.2012.8.05.0000, disponível na consulta processual do site do TJBA.

- Carta da redação do A Tarde em respeito à demissão de Aguirre Peixoto Talento. Disponível em <https://sindjufe-ba.jusbrasil.com.br/noticias/2560603/utilidade-publica-jornal-a-tarde-demite-reporter-apos-pessao-de-grupo-imobiliario>. Acesso em 4 de jan. 2019.

- Livro “Um século de jornalismo na Bahia 2012-1912”, Ed. Solisluna, 2012.

➤ Arquivos em vídeo

- Trecho da sessão na Câmara Municipal, quando aprovado o PDDU 2008. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ngr3gkBAJ8>. Acesso: em 6 jan. 2019.
- Gravação do julgamento da Adin, transmitido pela TV Justiça. Disponível na página da Justvbr em <https://www.youtube.com/watch?v=N19XzJXDMeM>. Acesso em 06 jan. 2019.
- Trecho gravado da reportagem da TV Record sobre desmatamento na Avenida Paralela. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ma9T86xUS0Y>. Acesso em: 21 fev. 2009.

➤ Entrevistados

- Promotora de Justiça Cristina Seixas Graça
- Promotora de Justiça Hortênsia Gomes Pinho
- Arquiteto e urbanista Paulo Ormino de Azevedo
- Arquiteto e urbanista Carl Von Hauenschild
- Antropólogo Ordep Serra
- Geógrafo Ângelo Serpa
- Ex-prefeito João Henrique Barradas Carneiro
- Ex-presidente da Fabs, João Pereira
- Fundador do Gambá, Renato Cunha
- Jornalista, repórter do jornal A Tarde e presidente do Sinjorba Marjorie Moura
- Jornalista, ex-editor do jornal A Tarde Edson Rodrigues
- Jornalista, ex-repórter do jornal A Tarde Patrícia França
- Jornalista, ex-repórter do jornal A Tarde, Valmar Hupsel (consulta para confirmar informação)
- Jornalista, ex-repórter do jornal A Tarde, Regina Bochicchio
- Jornalista, ex-editor-chefe e ex-consultor do A Tarde, Ricardo Fontes Mendes
- Jornalista, ex-repórter do jornal A Tarde, Maíza de Andrade

ANEXO A

EMPREENDIMENTOS LANÇADOS NA REGIÃO DA AVENIDA PARALELA (2007-2013)			
Empreendimento (nº prédios)	Bairro	Incorporadora	Lançamento
Alpha Class Residence (2)	Patamares	Ferreira Ferraz	2008
Alpha Park Life Style	Patamares	Helbor	2008
Alphalife Residence (2)	Patamares	Bell Barcino – Costa Andrade – D´Avila – NCN	2008
Art Ville Salvador (2)	Patamares	Gafisa – OAS	2007
Atlantic Garden Alphaville	Patamares	Inova	2007
Carpem Diem (2)	Patamares	Liz	2007
Formula Alpha Plus	Patamares	Consil	2010
Forrest Ville	Patamares	Gafisa – OAS	2008
Garden Ville	Patamares	Gafisa – OAS	2007
Le Parc (18)	Patamares	Cyrela	2007
Manhattan Square Home (3)	Patamares	Gafisa – OAS	2008
One Life	Patamares	Novapex – Top	2008
Palm Ville Salvador	Patamares	Gafisa – OAS	2007
Reserva Arboretto (2)	Patamares	Celi	2007
Residencial Lion	Patamares	Leão	2007
Salvador Ville	Patamares	Consil	2008
Brisas Residencial Clube (2)	Trobogy	Cyrela – Jotagê	2007
Felice Pituaçu (2)	Pituaçu (Orla)	JVF	2013
Hemisphere 360° (11)	Pituaçu (Orla)	Queiroz Galvão	2012
Residencial Mario Cravo (2)	Pituaçu	Liz	2010
Vida Allegro (2)	Canabrava	Gafisa	2008
Formula Residencial Paralela	Doron	Consil	2010

Plus			
Vida Nova Paralela	Itapuã	Fator Realty – PDG	2011
Greenville – Atmos (4)	Patamares	PDG	2009/2010
Greenville – Platno	Patamares	PDG	2011
Greenville – Etcó	Patamares	PDG	2009
Greenville – Lumno	Patamares	PDG	2010
Greenville – Ludco	Patamares	PDG	2010

Fonte: Ademi-BA.